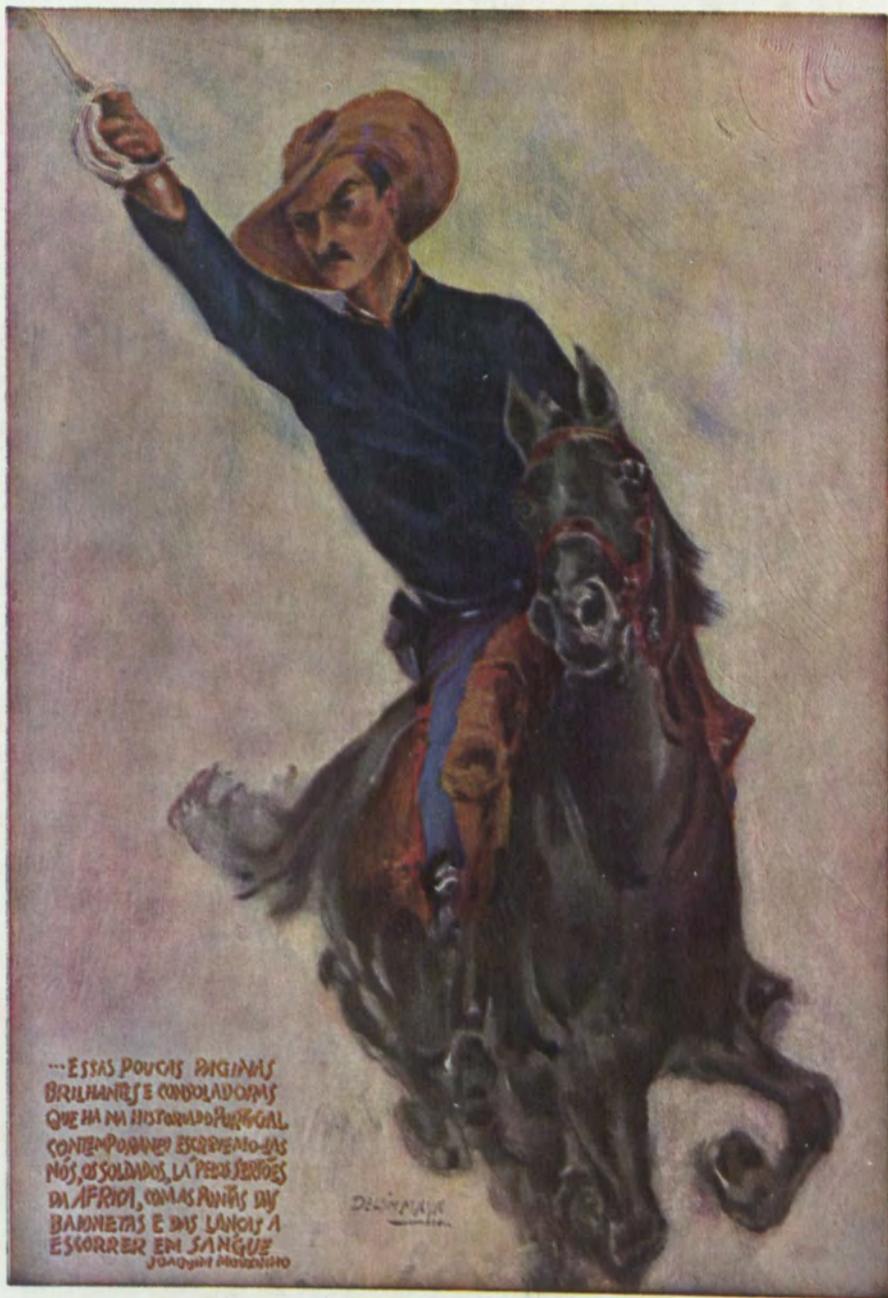
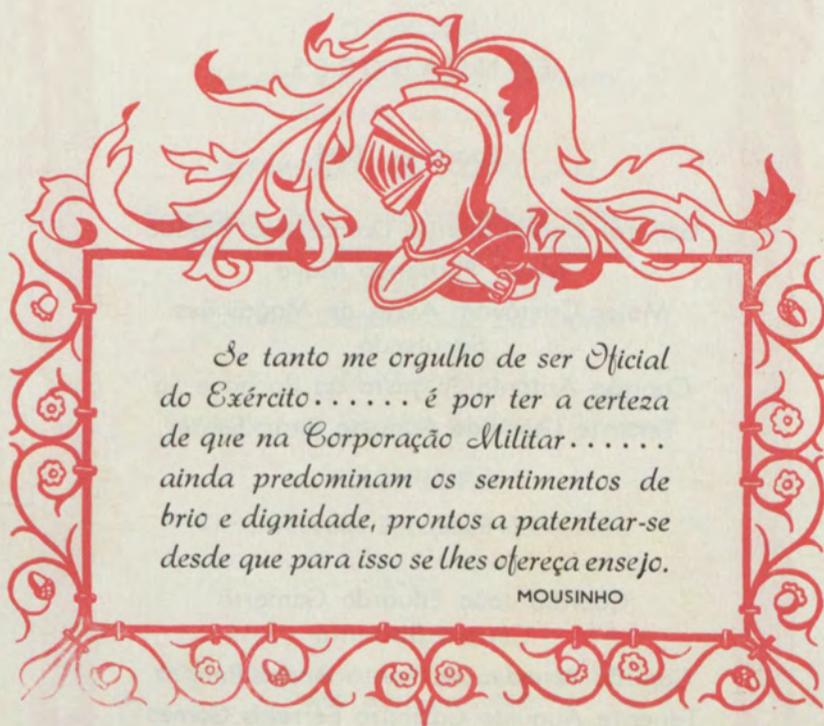


Revista da Cavalaria

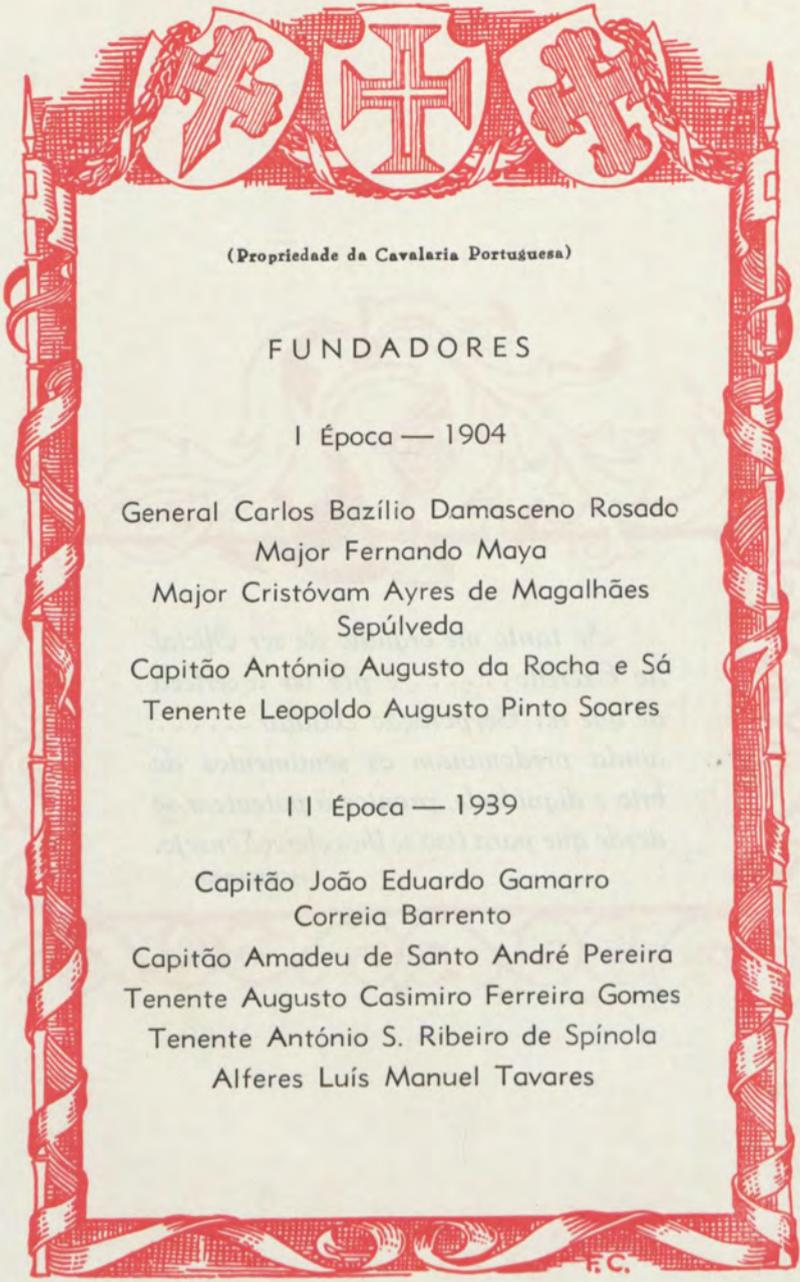


ANO DE 1970



*Se tanto me orgulho de ser Oficial
do Exército é por ter a certeza
de que na Corporação Militar
ainda predominam os sentimentos de
brio e dignidade, prontos a patentear-se
desde que para isso se lhes ofereça ensejo.*

MOUSINHO



(Propriedade da Cavalaria Portuguesa)

FUNDADORES

I Época — 1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristóvam Ayres de Magalhães
Sepúlveda

Capitão António Augusto da Rocha e Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

II Época — 1939

Capitão João Eduardo Gamarro
Correia Barrento

Capitão Amadeu de Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares



(Propriedade da Cavalaria Portuguesa)

DIRECTOR

General João Eduardo Gamarro
Correia Barrento

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Brigadeiro José João Henriques d'Avellar
Coronel António Vaz de Carvalho
Viana Crespo
Coronel Joaquim José das Dores

SECRETÁRIO

Tenente José Correia de Jesus Tavares

TESOUREIRO

Tenente José Joaquim Gonçalves
da Silva Cordeiro

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA
Calçada da Ajuda — LISBOA

Comp. e imp. nos Serviços Gráficos da Liga dos Combatentes

Preço: 45\$00

F.C.



SUMÁRIO

- Homenagem à Memória do Marechal Carmona 7
- General D. Fernando Pereira Coutinho 15

Historial, Tradição e Culto da Arma:

- Visita do Director da Arma à Guiné 30
- Brigadeiro António Maria Malheiro Reymão Nogueira 35

— Dia da Cavalaria em 1970:

- Saudação do General Director da Arma 39
- Comemorações em Lisboa 40
- Na Escola Prática de Cavalaria 49
- Nos Regimentos de Lanceiros n.º 1 e Cavalaria n.º 3 51
- No Regimento de Cavalaria n.º 4 52
- No Regimento de Cavalaria n.º 6 55
- No Regimento de Cavalaria n.º 8 e em Bafatá 61
- Em Luanda 62
- Em Nampula 64
- Placa Mouzinho 69



— <i>Quadro de Honra</i>	72
— <i>Tributo de Sangue:</i>	
Rol dos Cavaleiros Mortos em Campanha	73
Rol dos Cavaleiros Feridos em Combate	81
— <i>Homenagem:</i>	
Brigadeiro Eugénio Carlos de Castro Nascimento	89
Valor Militar com Palma	93
Cruz de Guerra	95
Serviços Distintos com Palma	125
Prémios Governador	145
Louvores Colectivos e Referências Elogiosas	147
— Resumo da Acção em Campanha das Unidades Regressadas em 1970	159
Noticiário da Escola Prática de Cavalaria:	
— Tirocínio para Oficiais do Quadro Permanente	182
— Actividades da EPC em 1970	183
Doutrina e Cultura Militares:	
— <i>Capitão Vasco Ramires</i> — A Cavaloooo...!	189
— <i>Capitão Pais de Faria</i> — Evolução Histórica do Ultramar Português	195
— <i>Major Minas da Piedade</i> — Processos de Actuação (Três Operações em Moçambique)	215
— <i>Capitão Baltazar Ferreira</i> — Factores de Subversão na Evolução Moderna da África	219
— <i>Alf. Mil.º Manuel Alves Henriques</i> — O COM de 69 nos «Dragões de Angola»	236
— <i>Ten.-Cor. A. Machado</i> — Perceber Cavalaria	239
— <i>Capitão Joyce Fons</i> — Guerra Revolucionária	247



Hipismo:

- *Coronel Viana Crespo* — Ronda do Ano Hípico de 1970 265
- Galeria dos Vencedores 277

Jornais, Revistas, Livros:

- Grandeza e Servidões dos Regimentos de Carros de Combate 283
- Qualquer Chefe está Sujeito à Crítica 291
- Perfis 293



Revista da Cavalaria

ANAIIS DA CAVALARIA PORTUGUESA

Ano de 1970

Homenagem à Memória do Marechal Carmona



Integrada no programa das comemorações nacionais, teve a importância e o brilho dos grandes acontecimentos militares a cerimónia de homenagem da Arma de Cavalaria ao Marechal António Óscar Fragoso Carmona, no centenário do seu nascimento. O acto realizou-se no Regimento de Lanceiros n.º 2, em 19 de Maio — Dia da Unidade, e teve a presença dos srs. Presidentes da República e do Conselho; dos Ministros da Defesa Nacional e do Exército, do Interior e da Marinha; dos Secretários de Estado do Exército e da Aeronáutica; dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas e Exército; do Vice-Chefe do Estado Maior do Exército; do Governador Militar de Lisboa; do Presidente da Comissão do Centenário do Marechal Carmona; dos Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; dos Generais Câmara Pina, Correia Barrento, Costa Macedo, Pereira de Castro e Raul Martinho; dos Comandante e 2.º Comandante do

Revista da Cavalaria

Regimento de Lanceiros n.º 2; de antigos Comandantes daquela Unidade; dos Comandantes de todas as Unidades de Cavalaria do País; e, ainda, das filhas do antigo Presidente da República, sr.^{as} D. Maria Inês Carmona e D. Cesaltina Carmona Silva e Costa.

Após a chegada do Chefe do Estado, que se fazia acompanhar pelos General Humberto Pais e Major Pereira Coutinho, ambos da sua Casa Militar, foi este cumprimento pelas referidas individualidades, pela força militar, constituída por todo o Regimento, com bandeira e fanfarra, tendo, em seguida, tomado lugar na tribuna, para que lhe fossem prestadas as honras devidas.

Seguidamente, o General Correia Barrento, Director da Arma de Cavalaria e da nossa Revista, proferiu um discurso, durante o qual, depois de saudar os srs. Presidentes da República e do Conselho, bem como as restantes individualidades, afirmou:

«Em sequência das comemorações do centenário do nascimento do Marechal Carmona, leva-se a efeito hoje, na presença do Chefe do Estado, no Regimento de Lanceiros n.º 2, Unidade que o homenageado comandou, de 28 de Fevereiro de 1916 a 12 de Janeiro de 1918, uma homenagem sobremaneira sentida e merecida, a quem demonstrou tão elevadas qualidades de carácter, firmeza, honestidade e amor à profissão, sendo sempre considerado como um dos mais distintos Officiais. Com os serviços prestados na Arma de Cavalaria, granjeou prestígio e demonstrou a competência com que brilhantemente ascendeu ao posto de General e o levariam, mais tarde, em cumprimento de deveres que sempre orientaram a sua vida, a desempenhar, durante quase vinte e cinco anos, as mais altas e difíceis funções de Chefe do Estado.»

O Director da Arma de Cavalaria, após ter salientado que outros oradores, em futuras homenagens à memória do Marechal Carmona, melhor poderiam pôr em relevo os seus excep-

Revista da Cavalaria



O MARECHAL ÓSCAR CARMONA
num óleo de Eduardo Malta

Revista da Cavalaria



*O General Correia Barrento, Director da Arma de Cavalaria.
no uso da palavra*

cionais méritos, acrescentou: «O Marechal Carmona, saindo do Colégio Militar, e após ter frequentado o curso da Escola do Exército, sendo classificado em primeiro lugar, foi promovido a Alferes, no Regimento de Cavalaria n.º 6, em Chaves, terra onde habitavam os seus ilustres pais, e onde tinha iniciado os estudos.».

Lembrou o General Correia Barrento as qualidades de militar do Marechal Carmona, nos vários serviços que lhe foram cometidos, inclusivamente como organizador da escola de equitação da Unidade a que pertencia, factos que lhe deram direito a vários louvores. Após a implantação da República, veio para Lisboa e foi colocado no quadro do Estado-Maior da

Revista da Cavalaria

Arma de Cavalaria, sendo então encarregado, no Governo Provisório da República, de fazer parte da comissão incumbida de estudar a reorganização do Exército, dentro da nova directiva. Com essa nomeação, foi patenteado o alto conceito moral e técnico em que era tido Óscar Carmona, então no posto de Capitão.

Em consequência da indisciplina existente, nesse tempo, em vários sectores, o trabalho não pôde ser concluído. Na alocução, o Director da Arma de Cavalaria dissertou largamente sobre a carreira militar daquele que foi Chefe do Estado, para se referir em seguida à integração do ilustre Oficial na Unidade de Cavalaria n.º 2, hoje Lanceiros n.º 2, na qualidade de Comandante e no posto de Tenente-Coronel, onde, mais uma vez, pôs em evidência as suas qualidades. Deixou o comando quando da revolução do Presidente Sidónio Pais, para exercer o comando da Escola Prática de Cavalaria, onde se distinguiu na promoção dos quadros. Promovido a General, em Abril de 1922, após quatro anos no comando da Escola Prática de Cavalaria, onde realizou obra notável, deixou a Arma de Cavalaria, facto ocorrido numa época em que Portugal era perturbado por agitações políticas de diversa ordem, nomeadamente vinganças, revoluções, mudanças constantes de Governo e atentados terroristas, com as mais desagradáveis consequências para o País, na sua vida interna e no conceito internacional. Recordou o papel preponderante do Marechal Carmona nas atitudes que tomou e nas responsabilidades que assumiu, tais como no julgamento dos implicados no movimento de 19 de Outubro, em que exerceu as funções de promotor de Justiça, e em que, com enorme coragem, acusou os assassinos.

Citou o orador outras atitudes do Marechal Carmona, que o notabilizaram como militar esclarecido e corajoso, tais como no julgamento dos implicados no movimento de 18 de Abril, novamente como promotor de Justiça, em que foi exonerado das funções de Comandante da 4.ª Região Militar, devido ao ponto

Revista da Cavalaria

de vista posto na defesa dos réus. No dia 28 de Maio, depois de vários desentendimentos e atritos, teve acção importantíssima e eficiente, assumindo a responsabilidade da direcção do Go-



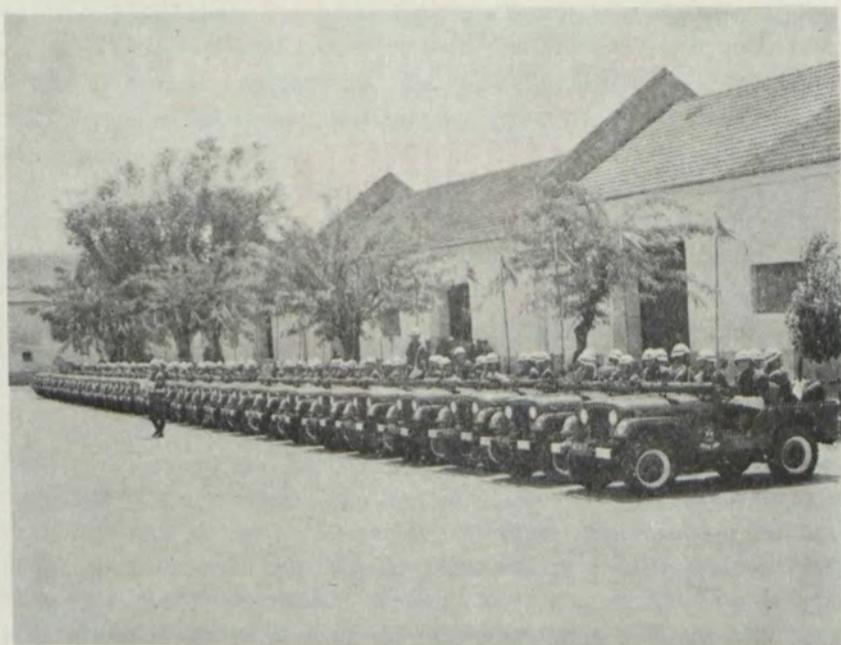
O Chefe do Estado, ladeado pelos Ministros da Defesa e do Exército, Director da Arma de Cavalaria e Presidente do Conselho, após a inauguração do monumento ao Marechal Carmona

verno, de que resultou a união do Exército e a compreensão da maioria dos portugueses, estabelecendo a dignidade, a honra e o prestígio que andavam fugidos da vida nacional.

Revista da Cavalaria

Na acção desenvolvida como Chefe do Estado, mormente na escolha do Prof. Oliveira Salazar para o Governo, primeiro como Ministro das Finanças e depois como Presidente do Conselho, evidenciou, igualmente, esclarecido sentido das responsabilidades para com o País.

Em dado momento da sua alocução, o Director da Arma de Cavalaria acrescentou: «Assim, podemos andar novamente de cabeça erguida, orgulhosos do património que nos legaram os nossos antepassados e prontos a defendê-lo, com todos os sacrifícios, como há nove anos temos conseguido nas nossas províncias ultramarinas. São bem merecidas todas as homenagens que se prestem a tão ilustre português, cujas qualidades de inteligência, ponderação, delicadeza, elegância moral, coração e bondade não excluem a energia sólida que patenteou.».



Formatura de uma Companhia de P. M., na parada Marechal Carmona, no R. L. 2

Revista da Cavalaria

Seguiu-se o descerramento de um busto do Marechal Carmona, oferecido pela Câmara Municipal de Lisboa, após o que as forças em parada desfilaram.

No gabinete do Comandante da Unidade, foi descerrado um retrato a óleo do Marechal Carmona, oferta de sua família, e executado, em 1928, por Lazarus.

Depois desta cerimónia, foi servido um aperitivo, tendo-se retirado, momentos decorridos, o Chefe do Estado e o Presidente do Conselho. Seguiu-se um almoço de confraternização, após o que foram inauguradas uma sala de visitas para as Praças e as novas instalações do piquete.

Por último, houve um torneio de natação, seguido da distribuição dos prémios.



General

D. Fernando Pereira Coutinho



inou-se em 3 de Outubro de 1970, com oitenta e sete anos de idade, o ilustre General do Exército D. Fernando Pereira Coutinho. Mais um distinto General oriundo da Arma de Cavalaria que desaparece do nosso convívio, depois de ter servido ininterrupta e exclusivamente, com assinalado brilho e devoção, a sua Arma, o Exército, as Instituições Militares e a Nação, durante 48 anos, continuando ainda, depois de deixar o serviço activo do Exército, a servi-la durante vários anos, no cargo de Presidente Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa, onde deixou uma obra notável, a todos os títulos.

Mais um Homem Bom, um digno e austero cidadão, um patriota sem mancha, um exemplar chefe de numerosa família, que desapareceu da sua transitória vida terrena, discreta e humildemente como bom cristão, estóicamente como Soldado que encara a morte de frente e não a teme!

O excelso camarada que agora perdemos era um fidalgo por condições da sua linhagem; mas era-o, também, pela nobreza do seu carácter; pela sua esmerada educação e afabilidade do trato com os seus amigos, com os seus humildes servidores e com os seus Soldados e camaradas; pelas suas virtudes militares e cívicas e até pelo seu porte gentil e austero.

A figura varonil de D. Fernando Pereira Coutinho, que nem a própria idade conseguiu alquebrar, desapareceu; mas no seio da sua Arma — a Cavalaria — que tão devotadamente serviu, como Oficial e como Cavaleiro, permanecerá uma recordação luminosa das suas virtudes militares, do seu cunho peculiar de Chefe disciplinado e disciplinador, da firmeza do seu carácter, da coerência e austeridade da sua vida de militar e de cidadão, do seu culto de camaradagem; da sua bondade para com os seus servidores, do seu amor paternal para com os seus Soldados, que, uns ou outros, nas horas de dor ou de aflição, sempre encontraram nele apoio e conforto; e, enfim, do «panache» vis-

Revista da Cavalaria

ceral do seu «espírito cavaleiro», que a natural discrição do seu feito de homem sóbrio e simples não alardeava nem oferecia à publicidade.

Concedeu-me o distinto Director da Arma de Cavalaria o privilégio de chamar a mim, como dever, o encargo de registar nas páginas da



General D. Fernando Pereira Coutinho

«Revista de Cavalaria» — que suporta o luto pela perda de tão distinto General e Oficial de Cavalaria — alguns apontamentos biográficos, que, revelando o perfil militar do nosso saudoso camarada, possam constituir motivo educativo para os jovens Cavaleiros que estão no começo

Revista da Cavalaria

da sua carreira, e preito de homenagem da Arma porque ele se enamorou e sempre serviu com fidelidade nunca desmentida.

*

Mais uma página está a voltar-se no Livro de Ouro das gerações do último quartel do século XIX, tão fértil e pródigo na dádiva à Nação de homens de alto quilate, em todos os aspectos das actividades sociais, políticas e culturais e no aperfeiçoamento dos valores morais na convivência entre os homens e as sociedades.

As gerações nascidas nos fins do século passado, estão a findar. As migalhas que restam dessas gerações de Oficiais do Quadro Permanente em breve perecerão também, mas levam consigo a suprema consolação de uma certeza: a de que, em maior ou menor grau, puderam contribuir para a redenção da sua Pátria em crise, e de que as gerações que os rendem já ficam com bons fermentos, educados nas tradições gloriosas da «Escola de Mousinho» e com chefes temperados, como lâminas de bom aço, na gesta heróica da contemporânea guerra de África... Esses chefes serão capazes de educar novos chefes, dispostos a afrontar o vendaval de egoismos, de incoerências e fraquezas, que se precipitam em vagas alterosas neste desalentado fim do século XX, empenhadas na destruição de todos os valores morais da Civilização Ocidental Cristã, da fraternidade e interpenetração cultural entre as nações e as raças, que os portugueses defendem agora com o sangue dos seus filhos e a generosidade invencível dos seus corações!

Estes comentários são aqui deixados, porque sei que será grato à alma imortal do nosso saudoso camarada que fiquem insertos entre as páginas que a ele próprio são dedicadas.

*

O General Pereira Coutinho foi promovido a Alferes de Cavalaria, para o R. C. 7, em Outubro de 1906. Em Março de 1907, passa ao R. C. 1; em Outubro de 1908 é transferido para o R. L. 2 e frequenta o Curso de Instrutores de Equitação na Escola Prática de Cavalaria.

Na sua vida despreocupada de subalterno começam, entretanto, a esboçar-se as duas características básicas da sua personalidade militar: era um Cavaleiro apaixonado pela sua profissão, um Oficial apumado, sensato, disciplinado e disciplinador. Em 1908, conquista, no Campeo-

Revista da Cavalaria

nato Militar do Cavalo de Guerra, «menção honrosa» com 16,04 valores. O seu gosto pela equitação e, designadamente, pela equitação militar, revela o propósito de, através dela, cultivar qualidades indispensáveis a um Oficial de Cavalaria, para a sua formação integral. Monta a cavalo nos concursos hípicos nacionais e internacionais, mas distingue-se também nos concursos hípicos militares regimentais e regionais. E vêmo-lo ainda, em 1923, no posto de Major, a ganhar o 2.º prémio do C. H. Regimental no R. C. 11, o 1.º prémio do C. H. Regional do Norte e, em 1924, a ganhar os 1.ºs prémios do Concurso Regimental e Regional da sua Região Militar.

Mas vemos também, em 1908, o Alferes Pereira Coutinho louvado em O. E., em termos muito elogiosos, por uma conferência feita no período de instrução de 1907-1908, sob o tema — «A Guerra em África» (1), trabalho esse que foi considerado como de reconhecido mérito científico-militar.

Será este um primeiro exemplo que se oferece aos jovens oficiais que iniciam a sua carreira militar. O Oficial tem o dever de cuidar da sua preparação física — os de Cavalaria por tradição e coerência com os meios modernos, através da equitação — porque lhe pode dar a resistência de que carece para cumprir o seu árduo serviço militar — a cavalo, a pé ou em blindados — e para manter vivo o espírito de iniciativa, o gosto pela acção arriscada, o desprezo pelo perigo, a serenidade para poder ponderar, decidir e agir quando as situações críticas se lhe deparam de surpresa e, também, para manterem a autoridade e o prestígio entre os seus subordinados, para os quais devem ser exemplo em tudo. Mas deve também, paralelamente, cultivar, por seu esforço pessoal, o estudo das ciências e técnicas militares e a cultura geral, actualizando os seus conhecimentos, o que lhe dará jus à legítima aspiração de ascender, com autoridade, aos altos postos da hierarquia militar, sentindo, ao mesmo tempo, confiança em si próprio, sem a qual se não comanda sem hesitações. Como Tenente e Capitão serve na E. P. C. em Vila Viçosa e no R. C. 3.

*

Em meados de Outubro de 1910, o ainda Alferes Pereira Coutinho comandava a guarda de honra ao palácio de Sintra, onde se encontrava

(1) O sabor que isto tem hoje, quando, de novo, surgem tropas a cavalo em África!

Revista da Cavalaria

então a família real, que notara já a sua esmerada educação e o seu apurmo militar.

Em virtude da eclosão da revolução de 5 de Outubro, triunfante, é proclamada a República, e o Alferes Pereira Coutinho comanda a escolta de honra que acompanha a família real até à Ericeira, onde os soberanos embarcam para o seu exílio ⁽¹⁾. Cumpre o seu dever de fidelidade ao Rei, acompanhando-o até ao seu embarque. Depois, o Alferes Pereira Coutinho sobrepõe os seus deveres de Oficial do Exército da Nação às suas convicções políticas e tradição familiar: continua a servir nas fileiras do Exército Nacional e serve com lealdade o Governo legitimado da Nação.

Aqui surge um novo exemplo que o General deixou aos jovens Oficiais de hoje: — Só o aviltamento das Instituições Constitucionais ou da política, pondo a Nação em perigo de anarquia e em risco a sua própria sobrevivência como Estado independente e soberano, podem justificar uma revolta militar, porque, nesse caso, as Forças Armadas cumprem o seu dever de salvar a autoridade do Poder e a sobrevivência da Nação. É este mesmo conceito que motiva o movimento militar de 28 de Maio de 1926, e que explica a atitude do Major D. Fernando Pereira Coutinho quando, 2.º Comandante e Comandante interino do R. C. II, arranca de Braga com as suas tropas para se integrar nas forças militares que, sob o comando supremo do heróico General Gomes da Costa, marcham sobre Lisboa para salvar a Nação e a sobrevivência da Pátria, uma vez que os poderes políticos já não conseguiam dominar a situação caótica da ordem pública e da economia da Nação, à beira da banca-rota.

Em 17 de Outubro de 1910, o Alferes Pereira Coutinho é transferido para o R. C. 6. Entre 1907 e 1913, serve em cinco dos onze Regimentos da Cavalaria portuguesa. De 1913 a 1915, desempenha funções de auxiliar do Instrutor de Equitação da Escola de Guerra e, simultaneamente, de Comandante do Destacamento de Cavalaria.

Em 1914, iniciava eu próprio o curso de Oficial do Quadro Permanente. Datam dessa época os nossos primeiros contactos que se estrei-

(1) Coincidências do destino, que tantas foram na vida militar do General Pereira Coutinho e na de quem subscreve estas linhas: a este coube o comando da escolta ao féretro da excelsa Rainha mártir, Sr.^a D. Amélia de Bragança, quando numa resolução do guardião dos chefes de Estado da nossa história do passado o Governo decide transportar para Portugal os restos dos que haviam sido reis de Portugal.

Revista da Cavalaria

tam mais em 1918-1919, quando, já Capitão, Pereira Coutinho volta à Escola de Guerra, agora como Instrutor de Equitação, servindo eu já no Corpo de Alunos como Instrutor de Tática de Cavalaria e tendo mesmo chegado a exercer, transitòriamente, as funções de seu auxiliar na Instrução de Equitação. Desde então, começa a gerar-se no meu espírito um grande respeito e admiração pela personalidade militar e virtudes humanas de D. Fernando Pereira Coutinho, que haviam de gerar, com os anos, uma recíproca e sólida amizade, cada vez mais forte, até aos últimos dias da sua vida. É baseado nesses longos contactos que fui arrancar às minhas recordações os apontamentos sobre o seu perfil militar e humano, que contribuíram muito para a minha formação militar.

*

Referir-me-ei, em primeiro lugar, à sua estrutural predisposição espiritual para a tripla função de Comandante, de instrutor e de educador. Na sua personalidade, nos seus actos e, até, nos seus gestos, um observador atento pôde sempre encontrar um complexo desses três factores educativos. Por um lado, a afabilidade do seu trato, com os seus superiores, com os seus camaradas e com os seus subordinados, que, para os seus Soldados, assumia aspectos de amor paternal; mas, por outro lado, reconhecia-se a sua exigência na acção disciplinadora, aliás sempre baseada numa acção educativa perseverante, apoiada no exemplo que ele próprio procurava dar, através do seu atavio exemplar, do culto do uniforme que procurava inculcar no espírito dos seus subordinados, da necessidade de noções de limpeza, de zelo e de higiene, que se observava até na esmerada, poderia dizer-se brilhante apresentação dos seus cavalos, dos seus arreios, das arrecadações e casernas do seu destacamento de Cavalaria, do garbo contagioso das suas continências... Entretanto, a um bom observador não escapava que sob os punhos de renda do seu trato, do seu feitio simples e bondoso, se escondia um pulso firme e inflexível de Comandante.

Como instrutor de equitação, admirava-se a sua paternal paciência e meticuloso método quando começávamos a aprender a montar a cavalo; mas, por outro, como educador de Cavaleiros, logo que ingresávamos nas turmas dos candidatos à Arma de Cavalaria, se deparava com o seu propósito de inculcar no espírito dos seus instruendos, através de sessões especiais de «desembaraço», que para ingressar nessa Arma, teriam de dar provas de firmeza, de espírito de luta, de gosto pela velo-

Revista da Cavalaria

cidade, de serenidade, de prontidão dos reflexos para a acção, de generoso prémio à obediência do cavalo às indicações e intimações do cavaleiro, de serenidade nas dificuldades que surgiam de surpresa, tudo isto em períodos das sessões de equitação, em que a retina dos olhos dos instruendos e dos que assistiam captavam no espaço restrito do picadeiro um ambiente de agitação, de velocidade e de luta, em que o silêncio das lições normais era quebrado pelas ordens vibrantes do instrutor, pelo galope largo dos cavalos e pelos estalos estridentes dos pingalins do instrutor e do seu auxiliar. A mais leve hesitação ou fraqueza do instruendo, assinaladas por uma queda sem fortes motivos, por uma mão lançada ao cepinho do arreio ou por uma contracção de medo, correspondia imediatamente a voz intimativa do instrutor: — *Monte a cavalo... tire a mão do cepinho*; e tudo isso sublinhado pela advertência de um estalo do chicote, manejado por mão de mestre, que o atrapalhado aprendiz de cavaleiro ouvia perto do sítio em que caíra, ou, no segundo caso, perto das orelhas do cavalo que montava... E, de súbito, acabado esse período agitado da lição, o instrutor voltava à sua afabilidade, conversando com os alunos, comentando, com pilhéria, uma situação caricata ocorrida... Voltávamos a encontrar o camarada gentil, com a sua afabilidade de fidalgo!

*

Recordei agora a sua figura varonil durante o assalto à Escola de Guerra, em 14 de Maio de 1915. Não pretendo, nesta ocasião, historiar o desenrolar dos acontecimentos desse trágico mas memorável dia. Não; pretendo só recordar o perfil militar do Tenente Pereira Coutinho e a sua acção, de que fui testemunha, para dela extrair um importante exemplo.

Foi nessa dramática tarde que muitos de nós tivemos o nosso baptismo de fogo, num assalto de hordas desvairadas, e que constituiu completa surpresa para os Comandos e também para os alunos, que, na quase totalidade, viviam a sua vida despreocupada de jovens Cadetes, alheios às contendas políticas, embrenhados no seu trabalho duro de militares, que pressentiam que estavam efectivamente a preparar-se para a Guerra que já eclodira na Europa, e que tinham por distração os seus cavalos e por preciosa compensação dele as aventuras galantes dos seus verdes anos.

Já nessa manhã, o espírito generoso do Tenente Pereira Coutinho, com a sua natural capacidade de previsão, constatando que não havia

Revista da Cavalaria

na Escola de Guerra munições para fazer face a um inesperado assalto, se oferecera para, em plena revolução, ir buscar munições ao depósito central. A ideia não foi aceite, porque isso seria tido como uma intenção de intervir na contenda e o espírito recto do Comandante queria manter os Cadetes que se preparavam para a guerra, alheios às lutas políticas, e tinha a firme convicção de que ninguém pensaria em assaltar a Escola de formação desses Oficiais.

Mas, a meio da tarde, deu-se o inesperado. As massas, incendiadas por essa propaganda terrorista que já minava, sem ser presentida, o subsolo da capital, sem que mesmo dela tivessem consciência os jovens Oficiais que comandaram as forças revolucionárias, quiseram apoderar-se das armas da Escola de Guerra.

Passo por cima de todos os factos que se agitam no caleidoscópico das minhas recordações, para reviver apenas a imagem do Tenente Pereira Coutinho, que, perante a confusão gerada pela surpresa do inesperado ataque e pela constatação feita pelos alunos de que não dispunham senão das poucas munições destinadas à instrução de tiro, então decorrente, toma de súbito a sua «decisão», em que explodem nesse momento crítico todos os factores que influenciavam a sua personalidade militar... Era preciso dar um pouco de ordem à defesa; era preciso que, sem demora, os Cadetes sentissem um Comando no local em que se encontravam: nas arrecadações de armamento do Corpo de Alunos e nos locais próximos em que se instalavam, para defender o seu quartel, a sua honra de militares e a sua própria vida. Eu próprio, quando adormecido fui alertado pelos outros Cadetes e por tiros próximos, corri para a referida arrecadação... Depois, quando saía desta com uma arma nas mãos, perplexo porque... já não havia munições, mas resolvido a procurá-las, surge o Tenente Pereira Coutinho, que se aproxima de mim, sereno e sorridente, e me diz: — *Oh Buceta, venha comigo. Vamos ver se damos um pouco de ordem a isto!*...

Nesse momento, ali estava na minha frente o chefe que ele era!... O chefe local que, no momento crítico, emerge, em geral, da confusão do ambiente.

Dirigimo-nos para os locais mais próximos — os actuais campos de futebol e de obstáculos de equitação — de onde se poderia defender a zona perigosa, porque permitia a escalada pelos muros de vedação da rua da Escola do Exército e traseiras das casas da mesma rua, mas que era campo aberto ao tiroteio que o visava vindo de várias direcções. Volto a deter a minha atenção sobre a figura do jovem Tenente, que avança a descoberto, de pé, sereno e estoico, e se abeira comigo dos

Revista da Cavalaria

Cadetes por ali estendidos, quase sem abrigos naturais. O Tenente Pereira Coutinho dirige-se aos Cadetes mais próximos e, depois, aos que se lhe seguem (e não eram muitos): — *Senhores Cadetes, temos poucas munições... É preciso poupá-las... Não atirem à toa. Deixem aproximar os atacantes, que pretendem escalar os muros... Esperem que o alvo esteja bem à vista, pronto a saltar para dentro, e um só que diga: «este é meu» e só um atira!... Um tiro certo para cada um!*

Os efeitos foram imediatos. O fogo disciplinou-se. De vez em quando, ouvia-se a voz de um Cadete: este é meu!... e o atacante caía antes de saltar o muro.

Talvez nisso residisse o segredo da resistência demorada da defesa da Escola, que só cedeu quando, por quaisquer razões mal conhecidas, os revolucionários entraram por um portão do Paço da Rainha (não se sabe bem como, e mais vale não compreendê-lo), envolvendo assim toda a defesa, porque penetra entre as duas frentes: a do portão das armas e a que defende as vedações das ruas da Escola do Exército e Joaquim Bonifácio. O Comando do Corpo de Alunos, para evitar o pior, manda tocar a «cessar fogo», que só à terceira vez deu resultado, quando os jovens Oficiais de Marinha, que comandavam o ataque pela rua Gomes Freire, levantando os braços, correram para o portão das armas, bradando aos dois Cadetes e às quatro Praças que, às ordens do bravo Cadete do 3.º ano de Engenharia, Serafim de Moraes, ao toque de cessar fogo, desembainharam as baionetas e se postaram ao portão das armas que ele próprio abriu.

Entretanto, restabelecida ali a ordem e disciplina de fogo, o Tenente Pereira Coutinho dizia-me: — *Vamos agora lá acima, ver o que se passa.* Viemos então para a zona dos edifícios do Corpo de Alunos.

Nessa ocasião, os meus olhos depararam com um soldadito, mal abrigado com uma árvore, perto da casa da guarda, e talvez já cansado com os riscos e tensão nervosa suportados. Corri para o homem, empurrei-o para o cobrir com a parede da casa da guarda, tirei-lhe a espingarda e os dois carregadores que lhe restavam. O Tenente Pereira Coutinho gritou-me: — *Para onde vai Você?...* Fiz-lhe a minha continência, já armado, e gritei-lhe: Chegou a minha vez, meu Tenente! A última imagem que dele tive nesse dia foi a sua continência e um sorriso de agrado!...

Corri para o portão das armas, apresentei-me ao Cadete Serafim de Moraes, que nessa ocasião defendia aquele portão, com um outro Cadete, o Cabo Proença, alguns Soldados e um Cabo reformado... Mas as minhas primeiras palavras aos outros defensores foram: Nin-

Revista da Cavalaria

guém atira sem ordem do nosso 1.º ou minha. Cada um deixa aproximar um revolucionário, segue-o com a vista e indica-o. Qualquer de nós dirá na devida altura: atira!... Eu repetia a primeira lição viva da minha carreira, que ouvira pouco antes, ao Tenente Pereira Coutinho!...

O resto já não interessa a estas notas. Interessa apenas focar que, nesse dia, completei a minha ideia sobre a personalidade do General D. Fernando Pereira Coutinho, que os factos ulteriores da sua carreira militar nunca me levaram a modificar. Era um organizador nato; um educador de alto quilate; era um Comandante exigente, mas justo e bondoso; era um grande amigo dos seus Soldados; era um espírito aristocrático de eleição... Mas, acima de tudo, era um CHEFE!

*

Depois disso, a carreira militar do General D. Fernando Pereira Coutinho continua a sua previsível evolução.

Em 28 de Maio de 1926, arranca, com o seu Regimento, de Braga, para se juntar às forças do General Gomes da Costa.

Em 1927, assume o Comando do Depósito de Remonta e Garanhões de Mafra, onde desenvolve uma acção metódica e dinâmica, que o transforma num estabelecimento coudélico modelar.

Em 1938, é nomeado Chefe da 2.ª Repartição da Direcção da Arma de Cavalaria.

Em 1939, frequenta, com êxito, o C. A. C., no I. A. E. Militares, ainda em Caxias.

Em 1940, já Brigadeiro, é nomeado Comandante efectivo da 2.ª Brigada de Cavalaria, que já comandara interinamente.

Em 13 de Outubro de 1943, é promovido a General e assume o Comando da 3.ª Região Militar, onde, uma vez mais, são postos à prova todos os factores da sua excelsa personalidade de Militar.

Em Abril de 1945, assume o comando do Governo Militar de Lisboa, onde o seu prestígio aumenta sempre, prestigiando as tropas que comanda.

Em 25 de Março de 1948, passa à situação de reserva e é nomeado Vogal do Conselho Superior de Disciplina do Exército.

Em 25 de Março 1953 passa, finalmente, à situação de reforma, depois de uma vida totalmente consagrada ao serviço das Instituições Militares.

Revista da Cavalaria

Mas a sua actividade, prestígio e capacidade organizadora é solicitada ainda, e serve, até Setembro de 1956, no alto cargo de Presidente Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa, onde deixa uma obra que o último louvor que lhe é conferido consagra com inextinguível significado do apreço do Governo.

*

Na «Revista de Cavalaria», que há trinta anos, com exemplar perseverança, vem procurando manter vivo e fulgurante o Culto das Tradições da Cavalaria, através das narrativas das gloriosas acções das suas tropas e da citação dos feitos heróicos e acções exemplares dos seus Officiais, Sargentos e Praças, que hoje se batem no Ultramar pela defesa da Pátria e pela glória dos seus guilhões, e recordando os nomes dos seus fiéis servidores que, extintos, nos deixam os seus exemplos de bravura, de devoção, de espírito de sacrificio e dignidade militar, como herança sagrada que nos confiam, procurou o autor deste artigo deixar arquivado o perfil militar do ilustre e seu prestigioso e fiel servidor D. Fernando Pereira Coutinho. Sente, porém, que o seu retrato militar não ficaria completo se não lhe juntasse, por um lado, as próprias palavras que proferiu na ocasião em que assumiu o Comando do Governo Militar de Lisboa, perante todos os Comandantes e Officiais das suas Unidades; por outro lado, se não fechasse estes apontamentos biográficos com a transcrição dos dois últimos louvores que lhe foram conferidos.

No acto da posse do alto cargo de General Governador Militar de Lisboa, disse o prestigioso General:

«O General que o Governo Militar de Lisboa tem hoje à sua frente, nunca foi, desde que nas fileiras se alistou, senão militar. Nunca desempenhou lugares e funções fora do âmbito restrito das instituições militares, e nunca ambicionou outra coisa que não fosse poder orgulhar-se de, como militar, servir um Exército digno, apumado, verdadeiro expoente de virtudes militares, sabendo-se impor à consideração e estima dos portugueses, por nele verem simplesmente a suprema garantia dos prestígio e honra da Nação.

E não julgue alguém que a minha vida tem sido isenta de dificuldades e de lutas, para manter a linha de conduta que gera o respeito dos outros e para cumprir os deveres de chefe de família numerosa.

Quero dizê-lo nesta ocasião, perante todos Vossas Excelências, para acentuar que a vida militar, salvo raríssimas excepções, é uma

Revista da Cavalaria

vida dura de árduos trabalhos, de sacrifícios de toda a espécie. Mas, porque assim é, porque tudo sacrificamos ao Dever, até a vida, como disse na sua oração célebre o grande Joaquim Mousinho, temos o direito a que todos reconheçam a nossa abnegação patriótica e queremos ser tratados com aquele respeito e aquela consideração de que nos julgamos merecedores.

Servindo sempre no Exército, conheço bem as dificuldades de muitos, avalio devidamente o sacrifício de todos, mas podem estar certos de que me encontram sempre a seu lado, nas dificuldades e nos perigos, ou quando vos puder ser útil com o meu conselho ou com as minhas prerrogativas de Chefe.».

Mais adiante, acrescentou:

«Senhores Comandantes, senhores Oficiais: é necessário que haja ordem e sossego, tranquilidade e confiança, para que o País possa, pelo seu trabalho e esforço, atenuar a crise própria da hora que passa.

.....
Contra todos os que pretendam perturbar, em nome de falsas liberdades ou ideologias, inimigos internos ou externos, a ordem será intransigentemente mantida.

E ninguém veja nestas minhas palavras quaisquer ameaças. Neste lugar, e ainda por temperamento e educação, eu não as deveria fazer. Nelas vai apenas a decisão serena, firme e inabalável de cumprir integralmente, e em quaisquer circunstâncias, com o meu dever.

As ordens que dos meus superiores receber, serão fielmente executadas, com a maior firmeza, bem seguro de que tais ordens são ditas pelo mais esclarecido patriotismo de sempre.».

Ao agradecer ao Governo da Nação a honra que lhe era conferida na escolha do seu nome para o alto cargo em que era investido, disse ainda:

«Não deixo de frisar que a minha gratidão é maior porque nunca solicitei o lugar honroso que me foi agora confiado, e nem directa ou indirectamente concorri para que o meu nome fosse lembrado.».

Como escrevi, ao transcrevê-las na «Revista da Cavalaria», em que me desempenhei do honroso encargo de assinalar, nas suas páginas, o facto da nomeação do General Pereira Coutinho para aquele alto cargo, repito agora, como então, dirigido às novas gerações de Oficiais do Quadro Permanente, o seguinte comentário:

— «Estas breves palavras, firmes, serenas e luminosas, encerram um mundo de afirmações rectilíneas sobre as virtudes militares, de que

Revista da Cavalaria

se exala um perfume forte e sadio da personalidade de um Chefe, que devem constituir para os novos um salutar motivo de reflexão e um incentivo poderoso para que enveredem e persistam na prática das virtudes militares e cívicas fundamentais, sempre guiados pelos sagrados princípios da Honestidade e do Dever, arredados de malabarismos políticos, irreduzíveis no desinteresse da suas acções, hostis a todo o cálculo egoísta nos seus actos, só impulsionados por um desejo ardente de SERVIR.

É este o exemplo e herança que nos deixou o ilustre e digno militar que foi o General D. Fernando Pereira Coutinho!».

*

O. E. n.º 2 — 2.ª Série, de 10 de Abril de 1948

«Louvado o General Fernando Pereira Coutinho, pelos altos e relevantes serviços prestados à Pátria no exercício do Cargo de Governador Militar de Lisboa, em que se evidenciou um chefe de raro apurmo moral e grande firmeza de carácter, austero e digno, e, simultaneamente, bondoso e simples, constantemente atento às dificuldades dos seus subordinados, a quem nunca regateou o seu apoio, nem deixou de assistir, com um espírito de humanidade que merece ser apontado como exemplo.».

O. E. n.º 11 — 2.ª Série, de 15 de Novembro de 1956

«Louvado o General Fernando Pereira Coutinho, porque, no exercício do cargo de Presidente Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa, que exerceu com raro brilho, e do qual agora é exonerado, a seu pedido, se houve sempre com grande apurmo moral e esmerada dedicação pela instituição cujos destinos haviam sido entregues ao seu zelo e patriotismo, conseguindo honrá-la e engrandecê-la aos olhos de nacionais e estrangeiros, promovendo a melhoria das suas instalações e da sua situação financeira, desenvolvendo os seus serviços e actividades, em que, principalmente, se destacam a preparação de um exemplar Corpo de Enfermeiros da Cruz Vermelha e a preparação material e moral das

Revista da Cavalaria

suas formações sanitárias, prestando assim ao País e à sociedade serviços de alto relevo, que merecem a classificação de distintíssimos, extraordinários e muito relevantes.».

*

Na sua folha de serviços encontram-se registadas as seguintes condecorações:

- Grã-Cruz da Ordem Militar de Aviz;
- Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo;
- Medalha de Ouro de Serviços Distintos;
- Medalha de Mérito Militar de 1.^a classe;
- Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar.

*

- Grã-Cruz da Ordem de Orange-Nassau;
- Grã-Cruz da Ordem de Mérito da República Federal Alemã;
- Grande Oficial da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul;
- Medalha de Guerra do Exército Brasileiro;
- Cruz Vermelha de Benemerência;
- Placa de Honra da Cruz Vermelha Portuguesa;
- Medalha de Dedicção (ouro) da Legião Portuguesa.

General H. BUCETA MARTINS

A red laurel wreath encircles the text. At the top, bottom, and sides are four military crests. The top crest features a shield with vertical stripes and a crossed sword. The side crests feature a shield with vertical stripes and a crossed sword. The bottom crest features a shield with vertical stripes, a crossed sword, and a banner with the word "ARMADA".

Historial

Tradição

e

Culto

da Arma

VISITA DO DIRECTOR DA ARMA À GUINÉ



m 22 de Março de 1970, num avião da F. A. P., saí de Lisboa com rumo à Guiné, a fim de visitar as sub-Unidades de Cavalaria ali presentes, que, no conjunto das Forças Armadas, defendem a integridade daquela província ultramarina.

O dia 23 foi ocupado com os cumprimentos às Altas Entidades Militares e Cíveis da Guiné, e para tomar conhecimento geral da situação militar, em especial da Cavalaria.

No dia 24, iniciaram-se as visitas às referidas sub-Unidades de Cavalaria, as quais se realizaram diàriamente, utilizando os vários meios de transporte aéreos, rodoviários e fluviais que, por directiva do Governador e Comandante Chefe, General António de Spínola, foram postos à minha disposição, sendo as mesmas visitas também muito facilitadas com a simpatia e boa vontade dos seus mais directos colaboradores.

Foi assim possível percorrer profundamente a Guiné e contactar com todos os Batalhões e Companhias de Cavalaria e Polícia Militar, Esquadrões de Reconhecimento, Centros de Instrução e sub-Unidades de outras Armas e Serviços.

São sempre muito proveitosos estes contactos, para actualizar, se possível e necessário, a instrução das tropas destinadas ao Ultramar, e servem, também, para se poder avaliar da dureza das missões que lhes são atribuídas.

Foi com muito agrado que verifiquei o bom comportamento das tropas de Cavalaria, que, em todas as situações e com quaisquer meios, mantêm o «espírito cavaleiro», correspondendo à confiança que a Arma nelas deposita. Além da parte operacional, grande é também a sua contribuição na importante obra que está sendo levada a efeito na Guiné, com o reordenamento das populações, grande factor psicológico, pela melhoria das condições de vida e, consequentemente, sua conquista.

Revista da Cavalaria



Contacto com instrutores



Uma praça indígena, depois de uma operação, trava contacto com o nosso Director

Revista da Cavalaria



Num Centro de Instrução



Numa das Companhias de Cavalaria

Revista da Cavalaria



Contactando as tropas nativas



Troca de impressões com as tropas, depois de uma operação

Revista da Cavalaria

Durante a minha estadia na Guiné, que se prolongou até 5 de Abril, fui, com minha mulher, obsequiado pelas mais Altas Entidades, que, recebendo-nos em suas casas, nos proporcionaram um amigo e agradável convívio, que não posso esquecer.

Também a Arma de Cavalaria, aproveitando uma reunião de comandos, me distinguiu com um jantar efectuado na Companhia de Polícia Militar, ao qual assistiram todos os Oficiais de Cavalaria presentes em Bissau e suas famílias, que decorreu em agradável camaradagem.

Como em 1965, pelo então Director da Arma, General Ribeiro de Carvalho, foram visitadas as sub-Unidades destacadas em Angola e Moçambique, ficaram, com esta minha visita à Guiné, conhecidas as condições de vida e missões de todas as tropas de Cavalaria em luta no Ultramar.

General CORREIA BARRENTO



Brigadeiro

António Maria Malheiro Reymão Nogueira



erminou o curso de Cavalaria da Escola do Exército em 1932, tendo ingressado na Escola Prática de Cavalaria, onde fez o tirocínio e desempenhou as funções de instrutor, com insuperável zelo, dedicação e competência.

Foi Mestre de Equitação da Escola do Exército e do Colégio Militar, dando a esta instrução um notável desenvolvimento, conseguindo dos alunos um elevado nível de desembaraço, motivo dos maiores elogios em todas as exibições equestres em que tomaram parte. A sua comprovada competência profissional e reconhecida autoridade em assuntos de equitação determinaram o seu contributo na elaboração de um Manual de Equitação, concorrendo, assim, não só para a uniformidade de ensino, como para uma maior eficiência daquela instrução.

Frequentou, em 1945, o «Cours de Perfectionement Equestre de Fontainebleau», tendo sido considerado «Ecuyer du Cadre Noir», com as insígnias correspondentes: Esporas de Ouro e «Cravache». Participou também, por diversas vezes, na Equipa Nacional de Hipismo, e nas Olimpíadas de Helsínquia (1952) e de Roma (1960).

As suas reais qualidades de chefe e a aptidão de comando evidenciaram-se como Comandante da Polícia de Viação e Trânsito, 2.º Comandante da Escola Prática de Cavalaria e Comandante do Regimento de Cavalaria N.º 7, pela proficiência da sua acção.

De 1965 a 1967, esteve, em comissão de serviço, na Guiné. A forma como desempenhou as missões de que foi incumbido fica perfeitamente patente no louvor que, então, lhe foi conferido:

«Louvado o Brigadeiro António Maria Malheiro Reymão Nogueira, pela forma altamente eficiente como desempenhou, durante dois anos, em situação de campanha, as elevadas e muito importantes funções

Revista da Cavalaria

para que foi designado, primeiro como 2.º Comandante e depois como Comandante Militar, tendo demonstrado, em todas as circunstâncias, notáveis qualidades de chefe e organizador, sempre bem patentes na



Brigadeiro António Maria Malheiro Reymão Nogueira

forma como soube preparar, empregar e impulsionar as forças sob o seu comando.

Altamente impregnado do espírito de missão, soube transmitir aos comandos e às Unidades subordinadas, que visitava com grande fre-

Revista da Cavalaria

quência, a sua energia inquebrantável e a sua enorme capacidade de realização, impulsionando-os de forma tão convincente, que o rendimento operacional atravessou um surto de elevado progresso durante o seu comando, traduzido, quer no número de operações realizadas, quer nos reveses infligidos ao inimigo, com a captura de grandes quantidades de material, quer ainda na intranquilidade que lhe criou, resultante da perseguição constante que lhe tem sido movida e no abandono pelo inimigo de regiões que, pelo encarniçamento que pôs na sua defesa e pelo interesse real para acções futuras, se podem considerar de fundamentais.

Possuidor do conhecimento pormenorizado da situação da província, que seguiu e viveu intensamente em todos os seus aspectos e que estudou e avaliou sempre com elevado discernimento, acompanhou frequentes vezes as tropas no decorrer das operações, que ia observar nos próprios locais de acção, indiferente a riscos corridos e ao esforço dispendido. A sua presença em pleno centro das regiões consideradas mais perigosas, nos momentos críticos, nas operações de maior interesse ou mais audaciosas, foi em muitos casos uma determinante fundamental dos sucessos alcançados, alguns deles antes julgados aleatórios, ou improváveis, inculcando assim, com a sua presença, ânimo e confiança aos executantes. Sempre que qualquer Unidade, por mais pequena que fosse e por mais isolada que estivesse, atravessasse um período de crise, quer em consequência de acções inimigas, quer por outros motivos, logo o Brigadeiro Malheiro Reymão Nogueira ali comparecia, para, com o estímulo da sua presença, lhe inculcar novo ânimo e redobradas forças, o que torna perfeitamente compreensível a elevada estima em que era tido pelos seus subordinados, sem que isto o impedisse de ser um elemento altamente disciplinador.

Conhecedor profundo da psicologia humana, possuidor de uma grande experiência sobre a forma de congregar esforços e aglutinar vontades, ao mesmo tempo que exigia intransigentemente, sabia, com muito critério e elevada noção das realidades, avaliar o esforço que era possível pedir às tropas e aplicá-lo no momento oportuno e no local mais adequado.

Muito desassombrado, valente e corajoso, dedicado ao bem-estar e à elevação do moral das suas tropas e à melhoria da sua preparação e do seu rendimento, demonstrou sempre excelente sentido de colaboração com o Comandante-Chefe e com os Comandantes dos outros ramos das Forças Armadas da província.

Por tudo o que ficou exposto, se verifica que o Brigadeiro Malheiro Reymão Nogueira, quer nas funções de 2.º Comandante, quer nas de

Revista da Cavalaria

Comandante Militar, ilustrou as Forças Armadas e honrou o País, devendo os serviços prestados ser considerados altos, relevantes e distintíssimos.».

(Portaria de 17 de Outubro de 1967, inserta na O. E. N.º 22 — 2.ª Série, de 15 de Novembro de 1967).

Recentemente, foi Director do Colégio Militar, vindo, posteriormente, a assumir o Comando da Região Militar de Coimbra.

Ao longo da sua carreira, foi distinguido com 15 louvores e as seguintes condecorações:

- Medalha de Ouro de Serviços Distintos com Palma
- Medalha Comemorativa da Guiné
- 2 Medalhas de Prata de Serviços Distintos
- Medalha da Ordem Militar de Aviz, de Mérito Militar Português, Brasileiro e Espanhol
- Agraciado com o grau de 4.ª Classe da Real Ordem da Victória (Inglaterra)
- Mérito Desportivo (França) e Leão de Judah (Etiópia, devolvida).



Dia da Cavalaria em 1970

RELATO DAS CERIMÓNIAS



Em todas as Unidades de Cavalaria de Portugal, quer na Metrópole quer no Ultramar, em zonas de paz ou naquelas em que é preciso fazer face a um inimigo que, do exterior, nos move a guerra, comemorou-se em 1970, como já é de tradição, o Dia da Cavalaria. As cerimónias que, como sempre, calaram bem fundo no coração de todos os Cavaleiros, revestiram-se de um brilho, de um significado e de uma repercussão que excedem largamente as páginas que, por imperativo de espaço, lhes vamos dedicar.

Solenidades tão dispersas pelo Espaço Português, impossível é dar uma ideia completa e pormenorizada de como decorreram.

Contudo, e isto que fique bem claro, mesmo das mais longínquas e modestas fazemos eco na «Revista da Cavalaria».

Saudação do General Director da Arma

«Mais um aniversário do Dia da Cavalaria, em que a Arma está presente para prestar homenagem ao seu Patrono — Mousinho — que, em 21 de Julho de 1897, em Macontene, carregou à frente da sua Cavalaria, contribuindo, decisivamente, para a vitória alcançada.

Lembrando os feitos gloriosos de tão valente militar e devotado português, que sempre deu mostras de um querer fortíssimo na procura e ataque dos inimigos da Pátria, enaltecemos também aqueles que, em todos os tempos, não hesitaram em defender os portugueses de qualquer cor ou credo, quando atacados ou traídos.

Revista da Cavalaria

Actualmente, na emergência que estamos atravessando, a Cavalaria, integrada nas Forças Armadas, tem sabido manter as honrosas tradições da sua Arma, na defesa da integridade do solo pátrio espalhado por todo o Mundo, como há nove anos, com sacrifício de vidas e de capacidades físicas, tem comprovado nas nossas províncias ultramarinas, traiçoeiramente atacadas.

Continuemos, pois, com a mesma determinação que nos tem orientado até agora, prontos, como Mousinho, a conquistar amigos ou a atacar inimigos, em todas as circunstâncias e com quaisquer meios, embora mantenhamos a ambição de que à Arma sejam atribuídas, na maior escala possível, as suas missões específicas.

Congratulemo-nos pelos resultados obtidos em Angola com a tropa a cavalo, e que vêm confirmar as esperanças formuladas anteriormente de podermos demonstrar a sua necessidade, eficiência e oportunidade de emprego na guerra que estamos enfrentando no Ultramar.

Hoje, o Director da Arma de Cavalaria, confiante na inabalável fé e grande dedicação no cumprimento do dever que, desde 1961, têm dado provas, saúda todos os Cavaleiros — Oficiais, Sargentos e Praças — e presta, com todos eles, as melhores homenagens de muito respeito e grande saudade àqueles que perderam as suas vidas em holocausto da nossa querida Pátria.»

Comemorações em Lisboa

Na manhã de 21 de Julho, na Praça do Império, teve lugar a formatura geral das tropas de Cavalaria aquarteladas em Lisboa.

Numerosos carros de combate emprestaram ao aniversário da batalha de Macontene a moldura que os Regimentos de Lanceiros n.º 2, Cavalaria n.º 7 e da Guarda Nacional Republicana impunham.

Junto ao Mosteiro dos Jerónimos, numa tribuna voltada ao Tejo, tomaram lugar o Secretário de Estado do Exército, em representação do Ministro daquela pasta, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o Director da Arma de Cavalaria, o Governador Militar de Lisboa, antigos Directores da Arma e todos os Oficiais Generais e Comandantes das Unidades de Cavalaria do Continente. Recebeu-os, à entrada, o Coronel Viriato Mamede de Brito, Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 7.

Procedeu-se, depois, à leitura, pelo Alferes Mil.º Falcão de Azevedo, da «Saudação» do General Director da Arma e da nossa Revista, General Correia Barrento.

Revista da Cavalaria



O General Director da Arma, procedendo à entrega de «Placas Mousinho»

Seguidamente, o Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 7 proferiu uma alocução, que, pela sua importância, transcrevemos na íntegra:

«Celebra-se hoje o Dia da Cavalaria, não só aqui, mas em todas as Unidades de Cavalaria do Ultramar.

Por que se celebra hoje o Dia da Cavalaria?

Há 73 anos, em 21 de Julho de 1897, na planície de Maçontene, um quadrado de tropas portuguesas, constituído por Infantaria, Artilharia e Marinha, e com a Cavalaria ao centro, suportou heróicamente o ataque de milhares de guerreiros vátuas, numa proporção de dez para cada português. Ao fim de uma hora de fogo violento, o Major de Cavalaria Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque, à frente dos seus 50 Lancieiros, carrega sobre as hordas inimigas, as quais fogem espavoridas.

É a vitória no combate de Maçontene.

Mas seria esta carga a mais importante que houve em todos os combates em que a Cavalaria tomou parte, na sua longa História? Certamente que não. Então por que escolheu-a para que, no seu aniversário, seja celebrado o Dia da Cavalaria Portuguesa?

Revista da Cavalaria

É Patrono da Cavalaria Portuguesa o Tenente-Coronel de Cavalaria Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque, e, dos vários combates por ele planeados e comandados, foi sem dúvida no de Macontene que ele mais evidenciou as suas extraordinárias qualidades de chefe e de Cavaleiro.

Para bem podermos apreciar o valor de Joaquim Mousinho de Albuquerque, dos seus feitos e do que eles representam na História de Portugal, é necessário conhecer-se o ambiente político que existia em África, nessa época.

Em Novembro de 1889, uma missão de estudo que se encontrava junto do rio Chire, protegida por uma força comandada pelo Major Serpa Pinto, foi inesperadamente atacada pelos guerreiros de Meluane, o chefe africano mais importante da região, que havia sido instigado a praticar este acto pelos agentes de uma companhia inglesa, a «British South Africa Chartered Company», que assim pretendia usurpar aquela nossa zona fronteiriça. O ataque foi repellido, os bandos IN perseguidos e desbaratados, Meluane e outros régulos seus aliados voltaram e reconhecer-se vassallos de Portugal.

Os ingleses, vendo perdida a tentativa de se apoderarem daquela área pela subversão dos naturais, enveredaram por outro caminho, não menos desleal. Com o pretexto de que tropas portuguesas tinham atacado africanos vassallos de Inglaterra, e de que essas tropas tinham penetrado em território inglês, exigiram que elas retirassem daquela zona.

O nosso Governo, certo da razão que lhe assistia, propôs e insistiu para que o litígio fosse resolvido por arbitragem, como era obrigatório desde a Conferência de Berlim. O Governo inglês recusou e enviou o tristemente célebre ultimatum de 11 de Janeiro de 1890, segundo o qual impunha a Portugal retirada imediata dos territórios do Chire e de Machona, ameaçando com a declaração de guerra, se não fosse satisfeita a sua imposição. O Governo Português teve de ceder, perante as perspectivas desastrosas de uma guerra com a maior potência da época.

Em fins de 1890, ocorreu outro incidente da mesma natureza, desta vez na área de Manica: o régulo Mutana, que sempre se declarara vassallo de Portugal, instigado pelos agentes ingleses de Cecil Rhodes, atraiu a uma cilada o Coronel Paiva de Andrade e o Capitão-Mor Manuel António de Sousa, os quais foram presos por polícias da «South Africa Company», sob o falso pretexto de se encontrarem em território inglês. Este acto injustificável e a suspeita de que os ingleses pretendiam apoderar-se do território nacional até ao porto da Beira, pro-

Revista da Cavalaria

duziram um estado de revolta na população europeia. Em Lourenço Marques, organizou-se uma expedição de voluntários civis, para libertar o território nacional, ocupado pelo invasor inglês.

Em 1894, a situação no Sul de Moçambique era crítica: o régulo Gungunhana, possuidor de um poderoso exército de muitos milhares de guerreiros, armados e municados pelos ingleses, praticava toda a espécie de crimes contra os povos vizinhos e desrespeitava ostensivamente as autoridades portuguesas. Os ingleses por nenhuma forma desistiam de infiltrar a sua influência em território português, para dele se apoderarem.

Perante a grave situação de perdermos Moçambique, o Governo Português envia para ali uma expedição e nomeia Comissário-Régio António Enes. Apesar dos meios existentes serem mais do que insuficientes para resolver a grave ameaça que pesava sobre os nossos territórios, em 2 de Fevereiro de 1895 trava-se o combate de Marracuene, célebre na história das campanhas ultramarinas, por ser o único caso em que se reconstituiu, durante o combate, um quadrado roto pelo inimigo. As nossas forças, que não atingiam 900 homens, venceram, em Marracuene, cerca de 3000 guerreiros vátuas.



Aspecto das forças em parada, junto ao Mosteiro dos Jerónimos

Revista da Cavalaria

Por esta altura, chegava a Lourenço Marques outra expedição metropolitana comandada pelo heróico Coronel Galhardo, da qual fazia parte um Esquadrão de Lanceiros, comandado pelo Capitão Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque. Este Esquadrão é integrado na coluna que, de Norte para Sul, iria atacar o Gungunhana. Seguiu para Chicomo, onde estacionou. Em Novembro, têm início as operações. Mas a longa espera reduzira o Esquadrão a pouco mais de 30 homens; era o que restava dos 166 iniciais.

Em 7, dá-se o combate de Coolela. A Cavalaria a pé firme constitui a reserva. Em 11, fere-se o combate de Manjacaze, com a vitória do qual se considera encerrada a campanha.

O Capitão Mousinho de Albuquerque ofereceu-se para continuar em Moçambique, sendo então nomeado Governador do Distrito de Gaza.

Em 15 de Dezembro de 1895, estaciona na região de Lhanguene, com uma ligeira força de 50 homens, a fim de obter informações sobre o Gungunhana. Conseguidas essas informações, dirige-se para Chaimite, que atinge em 28, entrando resolutamente no acampamento inimigo, onde se encontravam mais de 3000 guerreiros, e, num rasgo de valentia inultrapassável, efectua a prisão do Gungunhana.

Ao entrar no «kraal» do Gungunhana, Mousinho transpôs os umbrais da História. Deixa de ser o Capitão Mousinho de Albuquerque; passa a ser simplesmente Mousinho.

Promovido por distinção a Major, Mousinho, em Janeiro de 1896, à frente de 17 Cavaleiros, percorre o Maputo de lés a lés, em razias nocturnas, e pacifica toda a região. Finalmente, conseguia provar que tinha razão, quando pugnava pelo emprego da Cavalaria em África. No seu relatório transparece o seu orgulho de Cavaleiro, ao dizer: «Estes 17 cavalos tinham feito mais serviço do que poderia fazer uma força decupla de Infantaria. A pacificação do Maputo teria levado meses, talvez anos, se empreendida só com forças apeadas. Com 17 Cavaleiros demorou um mês».

Em 13 de Março de 1896, é nomeado Governador-Geral, cargo no qual se virá a afirmar um dos mais altos valores de administração ultramarina.

Sob a sua orientação, Moçambique atingirá um desenvolvimento nunca alcançado; mas, antes disso conseguir, tornou-se necessário e indispensável garantir a paz e a ordem interna, e, para tal, foi obrigado mais uma vez a fazer a guerra. O seu governo foi assim assinalado, em grande parte, por operações militares, por ele planeadas e comandadas.

Revista da Cavalaria



Os estandartes das Uniões de Cavalaria em parada, frente à tribuna

Por gosto? — Não! — Mousinho não fez a guerra pela guerra; fê-la por necessidade. Quando da sua nomeação para Governador-Geral, a ocupação de Moçambique era, na sua maior parte, fictícia. Tornava-se, por isso, urgente torná-la real. O território frente à ilha de Moçambique estava por ocupar. Mousinho decide ocupar este território. É a campanha dos Namarrais.

As primeiras operações em Mujenga — Outubro de 1896 — foram quase um desastre. Os guias conduzem a coluna, propositadamente, por caminhos errados. Cai-se numa emboscada. Em terreno fechado, sem campos de tiro, a coluna mal se pode defender do inimigo, escondido na mata. No local não há água. Perante a situação tornada insustentável, depois de combater durante 20 horas, Mousinho é obrigado a ordenar a retirada. A operação, feita debaixo de fogo, foi conduzida em boa ordem, sem deixar uma arma nas mãos do inimigo.

A forma como foi realizada esta retirada foi um feito brilhante. Apesar da dificuldade do terreno, foi utilizada a Cavalaria. No seu relatório sobre a Mujenga, diz: «A Cavalaria, como Arma de combate propriamente dita, viu bem patente a sua eficácia contra indígenas, a

Revista da Cavalaria

despeito do terreno lhe ser muito desfavorável.». E, mais adiante, relatando a forma como se tinham conduzido as forças sob o seu comando, considera que fora um dos feitos de armas mais brilhantes que se tinham visto em guerras de África.

Em Fevereiro de 1897, recomeçam as operações; sucedem-se os combates: Naguema, Ibraimo e Macuto Muno. O inimigo é vencido e o território ocupado.

Mousinho é então nomeado Comissário-Régio.

Inicia-se a revolta de Gaza. O poder vátua, já por várias vezes derrotado, não tinha desaparecido. Maguiguana, grande chefe de guerra de Gungunhana, levantara numerosos guerreiros, que, bem armados e municiados pelos ingleses, ameaçavam a própria Sede do Governo. Mousinho ordena a concentração no Chibuto da coluna que irá actuar. Em 8 de Julho, segue, com a Cavalaria, de Lourenço Marques até ao local da concentração — anda 210 kms. em 36 horas. No seu relatório, diz: «Creio ser a maior marcha feita pela Cavalaria em África», e, nesta frase, adivinha-se o seu orgulho de ser Oficial de Cavalaria. Em 21 de Julho, já com os cavalos descansados da longa caminhada, sai do Chibuto ao encontro do inimigo. Encontra-o em Macontene. Os guerreiros vátuas, em hordas ululantes, lançam-se ao ataque. Chega o momento pelo qual Mousinho esperava há anos. O terreno aberto presta-se ao emprego da Cavalaria. Com o inimigo avançando e fazendo fogo, lança-se, com os seus 50 Cavaleiros, numa carga impressionante, sobre os 5000 guerreiros atacantes.

Sucede o que previra: o inimigo não resiste e foge. A 1 km. do quadrado, Mousinho entrega o comando da Cavalaria a um dos seus Officiais, para que este conduza a perseguição.

Macontene foi um combate completo e decisivo. Com o emprego oportuno da Cavalaria, Mousinho conseguira provar que tinha razão, quando pugnava pelo emprego da Cavalaria em África. Contudo, Maguiguana conseguira fugir. Em 1 de Agosto, inicia a perseguição ao chefe vátua, à frente de 30 Cavaleiros e de 30 cipaios; alcança-o em Mapulangene, junto à fronteira com o Transval. Maguiguana resiste e é morto em combate. Voltava a paz às terras de Gaza. Mousinho, com a sua Cavalaria, percorrera 1200 kms. Estavam terminadas as campanhas de ocupação e pacificação da província portuguesa de Moçambique.

Os historiadores das campanhas africanas são peremptórios em afirmar que esta campanha só foi possível devido à Cavalaria. Ao seu judicioso emprego, feito sempre dentro do verdadeiro espírito da Arma,

Revista da Cavalaria

alia-se a coragem reflectida, a rapidez de decisão, o efeito da surpresa, conseguindo assim um dos mais brilhantes feitos que se desenrolaram no Sul da África. Embora menos conhecida que o espectacular feito de Chaimite, a campanha de Gaza deu a Mousinho ensejo de revelar as suas extraordinárias qualidades de chefe militar, que o transformaram numa das mais notáveis figuras militares da História de Portugal.

Com a paz assegurada, poderia agora dedicar-se à governação, onde teria ocasião de pôr à prova as suas qualidades de homem de Estado.

Ninguém, antes de Mousinho, soubera pôr com tamanha inteligência, clareza e senso político os problemas económicos, administrativos, financeiros, políticos e militares daquela província. Era um intellectual que sabia actuar, era um homem de acção que sabia pensar. O seu governo abriu uma nova era na administração ultramarina portuguesa. Novas ideias, novos resultados, novos destinos. Na governação ultramarina, devem distinguir-se dois períodos: antes e depois de Mousinho.

Mas não o deixaram ficar muito tempo no lugar. Porquê? Porque não o compreendiam. O seu ânimo resoluto e forte, o seu amor à verdade e à lisura, a coragem de cortar a direito, o desassombro das suas atitudes, nada estavam de acordo com o modo de ser dos políticos do seu tempo.

Mas, mais ainda do que a sua glória, Mousinho deixou-nos a sua escola: a escola de Mousinho!

Escola de patriotismo, de bravura, de sacrifício, de lealdade, de disciplina, de desinteresse, de ideal.

Regressado à Metrópole, é nomeado Oficial-Mor da Casa Real, sendo-lhe confiada a educação do Príncipe Real. Mas Mousinho nunca poderia ser um homem da Corte. Forte de alma, leal e corajoso, nunca poderia pactuar com a intriga, com a inveja, com a desonestidade.

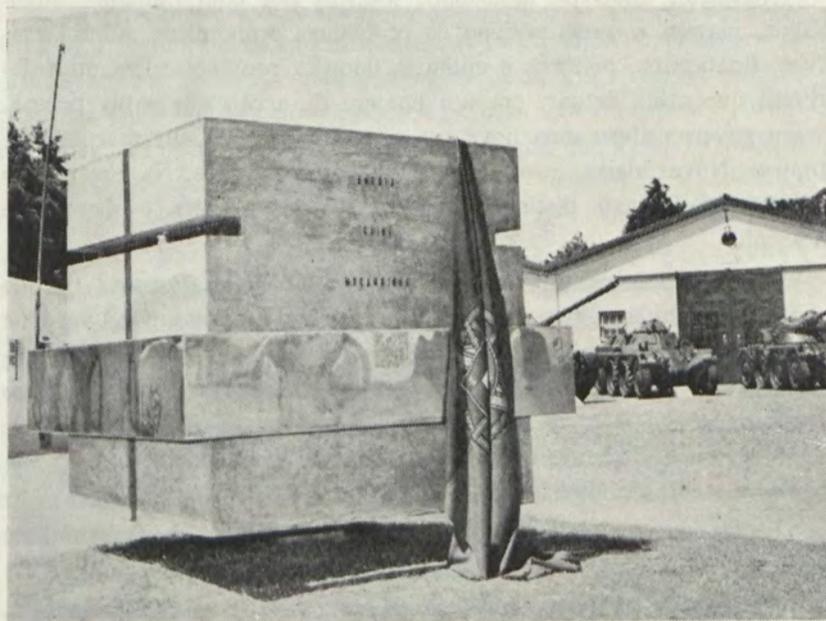
Mousinho fora sempre Soldado. E, como Soldado e chefe, nele sempre imperara o espírito da sua Arma. Foi Soldado no sentir, Soldado no agir. As qualidades que ele apregoou como apanágio dos que têm a honra de vestir uma farda, sempre demonstrou possui-las em alto grau. E porque sempre assim foi, Mousinho podia gritar bem alto o seu orgulho de ser Soldado.

A vida de Mousinho, tão digna como exemplo elevado e esclarecido de nacionalismo, é tão grande que enobrece as páginas da História de Portugal. Conservemos o reconhecimento sempre vivo desta brilhante figura da nossa epopeia ultramarina e glorifiquemos o nome

Revista da Cavalaria

sem mácula de Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque — Patrono da Cavalaria Portuguesa.».

Teve lugar, seguidamente, a entrega de «Placas Mousinho» às Praças que, uma em cada Unidade de Cavalaria, mais se distinguiram em 1970, acto de que se encarregaram o Secretário de Estado do Exército e as restantes individualidades presentes às comemorações, e que culmi-



Monumento aos militares do R. C. 7, mortos ao serviço da Pátria

nou com a imposição de Medalhas de Mérito Militar, de Comportamento Exemplar e da Condecoração da Ordem Militar de Aviz a dezanove Oficiais, Sargentos e Praças. De assinalar que o Comandante das forças em parada, o Tenente-Coronel Domingos Magalhães, recebeu das mãos de seu pai, Oficial-General de Cavalaria, a Medalha de Mérito Militar.

Seguiu-se o desfile, em continência, das forças em parada, constituídas por uma formação de estandartes de todas as Unidades de Cavalaria, um Esquadrão de Carros de Combate, um Esquadrão Misto de

Revista da Cavalaria

Auto-Metralhadoras, dois Esquadrões de P. M. e um grupo da G. N. R., que desfilou a galope.

Pelas 12 horas, na parada Môngua do Regimento de Cavalaria n.º 7, o Secretário de Estado do Exército inaugurou um monumento aos mortos daquela Unidade, após o que se iniciou a visita à exposição «A Cavalaria através dos tempos», da qual constavam vinte e cinco modelos de todos os carros de combate usados, até à data, pela Cavalaria Portuguesa.

As cerimónias terminaram, no «Regimento do Cais», com almoços de confraternização nas messes de Oficiais e Sargentos e no refeitório das Praças.

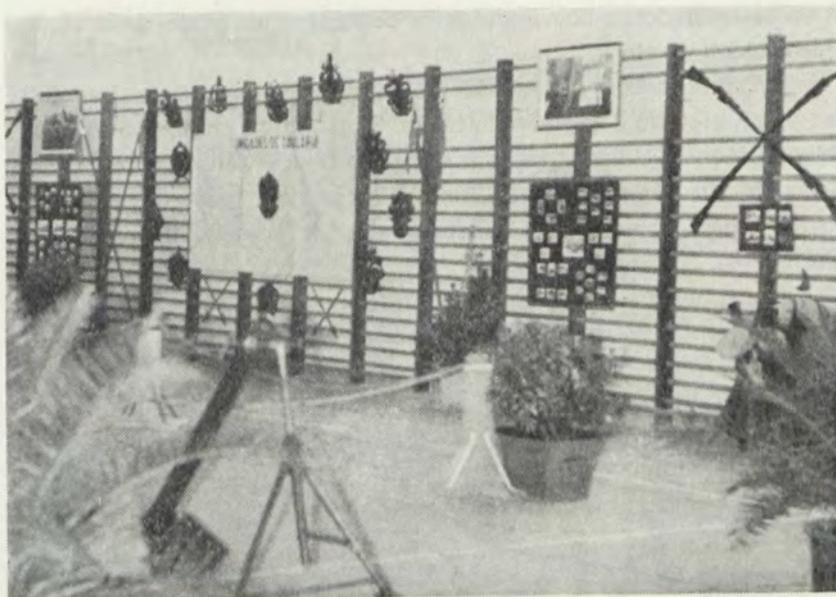
Na Escola Prática de Cavalaria

Para assinalar solenemente o Dia da Cavalaria, realizaram-se na Escola Prática da Arma, aquartelada em Santarém, diversas cerimónias, que se revestiram do habitual brilhantismo.



Condecoração de um Sargento da EPC

Revista da Cavalaria



Aspecto da exposição «A Cavalaria através dos tempos»

Na manhã de 17 de Julho, e perante os Comandantes Militar e da EPC, respectivamente, Coronéis Hugo Leitão e Alberto da Silva Banazol; o Comandante do Presídio Militar, Coronel Mário Ferreira; o 2.º Comandante da Escola, Major Rodrigues Mano; o Comandante Distrital da P. S. P., Capitão Luís António Vasco; o Vice-Reitor do Liceu Nacional, Dr. Santos Silva; o Director da Escola de Regentes Agrícolas, Dr. Francisco Duarte Caldas; e outras individualidades militares e civis, foi içada a bandeira, seguindo-se, na parada Chaimite, a formatura geral, sob o comando do Major Rodrigues Mano, tendo sido prestada continência ao estandarte.

O Coronel Alberto da Silva Banazol leu, depois, a «Saudação» do General Director da Arma, tendo, em seguida, proferido uma alocução alusiva ao Dia da Cavalaria. Seguiu-se a entrega de «Placas Mousinho» aos militares da Escola que mais se distinguiram.

Na aludida parada, foi então celebrada missa, pelo Tenente-Capelão Jana, que fez uma interessante homília.

Houve, seguidamente, um desafio de voleibol, entre equipas do COM e do CSM.

Revista da Cavalaria

Após o almoço, foi inaugurada, no ginásio da EPC, uma exposição subordinada ao tema «A Cavalaria através dos tempos», e, da parte da tarde, realizaram-se várias manifestações desportivas, entre as quais a final de um torneio de futebol de salão, inter-Esquadrões do Q. P..

A noite, a fachada da Escola Prática de Cavalaria esteve iluminada.

No Regimento de Lanceiros n.º 1

No Regimento de Lanceiros n.º 1, em Elvas, as comemorações do Dia da Cavalaria mereceram nota alta.

No dia 17 de Julho, logo pelas seis horas e meia, a fanfarra do Regimento executou o toque de «Alvorada», tendo, às oito, sido içada a bandeira, com um Pelotão e fanfarra.

A formatura geral da Unidade e do Centro de Instrução de Condução Auto n.º 3, na parada Mousinho de Albuquerque, ocorreu às nove horas e trinta minutos, tendo o Aspirante Mil.º Joaquim M. C. Lopes, após a leitura da «Saudação» do General Director da Arma, dirigido às forças em parada algumas palavras sobre a figura e a obra de Mousinho, tendo dito, a concluir a sua alocução: «Que todos nós, portugueses, em especial todos nós militares do R. L. 1, saibamos continuar os feitos gloriosos do nosso Patrono, mantendo bem alto o prestígio da Cavalaria e elevando ainda mais o nome e a reputação que Portugal usufruiu através dos séculos.»

Foram depois entregues «Placas Mousinho» às Praças do R. L. 1 e C. I. C. A. 3, que mais se distinguiram em 1970, após o que se seguiu o desfile perante a placa alegórica à memória de Mousinho. O Esquadrão da Formação do Regimento percorreu, ainda, as ruas da cidade.

Nas messes de Oficiais e Sargentos e no refeitório das Praças houve almoços de confraternização.

A fachada do quartel esteve iluminada, desde o recolher até à meia-noite.

No Regimento de Cavalaria n.º 3

Também o Regimento de Cavalaria n.º 3 se associou às comemorações do Dia da Cavalaria.

Revista da Cavalaria

No dia 17 de Julho, e estando presentes o Presidente da Câmara Municipal, o Sub-Delegado de Saúde, o Director da Escola Comercial e Industrial, os Comandantes dos Postos da G. N. R. e da P. S. P., além, naturalmente, dos Comandante e 2.º Comandante do Regimento, houve, pela manhã, formatura geral.

O Comandante da Unidade, Coronel António Maria Rebelo, proferiu uma alocução alusiva, tendo o Aspirante Mil.º Casas Novas procedido à leitura da «Saudação» do General Director da Arma.

As tropas em parada desfilaram, depois, perante o busto de Mousinho, na parada que tem o seu nome.

Houve rancho melhorado.

No Regimento de Cavalaria n.º 4

Foi o dia 17 de Julho, no Regimento de Cavalaria n.º 4, a um tempo, Dia da Cavalaria e Dia da Unidade.

Já na véspera haviam tido lugar a final do campeonato de futebol inter-Esquadrões, prova em que triunfou o 6.º ECC, após um despique ardoroso, que obrigou à marcação de penalidades, para apuramento do vencedor, e um jogo de «andebol de 7», entre uma equipa de Oficiais e outra de Sargentos, que foi ganha por aquela.

Na manhã do dia seguinte, o Regimento apresentava o aspecto dos dias festivos. Um terno de clarins executou o toque de «Alvorada», sendo a bandeira içada às 8 horas.

Entretanto, foram chegando várias individualidades militares e civis, entre as quais os Comandantes das Unidades aquarteladas no C. I. M., do R. I. n.º 2 de Abrantes e do C. D. M. M. do Entroncamento e o Presidente da Câmara Municipal de Constância. Posteriormente, e representando o General Director da Arma, chegou o Brigadeiro Henriques d'Avellar.

Eram 10 horas quando chegaram os Brigadeiros Comandante da Região Militar de Tomar e 2.º Comandante da 3.ª Divisão, que foram recebidos pelos Comandante e 2.º Comandante do R. C. 4.

Dirigiram-se para o campo de futebol, onde se encontrava formado o Regimento. As forças em parada apresentaram armas, sendo tocada a marcha de continência. Tomaram depois lugar na tribuna, onde se encontravam já as atrás referidas individualidades.

Revista da Cavalaria

Proferiu o Comandante da Unidade algumas palavras, a que se seguiu uma alocução alusiva ao Dia da Cavalaria, proferida pelo Aspirante Mil.º R. Silva. Foi depois lida, pelo Alferes Maia de Carvalho, a «Saudação» do General Director da Arma.

As individualidades presentes procederam então à imposição de condecorações — Medalhas de Mérito Militar, Comportamento Exemplar (Prata e Cobre) e das Campanhas do Ultramar — a alguns Sar-



A assistência segue, muito interessada, as provas de destreza e aplicação físicas, feitas por Praças do R. C. 4

gentos e à entrega de quatro «Placas Mousinho» e de outros tantos Diplomas de Louvor.

Seguiu-se o desfile das forças em parada, sob o comando do Major Mestre Rodrigues.

Depois, tudo se preparou para algumas exhibições de destreza e aplicação físicas, feitas por Praças do Regimento. Sempre realizadas entre Esquadrões, tiveram lugar «estafetas» com passagem de obstáculos e corrida plana, provas que terminavam com o transporte dum

Revista da Cavalaria

saco de areia, e «quadrigas», estas com carros puxados por militares, que efectuaram determinado percurso. Qualquer das provas entusiasmou a assistência, tendo, do despique ardoroso, saído vencedor o 5.º ECC.

Para encerrar as cerimónias da manhã, houve ginástica de aplicação militar. Era aguardada, com certa expectativa, a exibição da classe. Entre os obstáculos: saltos, com trampolim, sobre um jepp e baionetas, por um anel e bidons de fogo. Foi, pois, em beleza que se cumpriu a 1.ª parte das comemorações.

Pelas 13 horas, houve almoços de confraternização, na messe de Oficiais, com as individualidades presentes, e na messe de Sargentos, com alguns familiares. Também o rancho foi melhorado.

Eram 15 horas quando foi inaugurada a Sala Museu. Embora os objectos reunidos não fossem muitos, eles estavam apresentados com bom gosto. Agora, há que aumentar e melhorar, procurando dar à Sala o cunho da história do R. C. 4.

Mais tarde, teve lugar uma gincana automóvel. Foram duas horas de interesse, emoção e expectativa.



Salto, com trampolim, sobre um jepp

Revista da Cavalaria



Pormenor da exibição da classe de ginástica de aplicação militar

Antes do jantar, houve uma visita aos doentes da Unidade, internados na enfermaria do campo, a quem foram entregues algumas lembranças e ditas palavras de conforto, pelo Coronel Emiliano Fernandes, Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4.

E à noite, digno fecho das cerimónias do Dia da Cavalaria e da Unidade, efectuou-se um sarau recreativo, no decorrer do qual foram entregues os prémios aos vencedores da gincana. A sala estava à cunha. O espectáculo, a cargo de militares, nem por isso deixou de agradar a todos os presentes, que ainda tiveram ensejo de assistir à exibição do Rancho de Alenquer, que, gratuitamente, se ofereceu para abrilhantar as cerimónias.

No Regimento de Cavalaria n.º 6

Os feitos do Capitão Mousinho de Albuquerque, na planície de Macotene, e do Capitão Costa Pessoa, na batalha de Armiñon, foram evocados no Porto, em 21 de Julho, pelo Regimento de Cavalaria n.º 6,

Revista da Cavalaria



*O Comandante da Região Militar do Porto, General Júlio Pereira,
passa revista à guarda de honra*

ao comemorar, em brilhante cerimónia militar, o Dia da Cavalaria. Ambiente grandioso e festivo enquadrou duas páginas de glória, que tornaram o estandarte do Regimento o mais condecorado do Exército Português.

A bandeira nacional, apresentada pelo Alferes Vitor Cardoso, teve, digamos, como guarda de honra a formatura regimental, sob o superior comando do Major Faria Fernandes. Nela se integravam três Esquadrões, comandados pelo Capitão Félix de Moraes e pelos Alferes Marques e Silva.

Num dos topos da parada, junto da placa que evoca os nomes dos Oficiais, Sargentos e Praças que ofertaram, no altar da Pátria, a sua vida em holocausto, viam-se o General Júlio Pereira, Comandante da Região Militar do Porto, que se fazia acompanhar dos Chefe e Sub-Chefe do seu Estado-Maior, Tenentes-Coronéis Gonçalves Vaz e Moreira Rebelo; o Tenente-Coronel Leuschner Fernandes e o Major Arriscado Nunes, Comandante e 2.º Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 6; os antigos Comandantes daquela Unidade, Brigadeiro Aires Martins e Coronel Tadeu Ferreira; e os Comandantes das Unidades da Guarnição.

Revista da Cavalaria



*O Comandante da Unidade, Ten.-Coronel Leuschner Fernandes,
no uso da palavra*

Revista da Cavalaria

A guarda de honra ao General Júlio Pereira foi prestada, na Rua Serpa Pinto, por um Esquadrão, com guião e fanfarra, sob o comando do Capitão Félix Moreira.

Depois, o Tenente-Coronel Leuschner Fernandes, na qualidade de Comandante do Regimento, e iniciando as cerimónias, proferiu as palavras que seguem, findas as quais transmitiu aos presentes a «Saudação» do General Director da Arma:

«Como Comandante desta Unidade, que me orgulho de ser, compete-me dizer algumas palavras como introdução à Cerimónia que vai ter lugar, manifestando, desde já, a V. Ex.^a, meu General, e a todos V. Ex.^{as}, o meu agradecimento e o dos Militares do R. C. 6 por tão honrosas presenças. Muito e muito obrigado.

Comemoram-se hoje, embora com antecipação, o Dia da Cavalaria e o Dia da Unidade. Por coincidência, são ambos no dia 21 de Julho, se bem que os factos históricos que serviram de base para a sua escolha tenham ocorrido em datas e lugares muito diferentes. Por determinação de Sua Ex.^a o General Director da Arma, a comemoração principal do Dia da Cavalaria verificar-se-á no dia 21, no R. C. 7, festejando-o as

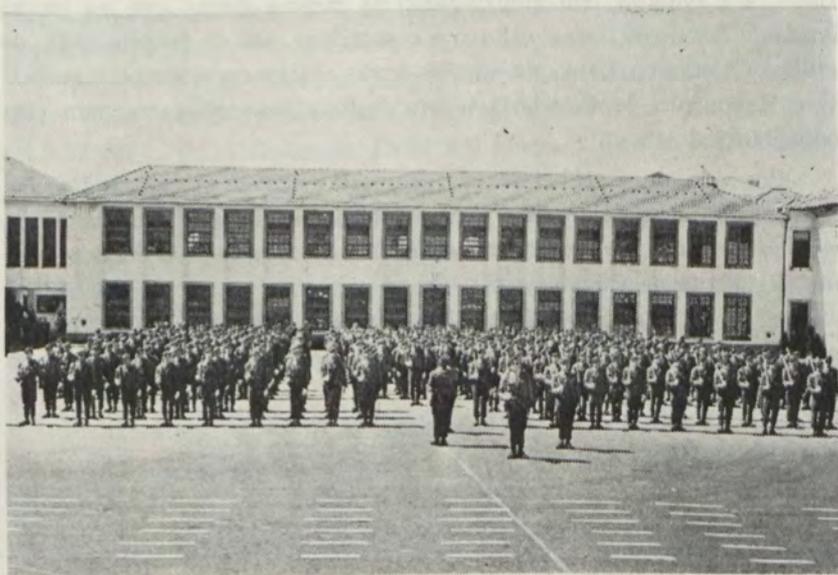


O Comandante da Região Militar do Porto, entrega uma «Placa Mousinho»

Revista da Cavalaria

restantes Unidades precisamente hoje. Por anuência de Sua Ex.^a o General Comandante da Região, associou-se também a comemoração do Dia da Unidade.

Na alocução que vai proferir em seguida um jovem Oficial do Regimento, serão pormenorizadas, sem o deixarem de ser sucintamente, as acções brilhantes que justificaram passarem a representar as glórias maiores da Cavalaria e do Regimento de Cavalaria 6, pelo que me dis-



Formatura Geral do Regimento

penso de entrar em detalhes. Direi apenas que, para o Dia da Cavalaria foi escolhida a data de 21 de Julho, porque nesse dia, do ano de 1897, teve lugar a heróica carga de Macontene, comandada pela grande figura que foi Mousinho de Albuquerque, nosso Patrono, tendo tal acção sido decisiva para a derrocada definitiva do Império Vátua, consolidando-se assim a nossa soberania na província de Moçambique.

A data de 21 de Julho é também Dia da Unidade, em homenagem à briosa conduta do Regimento de Cavalaria 6 na Batalha de Armiñon, em Espanha, naquele dia de 1837, conduta essa que mereceu vir a ser con-

Revista da Cavalaria

decorado, pela Rainha D. Maria, com o grau de «Comendador da Ordem Militar de Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito».

Em muitas outras acções tomaram parte a Cavalaria e o Regimento de Cavalaria 6, e de tal maneira se portaram militares desta Unidade, que, à condecoração há pouco mencionada, se juntam o Grau de Oficial também da Ordem Militar da Torre e Espada e duas Cruzes de Guerra de 1.^a Classe, pelo que, sem desprimor para as restantes Unidades, o estandarte do R. C. 6 é o mais condecorado do Exército Português.

Também recentemente, desde 1961, nas nossas províncias ultramarinas, a Cavalaria tem contribuído, da mesma forma que as outras Armas e Serviços, com o esforço e o sacrifício, até da própria vida, de muitos Cavaleiros, para que aquelas terras continuem a ser portuguesas! E o Regimento de Cavalaria 6 tem dado a sua cota-parte para essa contribuição!

Por tudo o que acabei de dizer, como já escreveu alguém, todos nós, militares do Regimento, nos podemos orgulhar de ser portugueses, de sermos militares, de pertencermos à Arma de Cavalaria e de servirmos no Regimento de Cavalaria 6!

Remato estas minhas palavras com a leitura da «Saudação» alusiva ao Dia da Cavalaria, de Sua Ex.^a o General Director da Arma.».

Seguiu-se no uso da palavra o Alferes José Marques, que historiou a carga de Macontene e a arrancada de Armiñon.

O Tenente-Coronel Gonçalves Vaz transmitiu, depois, uma citação do Comando da Região Militar do Porto.

Três «Placas Mousinho» foram então entregues, pelo General Júlio Pereira, a outras tantas Praças, distinguindo o seu aprumo e comportamento, ao longo de todo o ano.

As cerimónias culminaram com a homenagem rendida pelas forças em parada aos mortos em combate, após o que desfilaram perante a tribuna de honra.

Mais tarde, houve uma visita às dependências do aquartelamento, para apreciação dos melhoramentos nele introduzidos.

O Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 6 ofereceu, no final, um almoço aos seus convidados. O ambiente de confraternização militar foi sublinhado pelo Tenente-Coronel Leuschner Fernandes, tendo o General Júlio Pereira brindado pela continuidade das tradições do Regimento e pelo espírito de corpo do seu Comandante, Oficiais, Sar-

Revista da Cavalaria

gentos e Praças, que prestigiam a Unidade e a engrandecem no ambiente da Região Militar do Porto.

No Regimento de Cavalaria n.º 8

Também em Castelo Branco, foi celebrado, no dia 17 de Julho, no Regimento de Cavalaria n.º 8, o Dia da Cavalaria.

Presentes às comemorações, que se iniciaram às 10 horas, após a chegada do Governador Civil do Distrito, a quem as forças em parada prestaram a respectiva continência, os Comandantes Militar, do R. C. 8 e do Batalhão de Caçadores n.º 6, o Presidente da Câmara, o Vigário da Vara, o Secretário do Governo Civil, representantes da G. N. R., da G. F. e da L. P., o Reitor do Liceu e o Director da Escola Comercial e Industrial.

Depois, o Comandante do Regimento, Coronel Manuel Correia de Freitas, proferiu uma breve alocução, tendo, em seguida, um Oficial da Unidade tornado pública a «Saudação» do General Director da Arma.

Seguiu-se uma missa campal, em memória dos Soldados mortos ao serviço da Pátria, concluída a qual se procedeu à entrega de condecorações e «Placas Mousinho».

Inaugurada a Sala dos Sargentos, as celebrações foram encerradas com uma sessão de cinema.

EM BAFATÁ

O Dia da Cavalaria foi celebrado em Bafatá, na Guiné, em 24 de Julho.

No aquartelamento, e perante a formatura geral do Esquadrão de Reconhecimento Fox n.º 2640 e do Pelotão de Reconhecimento Daimler n.º 2211, foi içada, pelas 8 horas, a bandeira nacional.

Às 9 horas, em frente do edifício dos Correios, houve formatura geral, revista das forças em parada, uma alocução alusiva, de que se encarregou um Oficial de Cavalaria, e leitura da «Saudação» do General Director da Arma. Seguiu-se o desfile motorizado das forças em parada.

Às 10 horas e 30 minutos, disputou-se um torneio-relâmpago de «futebol de salão».

Revista da Cavalaria



Aspecto das forças em parada, no aquartelamento de Bafatá

No refeitório do Esquadrão, houve, pelas 12 horas, um almoço de confraternização.

Encerrou as cerimónias, às 16 horas, um torneio-relâmpago de voleibol.

EM LUANDA

Em Luanda, as cerimónias do Dia da Cavalaria, que ocorreram no dia 21 de Julho, iniciaram-se, pelas 10 horas e 45 minutos, com a deposição de um ramo de flores na placa de Mousinho de Albuquerque, no jardim fronteiro ao Quartel General da Região Militar de Angola.

As 11 horas e 15 minutos, houve formatura geral, foi lida a «Saudação» do General Director da Arma, e proferida, pelo Chefe do Gabinete de Imprensa do C. I. T. A., Rui de Moraes Barbosa, uma alocução alusiva.

As 11 horas e 45 minutos, teve lugar uma missa campal, e, às 12 horas e 30 minutos, um almoço de confraternização.

Pelas 15 horas e 30 minutos, foi deposto um ramo de flores na campa do 1.º Cavaleiro morto em combate em Angola.

Procedeu-se depois, pelas 16 horas, à inauguração de melhoramentos no Quartel da Companhia de Polícia Militar n.º 2575, na estrada

Revista da Cavalaria



Cerimónia da deposição de um ramo de flores no monumento a Mousinho, em Luanda



O General Costa Gomes, Comandante Chefe das Forças Armadas de Angola, passando revista às forças em parada



Deposição de um ramo de flores na campa do 1.º Cavaleiro morto em combate em Angola

de Catete, onde, pelas 16 horas e trinta minutos, houve um espectáculo de variedades, a cargo dos artistas do Teatro ABC, de Lisboa.

Às 18 horas, um beberete encerrou as cerimónias.

EM NAMPULA

Para comemorar o Dia da Cavalaria, também a Companhia de Polícia Militar n.º 2685 e os Oficiais da Arma em serviço na Guarnição Militar de Nampula, em Moçambique, como, aliás, todas as Unidades

Revista da Cavalaria

Cavaleiras destacadas nas províncias ultramarinas, levaram a efeito diversas cerimónias.

Acederam ao convite para estar presentes o Comandante das Forças Armadas de Moçambique, General Kaulza de Arriaga; os Comandante e 2.º Comandante da R. M. M., respectivamente, General João Tiroa e Brigadeiro Orlando Barbosa, e numerosos Oficiais do E. M. daquela Região.

Depois das honras da ordenança, com que foi recebido no Quartel da Polícia Militar o General Comandante Chefe, — tão ligado à nossa Arma, no início da sua brilhante carreira militar — teve lugar uma missa campal, por alma dos Oficiais, Sargentos e Praças de Cavalaria, já falecidos.

Seguiu-se uma formatura geral da Companhia de P. M., com representativa presença do Guião do Batalhão de Cavalaria n.º 2850, simbolizando todas as tropas da Arma que, de Namaacha a Mocímboa do Rovuma, faziam as suas comissões de serviço em Moçambique.

Depois, o Coronel José Luís Canelhas, o Cavaleiro mais antigo presente, leu a «Saudação» do General Director da Arma, após o que o



O General Kaulza de Arriaga, Comandante Chefe das Forças Armadas de Moçambique, passando revista às forças em parada

Revista da Cavalaria



No uso da palavra, o Tenente-Coronel Jorge Mathias

Tenente-Coronel Jorge Mathias, num brilhante improviso, começou por referir que o guião materializava o espírito das Velhas Ordens de Cavalaria Medieval, em que se inspirou a ética da nossa Arma, tendo, em seguida, afirmado, numa curta retrospectiva da História da Cavalaria, e recordando Ourique, Navas de Tolosa, Jerumenha e Salado, que «A Cavalaria foi ali escrevendo páginas brilhantíssimas do seu Livro de Ouro». Dissertando sobre a Idade Média, citou a frase do velho Oficial de Cavalaria: «Nunca o mundo do Bom e do Belo foi Maior e Melhor. Juntam-se o cavalo, a couraça e a lança, que fazem e retalham Impérios e semeiam, *Urbi et Orbi*, a sua magnífica ética Cavaleira». Aflorou ainda as correrias da Cavalaria no Norte de África e a própria batalha de Alcácer Kibir, que, «apesar de desastrosas consequências, havia sido uma magnífica lição de coragem, de bravura e de dignidade da Cavalaria Portuguesa, que ali morrendo na sua quase totalidade, o havia feito em holocausto aos altos ideais que sempre a nortearam». Transportando-se àquilo a que chamou «os dias de hoje», evocou «Coolela e Mujenga, Namarrais e Magul, Chaimite e Macontene (...) provas irrefutáveis das altas qualidades dum Povo.». O Tenente-Coronel Jorge Ma-

Revista da Cavalaria

thias pormenorizou, em seguida, a carga de Macontene, traçou o perfil de Mousinho, homem de política e militar, citando três passagens da carta escrita pelo nosso Patrono ao Príncipe D. Luís Filipe, e terminou a sua alocução fazendo votos por que a Cavalaria continuasse a «escrever páginas brilhantes», para honra e glória da Arma, do Exército e de Portugal.

Prosseguiram as cerimónias com a homenagem aos Cavaleiros caídos pela Pátria, tendo o Tenente-Coronel Jorge Mathias simbolizado, no primeiro e no último Oficiais de Cavalaria a cair nestas novas Campanhas do Ultramar, respectivamente, Tenente Cabeleira Filipe e Capitão Faria Afonso, a homenagem que ia ser prestada. Foram executados os toques de «Mortos», «Silêncio» e «Alvorada».

Seguiu-se a leitura de louvores concedidos às Unidades de Cavalaria que mais se distinguiram na Região Militar de Moçambique, em 1970.

O Coronel José Luís Canelhas, em nome de todos quantos usam, orgulhosamente, espadas nas suas boinas, ofereceu aos Generais Kaulza de Arriaga e João Tiroa «Placas Mousinho», recordação do Dia da Cavalaria, para, depois, o General Comandante Chefe, por sua vez, entregar



O General Kaulza de Arriaga, descerrando uma lápide, na porta de armas do Quartel da C. P. M.

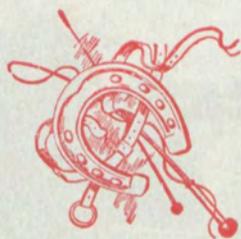
Revista da Cavalaria

idênticas placas às melhores Praças do Batalhão de Cavalaria e da Companhia de Polícia Militar.

Os convidados dirigiram-se em seguida para a porta de armas, onde o General Comandante Chefe descerrou uma lápide.

O programa do Dia da Cavalaria era mais vasto, incluindo alguns jogos e a inevitável «poule» no Centro Hípico de Nampula. Mas o homem põe e Deus dispõe. A notícia, antes recebida, de que a auto-metralhadora do Capitão Faria Afonso tinha saltado numa mina, ensombrou uma jornada que se tinha sonhado, que se queria alegre.

Fazia exactamente um mês que o inditoso Oficial, antes de partir para aquela que seria a sua última missão, desfilara pelas Avenidas de Nampula, à frente do seu Esquadrão, pleno de garbo, de *panache*, de ideais.





PLACA
MOUSINHO

Rol dos Cavaleiros que, pelo seu apurmo pessoal, mérito profissional, brio militar, dedicação pelo serviço e exemplar comportamento, receberam, no Dia da Cavalaria, no ano de 1970, a Placa Comemorativa do Patrono da Arma:

Escola Prática de Cavalaria

Esq. Rec.
1.º Cabo n.º 09279267
Fonseca



Esq. Com.
Soldado n.º 08368667
Faria

Esq. C. C.
Soldado n.º 09218167
Horta

Esq. Serv.
Soldado n.º 16926968
Alexandre

1.º Esq. Inst. — 1.º Cabo n.º 03181867 — **Teixeira**



Regimento de Lanceiros de Mousinho

Form. CICA — 1.º Cabo n.º 17237869 — **Oliveira**
Form. CICA — Soldado n.º 12869868 — **Leal**
Form. R. L. 1 — Soldado n.º 10121768 — **Cravosa**
Form. R. L. 1 — Soldado n.º 18481068 — **Ramos**



Regimento de Lanceiros da Praça de Moura

1.º E. P. M. — 1.º Cabo n.º 12307269 — **Canas**
2.º E. P. M. — 1.º Cabo n.º 10976569 — **Santos**
3.º E. P. M. — 1.º Cabo n.º 06873568 — **Serrão**
Formação — Soldado n.º 13556469 — **Lopes**



Regimento de Dragões de Olivença

Esq. Rec. — 1.º Cabo n.º 05280167 — **Tavares**
Esq. Rec. — Soldado n.º 05679468 — **Sousa**
Formação — 1.º Cabo n.º 13457068 — **Fonseca**
Formação — Soldado n.º 12052868 — **Ferreira**



Regimento de Cavaleiros de Macontene

1.º E. C. C. — Soldado n.º 05533867 — **Ribeiro**
4.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 00672267 — **Silva**
5.º E. C. C. — Soldado n.º 07166467 — **Bota**
6.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 10563168 — **Moreira**
Esq. C. S. — Soldado n.º 03326267 — **Salgado**



Regimento de Dragões de Entre-Douro e Minho

Esq. Rec. — 1.º Cabo n.º 05990868 — **Neves**
Esq. Rec. — Soldado n.º 06304268 — **Pinto**
Esq. CICA — 1.º Cabo n.º 19828268 — **Oliveira**
Formação — 1.º Cabo n.º 06553068 — **Rodrigues**



Regimento de Cavalaria do Cais

1.º Esq. Rec. — 1.º Cabo n.º 09647669 — **Oliveira**
2.º Esq. Rec. — 1.º Cabo n.º 03051268 — **Eliseu**
Esq. Inst. — Soldado n.º 07211068 — **Tomaz**
Formação — 1.º Cabo n.º 07640167 — **Santos**



Regimento de Cavalaria da Beira

Esq. Rec. — 1.º Cabo n.º 4541458 — **Silva**
Esq. Rec. — 1.º Cabo n.º 07748168 — **Matos**
Esq. Inst. — 1.º Cabo n.º 12438169 — **Gomes**
Formação — Soldado n.º 07924668 — **Sebastião**

QUADRO DE HONRA

(Desde 1961 até final de 1970)

MORTOS EM COMBATE

436

MORTOS POR OUTRAS CAUSAS

271

PROMOVIDOS POR DISTINÇÃO

3

TORRE E ESPADA

1

VALOR MILITAR

15

CRUZES DE GUERRA

398

SERVIÇOS DISTINTOS COM PALMA

80



TRIBUTO DE SANGUE

Rol dos Cavaleiros Mortos em Campanha

MORTOS EM COMBATE

Soldado Fernando dos Santos Simões

*Filho de Manuel Simões e Maria da Encarnação.
Natural de Espinhel. Falecido a 6 de Janeiro de 1970.*

Soldado João Dala Laurindo

*Filho de Laurindo e Lucília.
Falecido a 6 de Janeiro de 1970.*

Soldado Domingos Soares Adrião

*Filho de João Damas Adrião e Filomena J. Soares.
Natural de Azambuja. Falecido a 23 de Janeiro de 1970.*

Soldado José António de Jesus Borrvalho

*Filho de Manuel Simões Borrvalho e Teresa de Jesus Rodeira.
Natural de Lagos. Falecido a 23 de Janeiro de 1970.*

Capitão Luís Filipe Reis Vilar

*Filho de Luís Afonso Vilar e Maria do Carmo Reis Vilar.
Natural de Cascais. Falecido a 18 de Fevereiro de 1970.*

1.º Cabo Manuel Gurveiro Luz

*Filho de António José da Luz e Cesaltina M. Gurveiro.
Natural de Almodovar. Falecido a 26 de Fevereiro de 1970.*

Revista da Cavalaria

Capitão José Manuel Costa Martins

*Filho de Manuel Martins e Judite Soares Costa Martins.
Natural de Lisboa. Falecido a 27 de Fevereiro de 1970.*

Soldado António Guerreiro Tomás

*Filho de Joaquim Tomás e Piedade Guerreiro.
Natural de Alto — Loulé. Falecido a 6 de Abril de 1970.*

Soldado Fernando da Silva e Sousa

*Filho de Joaquim Sousa e Maria Glória Silva.
Natural de Felgueiras. Falecido a 17 de Maio de 1970.*

Furriel Mil.^o Frederico Semedo Cunha

*Filho de Luís C. Cunha e Maria Rita Semedo Cunha.
Natural de Estremoz. Falecido a 16 de Junho de 1970.*

Soldado David Salmeni

*Filho de Costa e Evalina.
Falecido a 26 de Junho de 1970.*

Capitão Francisco Vasco Gonçalves

*Filho de João A. M. Borges e Maria Raquel M. G. M. Borges.
Natural de Sintra. Falecido a 2 de Julho de 1970.*

1.^o Cabo Manuel Fernandes Custódio

*Filho de Ilídio Custódio e Aurora Conceição.
Natural de Tarouca. Falecido a 2 de Julho de 1970.*

Soldado Fausto Domingos Fidalgo

*Filho de Artur Silvério J. Fidalgo e Teresa Jesus Domingos.
Natural de Vila Nova de Foz Côa. Falecido a 4 de Julho de 1970.*

Soldado Salumião Mayelulan Mougene

*Filho de Mayelulan Mougene e Latia.
Falecido a 11 de Julho de 1970.*

Capitão Jaime Anselmo Alvim de Faria Afonso

*Filho de João Jaime Faria Afonso e Laura D. Faria Afonso.
Natural de Lisboa. Falecido a 17 de Julho de 1970.*

Furriel Mil.^o Carlos Alberto Martins Almeida Dias

*Filho de Anselmo Pereira S. A. Dias e Manuela G. M. Almeida.
Natural de Lourenço Marques. Falecido a 17 de Julho de 1970.*

Revista da Cavalaria

Soldado Daniel Vicente Viegas

*Filho de José Correia Viegas e Lucília Nascimento Viegas.
Natural de Faro. Falecido a 17 de Julho de 1970.*

Soldado José Manuel Jorge de Matos

*Filho de Octávio Marques de Matos e Adelaide C. Jorge.
Natural de Lourenço Marques. Falecido a 17 de Julho de 1970.*

Soldado José Manuel Pereira Mangas

*Filho de Manuel Pereira e Júlia da Piedade Mangas.
Natural de Vila Nova de Ourém. Falecido a 17 de Julho de 1970.*

Soldado José Tomás Brandão Miranda

*Filho de José Raimundo Miranda e Maria Helena G. B. Miranda.
Natural de Bragança. Falecido a 17 de Julho de 1970.*

Soldado Victor Manuel Vieira Silva

*Filho de Mário Reis Vieira da Silva e Natália M. P. Silva.
Natural de Lourenço Marques. Falecido a 17 de Julho de 1970.*

Alferes Mil.º António Adão Monteiro Rodrigues

*Filho de Manuel M. V. Rodrigues e Beatriz M. R. Monteiro.
Natural de Estarreja. Falecido a 18 de Julho de 1970.*

Furriel Mil.º Victor Manuel Marques Cruz Meneses

*Filho de Fernando António M. Meneses e Maria L. M. Meneses
Natural de Leiria. Falecido a 18 de Julho de 1970.*

Soldado João Martins Farias

*Filho de António Farias e Prazeres Ribeiro Martins.
Natural de Proença-a-Nova. Falecido a 18 de Julho de 1970.*

Soldado Napalane Jivo Alberto

Falecido a 18 de Julho de 1970.

1.º Cabo Alberto Marques Pereira

*Filho de Adelino Marques Pereira e Beatriz Rosa.
Natural de Nelas. Falecido a 9 de Agosto de 1970.*

Soldado Alfredo da Silva Amaral

Natural de Ilhavo. Falecido a 27 de Agosto de 1970.

Revista da Cavalaria

Soldado António Mansos Ferreira

*Filho de António Ferreira Neves e Maria da Conceição Mansos.
Natural de Moura. Falecido a 26 de Setembro de 1970.*

1.º Cabo Mário António Nave da Costa Neves

*Filho de António da Costa Neves e Percina de Jesus Nave.
Natural de Lisboa. Falecido a 10 de Outubro de 1970.*

Soldado Joaquim Chainho Custódio

*Filho de Jacinto Custódio e Beatriz Chainho.
Natural de Grândola. Falecido a 28 de Outubro de 1970.*

Soldado Pompílio Santos Graça

*Filho de Alberto F. de Brosios e Maria da G. S. da Conceição.
Natural de Oliveira do Bairro. Fal. a 6 de Novembro de 1970.*

1.º Cabo Manuel Joaquim Palma Frederico

*Filho de Joaquim J. Frederico e Maria Teresa Palma Frederico.
Falecido a 20 de Dezembro de 1970.*

MORTOS POR OUTRAS CAUSAS

1.º Cabo Raul da Silva

*Filho de José da Silva e Ana Rosa Silva.
Natural de Lisboa. Falecido a 1 de Janeiro de 1970.*

Soldado João Lino Ferreira Rodrigues

*Filho de Loureiro Rodrigues e Rita Ferreira Gomes.
Natural de Valongo. Falecido a 1 de Janeiro de 1970.*

Soldado Manuel José Rodrigues Soares Paulo

*Filho de Manuel Rodrigues Paulo e Emília Soares.
Natural de Pombal. Falecido a 4 de Janeiro de 1970.*

Soldado Florêncio Gonçalves Pinto

*Filho de Gabriel Monteiro Pinto e Maria Rodrigues Gonçalves.
Natural de Tarouca. Falecido a 11 de Janeiro de 1970.*

Soldado António Pereira Marques

*Filho de Luís Augusto Marques e Alice Pereira Conceição.
Natural de Agueda. Falecido a 21 de Janeiro de 1970.*

Revista da Cavalaria

Furriel Mil.º Manuel Cavaleiro Farias

*Filho de Aurélio M. Cavaleiro e Isilda C. Farias.
Natural de Castelo Rodrigo. Falecido a 1 de Fevereiro de 1970.*

Soldado Alberto Vaulale

*Filho de Ri ardo Mulongo e Rosa Maulanli.
Falecido a 3 de Fevereiro de 1970.*

1.º Cabo Francisco Mandili

*Filho de Artur Ofeto e Delfina Nandi.
Falecido a 8 de Fevereiro de 1970.*

Soldado João Manuel Prudêncio

*Filho de José Sousa Prudêncio e Maria Boa Hora.
Natural de Faro. Falecido a 2 de Março de 1970.*

Soldado Adriano Augusto Mesquita

*Filho de Alípio Augusto e Maria C. Mesquita.
Natural de V. Nova de Famalicão. Fal. a 7 de Março de 1970.*

Soldado Idálio Augusto Bandeira Almeida

*Filho de António Almeida Silva e Maria Amélia Silva.
Natural de Vouzela. Falecido a 26 de Março de 1970.*

1.º Cabo Afonso de Sousa Arnaut

*Filho de João Ramos Arnaut e Berta Pinto Soares.
Natural de Lisboa. Falecido a 29 de Março de 1970.*

Soldado João José Pereira

*Filho de João Baptista Pereira e Maria C. Matosinhos.
Natural de Valpassos. Falecido a 15 de Abril de 1970.*

Soldado Eduardo Alberto Romero Mendonça

*Filho de Francisco A. Mendonça e Isabel A. R. D. Mendonça.
Natural de Lisboa. Falecido a 16 de Abril de 1970.*

Soldado António Louro Canário

*Filho de António Canário e Maria José Louro Canário.
Natural de Covilhã. Falecido a 20 de Abril de 1970.*

Soldado Mateus Felisberto

*Filho de Felisberto e Celestina Mendes.
Falecido a 24 de Abril de 1970.*

Revista da Cavalaria

Soldado Alberto Cangango El Avoco

*Filho de Ricardo El Avoco e Josefina Chinuma.
Falecido a 28 de Abril de 1970.*

Soldado Alberto Nlampulo

*Filho de Nascimento Z. Nlampulo e Margarida Nlampulo.
Falecido a 17 de Maio de 1970.*

Soldado Clemente Leal Moura

*Filho de José António Moura e Isaura Leal Moura.
Natural de Póvoa de Lanhoso. Falecido a 26 de Maio de 1970.*

Soldado Miguel Gonçalves Gomes

*Filho de Manuel António Gomes e Rita Mariano.
Natural de Tavira. Falecido a 21 de Junho de 1970.*

Soldado Manuel Fernando Monteiro

*Filho de Amadeu Jorge e Cecília Maria.
Natural de Sabrosa. Falecido a 24 de Junho de 1970.*

Soldado João Machado Tavares

*Filho de Sobriano A. Tavares e Helena C. Machado.
Natural de Góis. Falecido a 27 de Junho de 1970.*

Soldado João Martinho Monteiro Póvoa

*Filho de Diamantino P. Filipe e Cleména Monteiro Raimundo.
Nat. de V. R. de S.^{to} António. Falecido a 29 de Junho de 1970.*

1.º Cabo José Almeida Casteleiro

*Filho de António Nogueira Casteleiro e Ludovina Almeida.
Natural da Covilhã. Falecido a 1 de Julho de 1970.*

1.º Cabo Manuel da Rocha Lopes

*Filho de José Augusto V. Lopes e Joaquina Rocha.
Natural de Castelo de Paiva. Falecido a 1 de Julho de 1970.*

Soldado Eliseu Rodrigues Gonçalves

*Filho de José de Sousa Gonçalves e Maria Rodrigues.
Natural de Loulé. Falecido a 4 de Julho de 1970.*

1.º Cabo Victor Jorge Alves Torres

*Filho de José Gonçalves Torres e Maria Odete J. Alves.
Natural de Lisboa. Falecido a 11 de Julho de 1970.*

Revista da Cavalaria

1.º Sargento Francisco Caetano

*Filho de José Maria Caetano e Maria da Ressurreição.
Natural de Idanha-a-Nova. Falecido a 18 de Julho de 1970.*

Soldado Horácio Albano

*Filho de Navalino Dumba e Juliana Nuguessougo.
Falecido a 11 de Agosto de 1970.*

1.º Cabo Manuel Rosário Mendes

*Filho de Custódio Mendes e Maria do Rosário.
Natural de Santiago do Cacém. Falecido a 19 de Agosto de 1970.*

2.º Sargento Manuel Assis Bastos Vieira

*Filho de Manuel António Vieira e Maria Cecília Bastos.
Natural de Elvas. Falecido a 16 de Setembro de 1970.*

Soldado Jorge Manuel de Jesus Caeiro Freiras

*Filho de João R. C. Freiras e Helena F. Y. Mota.
Falecido a 3 de Outubro de 1970.*

Soldado Manuel da Conceição Gonçalves

*Filho de Raul Gonçalves e Antónia Maria da Conceição.
Natural de Vendas Novas. Falecido a 5 de Outubro de 1970.*

Soldado David Lourenço do Carmo

*Filho de David Lourenço e Maria Rosa do Carmo.
Falecido a 6 de Outubro de 1970.*

Alferes Mil.º Guido Fonte Brazão da Silva

*Filho de Manuel Gonçalves Brazão Silva e Cesária Margarida.
Natural da Madeira. Falecido a 22 de Outubro de 1970.*

Major Luís Maria Coelho Casquilho

*Filho de Amílcar T. B. Casquilho e Leonor C. A. Casquilho.
Natural de Tomar. Falecido a 29 de Outubro de 1970.*

1.º Cabo Manuel de Jesus Sousa Loureiro

*Filho de Abílio e Benvenida de Sousa.
Natural de Baião — Valença. Fal. a 1 de Novembro de 1970.*

Soldado Vicente da Conceição

*Filho de Mário e Maria.
Natural de Timor. Falecido a 23 de Novembro de 1970.*

Revista da Cavalaria

Furriel Mil.^o Manuel Henrique Lopes Lourenço

*Filho de Fernando Lopes Lourenço e Maria da Conceição Lopes.
Natural de Lisboa. Falecido a 25 de Novembro de 1970.*

Soldado Luís Gonzaga Ferreira de Melo

*Filho de António Ferreira de Melo e Rosalina Alves Ferreira.
Natural de Paços de Ferreira. Fal. a 27 de Novembro de 1970.*

1.^o Cabo Manuel Marques Valente

*Filho de João Manuel Valente e Delfina Marques da Rosa.
Natural de Abrantes. Falecido a 28 de Novembro de 1970.*

Soldado António José Batista Reis

*Filho de Domingos Rochete dos Reis e Emilia de J. Baptista.
Natural de Silves. Falecido a 3 de Dezembro de 1970.*

1.^o Cabo Alfeu dos Santos Cláudio

*Filho de Joaquim Cláudio e Adelaide Santos.
Natural da Guarda. Falecido a 17 de Dezembro de 1970.*

Soldado José Trindade Anica

*Filho de Isidro Miguel Anica e Ilda Assunção Trindade.
Nat. de Vila Real de S.^{to} António. Fal. a 29 de Dez. de 1970.*



Rol dos Cavaleiros Feridos em Combate

05-01-70	— Soldado	Daniel Pereira Garcia
05-01-70	— Soldado	Henrique Gama Martins
05-01-70	— Soldado	Manuel Fernando Martins da Cunha
06-01-70	— Alf. Mil.	Francisco Celorico Azevedo
06-01-70	— 1.º Cabo	António Manuel da Silva Reis
06-01-70	— 1.º Cabo	Floriano Pires Gonçalves
06-01-70	— Soldado	Adelino Inverno Cardoso
06-01-70	— Soldado	Carlos Augusto Costa
06-01-70	— Soldado	Eduardo Angélico Ramos
06-01-70	— Soldado	Eduardo Ferreira Aduzo
06-01-70	— Soldado	Fernando Constantino Silva
06-01-70	— Soldado	João Francisco da Silva
06-01-70	— Soldado	Joaquim Simões Romão
06-01-70	— Soldado	José Fernandes Madrado Pinto
06-01-70	— Soldado	José Luís Pereira
17-01-70	— Fur. Mil.	João Maria de Matos Ramilo
20-01-70	— Soldado	Alberto Moreira Fernandes
23-01-70	— Soldado	Joaquim Guerreiro Cordeiro
28-01-70	— Soldado	Abraão Banana Nhaca
28-01-70	— Soldado	Fernando Vieira Fernandes Correia
04-02-70	— Soldado	Valter Duarte Leandro Almeida
18-02-70	— Soldado	Francisco José Clímaco Pucarinhas
27-02-70	— Fur. Mil.	Fernando Manuel Dias Pereira
27-02-70	— Fur. Mil.	Luís Manuel G. Torres Vaz Freire
27-02-70	— Soldado	Fernando Vicente Costa
08-03-70	— 2.º Sarg.	Joaquim Mendes Pinteira
08-03-70	— 1.º Cabo	Fernando Madeira Dinís
17-03-70	— 1.º Cabo	Manuel Marques Pires
17-03-70	— Soldado	Arlindo José Maria Baptista
25-03-70	— 1.º Cabo	António Hermenegildo Bernardo
30-03-70	— Soldado	Manuel Augusto Miranda de Oliveira
05-04-70	— Alf. Mil.	Manuel Nunes Aleixo
05-04-70	— 1.º Cabo	Júlio Manuel Martins
05-04-70	— Soldado	José Trindade Anica
05-04-70	— Soldado	Manuel Vaz Afonso
06-04-70	— Soldado	Fernando José Assunção Martins
14-04-70	— Soldado	Albertino F. Moreira
14-04-70	— Soldado	Jacinto M. O. Dias
14-04-70	— Soldado	Virgolino L. J. Ildefonso
15-04-70	— Alf. Mil.	António H. Martins Canas

Revista da Cavalaria

15-04-70	— Soldado	António Gonçalves
15-04-70	— Soldado	António Moreno Lopes
15-04-70	— Soldado	Firmino Henriques Rodrigues
17-04-70	— Alf. Mil.	Daniel Pinheiro da Silva
17-04-70	— Fur. Mil.	João Francisco de Jesus Matias
17-04-70	— Fur. Mil.	Lino Moraes de Sousa
17-04-70	— Fur. Mil.	Mário dos Santos Silva
17-04-70	— 1.º Cabo	António Manuel Aleluia da Silva
17-04-70	— 1.º Cabo	José António Conceição Correia
17-04-70	— Soldado	André Botelho Gonçalves
17-04-70	— Soldado	António Passareiro Caixas
02-05-70	— 1.º Cabo	António Filipe R. Silva
02-05-70	— Soldado	António Marques Jacinto
02-05-70	— Soldado	Fernando Manuel R. Peixeiro
02-05-70	— Soldado	Inácio da Silva Capucho
02-05-70	— Soldado	Jacinto I. Coelho
04-05-70	— 1.º Cabo	José Júlio Teixeira-Fontes
04-05-70	— 1.º Cabo	Manuel Adrião Leão Máximo
04-05-70	— Soldado	António José Santos Pereira
04-05-70	— Soldado	José Luís Machado Bergarim
04-05-70	— Soldado	José Maria Ramos Tinoco
04-05-70	— Soldado	José Maria dos Santos Garção
06-05-70	— 1.º Cabo	António Albino Tivane
06-05-70	— Soldado	Abdul Latifo Numamed I. Bejos
06-05-70	— Soldado	António Tovela
06-05-70	— Soldado	Manuel Dias Marques
12-05-70	— Alf. Mil.	José Carlos Neto Maia
16-05-70	— Fur. Mil.	Manuel Maria Teodoro
18-05-70	— Fur. Mil.	Amândio Pereira Oliveira Ramalho
18-05-70	— Soldado	José Afonso Teixeira
18-05-70	— Soldado	Manuel D. Gonçalves Azevedo
18-05-70	— Soldado	Victor Manuel Soares da Silva
31-05-70	— Alf. Mil.	João Carlos Silva
02-06-70	— Soldado	Arlindo Pereira
02-06-70	— Soldado	Armando Lamelas Oliveira
02-06-70	— Soldado	Carlos Faria Flores
02-06-70	— Soldado	José Pires de Moura
06-06-70	— Alf. Mil.	José Rosa Rodrigues
06-06-70	— 1.º Cabo	Alcino Piedade Marques
06-06-70	— 1.º Cabo	Feliciano José Pedrosa
06-06-70	— 1.º Cabo	José Augusto Carvalho Júnior
06-06-70	— Soldado	António Lucas
06-06-70	— Soldado	Francisco Santos Ezequiel
06-06-70	— Soldado	Jerónimo Barata

Revista da Cavalaria

06-06-70	— Soldado	José Manuel Guia Rodrigues
07-06-70	— Fur. Mil.	Francisco M. Vivo Alves Covinhas
07-06-70	— 1.º Cabo	Fernando Manuel Soares Ferreira
07-06-70	— 1.º Cabo	Joaquim Assunção Leitão
07-06-70	— 1.º Cabo	Manuel Henrique Brito
07-06-70	— Soldado	António Alberto Peredra dos Santos
07-06-70	— Soldado	António José
07-06-70	— Soldado	Armindo Ferreira da Silva
07-06-70	— Soldado	Dionísio Carvalho Fonseca
07-06-70	— Soldado	João Santos Mendes da Silva
07-06-70	— Soldado	Virgílio Assunção Moreira Araújo
08-06-70	— 1.º Cabo	João Manuel Frias Vestias
16-06-70	— 1.º Cabo	José Maria Azevedo da Guia
19-06-70	— Alf. Mil.	José Francisco Baeta
19-06-70	— Fur. Mil.	Valdemar Valente Nobre
20-06-70	— Soldado	Elias Muangulo
22-06-70	— Soldado	António Gonçalves B. Rodrigues
03-07-70	— Soldado	António da Costa Santos
04-07-70	— 1.º Cabo	Bhanucamar Ranshode
06-07-70	— Soldado	Américo Augusto Fraga Seixas
08-07-70	— 1.º Cabo	Fernando Júlio Esteves Modesto
08-07-70	— Soldado	Américo Carlos Santos Ferreira
08-07-70	— Soldado	Franklin Abrantes Nunes
08-07-70	— Soldado	José Manuel
10-07-70	— Soldado	Manuel Martins Mendes
11-07-70	— Soldado	Ernesto Palacanha
11-07-70	— Soldado	João Alfai
17-07-70	— Soldado	António dos Prazeres Teixeira
18-07-70	— 1.º Cabo	Pedro Mabunda Pambé
18-07-70	— Soldado	António Teófilo Nunes
18-07-70	— Soldado	Armando Ernesto
18-07-70	— Soldado	Manuel Nharene
18-07-70	— Soldado	Rahematulah Mohamed
18-07-70	— Soldado	Rui Pires Garção
18-07-70	— Soldado	Simão Enoque Monjane
20-07-70	— Fur. Mil.	Gonçalo C. V. Furtado Mendonça
20-07-70	— Soldado	Victor Dias Afonso
26-07-70	— 1.º Cabo	José Luís Assunção Raimundo
01-08-70	— Soldado	Joaquim Marques Correia
01-08-70	— Soldado	Joaquim Silva Soares Dias
01-08-70	— Soldado	José Pires de Moura
18-08-70	— Alf. Mil.	Carlos Alberto Lopes Meireles Girão
18-08-70	— Fur. Mil.	Carlos José Leal Soares Catarino
18-08-70	— 1.º Cabo	José Peres Ramos

Revista da Cavalaria

18-08-70 — Soldado	António Augusto da Silva
18-08-70 — Soldado	Dionísio S. Ferreira Lúcio
18-08-70 — Soldado	Joaquim Rita Guerreiro
18-08-70 — Soldado	José António Cardoso Rodrigues
18-08-70 — Soldado	José V. Dias Xavier
18-08-70 — Soldado	Manuel Joaquim Vidigal
21-08-70 — Fur. Mil.	José Francisco Raposo Ribeiro
21-08-70 — 1.º Cabo	Adélio Borges
21-08-70 — Soldado	Domingos F. Gonçalves Carneiro
21-08-70 — Soldado	José Augusto
26-08-70 — 1.º Cabo	Abílio Ramalho da Silva
26-08-70 — Soldado	Amadeu Jesus Francisco
26-08-70 — Soldado	António Nicolau Ramos
26-08-70 — Soldado	Carlos Luís Pina dos Santos
26-08-70 — Soldado	Dique Timba
26-08-70 — Soldado	Jorge Manuel Ribeiro Penim Polido
26-08-70 — Soldado	José Alberto Gomes Nascimento
27-08-70 — Soldado	António Conceição Almeida
27-08-70 — Soldado	Henrique Sousa Nunes
06-09-70 — 1.º Cabo	João Fernando Martins Couto
06-09-70 — Soldado	Luís Chicanda
10-09-70 — Soldado	Gaspar Veloso Galvão
10-09-70 — Soldado	Miguel Chapo Chifinha
12-09-70 — Soldado	Alcino Almeida Silva
12-09-70 — Soldado	António Almeida Joaquim
12-09-70 — Soldado	Francisco Manuel Ferreira
13-09-70 — Capitão	João Rodrigo Silva Ramalho Rocha
13-09-70 — Alf. Mil.	Manuel Augusto Sanches
13-09-70 — 1.º Cabo	Augusto Fernandes Almeida
13-09-70 — Soldado	Agostinho Joaquim Figueiredo
13-09-70 — Soldado	António José Tomás
13-09-70 — Soldado	João dos Prazeres Correia
13-09-70 — Soldado	Manuel Felizardo Pereira
13-09-70 — Soldado	Saul Mendes Branco
13-09-70 — Soldado	Victor Augusto Alberto Luís
22-09-70 — Alf. Mil.	Manuel José Frota Antunes
22-09-70 — 1.º Cabo	Adriano Lopes Ribeiro
22-09-70 — 1.º Cabo	Augusto Ribeiro Pereira
22-09-70 — 1.º Cabo	Daniel Barata Seborro
22-09-70 — 1.º Cabo	Fernando do Carmo Gouveia
22-09-70 — 1.º Cabo	José João Rodrigues Brandão
22-09-70 — Soldado	António Gomes Martins Furtado
22-09-70 — Soldado	António Manuel de Delgado
22-09-70 — Soldado	Germano Rodrigues Silva

Revista da Cavalaria

22-09-70	— Soldado	Joaquim Pereira Soares
22-09-70	— Soldado	Victor Manuel Morais Correia
25-09-70	— Alf. Mil.	António Manuel da Costa Campos
25-09-70	— Soldado	Francisco Evaristo Patano Castolira
25-09-70	— Soldado	Manuel Rodrigues Lopes
28-09-70	— Fur. Mil.	João Paulo Martins
01-10-70	— Soldado	José Dias Alves
06-10-70	— Soldado	António Francisco Viana
06-10-70	— Soldado	Celestino da Conceição D. Ferreira
06-10-70	— Soldado	Jacinto da Costa Pereira
06-10-70	— Soldado	Joaquim António Carrilho Rodrigues
07-10-70	— Soldado	António Dionísio de Jesus Pascoal
10-10-70	— Soldado	João Borges dos Santos
10-10-70	— Soldado	Vítor Manuel Gonçalves Freire
13-10-70	— Soldado	António José Martins Canelas
13-10-70	— Soldado	Eurico dos Santos
08-11-70	— Fur. Mil.	António Dias Vaz
08-11-70	— 1.º Cabo	Américo Pereira Ramos
08-11-70	— 1.º Cabo	Filipe José Coelho Guerreiro
08-11-70	— 1.º Cabo	Joaquim João Guerreiro Silva
08-11-70	— 1.º Cabo	José Augusto de Araújo
08-11-70	— Soldado	António Alberto Vidal Maia
08-11-70	— Soldado	António Cardoso dos Santos
08-11-70	— Soldado	Armindo Ferreira Fernandes
08-11-70	— Soldado	Carlos Manuel Carvalho Marques
08-11-70	— Soldado	Diamantino da Conceição Costa
08-11-70	— Soldado	Francisco Pedro Baptista
08-11-70	— Soldado	José Marques Caseiro
11-11-70	— Soldado	Domingos de Magalhães Andrade
18-11-70	— Soldado	David Pereira Gonçalves
18-11-70	— Soldado	Francisco Armindo Alves Matos
18-11-70	— Soldado	José António Gonçalves
18-11-70	— Soldado	Mário Martins Silva
18-11-70	— Soldado	Vítor Manuel Dias Gorducho
25-11-70	— 1.º Cabo	Mário Ramires dos Reis
26-11-70	— Soldado	Justino Ferreira da Silva
29-11-70	— Soldado	Alberto Muluala
29-11-70	— Soldado	Augusto Calimambondo
29-11-70	— Soldado	Cláudio Selicana
29-11-70	— Soldado	Luciano Roia
29-11-70	— Soldado	Nicolau Prates
06-12-70	— Soldado	Francisco Augusto Alves
15-12-70	— Fur. Mil.	José Augusto Carvalho
15-12-70	— Soldado	Alfredo João de Sousa Reis

Revista da Cavalaria

- 15-12-70 — Soldado **António Uachisse**
- 15-12-70 — Soldado **José Emílio R. Marques Torres**
- 20-12-70 — 1.º Cabo **António Luís da Silva**
- 20-12-70 — Soldado **João António Cintra**
- 20-12-70 — Soldado **José António Exposto**
- 20-12-70 — Soldado **Mário Augusto Pinto Pereira**



Brigadeiro
Eugênio Carlos
de Castro Nascimento

HOMENAGEM



Brigadeiro

Eugénio Carlos de Castro Nascimento



á, no número da Revista de 1969, nos tivemos de referir ao desaparecimento de um camarada que muito estimávamos — o Coronel Raúl Ramos —, e, agora, um ano depois, de novo, a amizade que nos ligava me impõe que assinale, com bastante mágoa, o passamento do Brigadeiro Castro Nascimento.

Além das relações de camaradagem que nos ligaram, o facto de termos sido Professores dos Cursos de Cavalaria foi mais um aspecto que cimentou a amizade entre todos nós.

Mas com o Nascimento esta vinha mais detrás, do tempo em que fizemos juntos o Curso do Colégio Militar. Assim começámos; quis o Destino que convivéssemos no Curso de Estado-Maior e, no final, tivéssemos estado e trabalhado juntos no CAC. Mais do que dum Camarada, é de um Amigo que hoje deploramos a perda.

Mas, de qualquer forma, é o Homem íntegro, de espírito firme e recto e coração aberto e o Militar pundonoroso, dedicado e competente que todos aqueles que com ele lidaram em Vida recordarão agora.

Foi sempre, também — por maneira de ser e de proceder —, um Cavaleiro, e soube, por isso, formar Cavaleiros e transmitir-lhes o Espírito da Arma, quando, durante largo período da sua carreira, exerceu o professorado na Escola do Exército, que nos tinha formado a nós, e na moderna Academia, onde, porém, na *velha* aula de Tática de Cavalaria, se continuou a respirar a mesma atmosfera e a viver os mesmos sentimentos, quer a Cadeira tivesse o número 9 ou o número 30.

Foi aí, leccionando seis ou sete cursos, que mais se tornou conhecido do pessoal da Arma e mais a serviu, dando provas significativas de sólida competência, grande probidade profissional e real capacidade pedagógica, como também de dinamismo, espírito de colaboração e de coordenação e eficiente acção de comando, evidenciados na execução dos exercícios finais.

Revista da Cavalaria



Brigadeiro Eugênio Carlos de Castro Nascimento

Já antes demonstrara as suas qualidades de instrutor na Escola Prática da Arma, onde servira durante mais de dois anos, logo no início da sua vida militar. Aí, um episódio define a sua personalidade. Durante a instrução de tiro da recruta, em Tomar, numa quente tarde de Maio, o pessoal do seu Pelotão toma banho no Nabão. Em dado momento, nota que um dos seus homens se debate com a corrente, na eminência de se afogar. O Alferes Nascimento, sem curar das consequências, lança-se à água e trá-lo para terra. Só depois se deve ter lembrado que pouco também sabia nadar...

Revista da Cavalaria

Presta serviço na GNR, durante o qual elabora umas instruções para o uso da Metralhadora Ligeira Madsen, mas o Ultramar atrai-o, e embarca, pela primeira vez, para Moçambique, permanecendo três anos nos «Dragões». Regressa para ir fazer o CEM, e, quando um dia se lhe oferece ocasião, parte, agora para Macau, e daí, de novo, para Moçambique, onde é Sub-Chefe do EM. Quando regressa, vai prestar serviço no SGDN, onde se mantém até ser chamado para o CAC.

O desempenho de todos estes comandos e funções é assinalado por louvores, onde se destacam as suas qualidades pessoais e profissionais, e pela atribuição de diversas condecorações: Medalha Militar de Prata, Oficial e Comendador de Aviz, Mérito Militar de Portugal e de Espanha e Medalha de Prata de Serviços Distintos, e, ainda, a Medalha Comemorativa das Expedições a Moçambique (1961-62-63).

Quando termina o CAC, é nomeado para o cargo de 2.º Comandante do Comando Territorial Independente da Guiné, num ambiente de espírito extremamente cavaleiro. Ao fim de dois anos de comissão, deveria, normalmente, regressar. Mas querem que fique, e, sem saber se as suas condições físicas suportariam o prolongamento do esforço — como naquela tarde nas margens do Nabão —, ficará mais um ano, que não chegará a completar.

Há, ao longo de toda a sua vida, uma constância de sentimentos, quer quanto à carreira que abraçou e que dedicadamente serviu, quer nas suas relações pessoais, que sempre manteve com igual calor e estima.

É essa sua maneira de ser — fruto das qualidades que todos lhe reconheciam —, que lhe grangeou a consideração e a estima dos camaradas e dos amigos.

Brigadeiro H. D'AVELLAR



CAVALARIA D'ÁFRICA



VALOR
MILITAR
COM
PALMA

Capitão Mil.º de Infantaria

Ricardo António de Figueiredo Alçada

(Comandante da C. Cav. n.º 2441)



Ricardo António de Figueiredo Alçada

Capitão Mil.º de Infantaria

*Medalha de Prata de Valor Militar
com Palma*

O. E. n.º 13 — 2.ª Série
de 1 de Julho de 1970

Condecorado com a Medalha de Prata de Valor Militar, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do art.º 17.º, com referência ao § 2.º do art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Porque, durante a sua comissão na Região Militar de Angola, demonstrou, exuberantemente, possuir excepcionais qualidades de combatente, comprovada capacidade de comando e forte determinação, traduzindo-se o seu comportamento num invulgar espírito ofensivo, conjugado com extraordinária calma debaixo de fogo, resultando que, tendo comandado, sucessivamente, quatro Companhias operacionais, obteve sucessos espectaculares, dado que transmitiu ao pessoal sob o seu comando aquelas características.

Confirmadas, em absoluto, as altas virtudes e méritos militares, já largamente evidenciados na execução de seis importantes operações realizadas na primeira parte da sua comissão, pelo que lhe foi concedido justo galardão, conduziu intensa actividade operacional, por vezes por sua própria iniciativa, judiciosamente planeada e excelentemente comandada, da qual resultaram êxitos rotundos, tendo em atenção os efectivos empenhados e as condições difíceis em que a mesma se desenrolou, causando numerosas baixas ao inimigo, aprisionamento de elementos hostis, captura de armamento importante e outro material, e a destruição de várias instalações dos rebeldes.

É de salientar que, a certa altura, tendo a sua Companhia sido deslocada para uma zona de menor actividade operacional, manifestou desejo de regressar ao Sector donde saíra, o que foi autorizado, afirmando o seu empenho em continuar a conduzir operações nas áreas mais difíceis.

Não se furtando nunca a esforços, desprezando o perigo e arriscando a vida com frequência, o Capitão Alçada pôs em constante evidência as suas invulgares qualidades de firmeza, audácia, grande decisão e arrojo em frente do inimigo, tendo praticado actos extraordinários de rara abnegação, contribuindo, de forma manifesta, para o invulgar rendimento das operações que comandou, das quais resultaram grande lustre e honra para o Exército Português.



CRUZ DE GUERRA

1.ª CLASSE

Alferes Mil.º **Joaquim João Palmeiro Mosca**
Capitão **António Luís Serra Picão de Abreu**
Capitão **João Soares de Sá e Almeida**

2.ª CLASSE

Sold. Milícia **Jamará Baldé**
Major **António Valadares Correia de Campos**
Alf. 2.ª Linha **Queba Camará**
Furriel Mil.º **António de Oliveira Simões**
Tenente **Luís Alberto Santos Banazol**

3.ª CLASSE

Alferes Mil.º **José Manuel Rosa de Oliveira**
Alferes Mil.º **José Lúcio Espinheira Gomes**
Soldado **João Lino Ferreira Rodrigues**
Soldado **Saliu Baldé**
Furriel Mil.º **Manuel da Costa Monteiro**
Soldado **José Silvestre dos Reis**

4.ª CLASSE

1.º Cabo **João António**
1.º Cabo **José Joaquim Madeira Fernandes**
Furriel Mil.º **Henrique Matos de Almeida**
Alferes Mil.º **Fernando Eduardo Gaziba dos Santos Pato**
1.º Cabo **David dos Santos Lopes Rodrigues**
Soldado **Augusto Manuel Gonçalves da Silva**
1.º Cabo **António Ribeiro Barbosa**
Soldado **António Manuel Marques da Costa**
Soldado **Arlindo Baptista**
Alferes Mil.º **Albino Manuel Pinto da Costa**



Joaquim João Palmeiro Mosca

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 1.ª Classe
(A título póstumo)

O. E. n.º 12 — 2.ª Série
de 15 de Junho de 1970

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província da Guiné.

Pela forma valorosa como desempenhou as funções de Adjunto do Oficial de Informações do Comando do Agrupamento Operacional.

Tendo comandado inicialmente o Pelotão de Caçadores Nativos n.º 59, da Companhia de Caçadores n.º 2858, participou em várias operações, onde demonstrou elevado espírito de determinação e agressividade.

Dotado de invulgares qualidades humanas e raro entusiasmo pelos problemas do âmbito da acção psicológica, foi nomeado, por escolha, para as funções de Adjunto do Oficial de Informações do Comando do Agrupamento Operacional, com vista à realização dos trabalhos de promoção sócio-económica do «chão manjaco», a que deu inestimável contributo e onde revelou notáveis qualidades de competência, dedicação e alto sentido do dever.

Integrado perfeitamente na elevada missão que lhe competia desempenhar e firmado nos mais sólidos princípios de justiça, honra e dignidade, contribuiu sensivelmente para os resultados espectaculares obtidos no campo psicológico, concretizados pela conquista das populações, que muito o admiravam e respeitavam.

Tomou parte em várias acções do mais alto interesse para o teatro de operações, numa actividade exaustiva e prolongada, arriscando-se, corajosa e serenamente, em missões de reconhecimento e contacto, frequentemente de noite e sem protecção, contribuindo para o desequilíbrio psicológico altamente favorável à causa nacional, tornando-se objectivo de primordial importância para o inimigo, que, em reacção desesperada, o imolou quando cumpria uma nobre missão em prol da paz.

Revista da Cavalaria

O Alferes Mosca, pelo conjunto raro de qualidades humanas e militares que nele se cruzavam e pelos dotes de coragem, serena energia, decisão e sangue-frio que revelou em campanha frente ao inimigo, sempre com alto risco da própria vida, ganhou jus ao agradecimento da Pátria, que devotadamente serviu e em cujo altar abnegadamente depôs a sua vida.



António Luís Serra Picão de Abreu

Capitão

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 22 — 2.ª Série
de 15 de Novembro de 1970

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província de Moçambique.

Pelas excepcionais qualidades, espírito de sacrifício e honestidade profissional revelados ao longo da sua primeira comissão no Ultramar, no Norte da província de Moçambique e no comando de uma Companhia operacional.

Vencida a inexperiência inicial, por contacto directo e voluntário em operação levada a cabo por outra Companhia actuando na sua zona, desenvolveu notável actividade operacional, interpretando perfeitamente o pensamento do comando de Sector, quer enquadrando-se nas suas directivas, quer em colaboração com outras forças, quer, ainda, por iniciativa própria, sempre que houve que tirar o máximo rendimento da situação criada, para além do cumprimento da missão recebida.

Característico desse espírito de decisão e oportunidade foi o auxílio levado à população de Quinhevo, que, no regresso de uma missão, presentiu atacada por forças inimigas. Guiado pelo rebentamento de granadas de morteiro e lança-foguete, aliado a forte tiroteio de armas automáticas, apesar de se encontrar em inferioridade numérica e de armamento, lançou-se destemidamente sobre o atacante, que já se encontrava ao saque dentro da povoação protegida pelos seus fogos, e não só o rechaçou, com pesadas perdas em homens e material, como colaborou na batida que se seguiu, por outras forças que igualmente acorreram e coordenou.

Após longa permanência no Sector, quando a acção do adversário se fez sentir por abundante implantação de minas no único itinerário disponível, a sua presença constante e em todas as circunstâncias junto das tropas deu-lhes ânimo, o que permitiu continuar a missão sem desfalecimento.

Revista da Cavalaria

Exemplo seguido em combate, pela valentia, coragem, sangue-frio e serena energia debaixo de fogo, sempre manifestados em presença do inimigo, ganhando a estima de quantos com ele contactam, deve ser apontado como distinto Oficial do nosso Exército.

Revista da Cavalaria



João Soares de Sá e Almeida

Capitão

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 1 — 2.ª Série
de 1 de Janeiro de 1971

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província da Guiné.

Pelas excepcionais qualidades de comando reveladas em campanha, no comando da Companhia de Cavalaria n.º 2486, durante a sua comissão de serviço no teatro de operações da Guiné.

Oficial dotado de raras qualidades de organizador, de alto espírito de missão e inquebrantável vontade e firmeza nas suas decisões, soube sempre interpretar, de forma notável, as suas obrigações de chefe militar, mercê dos seus requisitos morais e de comunicabilidade humana, lhe permitiram criar uma sub-Unidade de inultrapassável espírito de corpo, alicerçado na mais sólida amizade, camaradagem e comunhão de ideais, dotes estes que estão na base do alto prestígio que desfruta entre os seus subordinados.

No campo operacional, evidenciou elevada competência profissional, determinação e invulgar espírito de sacrifício, exuberantemente revelados através das várias operações em que participou.

Na operação «POKER III», no assalto a um acampamento inimigo, em que, por avaria das armas colectivas, o êxito da acção se encontrava seriamente comprometido, o Capitão Sá e Almeida, embora o terreno junto de si tenha sido varrido por uma rajada de metralhadora do inimigo, decidida e corajosamente carregou sobre este, à frente de um pequeno grupo de elementos, permitindo assim a intervenção da restante força das nossas tropas, para consolidação do êxito obtido, concretizado por baixas causadas ao inimigo e apreensão de diverso armamento.

Na operação «GATO VERMELHO», durante as duas emboscadas sofridas pelas nossas tropas, teve ainda comportamento notável. Apercebendo-se da ineficácia da sua arma para desalojar o inimigo, apoderou-se de um lança-rockets

Revista da Cavalaria

e, à frente das suas tropas, debaixo de intenso fogo e em evidente risco de vida, avançou decididamente sobre o adversário, pondo-o em fuga.

De salientar ainda a sua acção nas operações «CÃO RANGER IV», «CÃO RANGER XII», «BATE NELES» e «PANTERA BRANCA», onde demonstrou grande ousadia, sangue-frio e serena energia debaixo de fogo, sempre com evidente risco da própria vida.

A par das excepcionais qualidades de comando reveladas frente ao inimigo, cruzam-se ainda no Capitão Sá e Almeida um raro conjunto de qualidades profissionais e morais de excepção, que o classificam como um grande Capitão, que muito honra a Arma de Cavalaria a que pertence e o Exército Português, e que ganhou jus ao agradecimento da Pátria pelos altos serviços que prestou, em campanha, no teatro de operações da Guiné.

Jamará Baldé

Soldado Milícia

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 1 — 3.ª Série

de 10 de Janeiro de 1970

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província da Guiné.

Pelas qualidades de comando, iniciativa, abnegação e valentia demonstradas durante a reacção das nossas tropas ao ataque inimigo a Sare Jambaré, em 9 de Junho de 1968, cujo Destacamento comandava. O inimigo, numeroso e bem armado, coberto pelo fogo das suas armas, tentou penetrar no perímetro defensivo do Destacamento, mas foi pronta e decididamente repellido pelas forças da Milícia, que, comandadas por Jamará Baldé, compensaram bem as reduzidas possibilidades das suas armas e munições. Encorajando os seus subordinados e apesar do perigo a que se expunha, para melhor fazer uso do lança-granadas-foguete que empunhava, enfrentou o inimigo de pé, obrigando-o a retirar com os seus tiros certos. Sabendo aproveitar muito bem a vantagem alcançada e o socorro das forças militares que entretanto chegaram, numa decisão rápida, Jamará Baldé fez sair a sua Milícia para emboscar-se e cortar a retirada ao inimigo. O êxito desta sua manobra fez aumentar ainda mais o número de baixas sofridas pelo inimigo, que foi obrigado a debandar. A sua bravura e coragem, já anteriormente demonstradas noutras acções, aliadas à força eficiente como tem comandado o seu Destacamento, tornam-no merecedor de ser apontado como exemplo e credor do respeito e admiração de todos os combatentes.



António Valadares Correia de Campos

Major

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 2 — 2.ª Série
de 14 de Janeiro de 1970

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província da Guiné.

Pela forma altamente eficiente como tem comandado as forças do Comando Operacional n.º 3. Organizando para o combate as suas forças, tirando o máximo rendimento dos meios postos à sua disposição e animado do mais alto espírito de missão, afectou seriamente o potencial inimigo na área, com sensível reflexo na situação doutros sectores. Entre as inúmeras operações que planeou e conduziu, merece especial citação a operação «GRANDE COLHEITA», onde foram capturadas doze toneladas de armamento e munições. Tendo comandado directamente um elevado número de operações e acções, o Major Correia de Campos em todas elas evidenciou invulgar capacidade para comandar em campanha, impondo-se aos seus subordinados pelo acerto das suas decisões e serenidade perante o perigo.

Em 11 de Setembro de 1968, numa emboscada em que as NT foram violentamente atacadas por um forte grupo IN, o Major Correia de Campos, sempre com a maior serenidade e determinação, ocorreu aos locais onde a luta estava mais acesa, para inspirar confiança aos seus homens que, galvanizado pelo seu exemplo, actuando sempre de pé e com evidente risco de vida, reagiram agressivamente desbaratando o IN.

Em 10 de Outubro de 1968, numa batida em que as nossas tropas foram emboscadas por num numeroso grupo IN, com elevado potencial de fogo, teve actuação de verdadeiro chefe, impondo-se mais uma vez às suas tropas pela serenidade, coragem e sangue frio com que conduziu a reacção. As poucas baixas que as nossas tropas sofreram nesta acção perante a manifesta superioridade de fogo do inimigo, evidenciaram a sua alta capacidade de comando.

Revista da Cavalaria

Oficial de elevada craveira moral, competente e de perseverante vontade, soube mentalizar as suas tropas à luz do exemplo do seu espírito de sacrifício, de coragem e serenidade debaixo de fogo, impondo-se em todas as circunstâncias pelas suas reais qualidades de chefe militar e de combatente. O Major Correia de Campos, pelas suas incontestáveis qualidades de chefia, honrou as tradições da Arma de Cavalaria, onde forjou a sua personalidade militar, e as Forças Armadas, ganhando jus ao agradecimento da Pátria, pelos altos serviços que prestou em campanha, no teatro de operações na Guiné.

Revista da Cavalaria

Queba Camará

Alferes 2.^a Linha

Cruz de Guerra de 2.^a Classe

O. E. n.º 4 — 2.^a Série

de 16 de Fevereiro de 1970

Condecorado com a Cruz de Guerra de 2.^a Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província da Guiné.

Muito embora tenhamos envidado os nossos melhores esforços, não nos foi possível obter, a tempo de serem inseridos na presente edição da «Revista da Cavalaria», o texto do louvor que deu origem à «Cruz de Guerra» conferida ao Alferes 2.^a Linha Queba Camará e a sua fotografia, bem como as fotografias do 1.º Cabo José Joaquim Madeira Fernandes e do Soldado Milícia Jamará Baldé, ambos, tal como o referido Oficial, da guarnição normal do C. T. I. da Guiné e distinguidos com idêntica condecoração, a quem, mesmo assim, não queremos deixar de prestar a devida homenagem.



António de Oliveira Simões

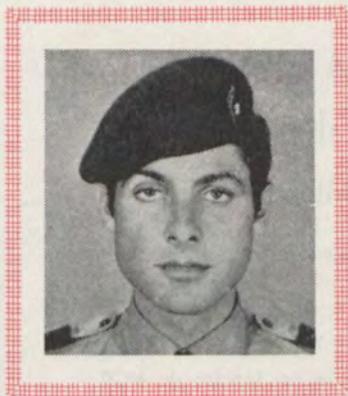
Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 2.^a Classe
(A título póstumo)

O. E. n.º 8 — 3.^a Série
de 20 de Março de 1970

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.^a Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província de Moçambique.

Porque, perante uma situação extremamente grave, em que estavam em causa o prestígio e a honra das forças que comandava e o próprio bom nome do Exército, situação que lhe foi criada sobre a fronteira, por traiçoeira atitude de uma força dum país vizinho, se houve com a maior dignidade e bravura, ao recusar acompanhar aquela força para o interior do citado país, e, também com a maior heroicidade e abnegação, quando, depois, tentou, desesperadamente, fazer cessar o fogo com que o adversário alvejava a força do seu comando, circunstâncias em que veio a perder a vida, que com tanta valentia expusera. Durante a ocorrência, o Furriel Simões demonstrou inextinguível coragem, decisão, serena energia debaixo de fogo e sangue-frio, a par de acrisolado amor ao bom nome de Portugal, e consciencializou, no mais alto grau, a responsabilidade do comando de uma força, tendo honrado, assim, a Pátria e o Exército.



Luís Alberto Santos
Banazol
Tenente

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 20 — 2.ª Série
de 15 de Outubro de 1970

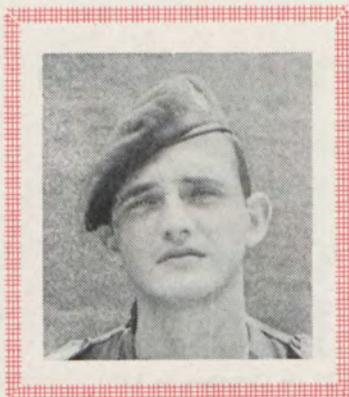
Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província de Moçambique.

Pelas inúmeras qualidades individuais e de chefe que demonstra possuir. Num desejo permanente de bem cumprir, sempre impôs a si próprio e aos homens sob o seu comando uma rígida disciplina, ao mesmo tempo que soube incutir-lhes todo o seu entusiasmo e dinamismo, conseguindo deles homogeneidade e um tal grau de eficiência, que indiscutivelmente os guindou à posição do melhor grupo de combate da sua Companhia, traduzido nas muitas dezenas de elementos, armamento e outro material capturado ao inimigo.

Embora norteador sempre por um espírito acentuadamente ofensivo, merecem especial relevo as actuações nas operações «MOUSINHO», «ÁGUIA AMARELA», «ÁGUIA VERDE», «LACRAU 5», «ESQUILO 1» e «ESQUILO 2», em que deu sobejas provas de possuir elevado grau de rara decisão e energia, coragem, sangue-frio, espírito de sacrifício e serena energia debaixo de fogo, tanto no confronto directo, como na perseguição de vários elementos armados, ou ainda no assalto a acampamentos, sendo frequente vê-lo, apesar das suas funções de comando, como o primeiro homem a lançar-se sobre o inimigo, com tal desprezo pelo perigo que, nalguns casos, foi necessário moderar-lhe o entusiasmo e o arrojo que põe no cumprimento das missões.

Todas estas qualidades, aliadas às suas virtudes morais, de carácter e camaradagem, fazem do Tenente Banazol um Oficial merecedor da muita confiança e estima com que é tido por superiores e subordinados, mas que, acima de tudo, honra, valoriza e enobrece a especialidade «comando», o Exército que serve e a Pátria que defende.

Revista da Cavalaria



José Manuel Rosa
de Oliveira

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 3.^a Classe

O. E. n.º 2 — 2.^a Série
de 14 de Janeiro de 1970

Condecorado com a Cruz de Guerra de 3.^a Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província de Angola.

Porque, em várias acções de combate para que foi escolhido, em atenção ao conjunto de qualidades que tinha revelado em situações anteriores, demonstrou forte espírito aguerrido, muita coragem e invulgar valentia na condução do seu grupo de «comandos», que obteve resultados verdadeiramente excepcionais em três meses de intensa actividade, durante os quais executou numerosas acções de combate, na quase totalidade helictransportadas.

Na execução destas acções, revelou sempre grande espírito de sacrificio e de missão, sangue-frio e serena energia debaixo de fogo, tendo assaltado, apenas com quatro homens, alguns objectivos ocupados e defendidos por dezenas de adversários armados. Transmitiu ao seu pessoal espírito combativo, que permitiu excelente rendimento operacional, materializado por baixas ao inimigo, captura de material e destruição de acampamentos. Os serviços prestados pelo Alferes Rosa de Oliveira devem ser considerados muito meritórios e altamente dignificantes.



José Lúcio Espinheira Gomes

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 5 — 2.ª Série
de 2 de Março de 1970

Condecorado com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província de Moçambique.

Por ter demonstrado uma excepcional vontade de bem cumprir, a par de uma verdadeira noção do dever militar, e com um espírito de missão invulgarmente acentuado. Já desde o tempo da preparação da Companhia o seu gosto pela especialidade que havia escolhido o levou a dedicar-se à instrução com um denodo, uma determinação e um espírito de sacrifício, que bem puderam classificar-se de entrega total à missão.

Em todos os serviços de que foi incumbido, ao longo dos seus dois anos de comissão, o Alferes Espinheira evidenciou-se pela sua total adesão ao espírito do Comando, sem ofuscar a sua personalidade vincada, as suas maneiras simples e de forte camaradagem que lhe fizeram grangear a estima entre superiores, iguais e inferiores, sem contudo se alhear de um espírito de disciplina consentida. Foi, porém, no aspecto operacional que os seus naturais dotes de chefia, a par das qualidades natas de bom comandante, cedo se revelaram. Na operação «DRAGÃO NEGRO», entrou, sòmente com outro camarada, num acampamento inimigo ocupado, a fim de fazer um reconhecimento, demonstrando assim rara valentia, a par de uma determinação e coragem dignas de respeito. Na operação «ABRAÇO LONGO», na sua actuação mostrou-se um óptimo colaborador do comando, possuidor de um espírito de sacrifício, abnegação e valentia. Nas operações «MARTE 7», «ETAPA 5» e «PALA-PALA 3», actuando com grupos de «comandos» reduzidíssimos, evidenciou uma serena energia debaixo de fogo, uma determinação e desprezo pela vida, dignos de serem postos em destaque, ao capturar e abater um número de elementos inimigos superiores, por vezes, aos grupos de «comandos», utilizando sòmente como armas o silêncio, a astúcia e a vontade.

Revista da Cavalaria

Oficial muito estimado, conseguiu, ao longo de toda a comissão, levar o pessoal sob o seu comando a executar qualquer missão com êxito, sendo assim de apontar o Alferes Espinheira como possuidor das mais altas virtudes de militar português, que soube dignificar com a sua actuação muito apreciável.



João Lino Ferreira Rodrigues

Soldado

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 9 — 3.ª Série
de 30 de Março de 1970

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província de Moçambique.

Porque, fazendo parte, como voluntário, de um grupo de combate constituído no Comando e CCS do B. Cav. n.º 2850, há mais de dez meses tem mostrado, em toda a actividade operacional desenvolvida, enorme entusiasmo, grande coragem, decisão e bom raciocínio, com alegre e natural simplicidade.

Na recente operação «TIRA-TEIMAS», fazendo parte de um reduzido grupo de combate de 13 homens, que realizou um golpe de mão sobre o inimigo, tão numeroso como as nossas tropas, o Soldado Rodrigues, debaixo do intenso fogo da reacção do adversário e com risco da própria vida, acercou-se do apontador duma metralhadora pesada, a uma distância que lhe permitiu, com todo o sangue-frio, lançar certamente sobre ele uma granada de mão, que imediatamente o pôs fora de combate e permitiu a captura da referida arma.

Por se ter mostrado sempre excepcionalmente decidido e voluntarioso, e pela acção referida, o Soldado Rodrigues deu sobejas provas de coragem, decisão, serena energia debaixo de fogo e sangue-frio, de que resultaram lustre para o nome das Forças Armadas e o honraram em combate perante o inimigo.

Revista da Cavalaria



Saliu Baldé

Soldado

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 9 — 3.ª Série
de 30 de Março de 1970

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província da Guiné.

Porque, quando do violento ataque IN ao Destacamento de Sare Banda, em 8 de Setembro de 1968, apesar de ferido, logo desde o início, com um tiro numa perna, continuou, com agressividade e decisão, a fazer fogo sobre o IN, correndo de um para outro local, sob intensa metralha, de forma a poder dirigir o seu fogo para onde eram referenciadas as principais posições adversárias. Simultaneamente, estimulava e incitava os seus camaradas a manterem-se firmes nas suas posições e nunca as abandonar, conseguindo, com a sua dinâmica e corajosa actuação, galvanizar todo o pessoal, que reagiu, obrigando o IN a retirar, com bastantes baixas confirmadas.

Pelo sangue-frio, espírito agressivo e desprezo pelo perigo demonstrados, não só nesta mas em outras actuações, que lhe mereceram já público louvor, firmou-se o Soldado Saliu Baldé como um combatente de rija ténpera e um óptimo elemento das NT, sendo amplamente merecedor do apreço e consideração que todos lhe dispensam.



Manuel da Costa Monteiro

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 15 — 3.ª Série
de 30 de Maio de 1970

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província de Moçambique.

Pela forma corajosa e eficiente como se comportou num ataque a uma base inimiga.

Lançando-se decididamente sobre o objectivo e ultrapassando todos os elementos do seu grupo de combate, arrastou consigo alguns dos seus homens e moveu perseguição imediata aos defensores em fuga, abatendo dois elementos armados e capturando um terceiro.

Depois, como encarregado da segurança do objectivo, e perante a reacção desencadeada pelo inimigo, revelou serena energia debaixo de fogo, ao transmitir ordens precisas aos seus subordinados, sem receio de se expor ao fogo adversário, o que contribuiu para neutralizar aquela reacção, para a destruição da base e para a recolha de armamento e outros materiais abandonados.

Deste modo, o Furriel Monteiro, que já anteriormente se revelara em acções semelhantes, foi um elemento fundamental no êxito da operação «CENTURIÕES FRONTEIROS 2», demonstrando, nos momentos críticos da mesma, decisão, sangue frio e desprezo pelo perigo, qualidades que o tornam credor de admiração e pública homenagem.



José Silvestre dos Reis

Soldado

Cruz de Guerra de 3.^a Classe

O. E. n.º 34 — 3.^a Série
de 10 de Dezembro de 1970

Agraciado com a Cruz de Guerra de 3.^a Classe, nos termos do art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho do Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola, de 20 de Outubro de 1970.

Pela coragem, sangue-frio, decisão, serena energia e desembaraço evidenciados em alto grau, por duas vezes e no mesmo dia, durante a realização de uma operação.

Estabelecido o contacto com o IN, este tentou fugir, e, ao aperceber-se do facto, correu sozinho a tentar cortar-lhe a saída. Ao vê-lo, o IN dirigiu o seu fogo contra ele, mas o Soldado Reis, com excepcional sangue-frio, fazendo fogo de joelhos, com calma invulgar, abateu, sucessivamente, dois elementos IN, correndo em seguida a apanhar as armas. Na mesma operação, na manhã desse dia, o Soldado Reis tivera actuação semelhante, causando também uma baixa ao IN. Pelas invulgares qualidades de combatente que tem revelado, impôs-se à consideração especial dos seus superiores e camaradas, para os quais tem constituído um digno exemplo de militar consciente dos seus deveres.

Revista da Cavalaria



João António

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1970

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho do Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola, de 13 de Janeiro de 1970.

Pela sensatez, energia e elevadas qualidades de comando reveladas, quando, em 27 de Março de 1968, por morte dos seus imediatos superiores, em combate, teve de assumir o comando de um Destacamento, em circunstâncias particularmente difíceis, devido às pesadas baixas sofridas pelas NT numa emboscada antes ocorrida e às flagelações que, nessa altura, o IN fazia ao estacionamento. Plenamente consciente da responsabilidade que sobre ele recaía e mantendo notável presença de espírito, organizou e comandou uma força que saiu em socorro de uma patrulha do seu Destacamento, que sofria violenta emboscada, recuperando, debaixo de fogo, os corpos dos seus camaradas e transportando para o estacionamento os seus camaradas feridos e todas as armas. Deu ainda este 1.º Cabo um exemplo frisante de qualidades de coragem, decisão e serena energia debaixo de fogo, que lhe valeram a mais sentida admiração e respeito dos seus camaradas presentes, dignificando em tudo a sua Unidade e o Exército a que pertence.

Revista da Cavalaria

José Joaquim Madeira
Fernandes

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 15 — 3.ª Série
de 30 de Maio de 1970

Condecorado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província da Guiné.

Pelo importante serviço prestado no decorrer de uma acção de combate na província da Guiné.

Estando, em 20 de Junho de 1969, as NT empenhadas na segurança a trabalhos decorrentes numa estrada, foram aquelas alvo de um ataque inimigo, que incidiu principalmente sobre a posição do morteiro. Revelando muita calma, decisão, sangue-frio e valentia, apesar do inimigo ter referenciado a sua posição de morteiro oitenta e um e ter disparado, sobre ele, oito roquetadas, com o fim de o destruir, continuou serenamente a fazer fogo, denotando um total desprezo pela vida e contribuindo decisivamente para pôr o inimigo em debandada.

Militar muito correcto e sempre animado do maior entusiasmo e desejo de bem servir, tendo revelado já noutras ocasiões a coragem de que é possuidor, resultando da sua acção honra e lustre para a Pátria e o Exército, merece o 1.º Cabo Fernandes que o serviço por ele prestado seja considerado de excepcional mérito.

Revista da Cavalaria



Henrique Matos de Almeida

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 18 — 3.ª Série
de 30 de Junho de 1970

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho do Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique, de 27 de Abril de 1970.

Pela coragem, decisão e serena energia mais uma vez demonstradas nas operações em que tomou parte durante a comissão de serviço.

O seu auto-domínio e energia permitiram-lhe visar, certamente, um dos três elementos inimigos que, durante a operação «GIBÓIA», se acercavam da sua equipa, mover tenaz perseguição aos restantes e apreender a arma do primeiro; apesar de atingido por vários estilhaços, durante o ataque a uma importante base inimiga, continuou na operação, encorajando outros camaradas, como ele feridos pelo accionamento de uma armadilha; também na operação «AURORA 2», demonstrou, uma vez mais, ser óptimo e aguerrido condutor de homens, ao capturar, com muito dinamismo, percepção e inteligência, e sem deixar fugir praticamente nenhum, os elementos inimigos detectados em vários acampamentos.

Correcto, disciplinado e disciplinador, o Furriel Almeida colaborou notavelmente com o seu comandante de grupo, mostrando-se sempre generoso e de grande espírito de sacrifício durante os longos períodos de ausência de outros graduados, com baixa ao hospital.

Desta forma, o Furriel Mil.º Almeida bem merece a admiração dos seus superiores e o respeito e consideração de camaradas e subordinados, e é digno de ser apontado como militar de muito mérito, que prestígia e honra o Exército Português.



Fernando Eduardo Gaziba dos Santos Pato

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 14 — 2.ª Série
de 15 de Julho de 1970

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, de 14 de Julho de 1970.

Pelas extraordinárias qualidades de desembaraço, decisão e energia demonstradas em todas as acções de combate em que foi chamado a intervir. Esplêndido camarada, irradiando entusiasmo e constante alegria, soube impôr-se ao pessoal sob o seu comando como constante exemplo de valentia, dinamismo e espírito de sacrifício, imprimindo à sua actuação um cunho de simplicidade que lhe garantiu sempre total dedicação e não menos orgulho dos que com ele serviam.

Desde sempre se distinguiu pelo seu arrojo e valentia, pois, logo a poucos dias do seu baptismo de fogo, na operação «FINCA PÉ», quando a sua sub-Unidade, instalada numa base de patrulhas, se encontrava envolvida por violento fogo inimigo, que atacava em força, não hesitou em lançar um impetuoso contra-ataque, avançando, a peito descoberto, com o seu pessoal sobre a área onde o fogo inimigo era mais violento. De tal modo surpreendeu o adversário, que este se pôs em fuga, não tendo sido menor a admiração e entusiasmo de toda a Companhia, ao ver avançar o seu grupo de combate «Os Pégasos» ignorando o cerrado tiroteio. Com esta sua atitude, reveladora de coragem, decisão, sangue-frio e serena energia debaixo de fogo, firmou-se o Alferes Pato como um excelente combatente e um óptimo condutor de homens, qualidades estas sempre demonstradas em todas as operações em que tomou parte, denominadamente na operação «FABIOLA», onde mais uma vez, e por forma inequívoca, conduziu inteligente e valentemente o seu Pelotão na reacção ao inimigo. Constituindo o Alferes Pato um exemplo iniludível da juventude portuguesa que se bate em África, assegurando a perenidade da Pátria, justo é que os serviços por ele prestados em campanha sejam considerados relevantes.

Revista da Cavalaria



David dos Santos Lopes Rodrigues

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 20 — 3.ª Série
de 20 de Julho de 1970

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província de Moçambique.

Porque, indiferente ao perigo e sem qualquer abrigo, abandonando toda a protecção que o terreno lhe oferecia, a fim de melhor localizar o inimigo que, dispondo de metralhadora AA 12,7, morteiro 82 e lança-granadas-foguete, atacava o destacamento da sua Companhia, em zona de subversão violenta. Corajosa e serenamente, indiferente ao grave risco de vida, o Soldado Rodrigues contribuiu com o fogo ajustado da sua arma para mais rápida debandada do grupo atacante, deste modo evidenciando as nobres qualidades de guerreiro, características do Soldado Português, o que muito o honra como militar e à sua Unidade.

Revista da Cavalaria



Augusto Manuel
Gonçalves da Silva

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 31 — 3.^a Série
de 10 de Novembro de 1970

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho do Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique, de 15 de Setembro de 1970.

Pela grande voluntariedade e prontidão reveladas em todos os serviços. Particularmente na actividade operacional, realizou trabalho muito valoroso, pelo dinamismo contagiante e pela intenção agressiva que sempre caracterizaram as suas intervenções.

Merece referência especial a contribuição dada para abortar um ataque ao seu aquartelamento, ao abandonar a protecção que o terreno lhe oferecia e correr, desacompanhado e indiferente ao rebentamento próximo de uma granada de morteiro, ao encontro da posição inimiga, executando, a peito descoberto, fogo de lança-granadas-foguete, que contribuiu decididamente para fazer cessar prontamente o ataque e para o regresso dos atacantes a território estrangeiro.

A coragem, serena energia debaixo de fogo, decisão e sangue-frio confirmadas naquela acção, junta esta Praça um apurmo e sentido de disciplina e de colaboração com o comando, que o tornam credor dos maiores encómios.

Revista da Cavalaria



António Ribeiro Barbosa

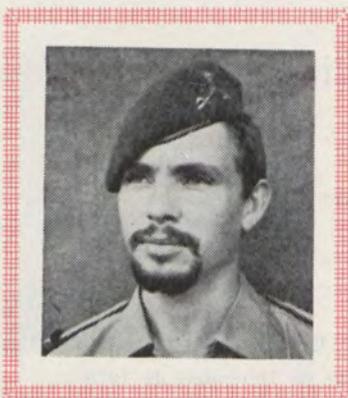
1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 35 — 3.ª Série
de 20 de Dezembro de 1970

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho do Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola, de 31 de Julho de 1970.

Pela sua corajosa e decidida actuação, no decorrer de uma operação, em que, estando o inimigo a flagelar as NT com metralhadora ligeira e outras armas automáticas, e tendo, na reacção, sido abatidos 2 elementos inimigos, que deixaram cair as armas, o 1.º Cabo Barbosa, verificando que o IN as procurava recuperar, avançou decididamente, debaixo de intenso fogo, e, apesar de muito perto de si terem caído duas granadas, atiradas para obstar à sua progressão, continuou avançando resolutamente. Revelando muito sangue-frio e serena energia, conseguiu, com esta destemida atitude, não só capturar uma das armas, como galvanizar os seus camaradas, que, estimulados pelo seu exemplo, avançaram também e carregaram sobre o inimigo.



Albino Manuel Pinto da Costa

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 1 — 2.ª Série

de 1 de Janeiro de 1971

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província de Moçambique.

Porque, ao longo de vinte meses de intensa actividade operacional num sub-Sector do Norte, como comandante do Pelotão, evidenciou possuir excelentes virtudes militares, que o tornam um óptimo Oficial subalterno, digno da maior consideração e estima, tanto dos seus superiores, como dos seus subordinados.

Num desejo permanente de bem cumprir, soube incutir aos homens sob o seu comando todo o seu entusiasmo e dinamismo, com o seu exemplo, sendo frequente vê-lo, apesar das suas funções de comando, como o primeiro homem a lançar-se sobre o inimigo, conseguindo deles homogeneidade e um grau de eficiência, que, indiscutivelmente, os guindou à posição do melhor grupo de combate da sua Companhia, traduzida nas dezenas de elementos inimigos abatidos, bem como armamento e outro material capturado.

Tais virtudes militares foram plenamente demonstradas nas inúmeras operações em que tomou parte, sendo de salientar a coragem, decisão, serena energia debaixo de fogo, sangue-frio e desprezo pela vida, que o Alferes Costa demonstrou possuir nas acções de combate em defesa de dois aldeamentos.

Todas estas qualidades, aliadas às suas virtudes morais, de carácter e camaradagem, fazem do Alferes Costa um Oficial que muito prestigia a Unidade, a Arma e o Exército que tão galharda e devotamente vem servindo, sendo justo dar-lhe público testemunho.



SERVIÇOS DISTINTOS COM PALMA

- Capitão **João da Silva Rocha Pinto**
- Ten.-Coronel **Júlio Augusto Pessoa de Carvalho Simões**
- Major **Eduardo de Matos Guerra**
- Ten.-Coronel **António Malta Leuschner Fernandes**
- Ten.-Coronel **Ricardo Fernando Ferreira Durão**
- Capitão **João de Almeida Bruno**
- Capitão **Luís Filipe Rei Vilar**
- Capitão **Manuel Soares Monge**
- Capitão Mil.º **Manuel Zanatti Aralla Pinto**
- Capitão **José Carvalho de Andrade**
- Coronel **Joviano Aloísio Chaves Ramos**
- Major **Henrique Augusto Teixeira de Sousa Sanches**

Revista da Cavalaria



João da Silva Rocha
Pinto
Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 5 — 2.ª Série
de 2 de Março de 1970

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Pelas qualidades militares que revelou no comando do Esquadrão de Cavalaria n.º 403, do Grupo de Cavalaria n.º 1, durante vinte e oito meses em missão de intervenção no Leste da província.

De facto, acompanhou sempre o seu pessoal, que disciplinou e galvanizou pelo exemplo, e conseguiu desarticular o dispositivo e quebrar o potencial de um inimigo bem organizado e armado. Cumpriu variadas missões em condições difíceis e, por vezes, em precárias condições de saúde, numa afirmação de raro espírito de sacrifício, de coragem e decisão, nas quais alcançou excelentes resultados, traduzidos em baixas e captura de diverso material de guerra. É de assinalar uma operação em que agiu com notável sangue-frio e grave risco da própria vida, durante o assalto que lançou durante a noite com uma Secção e que acompanhou em mata quase impenetrável, conseguindo causar baixas e capturar material naquelas condições difíceis, e ainda uma outra em que, forçado a abordar o inimigo de posição pouco favorável, carregou com uma Secção e criou condições para que as restantes forças pudessem transpôr, em segurança, o rio que se interpunha como obstáculo e lograssem infligir rude golpe ao adversário.

Oficial dotado de vastas qualidades de comando e de chefia, combatente de muito mérito, o Capitão Rocha Pinto cometeu feitos reveladores, não só de grande abnegação e muita valentia, em contacto com o inimigo, como de especial compreensão do dever militar, pelo que os serviços por si prestados merecem ser considerados extraordinários, relevantes e distintos.



Júlio Augusto Pessoa de Carvalho Simões

Tenente-Coronel

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 6 — 2.ª Série
de 16 de Março de 1970

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Por, durante a sua comissão na Região Militar de Angola, ter comandado o Batalhão de Cavalaria n.º 2830 com assinalada competência, grande capacidade de chefia e elevado conceito de bem servir, revelando notável entusiasmo no cumprimento das missões que lhe foram cometidas, confirmando assim as suas reconhecidas qualidades de Oficial distinto.

Estando aquele Batalhão na situação de reserva da Região Militar de Angola, comandou-o sempre com espírito vincadamente ofensivo nas várias operações, algumas de longa duração e em que o pessoal foi submetido a esforços prolongados, vivendo situações de grande incomodidade, mas encarando-as com notável espírito de sacrifício e de missão, dada a mentalização que lhe foi inculcada pelo Comandante, o qual, acompanhando sempre as suas tropas, impôs tal espírito pelo seu próprio exemplo.

É de salientar, especialmente, a actuação deste Oficial em quatro importantes operações, quer na sua preparação, quer no seu desenvolvimento, pelo interesse, aplicação, iniciativa e elevados conhecimentos que patenteou. Mostrou-se também perfeitamente identificado com as necessidades de apoio às tropas de Engenharia nas operações conjuntas realizadas, tornando possível um apreciável rendimento nos trabalhos executados de acordo com a missão imposta.

A par dos predicados e qualidades referidos, o Tenente-Coronel Carvalho Simões patenteou excelentes dotes de carácter, esmerada educação e fino trato; em conjunto com um alto espírito de camaradagem e de colaboração, dando, em todos os seus actos e relações de serviço, a maior lealdade, assim merecendo amplamente o especial apreço em que foram tidos os seus serviços na Região Militar de Angola, dignos de serem considerados extraordinários, relevantes e distintos.



Eduardo de Matos Guerra Major

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 6 — 2.ª Série
de 16 de Março de 1970

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Pela forma altamente eficiente, dinâmica e devotada como desempenhou as funções de Chefe da Divisão de Organização e Defesa das Populações, do extinto Gabinete Militar do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné, que estruturou e organizou de forma modelar, e, ultimamente, como Chefe de Secção no Quartel-General do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné, gerindo os mesmos assuntos.

Tendo chegado à Guiné em Setembro de 1968 e sendo-lhe confiada a missão de estruturar e impulsionar o reordenamento e autodefesa das populações, o Major Matos Guerra, no curto prazo de dezasseis meses, planeou e executou uma vasta obra neste sector.

De realçar as suas qualidades de inteligência, método, iniciativa e inultrapassável capacidade de trabalho, que, a par da elevada noção de espírito de missão, permitiram, em curto prazo, a sistematização de um plano provincial de reordenamentos e autodefesas, englobando matérias que, saindo do âmbito dos conhecimentos militares, o obrigaram a um exaustivo estudo de pesquisa, em ordem a encontrar soluções realistas.

A par da sua acção no campo do planeamento e da organização, impulsionou e acompanhou a execução com inexcedível determinação, sem olhar a canseiras nem a sacrifícios e com manifesto prejuízo da sua abalada saúde, deslocando-se a todos os pontos da província onde se impunha a sua presença, resolvendo adequadamente todos os problemas, sendo de elementar justiça considerar que toda a obra de reordenamento realizada na província, desde 1968, se ficou devendo à sua acção.

Foi ainda o Major Matos Guerra pedra fundamental no estudo e elaboração da recente legislação sobre o recenseamento e controlo da população, documentos de alto interesse e oportunidade na actual vida das populações da Guiné.

Revista da Cavalaria

O Major Matos Guerra, pelas excepcionais qualidades militares e de carácter, elevado espirito de missão, firme determinação e inultrapassável capacidade de trabalho, ganhou jus a ser apontado como Oficial muito distinto, que muito honra a Arma a que pertence e o Exército, e que prestou à causa nacional da Guiné serviços em campanha que é justiça classificar de relevantes, extraordinários e distintos.



António Malta Leushener Fernandes

Tenente-Coronel

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 9 — 2.ª Série
de 1 de Maio de 1970

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Porque, no comando do Batalhão de Cavalaria n.º 2848, ocupando um sub-Sector de fronteira de grande responsabilidade, revelou notáveis qualidades de comando de tropas em campanha, qualidades estas valorizadas pelo facto de ser mantido durante quase dois anos na zona de acção mais remota e de mais difícil acesso do Sector.

Encontrando-se duas das suas Companhias praticamente separadas do Batalhão, por dificuldades de acesso, conseguiu, apesar disso, manter na sua Unidade um verdadeiro espírito de corpo, muita disciplina, vontade de cumprir e um muito elevado moral em todos os seus subordinados, apesar do deprimente isolamento que lhes era imposto.

Dotado de muito senso, sentido de justiça e compreensão, soube granjear nos Oficiais, Sargentos e Praças por si comandados verdadeiro sentimento de muita estima e amizade.

Apesar de o inimigo se furtar permanentemente ao contacto, por passar através do sub-Sector a sua principal linha de infiltração, o Tenente-Coronel Leuschner Fernandes imprimiu às suas tropas uma constante actividade operacional, procurando, sem esmorecimento, interceptar a entrada de guerrilheiros e reabastecimentos na zona sob a sua responsabilidade, o que revelou mais acentuadamente na participação das suas Companhias na operação «ZETA» e na realização, pelo seu Batalhão, de uma operação contra a principal base de reabastecimentos inimiga, que, desde 1966, não era atingida por terra.

Também o campo de acção psico-social lhe mereceu sempre o maior interesse, desenvolvendo uma actividade o mais possível Portugalizante, sem se poupar a esforços para melhorar o nível de vida e de instrução das populações, que

Revista da Cavalaria

lhe devotam a maior consideração e se encontram totalmente imbuídas de um espírito anti-subversivo.

Em face da forma altamente honrosa como desempenhou as suas funções, de que resultou prestígio para o Exército, considero os importantes serviços prestados pelo Tenente-Coronel Leuschner Fernandes extraordinários, relevantes e muito distintos.



Ricardo Fernando Ferreira Durão Tenente-Coronel

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 9 — 2.ª Série
de 1 de Maio de 1970

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Pela forma altamente eficiente como desempenhou as funções de Chefe da Divisão de Informações e Chefe da Divisão de Operações Especiais do extinto Gabinete Militar e ainda como vem desempenhando as de Chefe da Repartição de Operações do Quartel-General do Comando-Chefe no teatro de operações da Guiné, no decurso da sua comissão.

Oficial inteligente e de comprovada competência profissional, exuberantemente revelada através da sua brilhante carreira militar em campanha e que esteve na base da sua escolha para os cargos que foi chamado a desempenhar, dotado de alto sentido tático, correspondeu de forma inequívoca ao que dele se esperava nas suas novas e complexas funções, desenvolvendo trabalho notável na forma como organizou a sua Repartição e como orientou, impulsionou e coordenou as suas actividades, com alto reflexo no rendimento operacional do teatro de operações. Os seus estudos e planeamentos, excepcionalmente bem concebidos, fundamentaram-se, sempre, não só no conhecimento profundo que possui das possibilidades das nossas tropas, do inimigo e do terreno, como nas ilações a que o seu elevado sentido tático e experiência de campanha conduziram, factores esses que lhe conferiram sempre natural autoridade nas múltiplas propostas apresentadas, as quais tiveram sensíveis reflexos nas decisões do comando e no êxito das operações.

Paralelamente, o seu carácter de eleição, o seu espírito aberto, jovial e transbordante de vivacidade, granjearam-lhe a amizade, o respeito e a consideração de todos os que com ele privaram, gerando à sua volta um clima de natural colaboração, em que se alicerçou o espírito de equipa da sua Repartição, que está na base do seu alto rendimento.

O Tenente-Coronel Durão, pelas excepcionais qualidades militares e morais que nele se cruzam, das quais se relevam o seu elevado poder de concepção, raro

Revista da Cavalaria

entusiasmo pela sua profissão, invulgar capacidade de trabalho e inultrapassável espírito de missão, reúne um conjunto raro de qualidades, pelas quais, a par da coragem e valentia já evidenciadas durante a sua brilhante carreira, ganhou jus a ser apontado como Oficial de elite, altamente qualificado para os altos postos de chefia, tendo prestado no teatro de operações da Guiné, em campanha, serviços muito relevantes, extraordinários e distintos, que muito honram a Arma onde temperou a sua personalidade militar e as Forças Armadas a que pertence.



João de Almeida Bruno

Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 11 — 2.ª Série
de 1 de Junho de 1970

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Pela forma excepcionalmente eficiente como desempenhou as funções de Ajudante de Campo do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné, para que fora nomeado por escolha, com base no seu excepcional valor como combatente.

Oficial culto, inteligente, muito estudioso, dotado de elevado espírito militar, excelente combatente, conhecedor profundo da táctica e da técnica de combate das pequenas Unidades, alia a este conjunto de qualidades uma vincada personalidade e uma sólida formação moral, de que se salientam a sua lealdade, o desassombro de afirmar o que pensa, o amor às responsabilidades, o seu inultrapassável espírito de luta pela valorização e dignificação do Exército Português e a sua nunca desmentida fé nos destinos da Pátria.

Além das suas funções específicas de Ajudante de Campo, participou em várias missões, elaborou judiciosos pareceres e informações, em que sempre evidenciou a sua alta competência profissional e elevada formação militar, e foi ainda um excelente elemento de ligação entre o gabinete militar e o civil, revelando-se, em tudo, um colaborador do Governo da província de excepcional mérito e de muito difícil substituição. E, para além das funções burocráticas, teve ainda o Capitão Almeida Bruno ocasião de, no decurso da sua comissão, comprovar, em várias ocasiões de perigo, algumas sob fogo inimigo, as suas excepcionais qualidades de coragem, serenidade e amor ao risco, que estiveram na base do seu oferecimento para servir nos «comandos» e da honrosa cruz de guerra que ostenta no seu peito, ganha em combate por mérito próprio.

O Capitão Bruno pertence a uma plêiade de novos Oficiais que, pelo seu valor, elevada noção de grandeza da profissão militar e posição de prestígio que conquistou em combate, frente ao inimigo, tem jus a uma ascensão acelerada na

Revista da Cavalaria

escala dos reais valores da hierarquia militar, não tanto para justo prémio dos serviços prestados à Pátria, mas, sobretudo, para que o Exército beneficie, em mais lato âmbito, das suas excepcionais qualidades de chefia.

Assim, é de elementar justiça considerar os serviços prestados à Pátria e ao Exército pelo Capitão Almeida Bruno, em campanha, no teatro de operações da Guiné, altamente honrosos, excepcionais, relevantes e distintos.



Luís Filipe Rei Vilar

Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

(A título póstumo)

O. E. n.º 11 — 2.ª Série
de 1 de Junho de 1970

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Pela forma brilhante como exerceu o comando da sua Companhia em campanha.

Oficial excepcionalmente dedicado à sua profissão, que vivia intensa e apaixonadamente, dotado de elevado espírito militar, disciplinado e disciplinador e altamente apto para conduzir homens, impôs-se, pela sua exemplar conduta, à consideração e estima de superiores e subordinados.

No campo de acção psicológica, actuou como um verdadeiro apóstolo, conquistando o respeito e admiração das populações, que nele confiavam cegamente.

No campo operacional, salientou-se pela firme determinação de bater o inimigo nas zonas de refúgio e pelo exemplo da sua presença nos locais de maior risco.

Com uma alta noção da grandeza do dever militar, o Capitão Vilar morreu em combate no dia 18 de Fevereiro, no decurso de uma operação, quando se deslocava, debaixo de fogo, no exercício da sua acção de comando.

Pelo conjunto raro de qualidades militares e morais que nele se cruzavam, em que se salienta a sua total doação à profissão militar e à Arma que abraçara entusiásticamente, o Capitão Vilar ganhou jus a ser apontado como um muito distinto Oficial de Cavalaria que prestou no teatro de operações da Guiné serviços distintos, relevantes e extraordinários, e que, em viva confirmação das suas altas virtudes, terminou a sua carreira militar depondo a vida no sagrado altar da Pátria.



Manuel Soares Monge

Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 11 — 2.ª Série
de 1 de Junho de 1970

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Pela maneira excepcionalmente eficiente como vem comandando o Esquadrão de Reconhecimento de Auto-Metralhadoras Ligeiras n.º 2454, durante a sua comissão no teatro de operações da Guiné, actuando, inicialmente, em reforço do Batalhão de Cavalaria n.º 1915, posteriormente, do Batalhão de Caçadores n.º 2861 e, ultimamente, do Batalhão de Cavalaria n.º 2868.

No exercício da sua função de comando, em todas as circunstâncias e no decurso da intensa actividade operacional, tem revelado total devoção ao cumprimento das missões que lhe foram cometidas, mercê de alto sentido do dever, alicerçado em reais qualidades de chefia, em que é de salientar o dinamismo, a coragem moral e física, a decisão e o espírito de sacrifício que o caracterizam.

Perfeitamente integrado no espírito da Arma de Cavalaria a que pertence, soube impulsionar e dinamizar em combate, frente ao inimigo, as forças que comandava, de forma altamente eficiente, consequência do conhecimento profundo das características do material de que dispõe e dos princípios de actuação das Unidades de Reconhecimento, tirando pleno rendimento do binário fogo-movimento.

Oficial dotado de elevado espírito de colaboração e da maior lealdade para os comandos de que tem dependido, o Capitão Soares Monge reúne um conjunto de qualidades que o tornam elemento altamente qualificado para o comando em campanha, tendo prestado, no teatro de operações da Guiné, serviços que muito o prestigiam como Oficial e honram a Arma a que pertence, e que muito justamente se consideram extraordinários, relevantes e distintos.



Manuel Zanatti Aralla Pinto

Capitão Miliciano

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 11 — 2.ª Série
de 1 de Junho de 1970

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Porque, tendo reforçado, com a sua sub-Unidade, o Batalhão de Artilharia n.º 2838, durante cerca de seis meses, demonstrou excepcionais qualidades pessoais e militares, que o creditaram como um Comandante de Companhia de elite, sempre pronto para o desempenho das mais arriscadas missões, em tudo revelando excelente preparação, brio e extrema dedicação ao serviço.

Actuando, em todo o período acima referido, numa difícil zona, onde abundavam as mais astuciosas armadilhas e eram frequentes traiçoeiras acções inimigas, a Companhia do seu comando conseguiu detectar e destruir, mercê de porfiados esforços, a mais importante base terrorista ali existente, operação na qual aprisionou o adjunto do chefe da base e apreendeu importantes documentos, que, da decorrente exploração, permitiram obter preciosos elementos sobre a organização inimiga noutros pontos da Região Militar de Moçambique.

Extremamente correcto e de fino trato, invulgarmente disciplinado e disciplinador, dotado de muito sensata inteligência, o Capitão Aralla Pinto e a sua excelente Companhia desempenharam acção de excepcional rendimento operacional na zona de acção do Batalhão que reforçou, atentas as enormes dificuldades para a vida das tropas e para o combate que apresentava a selvática região onde especificamente actuou.

Por tudo quanto se referiu, bem merece este distinto Oficial, como excelente auxiliar do Comando da Região Militar de Moçambique, que à sua relevante e excepcional actuação seja conferido público louvor e que os serviços por si prestados em campanha sejam considerados excepcionais, relevantes e distintos.



José Carvalho de Andrade

Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

(A título póstumo)

O. E. n.º 18 — 2.ª Série
de 15 de Setembro de 1970

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Pela forma altamente eficiente como desempenhou as funções de Chefe de Secção de Radiodifusão e Imprensa do Quartel-General do Comando-Chefe e igualmente as múltiplas missões de que foi incumbido durante a sua comissão de serviço na Guiné.

Dotado de elevado espírito de organização e de chefia, estruturou e dinamizou a sua secção de forma notável, permitindo que esta obtivesse excepcional rendimento e se tornasse factor de inequívoco valor na manobra de contra-subversão em curso no teatro de operações.

Oficial competente, de inultrapassável espírito de dedicação e de iniciativa, impôs-se como elemento de real valor da Repartição de Assuntos Cíveis e Acção Psicológica do Comando-Chefe, da qual fazia parte.

O êxito obtido em inúmeras cerimónias do mais alto significado e de excepcional repercussão no campo psicológico deve-se, em grande parte, à iniciativa, determinação, entusiasmo e perseverança do Capitão Andrade. De salientar o notável contributo que deu ao planeamento e execução das visitas de SS. Ex.^{as} o Presidente do Conselho e Ministro do Ultramar, às cerimónias de 10 de Junho de 1969 e da apresentação da primeira Companhia de Comandos africana, e, ultimamente, à deslocação à Metrópole de uma delegação de guinéus, visita que se revestiu do maior interesse para a província e à qual soube imprimir a maior dignidade.

De salientar, igualmente, a forma eficiente e ponderada como se houve nos frequentes contactos com elementos de informação nacionais e estrangeiros, com os quais se deslocou, inúmeras vezes, a zonas de evidente risco, no interior da província.

Revista da Cavalaria

O Capitão Andrade, pelas qualidades reveladas, a que aliava um ímpoluto carácter, excepcionais dotes morais e de camaradagem e elevado brio profissional, prestou no teatro de operações da Guiné, em campanha, serviços que justamente devem ser considerados extraordinários, relevantes e distintos.



Joviano Aloísio Chaves Ramos Coronel

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 24 — 2.ª Série
de 15 de Dezembro de 1970

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Pela forma eficiente e muito competente como desempenhou, durante dezoito meses, as funções de Chefe de Estado-Maior do Comando de Agrupamento em operações no Norte de Moçambique.

Oficial inteligente, dotado de sólido bom senso e tenaz vontade, possuidor de elevadas qualidades de trabalho e excelente preparação, foi um inestimável colaborador do Comando do Sector em todos os trabalhos, planeamentos, relatórios e informações em que interveio, demonstrando sempre ter realizado minucioso estudo dos problemas e pesado as soluções que propunha.

Tendo assumido as suas funções em condições particularmente difíceis, rapidamente conseguiu organizar as secções do Comando de Agrupamento, por forma a não se verificar qualquer solução de continuidade na actuação do Sector.

Com as suas excelentes qualidades morais, a sua camaradagem e a sua educação, conquistou a estima, não só de todos os seus superiores e subordinados, como também o respeito e a consideração dos elementos da população civil. Com a sua acção, concorreu o Coronel Chaves Ramos, em larga escala, para os êxitos conseguidos pelo Sector, devendo os importantes serviços por ele prestados ao Exército na Região Militar de Moçambique, em situação de campanha, ser considerados como extraordinários, relevantes e distintos.



Henrique Augusto
Teixeira de Sousa
Sanches
Major

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 24 — 2.ª Série
de 15 de Dezembro de 1970

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Pela forma distintíssima como durante dois anos ininterruptos desempenhou as funções de Chefe da 1.ª Secção (Pessoal e Reabastecimentos) dos Comandos de Agrupamento n.º 1985 e 2962, funções estas em que evidenciou capacidade técnica adequada às mesmas, em grau de eficiência impossível de superar.

Ao desenvolver a sua acção num Comando de Sector que abarcava uma extensíssima área geográfica, guarnecida pelo maior volume de tropas de toda a Região Militar de Moçambique e na qual o inimigo se evidenciou sempre como mais numeroso, activo e aguerrido, mostrou-se digno da confiança que os seus Comandantes nele depositaram, pois os complexos e difíceis problemas resultantes de uma reduzida rede rodoviária, carência de meios de transporte e situações difíceis que surgiam inopinadamente eram objecto do seu ponderado e rápido estudo, do qual surgiam propostas para decisões acertadas e que, postas em prática, se revelavam como as melhores.

O seu trabalho intelectual foi sempre igualado pelos esforços físicos que lhe eram pedidos, especialmente quando se tratava de acompanhar pessoalmente a execução dos embarques nos portos do Sector, durante a rendição de Unidades, operações estas que, pela sua concepção e realização prática, com frequência, mereceram a apreciação elogiosa do Comando da Região Militar.

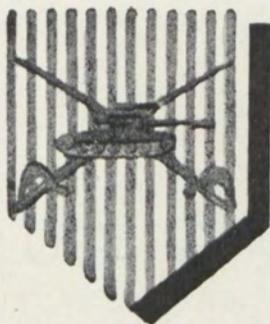
Oficial calmo, sóbrio de atitudes e de palavras, ponderado, mas, também, dinâmico e enérgico, integrou-se sempre com dedicação e devotadamente no pensamento dos Comandantes que serviu, cujas directivas e ordens soube traduzir correctamente em medidas de pormenor e documentos orientadores, que fizeram com que todos os problemas relativos ao pessoal e a reabastecimentos tivessem as melhores soluções compatíveis com as possibilidades.

Revista da Cavalaria

O Major Sousa Sanches evidenciou assim qualidades por todos reconhecidas, mostrou-se um auxiliar valioso dos seus Comandantes de Sector, revelou-se como elemento de mérito na sua Arma e no Exército, e merece que os seus importantes serviços para a manutenção do esforço operacional das tropas, prestados na província de Moçambique, em situação de campanha, sejam afirmados publicamente como extraordinários, relevantes e muito distintos.



CAVALARIA D'AFRICA



PRÉMIOS

GOVERNADOR GERAL DE MOÇAMBIQUE

1.º Cabo **Manuel José de Carvalho Lima**

GOVERNADOR DA GUINÉ

1.º Cabo **Fernando Valadares Alves**

1.º Cabo **Alberto Neves Mendes**

1.º Cabo **Ernesto Ratinho Farinha**

Soldado **Manuel Duarte Gomes**

Soldado **João Manuel Serrano**

Soldado **Paulo Mourão Nunes Silva**

Soldado **Alcino Colubali**

Soldado **Gaspar Pedro da Silva**



CONTRATO DE ALUGAR

Este contrato é celebrado entre
o Sr. [Nome] e a Sr. [Nome]
para a utilização do imóvel
situado em [Endereço]
por um prazo de [Prazo]
sob as seguintes condições:

LOUVORES COLECTIVOS
COLECTIVOS
E
REFERÊNCIAS
ELOGIOSAS

LOUVORES
COLLECTIVOS



RELIAS
ELOCIOSAS

LOUVORES COLECTIVOS

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 2830

Louvo o **Batalhão de Cavalaria n.º 2830**, porque, constituindo reserva da RMA, durante a sua comissão nesta Região Militar, se comportou com um espírito vincadamente ofensivo nas operações em que tomou parte, algumas de longa duração, e em que as suas forças foram submetidas a esforços extraordinários, vivendo situações de muita incomodidade, mas que esta Unidade encarou com grande espírito de sacrifício e elevado sentido de missão.

Bem mentalizado para actuar num sistema de luta que é mister adoptar contra um inimigo bastante fluido e de intervenções inopinadas, este Batalhão deu sempre provas de invulgar espírito de corpo, agindo com notável dinamismo e agressividade, identificando-se perfeitamente com o terreno variado onde actuou, e com as características especiais de cada operação ou simples acção. O B. Cav. 2830 distinguiu-se, muito especialmente, nalgumas importantes operações, e naquelas em que deu apoio à Engenharia, por virtude da correcta articulação e emprego de forças, e, ainda, pela compreensão e integração nas respectivas missões, foi possível às tropas de Engenharia cumprir, no tempo previsto, a missão que lhe competia, em ritmo e qualidade de trabalho. A sua intensa actividade traduziu-se em resultados muito significativos, e em toda ela esteve patente o seu espírito de disciplina, firme determinação e elevado moral, tudo resultante duma bem orientada preparação e de invulgar dedicação e compreensão dos seus deveres e responsabilidades, por parte dos Officiais e graduados que enquadraram a Unidade.

Pelo que ficou referido, o B. Cav. 2830 comportou-se, na Região Militar de Angola, de forma a ter merecido o especial apreço dos Comandos aos quais esteve subordinado, merecendo que a sua brilhante actuação seja distinguida por esta forma e apontada a todas as Unidades como exemplo.

*(O. S. n.º 15, de 20 de Fevereiro de 1970,
do Comando da RMA)*

Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 2848

Louvo o **Batalhão de Cavalaria n.º 2848**, porque, tendo permanecido durante cerca de 18 meses num sub-Sector dos mais isolados, tendo a seu cargo uma missão particularmente difícil de interdição de fronteiras, agravada pela falta de ligação com as suas sub-Unidades, por deficiências de vias de comunicação, e, ainda, tendo de fazer face a inúmeras dificuldades nos seus reabastecimentos, se soube comportar como Unidade de elite pela notória persistência, fortaleza de ânimo, elevado espírito de disciplina, coesão e arreigado espírito de corpo que sempre patenteou.

Vencendo dificuldades de toda a ordem, conseguiu melhorar os seus estacionamentos, sendo notório o estado de asseio e limpeza em que estes eram mantidos e exemplar o aprumo e disciplina sempre revelados pelos seus militares.

Mal acabado de se instalar no sub-Sector, iniciou uma notável campanha de APSIC sobre as populações sob o seu controlo, a qual lhe valeu uma referência elogiosa publica em O. S./RMM.

Já com mais de 13 meses de permanência no sub-Sector, é-lhe imposta intensa actividade operacional de interdição das linhas de infiltração, accionando tropa de intervenção, mas na qual não deixou o seu pessoal de dispender intenso esforço, designadamente nas operações «ZETA» e «SETE DE ESPADAS», em que, quer em colaboração com forças pára-quedistas, quer isoladamente, obteve vultosos resultados.

*(O. S. n.º 51, de 12 de Dezembro de 1969,
do Com. Sector B/RMM)*

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 2850

Louvo o **Batalhão de Cavalaria n.º 2850**, porque, logo após a chegada à província, em Agosto de 1968, sendo destinado a um Sector de grande importância, onde alastrava a subversão, vem afirmando-se como Unidade de elite e contribuindo eficazmente, com o seu entusiasmo e vontade de bem cumprir, para a melhoria da situação na área que lhe foi confiada.

Não obstante a inicial deficiência das instalações, que, à custa de muito esforço, melhorou, conseguiu, mercê da criteriosa utilização dos

Revista da Cavalaria

seus meios normais e dos meios heli postos à disposição do Sector, exercer notável e persistente acção na área à sua responsabilidade, e que, situada numa difícil, por delicada, zona fronteiriça, abrange vasta e acidentada área, utilizada pelas forças inimigas como principal linha de infiltração nas suas incursões para o interior do distrito, onde a sua acção era mais relevante.

Ao seu espírito ofensivo, criterioso planeamento das acções a realizar, entusiasmo e generoso esforço das suas tropas, se deve valiosa contribuição para um mais completo esclarecimento da situação do inimigo, na área onde deficientemente conhecido, e ainda para a limpeza de toda a região.

Para tanto, houve de se empenhar em variadíssimas acções de combate, nas quais se distinguiu, inflingindo duros golpes na estrutura inimiga instalada no sub-Sector, sendo de salientar, em especial, a actuação nas operações helitransportadas «EQUATOR», «GARDEN», «BIRTHDAY», «NATAL» e «SUCCÈSS», onde o Batalhão demonstrou capacidade, valor e perfeita adaptação a esse tipo de operações.

Da sua notável actividade, é grato a este Comando dar público louvor, assinalando o entusiasmo e vontade do Batalhão no cumprimento da sua missão.

*(O. S. n.º 47, de 9 de Julho de 1969,
do Comando da RMM)*

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 2867

Louvado o **Batalhão de Cavalaria n.º 2867**, sediado em Tite, porque, no decurso de 5 meses de permanência no TO da Guiné, e na inspecção a que procedi às sub-Unidades, se destacou pela sua muito boa e intensa actividade operacional, e ainda pela sensível melhoria de todos os seus estacionamentos.

Tanto na esfera da manobra do Comando do Batalhão, como nas das suas Companhias, o Batalhão de Cavalaria n.º 2867 já realizou uma série de operações e acções, na quase totalidade da sua zona de acção, não obstante os poucos meios disponíveis para o efeito.

A actuação deste Batalhão muito honra a Arma a que pertence.

*(O. S. n.º 27, de 29 de Julho de 1969, do Comando Chefe
das Forças Armadas do C. T. I. da Guiné)*

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2390

Louvo a **Companhia de Cavalaria n.º 2390**, pela forma altamente dignificante como todos os seus elementos, Oficiais, Sargentos e Praças, conduziram as suas actividades durante a comissão de serviço em Moçambique.

Actuando sempre em zona de 100%, esteve esta Companhia inicialmente colocada no Litunde, onde, durante cerca de oito meses, se dedicou, com interesse, à abertura de picadas, reparação de itinerários e construção de pontões, sendo, no entanto, solicitada, várias vezes, para intervir em operações em áreas de maior actividade inimiga.

Colocada em Cantina Dias, onde permaneceu até final da comissão, aí, todos os seus elementos se lançaram com ardor no cumprimento da sua difícil missão operacional, numa área onde o inimigo se fortalecera, aproveitando condições favoráveis do terreno. À custa de contínuas e extenuantes acções, visando o desmembramento das bases e a destruição de meios de vida inimigos, esta Companhia conseguiu incontestáveis êxitos na luta contra a subversão, sendo de assinalar, pelos bons resultados obtidos, as operações «SECA-FINAL», «RECOLHA», «CUTELO», «FERRETE», «FUEIRO» e «CERNELHA».

A par da intensa actividade operacional, conduziu eficientemente os trabalhos da acção psicológica junto das populações da área, conseguindo um relevante prestígio, bem demonstrado pelo numeroso grupo de apresentados.

É justo ainda realçar o esforço por todos dispendido nas obras feitas no aquartelamento, destinadas a melhoria das condições de vida e de segurança. Foram estas obras feitas em curto espaço de tempo e sem prejuízo da actividade operacional.

A Companhia de Cavalaria n.º 2390, cumprindo inteiramente a sua missão nesta província ultramarina, ao demonstrar a sua firme determinação, quer no conjunto das operações realizadas, onde ressaltaram actos de coragem e sangue-frio, quer nas restantes actividades, sempre honrou a Pátria, pela forma valorosa como a serviu.

(O. S. n.º 65, de 12 de Agosto de 1970,
do Comando da RMM)

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2391

Louvada a **Companhia de Cavalaria n.º 2391**, da Região Militar de Moçambique, porque, ao longo de vinte e um meses na Zona Norte daquela província, desenvolveu intensa actividade operacional, patenteando grande espírito de corpo e disciplina, elevado grau de agressividade, resistência, espírito de sacrifício e inquebrantável valentia de baixo de fogo.

Destinada a missão de intervenção no Sector A, desenvolveu adequada actividade, dando provas de grande resistência e espírito de sacrifício, sem se poupar a esforços para o completo êxito da sua missão.

Igual entusiasmo e espírito de missão demonstrou em outras regiões (Muumbe e Unango) que, sucessivamente, lhe foram destinadas, e onde a sua actuação obteve apreciáveis resultados na captura de armamento, elementos inimigos armados e população fugida.

A actuação desta Companhia continuou em fase ascensional, tendo realizado uma série de operações «LOBOS CENTURIÕES», que obtiveram assinaláveis êxitos numa zona que, sistemática e agressivamente, bateu em todas as direcções, alheia às maiores dificuldades que teve de suportar, em resultado das deficientes condições de alojamento e reabastecimento.

À persistência e valentia de todo o seu pessoal, se fica devendo a eliminação ou captura dos chefes ou guerrilheiros, a apreensão da quase totalidade do seu material de guerra, a destruição dos seus meios de vida e apoio, e a recolha de grande número de população, que servia de suporte às actividades do inimigo, na região.

Terminados doze meses de intensa actividade, foi a Companhia destinada a missão de quadrícula em zona de fronteira particularmente melindrosa, e, aí, continuou a manifestar a grande aptidão para a luta que se trava no Ultramar e a dar provas de grande agressividade, a par de grande colaboração e apoio às populações aldeadas, continuando, com entusiasmo, a acção psicológica e social do antecedente realizada na região.

A Companhia de Cavalaria n.º 2391, pela sua actuação em situação de campanha, merece ser apontada como Unidade excepcionalmente dotada, que, na Região Militar de Moçambique, desenvolveu grande actividade, mercê da qual, e das altas virtudes militares dos seus componentes, bem como excepcional valor dos seus feitos

Revista da Cavalaria

de bravura, foi digna continuadora das gloriosas tradições do Exército Português.

(O. E., 2.^a Série — N.º 5, de 1 de Março de 1971)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2400

Louvo os Grupos de Combate da **Companhia de Cavalaria n.º 2400**, que, sob o comando do Alferes Miliciano de Cavalaria Celso Lopes Ferreira, actuaram por forma altamente eficiente, no passado dia 27 de Outubro, na realização de uma acção contra o IN, de efectivo sensivelmente igual ao seu, de que resultou a captura de importantíssimo material e baixas ao IN.

Na verdade, tendo o Comandante dos Grupos de Combate, Alferes Celso Ferreira, planeado a acção, exigindo ao pessoal a estadia de toda uma noite, à distância de 300 metros do IN, e seu posterior desenvolvimento, envolvendo e executando o assalto, todos os elementos das NT se comportaram de forma tal, que, não só conseguiram que o IN os não detectasse, como, pela determinação posta no assalto, apesar da pronta e intensa reacção do IN pelo fogo, obtiveram resultados tão brilhantes.

A acção referida honra todos os intervenientes da C. Cav. 2400, honra a C. Cav. 2400 e o seu Batalhão, e inscreve-se na gloriosa tradição da Arma de Cavalaria. É com muita satisfação e orgulho que, como Comandante do Batalhão de Cavalaria n.º 2850, o faço realçar.

(O. S. n.º 17, de 11 de Novembro de 1968,
do B. Cav. 2850)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2417

Louvada a **Companhia de Cavalaria n.º 2417**, da Região Militar de Moçambique, porque, durante a sua permanência num dos Sectores daquela província, durante cerca de vinte e um meses, a quase totalidade dos quais passados num estabelecimento com muito precárias condições e numa região onde o inimigo se mostrava bastante activo, cumpriu, com muita eficiência, a sua missão operacional, tendo, nas muitas operações que realizou, revelado a mais firme determinação e inexcedível vontade de bem cumprir.

Revista da Cavalaria

Apesar de ter sofrido, em combate, apreciável número de baixas, isso de modo algum contribuiu para lhe abater o ânimo, mas, pelo contrário, a incitou a uma actividade marcadamente ofensiva, procurando retirar ao inimigo toda a iniciativa, explorando todas as possibilidades de êxito na zona de acção, patenteando elevado espírito de sacrifício, agressividade e muito elevado moral.

Psicológicamente muito bem preparada e com apurada técnica de combate, constituiu a Companhia de Cavalaria n.º 2417 um todo homogéneo muito aguerrido e com notável espírito de corpo, sendo de todo o mérito que seja apontada como exemplo de uma sub-Unidade que honrou as Forças Armadas e a Pátria, servindo-as por forma excepcionalmente valorosa.

(O. E., 2.ª Série — N.º 5, de 1 de Março de 1971)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2525

Louvo a **Companhia de Cavalaria n.º 2525**, Unidade há cerca de 9 meses na situação de reforço ao B. Cav. 2868, pela forma altamente determinada e eficiente como vem realizando intensa e contínua actividade operacional em zona particularmente activa, confirmando, assim, o elevado conceito em que já era tida pelos vários Comandos a que esteve subordinada em outras áreas do TO, no decurso de 15 meses de comissão que já tem nesta província. Unidade bem comandada, dotada de arreigado sentimento de missão e de espírito de corpo, a C. Cav. 2525 vem actuando, em todas as circunstâncias, com estoicismo e agressividade, perfeitamente integrada na ideia da manobra do Comando do referido Batalhão, e contribuindo, de forma apreciável, para a evolução favorável da situação no Sector.

Pelos factos expostos, a C. Cav. 2525, merecedora de inteira confiança que nela se deposita, deve ser considerada como uma Unidade de combate de real valor, que, em terras da Guiné Portuguesa, vem honrando, frente ao IN, a Arma de Cavalaria e o Exército, e dignificando as Forças Armadas, que está servindo com a maior dignidade e espírito de sacrifício.

*(O. S. n.º 38, de 10 de Setembro de 1970,
do C. T. I. da Guiné)*

Revista da Cavalaria

ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO AML N.º 2454

Louvo o **Esquadrão de Reconhecimento AML n.º 2454**, porque, durante a sua comissão na província da Guiné, sempre evidenciou excelente capacidade operacional e vincado espírito de missão.

Colocado, desde o início, na Zona Oeste da província, logo revelou elevado espírito ofensivo, sempre pronto a ocorrer em auxílio doutras forças em actividade na região.

É de destacar a pronta actuação do Esquadrão acorrendo ao local onde as NT tinham caído em emboscada, na estrada Bula-Có, evitando, com a sua acção, que o IN tivesse provocado mais baixas.

É também de salientar o seu esforço na protecção das estradas Bula-Có e João Landim-Ponta S. Vicente, que permitiu um rendimento de trabalhos muito apreciável, apesar de diversos contactos pelo fogo com o IN, em que todos os seus elementos deram sobejas provas de coragem e valentia.

Por estas razões, considera-se o Esq. Rec. AML 2454 uma Unidade distinta, que muito honra o Exército e a Arma a que pertence.

*(Despacho de Sua Ex.^a o Comandante Militar
do C. T. I. da Guiné)*

Revista da Cavalaria

REFERÊNCIAS ELOGIOSAS

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 2870

Cita, como exemplo a todas as Unidades da RMA, as forças (...), **Batalhão de Cavalaria n.º 2870** e **Grupo de Cavalaria n.º 1**, que tomaram parte na operação «TRINDADE», pelos excelentes resultados obtidos na recuperação de populações e consequente enfraquecimento e desorganização do IN, reflexos da sua cuidada preparação e mentalização para o tipo de guerra que somos forçados a enfrentar.

Em percursos apeados da ordem de centenas de quilómetros, em terrenos difíceis, e durante mais de duas semanas, bem demonstraram estas forças a sua determinação, dinamismo e elevado moral, postos no cumprimento da missão, pelo que muito apraz a este Comando lhe dar público testemunho do seu apreço.

*(O. S. n.º 76, de 19 de Setembro de 1969,
do Comando da RMA)*

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 2870

Registo com agrado a actuação da patrulha militar que, na noite de 3 de Junho de 1970, no Muceque Marçal, capturou o 1.º Cabo n.º 9768, da C. Cav. 1331, João F. J. Laranjo, que acabara de cometer duas mortes com tiros de espingarda e lançamento de granadas.

Merece referência especial o Tenente Mil.º PM, da C. P. M. 2575, António João Candeias Ravasco, pela ponderação, calma e disposições adequadas que tomou no accionamento da força que comandava.

*(O. S. n.º 12, de 8 de Julho de 1970,
do Comando da Defesa de Luanda)*

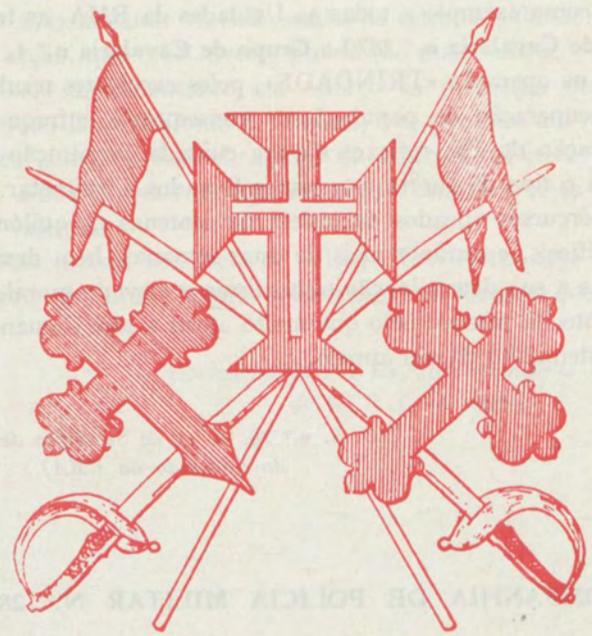
Revista do Brasil

REVISTA DO BRASIL

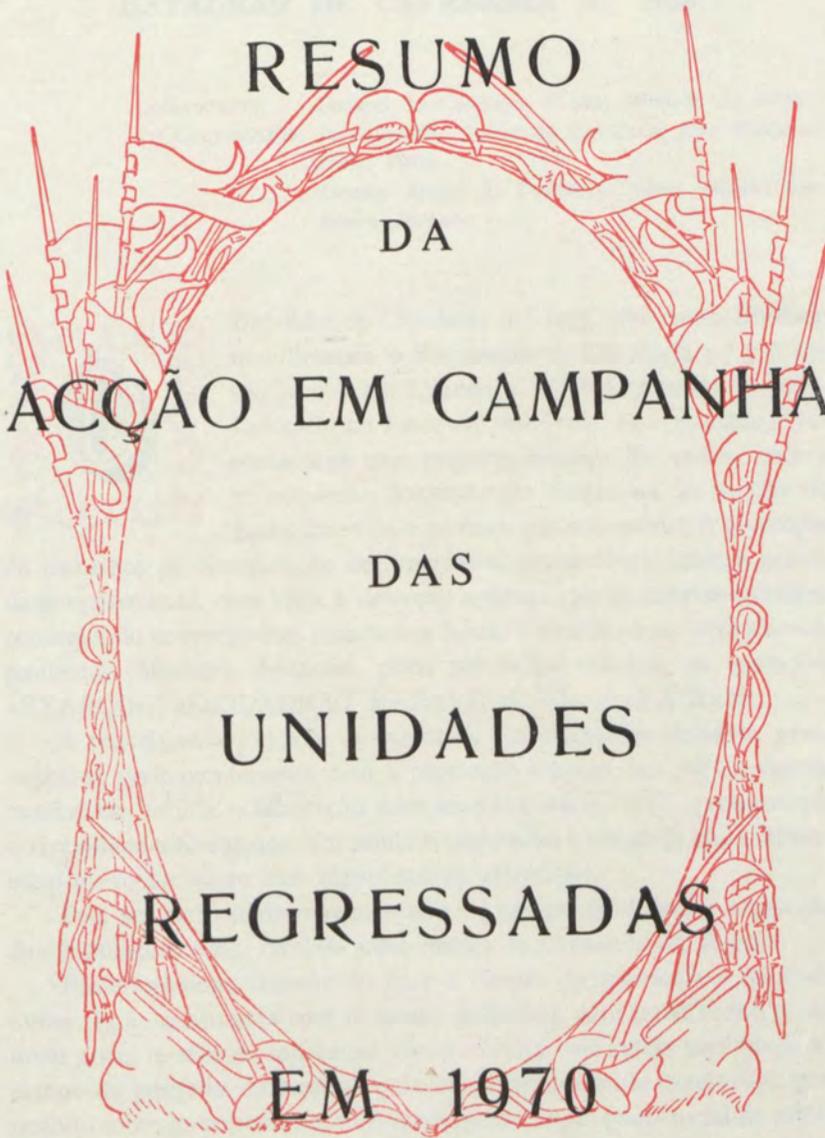
REVISTA DO BRASIL

REFERÊNCIAS ELOGIOSAS

REVISTA DO BRASIL



REVISTA DO BRASIL



RESUMO
DA
ACÇÃO EM CAMPANHA
DAS
UNIDADES
REGRESSADAS
EM 1970

Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 1928

Comandante: Coronel de Cavalaria *Viriato Mamede de Brito*
2.º Comandante: Inicialmente: Major de Cavalaria *José Francisco Milho Ferro*
Depois: Major de Cavalaria *Mário Avelino Sar-
doeira Delgado*



Batalhão de Cavalaria n.º 1928 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 7 e desembarcou em Luanda a 11 de Dezembro de 1967. Colocado no Leste da província, não obstante a extensa área cuja responsabilidade lhe coube, com a consequente dispersão de forças na guarnição de destacamentos e os encargos necessários à protecção de trabalhos de beneficiação de itinerários, desenvolveu intensa actividade operacional, com vista à detecção e destruição de grupos inimigos, conseguindo provocar-lhes numerosas baixas e destruir-lhes vários acampamentos. Merecem destaque, pelos resultados obtidos, as operações «EXARCO», «ESQUADRÃO MARAVILHOSO» e «ÊXODO».

A par dessa actividade operacional, vincadamente ofensiva, preocupou-se permanentemente com a protecção e apoio das populações da região, em íntima colaboração com as autoridades civis, promovendo o reordenamento das que iam sendo recuperadas e evitando que o adversário exercesse sobre elas manobras de subversão.

Pela sua actividade operacional e no campo da defesa e protecção das populações civis, recebeu justo louvor do Comando da Região.

Posteriormente, transferido para o Centro da província e colocado numa região confinante com o oceano Atlântico, com igual brilho continuou a sua missão de soberania, desenvolvendo esforçada actividade no campo da pesquisa de notícias e no reconhecimento de itinerários, praticando sobre as populações civis contactadas acção psico-social de muito mérito e importância.

Unidade aguerrida e disciplinada, o B. Cav. 1928 patentou, ao longo da sua permanência em Angola, elevado espírito de sacrifício e desejo de bem cumprir, granjeando assim a admiração daquela província, merecendo de Sua Ex.ª o Ministro do Exército, a referência elo-

Revista da Cavalaria

giosa, que se transcreve: «O Batalhão de Cavalaria n.º 1928 mantém em Camgamba as tradições da Cavalaria Portuguesa — bate-se, cumpre e acrescenta valor ao valor do Regimento de Cavalaria n.º 7», palavras que esta Unidade agora ostenta no seu guião.

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 2830

Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *Júlio Augusto P. Carvalho Simões*
2.º Comandante: Major de Cavalaria *Alvaro Augusto Fonseca Sabbo*

O Batalhão de Cavalaria n.º 2830 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 3, embarcou em Lisboa em 4 de Janeiro de 1969 e desembarcou em Luanda a 13 do mesmo mês.

Após um breve período em que as suas forças foram empenhadas em escoltas a movimentos logísticos — primeiro e frutuoso contacto com o terreno e tipo de luta que se trava em Angola —, foi destacado para uma série de operações no Norte da província, dentre as quais merecem realce as denominadas «CASTIGO», «BULDOZER COM ESPORAS» e «NOVA LUZ», em que, a par do valioso apoio e protecção à Engenharia, especialmente na segunda, conseguiu provocar baixas ao IN e destruir-lhe, na última, dois importantes «quartéis».

Merece também destaque a actividade operacional desenvolvida pelo B. Cav. 2830 durante a operação «GRANDE SALTO», na região dos Dembos, devendo salientar-se o espírito de sacrifício e agressividade demonstrados pelas suas forças, que permitiu obter apreciáveis resultados, como foi ilustrado com o golpe de mão realizado, com pleno êxito, a um «quartel» IN, em que este sofreu pesadas baixas e a captura de alguns elementos.

Ao longo da sua permanência em Angola, o B. Cav. 2830, na difícil e desgastante missão de Unidade de intervenção, patenteou, através de um comportamento a todos os títulos brilhante, incedível vontade de bem cumprir e elevado espírito de sacrifício, pelo que, na altura do seu regresso, a RMA testemunhou o seu apreço em expressivo louvor colectivo, apontando-o como exemplo de excelente Unidade, destacando os altos serviços que prestou à província e à Nação.

Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 2848

Comandante: Inicialmente: Tenente-Coronel de Cavalaria *António Malta Leuschner Fernandes*
Depois: Tenente-Coronel de Cavalaria *Carlos de Vasconcelos Porto*
2.º Comandante: Major de Cavalaria *António Octávio Dias Machado*

O Batalhão de Cavalaria n.º 2848 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 3 e embarcou em Lisboa em 24 de Abril de 1968 para a Região Militar de Moçambique, onde chegou a 17 de Maio do mesmo ano.

Colocado inicialmente no Norte da província, junto à fronteira formada pelo rio Rovuma, aí desenvolveu intensa actividade operacional no sentido de impedir a eficiência de quatro linhas de infiltração que o IN estabelecera nesse sector, devidamente apoiadas por dispositivo de guerrilhas. Levou a cabo inúmeras operações com resultados apreciáveis, tanto na captura de elementos inimigos, como na apreensão de material, munições, géneros alimentícios, etc.. Durante os patrulhamentos e nomadizações levadas a efeito, foram detectados, destruídos ou rebentados diversos fornos e minas implantados pelo inimigo, com apreciáveis quantidades de explosivos. Paralelamente, desenvolveu também notável acção psicológica junto das populações, fazendo funcionar escolas para adultos, distribuindo vestuário a crianças e disseminando panfletos de propaganda por toda a parte, no sentido de orientar as populações na conveniência de tirarem todo o apoio ao movimento subversivo e realçando os benefícios resultantes da sua colaboração com as forças militares e com as autoridades administrativas legais.

Posteriormente, foi transferido para o distrito da Zambézia, onde continuou a sua actividade operacional de patrulhamentos, acções de presença e vigilância de itinerários.

Cumprindo com elevado espírito de corpo e de disciplina todas as missões de que foi incumbido, demonstrou o Batalhão de Cavalaria n.º 2848 excelente preparação e valor, prestando relevantes serviços à província, tornando-se, por isso, credor da admiração da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Julho de 1970.

Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 2850

Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *Rodrigo Maria Soares Cordeiro da Silveira*

2.º Comandante: Major de Cavalaria *José Alberto dos Santos Teixeira*

O Batalhão de Cavalaria n.º 2850 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 3, tendo embarcado em 23 de Julho de 1968 para a Região Militar de Moçambique, onde chegou a 11 de Agosto do mesmo ano.

Foi colocado no distrito de Tete e distribuídas as suas Companhias por locais onde apenas mato, capim e pedras imperavam. Durante longos meses viveram todas as tropas em barracas de lona! O que foi o trabalho e as condições em que todo o pessoal viveu durante esses tempos e os que se seguiram, só o pode avaliar quem o tenha vivido a par e passo; mas ele fez-se, eles viveram, dentro do melhor espírito, mercê da sólida preparação inicial que tiveram na Metrópole.

A par desse imenso trabalho, erigido de dificuldades por carência de meios dos mais variados aspectos, foi desenvolvida intensa actividade de patrulhamentos e reconhecimentos da zona de acção, bem como variadas operações, algumas com meios heli, em moldes completamente novos.

Unidade bem disciplinada, cumprindo com voluntariedade e elevado espírito de sacrifício a missão que lhe foi confiada, demonstrou, ao longo da sua permanência em Moçambique, excelente preparação e valor, prestando serviços que bem merecem o apreço da RMM, tornando-se, por isso, credora da admiração da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Setembro de 1970.

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 2854

Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *Jorge Luís Ferreira Osório*

2.º Comandante: Major de Cavalaria *Inácio José Correia da Silva Tavares*

O Batalhão de Cavalaria n.º 2854 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 4 e embarcou em 12 de Outubro de 1968 para a Região Militar de Angola, onde chegou a 21 do mesmo mês.

Revista da Cavalaria

Inicialmente colocado na região dos Dembos, onde permaneceu durante cerca de 13 meses, desenvolveu intensa actividade operacional na detecção do IN e aniquilação dos seus núcleos, causando-lhe numerosas baixas, entre mortos, feridos e capturados, apreendendo-lhe material de guerra e destruindo-lhe meios de subsistência de que desesperadamente carece.

As operações «I.^a CARGA», «GALAPOS» e «GALOPE 28», entre outras efectuadas, merecem destaque pelos resultados obtidos.

Posteriormente transferido para outra região do Norte da província, continuou a desenvolver actividade operacional de mérito, como o atestam os resultados das operações «INOPINADA 17», «ESTOCADA 2» e «COORDENAÇÃO».

Pelo espírito de corpo e vontade de bem cumprir demonstrados, quer na actividade operacional, quer em constantes protecções a movimentos logísticos e a trabalhos de reparação de itinerários, quer ainda na introdução de inúmeros melhoramentos nas instalações que ocupou, o Batalhão de Cavalaria n.º 2854 mereceu a admiração e o apreço da província, públicamente testemunhados, honrando assim a Arma e o Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Novembro de 1970.

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 2867

Comandante. Tenente-Coronel de Cavalaria *José Luis Trineté Rosa*

2.º Comandante: Major de Cavalaria *Francisco José Martins Ferreira*

O Batalhão de Cavalaria n.º 2867 teve como Unidade Mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 3 e embarcou em Lisboa a 23 de Fevereiro de 1969, para o C. T. I. da Guiné, onde chegou a 1 de Março do mesmo ano.

Marchou seguidamente para o Sector de Tite, iniciando desde logo intensa actividade operacional, sendo inúmeras as operações e acções que levou a efeito, não obstante os poucos meios disponíveis; entre outras, destacam-se as operações «SALTO NO DESCONHECIDO», «JOVENS ULTRAMARINOS», «PIRIQUITOS ALTIVOS» e «QUE-

Revista da Cavalaria

RIDA BURRA», onde o comportamento das suas tropas se revelou por forma a merecer justo louvor colectivo do Comando Militar da província, pela abnegação, espírito de sacrifício e valor ofensivo demonstrados.

A par dessa actividade operacional, desenvolveu intensa actividade na melhoria de todos os locais de estacionamento das suas sub-Unidades, bem como frutuosa actividade psico-social junto das populações, que, duma forma geral, coerciva ou por simpatia, colaborava com a subversão, contribuindo para a notável diminuição da população nativa sob controlo do inimigo.

Pela qualidade das suas intervenções operacionais, pelos resultados obtidos, pela prestimosa contribuição em prol da pacificação da província, bem merece o Batalhão de Cavalaria n.º 2867 a gratidão da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Dezembro de 1970.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2330

Comandante: Capitão de Cavalaria *Nuno Alvaro do Couto Bastos de Bivar*

A Companhia de Cavalaria n.º 2830 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 7, embarcou em Lisboa a 4 de Janeiro de 1968 e desembarcou em Luanda a 13 do mesmo mês.

Colocada inicialmente nos Dembos, numa zona onde o IN se revela com frequência, procurando criar um clima de insegurança e impedir o progresso da região, desenvolveu esforçada actividade operacional dando protecção a colunas logísticas, a trabalhos de Engenharia e garantindo a laboração normal de fazendas civis de grande valor económico para a região e para a província. Durante este período, foi chamada a contribuir com forças para as operações «PREPARAÇÃO», «CAPITÃO MEIRELES», «NOVA LUZ» e «MIL E VINTE».

Posteriormente transferida par outro local do Norte da província, foi-lhe atribuída idêntica missão, tendo tomado parte nas operações «RETORNO», «BONJOUR PAPA», «DIAPASÃO» e «VIA ÁPIA», em que as suas tropas tiveram meritório comportamento.

No termo da sua comissão de serviço, a C. Cav. 2330 regressou com a consciência do dever cumprido, trazendo consigo o apreço da Região Militar de Angola.

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2331

Comandante: Capitão Miliciano *José Manuel Fernandes*

A Companhia de Cavalaria n.º 2331 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 7 e desembarcou em Luanda em 15 de Fevereiro de 1968.

Colocada no Leste da província, numa região de grande isolamento, tendo como principal missão a vigilância da fronteira e a pesquisa de notícias sobre o inimigo, desenvolveu intensa actividade operacional, da qual se destacam as operações «GALGOS», «LEOPARDOS», e «FOCO».

Tomando adequadas medidas de protecção às populações da sua área, procedendo à reparação de diversas pontes e aos melhoramentos das suas instalações, da sua actividade no campo de acção psicológica e social resultou, não só a apresentação de numerosos elementos da população, como o estabelecimento de um clima de confiança nessas populações, que muito facilitou o seu reordenamento, no qual colaborou activamente.

Pelo trabalho que realizou e pela forma como soube aceitar a situação de isolamento em que viveu durante toda a sua comissão, a C. Cav. 2331 afirmou-se como Unidade disciplinada e merecedora do reconhecimento da Região Militar onde serviu.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2332

Comandante: Capitão Miliciano *Narciso Júlio L. de Sousa*

A Companhia de Cavalaria n.º 2332 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 7 e desembarcou em Luanda em 8 de Fevereiro de 1968.

Colocada no Leste da província, coube-lhe a responsabilidade de extensa área de fronteira, onde permaneceu durante todo o seu tempo de serviço em Angola.

A par de uma esforçada actividade operacional, na qual, por diversas vezes em contacto com o inimigo lhe infligiu baixas, como na operação «FLORBELA», desenvolveu meritória acção psico-social, por tal

Revista da Cavalaria

forma orientada que conseguiu o regresso, de territórios vizinhos, não só de populações civis, como, inclusivamente, de alguns elementos inimigos, que, redimindo-se, se acolheram à protecção das NT.

Não obstante as substituições que por razões imperiosas se verificaram no seu Comando, a C. Cav. 2332 desenvolveu intensa actividade operacional e, praticando uma acção psico-social que produziu óptimos resultados, pôde ainda dedicar-se a trabalhos de beneficiação de itinerários e ao melhoramento das instalações que ocupou, pelo que a Região Militar de Angola achou ser de justiça testemunhar o seu apreço pela sua actuação.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2333

Comandante: Capitão Miliciano *João F. G. F. Valadas*

A Companhia de Cavalaria n.º 2333 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 7 e desembarcou em Luanda em 8 de Fevereiro de 1968.

Colocada no Norte da província, inicialmente, como Unidade de intervenção de forças de escalão superior e, posteriormente, guarnecendo destacamentos junto à fronteira, desenvolveu, durante cerca de 23 meses, intensa actividade operacional, participando em diversas operações, de que se destacam as denominadas «ENCALÇO», «LIDADOR», «PERSEGUIÇÃO» e «VULCÃO», orientadas no sentido da detecção, perseguição e aniquilamento de grupos IN que procuravam infiltrar-se em TN.

A par desta actividade operacional e de constantes encargos com escoltas de protecção a movimentos logísticos nos itinerários da sua zona de acção, dedicou-se a um bem planeado programa de melhoramentos de toda a ordem nos aquartelamentos que ocupou, o que muito contribuiu para o forte moral das suas tropas.

Já no final da sua comissão de serviço, integrada nas forças do Comando da Defesa de Luanda, tomou parte na operação «COBRA ASSANHADA», demonstrando, uma vez mais, o elevado espírito de corpo, disciplina e abnegação das suas tropas.

A C. Cav. 2333, afirmando ao longo da sua permanência em Angola vontade de bem cumprir a missão que lhe foi confiada, pôde

Revista da Cavalaria

partir com a consciência do dever cumprido e certa de que o seu esforço foi devidamente apreciado por aquela Região Militar.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2389

Comandante: Capitão Miliciano de Artilharia *António Mário de Castro Ribeiro Cabral*

A Companhia de Cavalaria n.º 2389 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 7, embarcou em 18 de Maio de 1968 e desembarcou, em Lourenço Marques, em 8 de Junho de 1968, cidade onde embarcou de novo, com destino a Mocimboa da Praia, em 16 do mesmo mês.

No desempenho das funções que lhe foram cometidas, desenvolveu intensa actividade operacional.

Credora do apreço da RMM, regressou à Metrópole em 13 de Junho de 1970.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2390

Comandante: Capitão Miliciano de Artilharia *Manuel Higinio Marques Ferreira*

A Companhia de Cavalaria n.º 2390 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 7, embarcou em 18 de Maio de 1968 e desembarcou, em Lourenço Marques, em 8 de Junho de 1968, seguindo imediatamente para o Norte, até Nacala, tendo chegado ao seu destino (Litunde) em 16 de Junho de 1968.

Desenvolveu intensa actividade operacional durante 24 meses, em zona de 100%, nas regiões de Litunde, Vila Cabral e Cantinarias, no distrito de Niassa, sendo de destacar as operações «CAVALO BRANCO», «SECA FINAL», «RESCALDO», «CAVALO ALAZÃO», «RECOLHA», «ESMIUÇAR», «LEÃO», «CAVALO FOGOSO», «FAREJAR», «CONFIRMAÇÃO», «CORSÁRIO», «CASSETE», «BARROTE», «CAPOTE», «CILADA», «CUTELO», «FERRETE», «CERNELHA», «ESPREITAR» e «FUEIRO».

Credora do apreço da Região Militar de Moçambique, regressou à Metrópole em 13 de Junho de 1970.

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2415

Comandante: Capitão Miliciano *António Amaral Amado*

A Companhia de Cavalaria n.º 2415 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 7 e chegou a Moçambique, com destino ao Niassa (Lione), em 8 de Agosto de 1968.

A primeira fase da sua actuação, no Norte da província, foi totalmente preenchida por uma intensa actividade de «quadrícula», numa zona difícil, pois, além de ser bastante vasta, incluía uma extensa zona de fronteira. Não se mostrou o inimigo muito agressivo, limitando-se a pequenas flagelações a um destacamento, ao nível de Gr. C., na fronteira com o Malawi (Chala) e a raptos de elementos do aldeamento (Lione).

Bastante intensa foi a actividade desta C. Cav., tanto na actividade operacional, como na acção psicológica, de que resultou a apresentação de numerosos elementos da população, que, ou se encontravam sob o controlo do inimigo, ou residiam, como refugiados, em território malawiano.

Numa das suas acções, libertou esta Companhia do controlo do inimigo cerca de 30 pessoas, que viviam junto da fronteira. Nas acções de patrulhamento, foram, por elementos desta C. Cav., detectadas e levantadas 5 minas A/C, todas elas reforçadas. Numa coluna de reabastecimento realizada pela C. Cav. 2415, o IN desencadeou forte emboscada às NT, fora da sua zona de acção.

Em Junho de 1969, passou a Companhia ao regime de «intervenção», à ordem do Sector A (com sede em Vila Cabral), tendo estado então empenhada em operações na zona do rio Luatize e, posteriormente, em Valadim.

De salientar que, logo nos primeiros dias, sofreu o aquartelamento onde esta C. Cav. instalara as suas barracas (Luatize) forte ataque, do qual resultou a captura de diverso material de guerra inimigo, bem como algumas baixas causadas ao IN.

Dada a frequência de colunas de reabastecimento (para Valadim), foi esta Unidade encarregada, a par da actividade operacional normal, do patrulhamento e segurança dos itinerários. Nesta zona, o IN actuava quase exclusivamente com a implantação de engenhos explosivos. Nestes seus patrulhamentos de segurança às colunas, foram detectadas e levantadas 4 minas A/C, uma das quais se encontrava junto de uma

Revista da Cavalaria

ponte, e que era constituída por cerca de 30 quilos de material explosivo, incluindo uma bomba de avião.

Sempre o IN se furtou ao contacto com as NT, quando estas se encontravam em operações.

Ao fim de alguns meses de permanência neste Destacamento (Luazite), veio a C. Cav. 2415 para a Sede (Vila Cabral), para um mês de repouso, após o que passou a actuar numa zona mais ao Norte (Vladim), onde a actividade inimiga, à semelhança das outras zonas, se traduziu especialmente pela implantação de vários engenhos explosivos, furtando-se sempre ao contacto com as NT. Apenas quando se deslocava da Sede para a sua nova zona de actuação, foi alvo (próximo da zona de Nova Viseu) de forte emboscada IN, num local onde uma Companhia de Engenharia andava a arranjar a picada.

Foram realizadas diversas operações, algumas das quais com êxito, e destruídas machambas, o que levou o inimigo a actuar com mais intensidade na implantação de engenhos explosivos, e detectadas mais 4 minas A/C, também reforçadas.

Apenas uma mina não foi detectada, o que ocasionou o seu rebentamento, pela roda de um Unimog 404. De referir que, à sua frente, passaram 4 viaturas, e, precedendo estas, ia pessoal «picando», no intuito de detectar qualquer engenho explosivo.

Regressou a C. Cav. 2415 de novo á sede e, após um período de repouso, foi chamada a fazer parte do efectivo de uma grande operação, planeada pelo B. Cav. 20, e que teve como finalidade a destruição das grandes machambas IN da Matenda. Teve esta operação pleno êxito, tendo esta Companhia abatido um elemento IN.

Após esta, outra operação foi realizada, desta vez de colaboração com as milícias do Governo do Distrito do Niassa, em que foram causados 4 mortos ao IN e a destruição do seu acampamento.

Foi então que ocorreu a ida desta C. Cav. para zona não afectada (António Enes), onde manteve dois Destacamentos (um no Liúpo e outro em Savara). Posteriormente, foram deslocadas duas Secções para dois novos Destacamentos (Ilha de Moçambique e Monapo).

A actividade da Companhia nesta zona, onde nunca foi detectado qualquer indício de actividade inimiga, traduziu-se por uma intensa actividade de «quadricula», com a realização de patrulhamentos vários, em que foi exercida uma forte acção psicológica.

Todo o pessoal da C. Cav. 2415, que, durante a sua comissão, teve sete mortos em combate e alguns feridos de certa gravidade, desenvolveu um grande esforço.

Revista da Cavalaria

Embarcou, de regresso à Metrópole, em 31 de Agosto de 1970, sendo o seu esforço devidamente apreciado pela Região Militar de Moçambique.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2416

Comandante: Capitão Miliciano *Joaquim Rodrigues Eduardo*

A Companhia de Cavalaria n.º 2416 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 7, embarcou em Lisboa em 23 de Julho de 1968 e desembarcou em Lourenço Marques em 8 de Agosto de 1968, tendo sido colocada, como Companhia de Intervenção da RMM, no Niassa Oriental, Sector E, em Marrupa.

Durante cerca de dez meses, manteve-se no Niassa Oriental, tendo sido depois transferida, em 5 de Novembro de 1969, para o distrito de Tete, no Sector F, mais precisamente na zona de Chipera, a fim de assegurar, na margem esquerda do Zambeze, a defesa das obras de Cabora-Bassa.

Durante os vinte e cinco meses da sua comissão, esteve esta C. Cav. em zona de subversão violenta. Tomou parte em numerosas operações, sendo de destacar as «GALGOS ACOSSAM», «GALGOS EMPURRAM», «PELICANO» e «FLAMINGO», nas quais foram capturados 29 homens, 46 mulheres e 167 crianças, além de 8 espingardas semi-automáticas *Simonov*, 1 espingarda automática *Kalashnikov*, 2 *Mauser* e 5 canhangulos, além de numerosas munições, granadas de mão e documentos variados.

É também de realçar a sua actividade na operação «ANTE-CHUVAS», em que recolheu e aldeou, na região de Chipera, na margem esquerda do Zambeze, fronteira à barragem de Cabora-Bassa, cerca de 3000 almas.

Com a consciência do dever cumprido, regressou a C. Cav. 2416 à Metrópole, onde desembarcou em 23 de Setembro de 1970, trazendo consigo o apreço da Região Militar de Moçambique.

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2441

Comandante: Capitão Miliciano *José M. F. Ribeiro*

A Companhia de Cavalaria n.º 2441 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria n.º 7 e embarcou para a Região Militar de Angola em 12 de Outubro de 1968; desembarcou em Luanda a 21 de Outubro de 1968.

Colocada inicialmente na região dos Dembos, desenvolveu intensa actividade operacional, quer em colaboração com outras forças, como aconteceu nas operações «BERNARDA BIS», «COBRA ROSADA» e «MIL E VINTE», quer em acções de sua responsabilidade, como nas denominadas «TALVEZ VÁ», «VAI COLHER» e «REPENTINA II».

Posteriormente foi transferida para a fronteira Norte da província, onde continuou a desenvolver esforçada actividade na defesa de importante centro urbano, na vigilância e patrulhamento constante dos seus arredores, e em constantes escoltas a movimentos logísticos.

No contacto com o IN, pondo à prova a agressividade e disciplina das tropas, demonstrou sempre voluntariedade e espírito de corpo, cumprindo cabalmente as missões que lhe foram confiadas.

Regressou à Metrópole em Novembro de 1970.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2442

Comandante: Capitão Miliciano *José R. O. Leitão*

A Companhia de Cavalaria n.º 2442 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria n.º 7 e embarcou em 12 de Outubro de 1968 para a Região Militar de Angola, onde desembarcou em 21 de Outubro do mesmo ano.

Colocada inicialmente no Leste da província, em região fronteiriça com a Zâmbia, começou por desempenhar missões de protecção a movimentos logísticos e a elementos da J. A. E. A. em trabalhos de beneficiação de itinerários, prestando simultaneamente apoio a outras forças empenhadas em operações, para cujos bons resultados contribuiu. Tendo adquirido perfeito conhecimento da sua zona de acção, desenvolveu actividade operacional de carácter ofensivo, integrada nas operações «VITÓRIA 3», «VARRER», «HORTA» e «VALSA 3».

Revista da Cavalaria

Transferida posteriormente para o Norte da província e colocada na região dos Dembos, continuou a demonstrar agressividade e espírito ofensivo, noutras operações em que tomou parte.

Não descurando o bem-estar das suas tropas, em razão do qual introduziu importantes melhoramentos nas instalações que foi ocupar, praticou uma acção psico-social que produziu óptimos resultados, pelo que o seu esforço ao longo da sua comissão e espírito de sacrifício do seu pessoal bem mereceu a gratidão da Região Militar e da sua Arma.

Regressou à Metrópole em Novembro de 1970.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 2443

Comandante: Capitão de Cavalaria *Alberto Rui Guedes Teixeira de Sampaio*

A Companhia de Cavalaria n.º 2443 teve como Unidade Mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 7.

Embarcou a 23 de Outubro de 1968, tendo chegado a Bissau a 28 do mesmo mês. Marchou seguidamente para a região de Bigene, onde recebeu o treino operacional da Companhia de Artilharia n.º 1745, efectuando constantes patrulhamentos e emboscadas. Tomou ainda parte activa noutras operações, das quais se destaca a operação «GRANDE COLHEITA», pelo volume de material nela apreendido, o maior até então conseguido numa só operação: 10 toneladas. Ocupando uma região onde a actividade do inimigo estava orientada para a realização do reabastecimento do interior da província, foi constante e frutuosa a sua actividade operacional no sentido de impedir a concretização dos seus objectivos. É de assinalar também a acção colaborante da população nativa local, em especial dois ex-caçadores nativos, que, pelas suas qualidades e aptidões, foram distinguidos com o Prémio Governador da Guiné.

Pelo seu esforço e actuação, tornou-se a Companhia de Cavalaria n.º 2443 credora do reconhecimento e apreço da província, honrando assim as tradições da Arma e do Exército.

Regressou à Metrópole em Outubro de 1970.

Revista da Cavalaria

ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO N.º 2454

Comandante: Capitão de Cavalaria *Manuel Soares Monge*

O Esquadrão de Reconhecimento AML n.º 2454 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria n.º 7, tendo embarcado em 23 de Outubro de 1968 para o C. T. I. da Guiné, onde chegou a 28 do mesmo mês.

Chegado ao local que lhe foi designado, integrou aí o restante pessoal para completo do seu efectivo, nomeadamente o pessoal do Pelotão AML n.º 2024, pois de Lisboa partira apenas o Comando e as guarnições AML para um Pelotão de Reconhecimento, bem como grande número de Praças do recrutamento da província, onde praticamente estavam representadas todas as etnias locais. Apesar das diversas origens humanas, criou-se, contudo, um conjunto harmónico com assinalado espírito de corpo.

Actuando isoladamente, ou em apoio a outras forças, as viaturas deste Esquadrão percorreram cerca de 180 000 kms., em escoltas, patrulhamentos ofensivos e perseguição a grupos IN, patrulhamentos de reconhecimento, de segurança de itinerários e de contacto com as populações, patrulhamento de segurança dos arredores das povoações, acções de socorro e evacuação de feridos, segurança a trabalhos de obras e reacções a ataques e flagelações, com emprego sempre parcimonioso. Causou numerosas baixas ao IN, capturou material e contribuiu poderosamente para a reconquista da população da sua zona de acção, de tal forma se havendo que a sua actuação mereceu louvor colectivo do Comando Militar, sendo numerosas as condecorações e louvores individuais alcançados pelas tropas.

Pela sua actividade, merece o Esquadrão a gratidão da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Setembro de 1970.

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 2343

Comandante: Inicialmente: Capitão de Cavalaria *João M. Martins da Silva*
Depois: Capitão de Cavalaria *Armando Carlos Barbosa da Silva*

A Companhia de Polícia Militar n.º 2343 teve como Unidade mobilizadora o Regimento de Lanceiros n.º 2 e desembarcou em Luanda em 13 Janeiro de 1968.

Colocada em Luanda aí permaneceu com todos os efectivos durante cerca de 18 meses, altura em que destacou Pelotões para Cabinda, Nova Lisboa e Luso.

Cumprindo com zelo e proficiência todas as funções que lhe foram confiadas, quer de policiamento, escoltas, rondas e segurança, quer no campo operacional e no melhoramento das suas instalações, a C. P. M. 2343 demonstrou possuir elevado grau de preparação para a missão especial para que foi criada, tornando-se assim credora do apreço da RMA.

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 2344

Comandante: Capitão de Cavalaria *Rui da Costa Ferreira*

A Companhia de Polícia Militar n.º 2344, tendo como Unidade mobilizadora o Regimento de Lanceiros n.º 2, embarcou para a RMM em 31 de Janeiro de 1968, onde permaneceu dois anos.

No aspecto prebostal, dependeu sempre do C. E. M./Q. G./RMM, e, no aspecto operacional, do Comando da Defesa de Nampula.

Dentro do primeiro aspecto, foca-se, como actividade importante, o controlo de movimentos individuais, a fiscalização do movimento auto militar e os policiamentos a barcos fretados e em viagens comerciais (vindos da Metrópole). Destes, os primeiros ao nível Pelotão, e, os segundos, ao nível Secção. No aspecto operacional, forneceu esta C. P. M. vários comandantes de coluna, que se deslocaram a Zonas de Intervenção activa, a enquadrar pessoal. Teve, também, aspecto impor-

Revista da Cavalaria

tante o número de condutores com viatura cedidos pela Unidade para transporte de várias entidades às diferentes Z. I..

Um aspecto curioso, que se julga importante focar, foi a doação de cerca de 100 litros de sangue, por elementos desta Companhia, ao H. M. 125, que pôde sempre contar com a generosidade incondicional do pessoal.

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 2394

Comandante: Capitão de Cavalaria *António Eduardo Queirós Martins Barrento*

A Companhia de Polícia Militar n.º 2394, mobilizada pelo Regimento de Lanceiros n.º 2, foi destinada ao C. T. I. de Timor, para onde embarcou em 16 de Abril de 1968, tendo ali chegado a 27 de Maio do mesmo ano.

Durante a sua comissão de serviço, desempenhou missões específicas de Polícia Militar, nomeadamente patrulhamento urbano, controlo de viaturas e pessoal no cais de Dili, policiamento de cerimónias, recintos desportivos e casas de espectáculos, guardas de honra, etc.. Desenvolveu também apreciável acção psico-social, sanitária e escolar, na Sede e sua zona de acção.

Regressou à Metrópole em Setembro de 1970.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 2042

Comandante: Alferes Miliciano *Carlos Ribeiro dos Santos*

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 2043

Comandante: Alferes Miliciano *Eduardo Manuel da Luz Oliveira*

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 2044

Comandante: Alferes Miliciano *José Manuel de Azevedo Vaz Pinto*

Revista da Cavalaria

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 2045

Comandante: Alferes Miliciano *Alfredo Brandão Coelho Carlos*

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 2046

Comandante: Alferes Miliciano *Jaime de Melo Rodrigues Machado*

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 2047

Comandante: Alferes Miliciano *António J. L. V. Adelino Amorim*

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 2048

Comandante: Alferes Miliciano *José dos Santos Nunes Belo*

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 2049

Comandante: Alferes Miliciano *Francisco M. V. C. Costa*

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 2050

Comandante: Alferes Miliciano *António Dias Pacheco*

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 2051

Comandante: Alferes Miliciano *Manuel António Rocha Monteiro*

Os Pelotões de Reconhecimento acima mencionados foram mobilizados pelo Regimento de Cavalaria n.º 6, tendo embarcado para o C. T. I. da Guiné em 1 de Maio de 1968.

Actuaram em toda a província, especialmente em missões de escolta, onde mantiveram intensa actividade, que é digna de ser mencionada.

Regressaram à Metrópole em Setembro de 1970.

Revista da Cavalaria

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO FOX N.º 2085

Comandante: Alferes Miliciano *José António S. S. Ferreira*

O Pelotão de Reconhecimento Fox n.º 2085 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria n.º 8, tendo embarcado para o C. T. I. da Guiné em 23 de Outubro de 1968.

A sua actuação na província em missões da sua especialidade, especialmente escoltas a colunas auto por itinerários onde a acção inimiga se manifesta, é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Outubro de 1970.

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 2026

Comandante: Alferes Miliciano *Rogério Pereira Lobo de Macedo*

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 2027

Comandante: Alferes Miliciano *João A. S. Brito da Palma*

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 2072

Comandante: Alferes Miliciano *José Alvaro Carvalho P. Leite*

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 2073

Comandante: Alferes Miliciano *José Luís Marques Pereira*

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 2086

Comandante: Alferes Miliciano *Daniel S. Calado Prates*

Os Pelotões de Polícia Militar acima mencionados foram mobilizados pelo Regimento de Lanceiros n.º 2, tendo embarcado, respectivamente, para S. Tomé (17 de Abril de 1968), Macau (16 de Abril de

Revista da Cavalaria

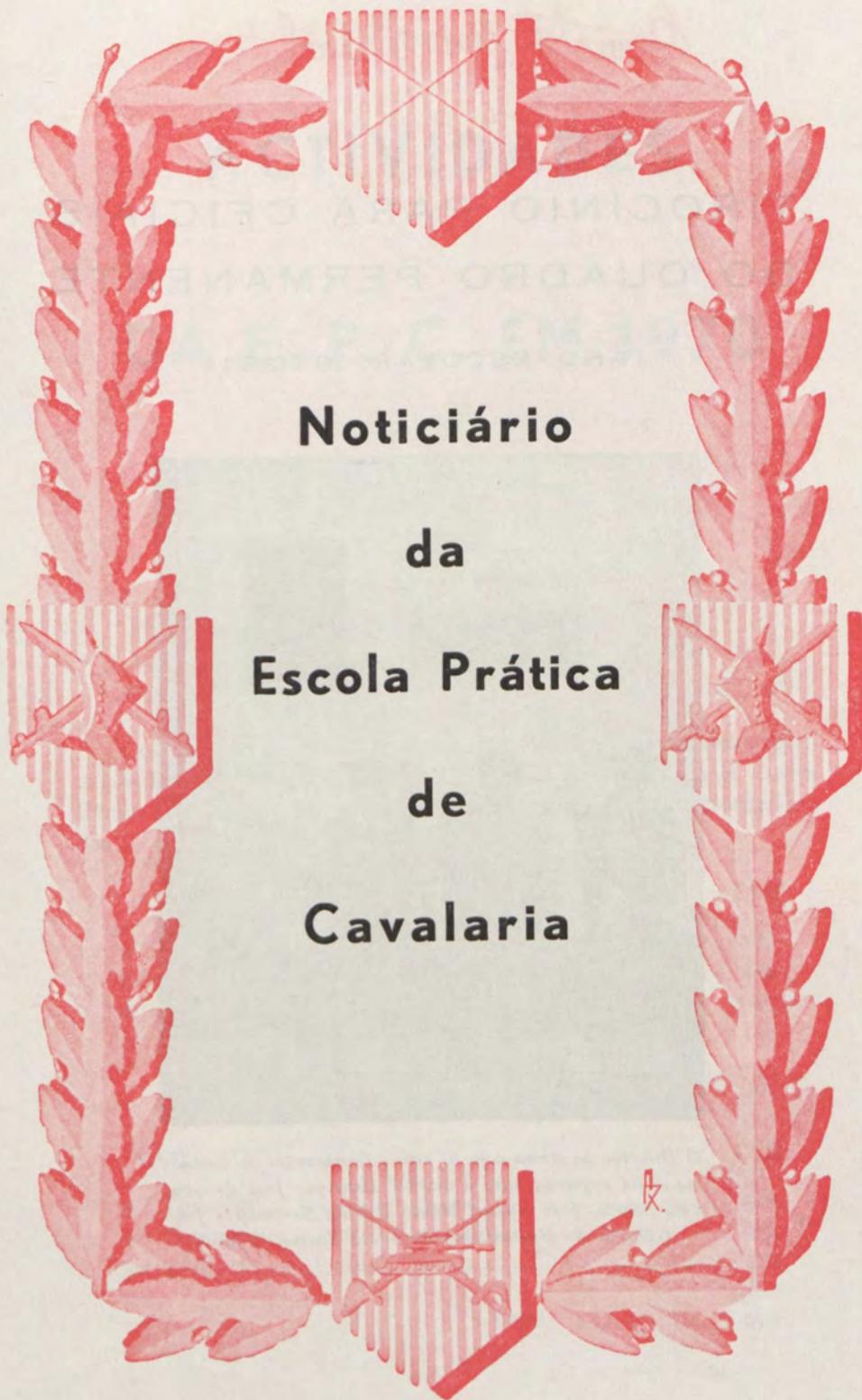
1968), Guiné (11 de Agosto de 1968) e Cabo Verde (11 de Agosto e 9 de Novembro de 1968).

Actuaram em missões da sua especialidade, sendo a sua actividade digna de ser mencionada.

Regressaram à Metrópole, respectivamente, em 12 de Maio, 15 de Setembro, 3 de Maio, 27 de Agosto e 13 de Novembro de 1970.



Armamento, munições e material vário, capturado na operação «GALGOS ACOSSAM», pela C. CAV. 2416



Noticiário

da

Escola Prática

de

Cavalaria

lx.

Revista da Cavalaria

TIROCÍNIO PARA OFICIAIS DO QUADRO PERMANENTE

(ANO ESCOLAR 1970-71)



O Director da Arma com os novos tirocinantes de Cavalaria — da esquerda para a direita: Henrique José de Gouveia Soares, José Manuel Manso Ribeiro Sardinha e João Gilberto de Mascarenhas de Sousa Soares da Mota



1 — Escolares

a) — *Cursos do Q. C.*

Continuando no rumo da linha traçada com vista ao desenvolvimento intensivo das actividades de instrução de pessoal do Q. C. em Cursos de Oficiais e Sargentos Milicianos, a EPC teve o funcionamento dos 1.º e 2.º ciclos, com as seguintes frequências:

2.º CICLO	COM	CSM
4.º Turno/69	38	71
1.º Turno/70	63	139
2.º Turno/70	49	65
3.º Turno/70	52	128
<i>Total</i>	202	403

1.º CICLO	CSM
1.º Turno/70	201
2.º Turno/70	365
3.º Turno/70	412
<i>Total</i>	978

Revista da Cavalaria

b) — *Tirocínios, Estágios e Cursos*

1) — Estágio de actualização para Tenentes do Q. P. ...	4
— Estágio de PM para Oficiais do Q. P.	6
— Estágio de AML Panhard para Oficiais Subalternos do Q. C., nomeados para servir no Ultramar	1
— Estágio para Capitães Graduados do Q. P.	7
— TOQP/1970/71 (iniciaram 3, que ainda não terminaram)	

2) — Curso de PM para Sargentos do Q. P.	9
— Estágio de AML Panhard para Sargentos do Q. P.	7

2 — **Desportivas**

A EPC fez-se representar em 9 modalidades desportivas, em 7 das quais com Oficiais, Sargentos e Praças, tendo obtido a seguinte classificação final nos Campeonatos Desportivos Militares:

- a) Unidades e Estabelecimentos Militares pertencentes à RMT (até 28 de Setembro) — 12.º lugar, entre 26 concorrentes;
- b) Unidades e Estabelecimentos Militares pertencentes à RMT (a partir de 28 de Setembro) — 6.º lugar, entre 17 concorrentes.

Estes resultados, no seu conjunto, podem considerar-se satisfatórios, muito tendo contribuído para tal classificação os seguintes resultados parciais:

ATLETISMO

Oficiais: — 2.º lugar, em comprimento
3.º lugar, em altura
3.º lugar, em peso

TIRO

Oficiais: — 3.º lugar

Praças: — 1.º lugar

Revista da Cavalaria

TÊNIS DE MESA

Bom índice técnico de Sargentos e Praças, tendo estas sido apuradas para a fase final.

FUTEBOL DE 5

Praças: — 1.º lugar

Além destas destacadas posições, teve a Escola honroso comportamento nas restantes modalidades em que participou: ANDEBOL DE SETE; FUTEBOL DE ONZE; BASQUETEBOL; VOLEIBOL e TRIATLO.

No campo das actividades hípcas, fez-se a EPC representar por alguns Oficiais no tradicional Concurso Hípico Militar de Mafra, com resultados animadores.

3 — Festas comemorativas e outras cerimónias

a) — 9 de Abril

Colaborando com a Agência de Santarém da Liga dos Combatentes, deslocou-se a Lisboa um contingente da EPC, do qual fazia parte o seu Comandante, outros Oficiais, Sargentos e Praças.

Para as comemorações em Santarém, foi ainda cedido, pela Escola, um contingente, que prestou guarda de honra na homenagem junto ao monumento dos combatentes pela Pátria e na romagem ao cemitério, com deposição de flores nos túmulos dos caídos.

b) — Dia da EPC

Com a presença de Sua Ex.^a o Senhor Ministro da Defesa, acompanhado de Suas Ex.^{as} os srs. Secretário de Estado do Exército e General Chefe do EME, além das mais altas entidades ligadas à Arma de Cavalaria e dos srs. Governador Civil e Presidente da Câmara Municipal de Santarém, foi condignamente comemorado mais um aniversário — o octogésimo — da criação da CASA MÃE DA CAVALARIA.

A cidade de Santarém e muitos dos seus habitantes associaram-se aos festejos, presenciando o brilhante desfile militar que atravessou as suas ruas.

Revista da Cavalaria

Integradas nas comemorações do Dia da EPC, tiveram lugar as seguintes realizações:

- 1.º — Desfile de Tropas da EPC, na sua máxima força, com banda e fanfarra;
- 2.º — Disputa do «Troféu EPC», entre patrulhas de cada uma das Unidades de Cavalaria da Metrópole;
- 3.º — Apresentação Equestre, pelos Aspirantes Tirocinantes;
- 4.º — 2.º Rally da EPC (16 e 17 de Abril), aberto a todos os Oficiais de Cavalaria em serviço na Metrópole;
- 5.º — Espectáculo de variedades dedicado aos Soldados da Escola, de colaboração com a E. N., o qual se efectuou no Teatro Rosa Damasceno.

c) — Tomada de posse do novo Comandante da Escola, Coronel de Cavalaria Alexandre M. L. de Almeida

Em 14 de Outubro, por ter sido designado para frequentar o Curso para Oficial General do IAEM, deixou de exercer as funções de Comandante da Escola o Coronel do CEM Alberto da Silva Banazol, tendo então transmitido os seus poderes ao Coronel de Cavalaria Alexandre M. L. de Almeida, que actualmente comanda a EPC.

d) — Festa de Natal

No dia 21 de Dezembro, após a inauguração do tradicional Presépio, realizou-se no ginásio da EPC uma reunião de convívio entre familiares dos que naquela Casa servem, tendo sido oferecidos brinquedos às crianças e uma merenda a todos os presentes.

No mesmo ginásio, vistosamente decorado, teve lugar um acto de variedades, muito apreciado.

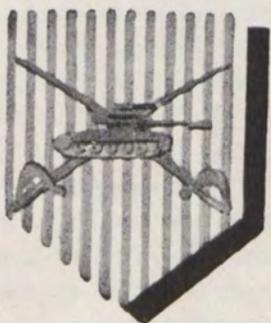
Na noite de 24 para 25, no refeitório geral, e com a presença do Ex.º 2.º Comandante, Capelão, Oficiais, Sargentos e Praças de serviço, realizou-se a tradicional Ceia de Natal.

As famílias das Praças mais necessitadas foram ainda contempladas com agasalhos e apreciáveis quantias, provenientes dos fundos da Sala de Cabos e Soldados.

A decorative border made of red laurel leaves and berries, forming a rectangular frame around the central text and symbols. At the top and bottom center of the wreath are shield-shaped emblems with vertical red stripes and a red cross. On the left and right sides, there are smaller shield-shaped emblems with vertical red stripes and a red figure of a soldier or warrior.

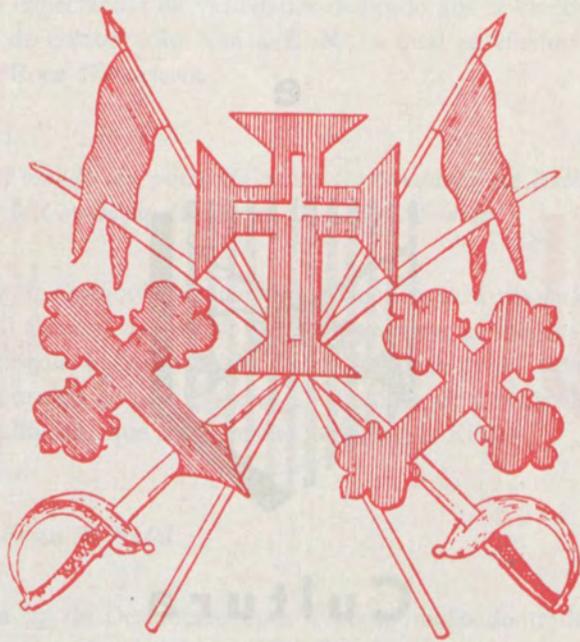
Doutrina

e

A central shield-shaped emblem with vertical black stripes. Inside the shield, there is a black silhouette of a soldier in a dynamic pose, possibly a lancer or a warrior, holding a weapon.

**Cultura
Militares**

R.



A CAVALOOOO...!



Desde sempre que as missões da Cavalaria foram: cobrir, informar e combater.

Para isso têm sido utilizados meios muito diversos, mas de forma a ajudarem o homem a cumprir a sua missão em face das circunstâncias.

Neste tipo de guerra que agora enfrentamos, qualquer Companhia de atiradores terá de, na sua zona de acção, procurar ganhar ascendência sobre o inimigo armado, nas poucas ocasiões que porventura lhe surjam para combater.

Assim, para tirar ao inimigo a vontade de lutar, um dos caminhos poderá ser: de início, separá-lo, em ideia e de facto, da população que lhe cobre os movimentos e o informa; por último, retirar-lhe a possibilidade de combater, por falta de apoio da sua gente.

Para tal se obter, e restringindo-nos ao palco onde se chocam as vontades correspondentes às ideias, isto é, na prática, tem sido o homem ajudado por um só meio: a espingarda. Vamos pois manter-lhe a espingarda e dar-lhe um cavalo. É claro que tem que aprender a montar, a tratar do cavalo e a progredir no exterior; mas a prática recente tem ensinado que em três meses qualquer homem fica em condições de ir à mata, mesmo que pouco tempo antes fosse pescador, operário, ou trabalhador rural.

Depois de andar uns dias no mato no seu cavalo, como explorador, flanqueador ou em reserva, verifica que o animal deixa de ter «crença» pela cavaliariça ou pelos outros cavalos, entregando-se muito mais ao seu cavaleiro, que, assim, passa a conduzi-lo com maior facilidade; ao fim de dois ou três dias, está calmo e estendido e, para quem observa, adquiriu aquela atitude um pouco baixa, tão do gosto dos concorrentes às provas de ensino, quando abandonam o recinto após o cumprimento final.

Ao fim de mais alguns dias, o nosso homem já começa a comandar o seu cavalo, a dar a sua galopada, a sentir nele um companheiro e, quando está para regressar ao quartel, começa a pensar que se encon-

Revista da Cavalaria



trasse uns terroristas já não haveria grandes problemas — ganhou confiança.

Além disso, aqueles que já andaram a pé por sítios idênticos, sentem que, apesar dos esforços necessários para aparelhar, desaparelhar, limpar, dar de beber e comer, actividades a que não estavam habituados, ao fim de um dia de trabalho ou de operações, estão ainda frescos e mais capazes de dizer uma boa piada.

Mesmo os guias indígenas, que na acção, apeados, são sempre motivo da nossa inveja pela sua resistência, quando acompanham os cavalos também se cansam, e ao fim de uns dias preferem ir montados.

As distâncias da povoação à água, da água à lavra, etc., já está habituado o nativo; são no entanto longas para o europeu que marcha a pé, mas curtas para o que vai a cavalo. Este ainda transporta, com autonomia para cinco dias, as rações, o cobertor, o cobrejão e uma arma.

Para uma maior autonomia — dez dias ou mesmo mais —, tem os bastes que leva em conjunto, e que ao mesmo tempo constituem a reserva de cavalos.

Revista da Cavalaria

Em muitos casos, o peso dos animais é inferior ao que deveriam ter para ser respeitada a relação teórica entre o peso e a carga que transportam; mas, como têm algum sangue, esta deficiência é atenuada. O mesmo sangue é também necessário para as perseguições que se tornam imperiosas, mesmo após alguns dias de pouco descanso e de pouca comida; poder sair a galope em boa velocidade, na altura própria, é condição essencial. Marchar a passo, para progredir em silêncio, atento a todos os factores, e perseguir a bom galope, no momento preciso, constitui o fulcro do problema. Falo muito em perseguição porque, neste tipo de guerra, normalmente, depois dos primeiros minutos ou segundos de contacto visual ou pelo fogo, se passa imediatamente a essa fase, tão difícil para os elementos apeados.

Tenho verificado a harmonia com que, num bom galope, alguns soldados mais antigos conseguem furta-se às árvores com um equilíbrio semelhante ao do campino na apartação de gado, ao do toureiro na lide, ao do desportista em provas de campo ou de concurso hípico. É ideia comum entre os Soldados que só em condições muito especiais



Revista da Cavalaria



o elemento detectado pode escapar, e é evidente que tal é verdade, desde que as matas não sejam extremamente densas e o terreno demasiado acidentado. O principal obstáculo é a passagem das chanas junto aos rios, onde os cavalos se enterram e a progressão é morosa; mas se o Comandante do Pelotão estiver atento poderá evitá-lo com facilidade. O Pelotão tem as Secções agrupadas em esquadras e estas em trios que constituem parselhas apeadas, acrescidas do elemento que lhes guarda os cavalos. O trio é a base: chefe de fila, cerra fila e guarda cavalos.

O comando da Secção numa tropa montada obriga a exigir uma melhor preparação aos Sargentos, pois que, se a pé, o Comandante de Pelotão comanda com toda a facilidade, com um pequeno sinal, o homem a 30 metros, a cavalo terá o seu Comandante de Secção; no mínimo, a 50 e alguns dos seus homens a 300. A cavalo, o Pelotão pode actuar envolvendo ou perseguindo; pode simultaneamente atacar a pé, envolver e perseguir a cavalo, continuando a progressão o grupo de cavalos montados. E ainda pode realizar uma acção apeada com uma das suas Secções, ou mesmo realizá-la com 2/3 do Pelotão, ficando,

Revista da Cavalaria

nestas condições, os cavalos estacionados em segurança. Só um exemplo: — o Pelotão (—), a pé, realiza uma acção desde as 5 às 12 horas; às 14, após o tratamento dos cavalos e um ligeiro repouso, monta a cavalo e progride mais 20 kms. noutra direcção.

O estacionamento do Pelotão a cavalo deverá ser sempre objecto de extremo cuidado, não só pelos trabalhos correspondentes ao tratamento do animal, como pela segurança do mesmo.

O local deve ser escolhido de forma a permitir uma boa segurança próxima, normalmente em terreno suficientemente arborizado, pois que, para um atirador deitado, com mato de 50 cms. de altura na frente, o cavalo desaparece praticamente como alvo a 50 metros de distância.

O principal problema para o Comandante de Pelotão é, normalmente, a sua inexperiência no lidar com cavalos, o que, aliado à responsabilidade pelos seus homens, poderá constituir fardo demasiadamente pesado, atendendo à sua pouca idade.

Por isso mesmo, na minha opinião, o Esquadrão só é divisível em acção no mato.



Revista da Cavalaria

Um Comandante que tenha um seu Pelotão afastado 20 kms., passadas três horas o tenha junto de si e, se necessário for, repetir o facto no mesmo dia ou nos dias seguintes, poderá determinar um ponto de reunião a 50 kms. de distância através da mata, sem quaisquer problemas, com muitas possibilidades, desde que disponha de meios rádio de bom alcance e de fácil utilização, e que utilize a sua cavalaria de acordo com a finalidade dos «DRAGÕES», tanto no emprego táctico como na ideia: — progredir a cavalo, aproximar-se e combater a pé ou a cavalo e, em quaisquer circunstâncias, estar sempre em condições de perseguir a cavalo.

Desde sempre que, para decidir os combates ou batalhas, a Cavalaria actua em massa, em força, ou simultâneamente em massa e em força.

Bem necessitamos da força, e... como há tempos me dizia um Soldado: «é que um tipo a cavalo, no mato, sente-se mesmo com poder!».

Capitão VASCO RAMIRES



Evolução Histórica do Ultramar Português



retende-se, neste artigo, fazer uma análise sucinta da evolução de *ação lusitana* no Ultramar, afectando quanto possível as suas causas e motivações. Procura-se, com ele, de certo modo, mostrar que toda esta epopeia que nos lançou pelo mundo resultou de um são esforço civilizador, que não nos foi possível ultrapassar, atendendo às nossas possibilidades demográficas, sociais, económicas, etc., através de todas as vicissitudes que nos assoberbaram ao longo dos séculos e das maléficas influências e pressões a que fomos sujeitos.

Assim, dividimos este trabalho em dois capítulos:

- Estudo das motivações que nos lançaram nesta cruzada;
- Estudo do desenrolar da expansão portuguesa, dividindo-a em sub-capítulos, compartimentando os acontecimentos em épocas de características predominantes.

- *Séculos XV e XVI*
- *Séculos XVII e XVIII*
- *Século XIX*
- *Século XX*

MOTIVAÇÕES QUE LEVARAM A EXPANSÃO

Povo, entalado entre os ambiciosos reinos de Leão e Castela e o Atlântico, foi a este que foi procurar o apoio e a aliança que não conseguia encontrar naqueles reinos.

Não só pelo comércio permitido pelas rotas marítimas, então como hoje mais fáceis que as terrestres, facilitando a melhoria da sua situação económica, pela permuta com os portos do centro e norte da Europa

Revista da Cavalaria

e norte de África, mas, também por esses contactos lhe facilitarem, por vezes, ligações políticas que o ajudaram a enfrentar os perigosos vizinhos.

Esse facto levou os nossos marinheiros ao conhecimento e aperfeiçoamento de técnicas de navegação, que lhes permitiram adquirir a dianteira, no mundo de então, da arte de navegar.

No entanto, o País não tinha mais que 1,2 milhões de habitantes, e a sua capacidade económica e financeira era então bastante débil, já por este motivo, e, ainda, pelo facto de que, quando começou a sua epopeia marítima, não tinham passado muitos anos após as Guerras da Independência com a vizinha Castela.

Embora restabelecidos das consequências destas guerras, não éramos, de modo algum, um país de economia forte. Portanto, se a nossa situação demográfica não impunha, de forma alguma, a nossa saída para conquista de novas terras para colocar excedentes demográficos e a nossa situação económica não era tão forte que impusesse fazer investimentos avultados em empresas de rendimento duvidoso, como foi possível este início da Epopeia Marítima?

Podemos filiar a força inicial dos Descobrimentos em um conjunto de circunstâncias, sendo algumas concorrentes, de que passamos a apontar as fundamentais:

- Missionaçãõ;
- Ataque por outra frente ao Grão Mongol e ao Grão Turco, que asfixiavam a Europa, e o estabelecimento de contacto com núcleos cristãos não europeus;
- Fortalecimento político perante os nossos ambiciosos vizinhos;
- Necessidade da abertura do comércio de especiarias, até então nas mãos dos infiéis.

Assim, vemos que a dilatação da Fé é o factor dominante, pois que, além das preocupações da missionaçãõ, surge um grande plano de ordem estratégica, que tem como finalidade atingir o inimigo número um da cristandade de então.

De facto, recordemos que, naquele tempo, o cerco dos muçulmanos à Europa cristã, embora sustido na Península Ibérica, avançava na Europa oriental, e que, em 1453, se dá a queda de Constantinopla, tomada pelos Turcos. Já nessa altura, foi Portugal o único país cristão que organizou uma expedição contra o Infiel, em resposta aos apelos

Revista da Cavalaria

do Papa ao mundo cristão, e enviou uma armada, que derrotou outra turca na batalha de Matapão.

O factor económico não está ausente, mas, sem dúvida, não é o fundamental, pois que no início dos Descobrimentos as viagens não eram economicamente rentáveis, ou sê-lo-iam com tão pequena margem a curto prazo que, se estas não estivessem entregues a uma grande e rica congregação, sob a chefia de um príncipe extraordinário, e que dirigia todos os seus vastos rendimentos para aquela obra, certamente que esta teria acabado no início. De facto, no reinado de D. Afonso V, quando da morte do Infante D. Henrique, foi entregue a um rico mercador de Lisboa o comércio da Guiné, com a obrigação de todos os anos se descobrirem cem léguas da costa para o sul. Mas a expansão não mais progrediu, até que D. João II chamou a si tal empreendimento.

Com o tempo, o ideal religioso teria enfraquecido, mas, até à descoberta do caminho marítimo para a Índia, foi a evangelização a actividade predominante. A partir daí, predomina o factor económico, reaparecendo, com o antigo vigor, com a colonização do Brasil, o factor religioso.

Todas estas motivações e ainda a posse de técnica de navegação revolucionárias na época — a caravela (quilha, leme e desaparecimento dos remadores); a navegação à bolina; a bússola e a aprendizagem do sistema de navegar dos árabes — lançou Portugal pelos mares fora.

É preciso não esquecer que contribuíram para esta arrancada a estabilidade política que saiu da luta pela manutenção da independência com o reforço da autoridade real, dada pela burguesia contra uma parte da antiga fidalguia, que se tinha posto do lado de Castela. Criou-se, então, uma nova fidalguia, de homens que a conquistaram pelo valor pessoal, quer no campo de batalha, quer no campo científico.

Outro factor, que é de importância também decisiva, é o nível intelectual a que se elevaram as elites do País, resultante da criação da Universidade desde D. Dinis e a preocupação da sua actualização pelos monarcas seguintes, principalmente D. João I, que entregou a sua orientação a seu filho D. Henrique.

Esta situação criou entre as elites:

- uma curiosidade viva em face de mundos desconhecidos, de que pouquíssimos europeus, como Marco Polo, Caapino, Rubroech, traziam sedutoras novidades;
- o conhecimento perfeito da situação da cristandade europeia perante o ataque do Islamismo, como ainda o conhecimento de

Revista da Cavalaria

obras, quer científicas, quer informativas, quer ainda sugestões de combate ao Islamismo. (Entre os principais, destacam-se o «Tratado de Espera», de Sacio Barco, ou o «Imago Mundi», do Cardeal d'Aylli, e o «Libro del Conoscimiento», de autor desconhecido, obras perfeitamente conhecidas, assim como outras, entre os intelectuais portugueses);

- uma crescente perfeição técnica na cartografia, nos instrumentos náuticos (utilização da bússola e do astrolábio) e na construção naval, que evoluiu adequada ao crescente conhecimento científico das correntes marítimas e atmosféricas, enfim, à ciência da Marinharia.

É fácil de compreender esta posição das elites intelectuais, atendendo a que o Infante D. Henrique, quando, em 1431, foi nomeado, por seu pai, protector da Universidade, a reformou de forma a dar-lhe maior eficiência na formação de quadros para os seus futuros empreendimentos, bem como na de cientistas que soubessem tirar proveito das informações trazidas pelos navegantes.

Há, ainda, a apontar outro estímulo, também não pouco importante — a necessidade de ampliar a estreitíssima faixa metropolitana, que não constituía suficiente base de autonomia política e económica perante os cobiçosos vizinhos peninsulares.

COMO SE PROCESSOU A EXPANSÃO PORTUGUESA

SÉCULOS XV E XVI

A África

Em 1415, por um lado, a conquista de Ceuta apresenta-se como o flanqueamento político da Península e, por outro, era o aniquilamento de um perigoso ninho de piratas mouros, que dificultavam a navegação entre os portos cristãos do Mediterrâneo e os do norte da Europa, além de ser obstáculo grave ao início da expansão marítima portuguesa.

Como objecto imediato de colonização, a África não tinha interesse para os portugueses. Essa foi a razão porque apenas se organizou a instalação, no litoral, de portos fortificados (feitorias), que serviam de escala e apoio às Armadas e, simultaneamente, de entrepostos para comércio com as populações nativas.

Revista da Cavalaria

Surge, no entanto, o caso do Reino do Congo, que aparece como o despontar de uma estrutura africana própria, exigindo, portanto, um certo cuidado e não se empregando o sistema de feitorias.

Utilizou-se a missionação com troca de gentes. Aqui, os portugueses realizaram uma notável acção missionadora e civilizadora, exercendo sobre os naturais profunda influência. Chegou-se ao ponto da realização de um tratado de aliança com o Manicongo, a que se seguiu a nomeação, pelo Rei de Portugal, de um representante junto do Rei Negro, que tinha por função a repressão dos abusos praticados pelos portugueses, observação e estudo das possibilidades económicas da região e a apresentação de sugestões para a dilatação da Fé.

Era uma situação muito semelhante à dos modernos protectorados.

As Ilhas Atlânticas

Com elas, surge outra forma política jurídica de organização e colonização portuguesa.

Por serem ilhas desertas, foi adoptado, para o seu povoamento e exploração económica, o sistema de *capitanias* ou *donatorias*, a forma mais original da nossa colonização.

Tinha dois aspectos:

- *Carta de doação* — o Rei dava ao donatário determinadas responsabilidades;
- *Foral* — norma de entendimento entre o capitão e os colonos.

Aos donatários era permitido cunhar moeda, fazer justiça e efectuar o desenvolvimento económico. À medida que este aumenta, o Rei tira poder aos capitães.

O Brasil

Começou-se com o sistema de feitorias.

Estando a Coroa por completo absorvida com o Oriente, o Brasil aparecia com interesse secundário aos nossos reis. Reconheceu-se, em determinada altura, o perigo que representava a colonização unilateral, deixando inexplorados territórios tão prometedores. Em 1534, inicia-se a colonização sistemática. Passou-se então ao sistema de capitanias.

Revista da Cavalaria

No entanto, estas envolveram-se em lutas. Em 1569, surge o primeiro Governador-Geral do Brasil, Tomé de Sousa, que absorve todo o sistema de capitánias.

O Oriente

Quando atingimos a Índia, encontrámos uma civilização. Aí, os nossos reis agiram cautelosamente e não quiseram o domínio territorial. Os Vice-Reis D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque receberam, de D. Manuel, as seguintes directrizes bem claras:

- tomar posse dos pontos estratégicos das rotas marítimas;
- promover contactos e actos de vassalagem com os príncipes existentes;
- não desejar o domínio territorial.

Assim surge Goa, Ormuz e Malaca.

Aqui, o proselitismo religioso e a agregação social são dificultados pelo sistema de castas, contrário ao contacto social. Houve sempre profunda tolerância para com as religiões e costumes locais.

Evangelizar era persuadir e não coagir.

No entanto, o inimigo tradicional, o Islamismo, era combatido, assim como os costumes religiosos locais que envolvessem práticas bárbaras.

Conclusões deste período

Neste primeiro período, tomam relevo certas características:

- a variedade de métodos empregues;
- a unidade dos fins que se procuravam atingir, através da diversidade dos meios;
- agregação social dos povos;
- evangelização;
- uma variedade grande de formas de organização política, utilizadas consoante as condições dos territórios e o estado de adiantamento cultural dos povos.

A política seguida no Oriente foi diferente da do Brasil e Ilhas, e, em África, seguiram-se dois tipos de política. Há, da nossa parte, neste

Revista da Cavalaria

período, flexibilidade de estrutura política de inspiração inteiramente portuguesa, de acordo com o nível dos povos. O contacto com os povos é feito indo ao encontro de uma civilização e obrigando o povo a vir ao nosso encontro através dos nossos usos e costumes mais avançados.

Tem interesse notarmos que o século XV é a época em que Portugal tem a sua vitalidade a estuar, na posse plena dos seus destinos, cheio de Fé e consciente da estreiteza dos seus limites metropolitanos perante o país vizinho, constantemente desejoso de promover a unidade imperial visigótica. A batalha de Aljubarrota encheu-o de confiança em si próprio e animou-o a preparar futuras condições de resistência na autonomia estabelecida. Surge, como vimos, uma nova Cavalaria cheia de valor e em competição constante com a castelhana. Nasce a força económica e moral de uma burguesia litoral, sem dependência alguma da economia castelhana. Reforçando estas forças políticas e económicas, aparece a autonomia do alto clero português, na firme adesão ao chefe da Igreja que entendia seguir, em oposição ao clero castelhano, no caso do Papa de Avinhão e do Papa de Roma. Encimando estas forças, eleva-se o poder real, que soube criar a Unidade Nacional, que ele encarnou, e evitar a oposição de interesses que nele pudesse surgir (caso de D. Nuno Álvares Pereira e João das Regras). O nível intelectual atingido e o acaso da existência de homens extraordinários, lançou Portugal nesta epopeia aparentemente superior às suas forças.

Seguiu-se uma época única e de deslumbramento, em que nos deramámos por todo o mundo. Demos a conhecer novos mundos. A nossa contribuição para todas as ciências e para a literatura foi extraordinária. Tivemos neste período grandes mestres portugueses ensinando em Universidades estrangeiras. As riquezas que trazíamos desses longínquos mundos ajudavam o País a viver num luxo faustoso.

Foi esta mesma abundância que nos fez perder equilíbrio. As mercadorias que Vasco da Gama trouxe da sua viagem de descoberta da Índia renderam 60 vezes mais do que o custo da empresa. Mas já a campanha de Afonso de Albuquerque foi deficitária para o Estado. Por outro lado, esta enorme empresa obrigava-nos a ter constantemente no mar cerca de 20 000 homens, o que nos causava anualmente cerca de 3000 baixas. Era uma pesada perda para um País de tão baixo nível demográfico. A metódica preparação científica da expansão e ao heroísmo e perícia com que se ia realizando, não corresponderam o senso prático nem a capacidade organizadora do escol da Metrópole.

Revista da Cavalaria

Não foi criada actividade de produção que completasse a de transportes. A situação foi agravada com o individualismo indisciplinado reinante nesta actividade, além dos abusos provocados pela ganância e desejo de enriquecimento fácil.

Um exemplo do que atrás foi dito, é o facto de, em 1524, no início do seu reinado, D. João III ter entregue a Vasco da Gama, então já com 55 anos, mas ainda homem de pulso de ferro e rija tèmpera, o comando de uma armada de 15 navios e 3000 homens de armas e fidalgos escolhidos, para ir à Índia, com plenos poderes de Vice-Rei, pôr cobro ao enorme descalabro que então aí reinava. Infelizmente, este morreu três meses depois de ter chegado à Índia.

O descalabro era tão grande que os rendimentos fantásticos do monopólio régio de especiarias e comércio de Oriente já não cobriam as enormes despesas das armas e exércitos, indispensáveis ao nosso domínio naquelas terras. Toda esta situação levou a um enfraquecimento moral, económico e demográfico, que explica grandemente que a Nação tenha entrado em crise; e se tenha perdido, na batalha de Alcácer-Kibir, com o rei, grande parte da sua elite mais esforçada.

Deu-se, assim, a passagem para outro período, durante o qual lutámos com dificuldades de toda a ordem para recuperar e manter grande parte do nosso domínio, por falta de recursos económicos, militares e demográficos, e em que começámos a ser sujeitos a fortes pressões e à concorrência estrangeira. Começámos, neste período, a desviar-nos da nossa política tradicional, que tão bons resultados tinha vindo a dar.

SÉCULOS XVII E XVIII

Neste período, o nosso império sofre o primeiro rude golpe, com a perda da independência, de que resultam:

- o isolamento do Ultramar;
- os ataques dos holandeses;
- a derrota da Invencível Armada, que nos deixa praticamente sem navios, o que impossibilita a defesa do Ultramar.

No Brasil

Para além destes factos, dá-se a colonização preferencial do Brasil, por este ser mais rentável economicamente. Nessa altura estava dividido em capitanias, com o regime de Governador-Geral.

Revista da Cavalaria

Estamos em pleno absolutismo com o Marquês de Pombal. Desligamo-nos um pouco da África e entramos num período de má inspiração inglesa. Deixamos de dar prioridade à evangelização, para a dar ao aspecto económico. Surge o «Pacto Colonial», que impunha que todas as mercadorias que vinham do Brasil tinham que ser exclusivamente comercializadas pela Metrópole. Em 1778, dá-se a expulsão dos Jesuítas, o que vem atingir gravemente o Brasil. São estabelecidas Companhias Comerciais e substituídos os Jesuítas por Directores de Aldeia, prejudicando, assim, a acção até aí desenvolvida no Brasil.

A criação das Grandes Companhias Comerciais não trouxe consigo a destruição das garantias tradicionais concedidas aos índios. Neste aspecto, Pombal soube integrar-se na orientação que sempre caracterizou a nossa política indígena. Em 1775, proibiu definitivamente a escravização dos índios. Foi a expulsão dos Jesuítas que provocou a rápida decadência do sistema, apesar das providências tomadas para o montar.

Nas aldeias, embora mantidas, passaram as funções temporais desempenhadas pelos missionários a ser exercidas por funcionários laicos, nomeados pela Coroa, e as espirituais por sacerdotes seculares. Convém assinalar que a Aldeia nada mais era do que o sistema de aldeamentos, adoptado pelos missionários para protecção dos indígenas evangelizados, tanto da regressão cultural, como dos maus exemplos dos colonos. A Aldeia era, afinal, uma unidade administrativa e um núcleo de acção missionária e civilizadora. Assim, a troca dos missionários por Directores trouxe desvantagem e levou à descaracterização da política indígena. O Director era apenas um funcionário, a quem faltava o espírito de missão que sublima as tarefas mais árduas. Por isso, as aldeias entraram em decadência, passando os índios a ser perseguidos e maltratados, sem encontrarem protecção segura.

No Oriente

Aí, íamos garantindo que cerca de trezentas Igrejas e Missões fossem desenvolvendo a sua acção. A tal ponto foi fecundo este labor, que, em terras de Malaca, ainda hoje é nobre ter apelido português e aparecem na língua local cerca de 300 palavras portuguesas.

Em África

Sendo embora a colonização africana (sobretudo de Angola) nada mais que acessória da brasileira, tal facto não obistou a que houvesse penetração para o interior e exercício de acção civilizadora.

Revista da Cavalaria

Sousa Coutinho tenta fazer sair a província de Angola do marasmo em que aquela situação a collocava. Planeou uma política de occupação em profundidade, pelo povoamento europeu.

Para tal:

- constituiu presídios;
- desenvolveu a agricultura;
- dedicou-se ao povoamento.

Moçambique, em que não houve intenção de povoamento como em Angola, interessou quase exclusivamente como apoio para as naus da Índia. Pela presença de aventureiros — dos quais alguns, pela força ou pelo prestígio, conseguiram fixar-se, destruir e substituir chefes nativos — ligados ao império do Monomatapa por leves laços de submissão feudal, nasceram os Prazos, sistema híbrido, resultante da amálgama do sistema de capitánias com o sistema de aforamento.

SÉCULO XIX

Este período é dominado por uma corrente política uniformizadora, estranha à nossa tradição no tratamento do Ultramar, dando-se, já para o final do século, a reacção a esta política.

Sistema de Integração Imediata

Com o século XIX, inicia-se um período novo na política ultramarina portuguesa. Choca-se o sistema da presença tradicional portuguesa (flexibilidade) com o sistema de novas ideias trazidas pela Revolução Francesa (tratamento igual para a Metrópole e o Ultramar).

O facto mais saliente na primeira década é o abandono do sistema do «Pacto Colonial», com a abertura dos portos do Brasil aos estrangeiros, para incentivação do comércio.

Das preocupações resultantes da situação política da Europa, entra-se numa época que se caracteriza por um afrouxamento da nossa acção ultramarina e um desinteresse pronunciado pelas coisas do Ultramar.

A aliança com a Inglaterra, impede-nos de aderir ao Bloqueio Continental e, por isso, foi o País invadido pelas tropas francesas (1808), obrigando à retirada da Corte para o Brasil.

Revista da Cavalaria

Tais factos provocaram o desvio da atenção do País do Ultramar, além do que, tendo sido arrazado economicamente, não lhe foi possível dispor de recursos para a promoção do desenvolvimento deste.

Após a normalização da situação, repelidos os invasores, outros factos surgem. A partir de 1817, começa a definir-se o antagonismo entre os partidários da tradição política nacional e os adeptos das ideias novas. O primeiro sinal é a tentativa da revolução de Gomes Freire de Andrade, em 1817, seguindo-se a Revolução de 1820, cujo triunfo trouxe consigo a vitória das novas concepções, modeladas sobre as instituições sociais e jurídicas francesas. Estas novas ideias da Revolução Francesa têm reflexos entre nós no tratamento igual da Metrópole e do Ultramar. Entretanto, em 1821, D. João VI regressa à Metrópole, encontrando esta politicamente dividida e economicamente exausta. Em 1822, faz-se tábua rasa do Ultramar, não entrando em consideração com as suas particularidades. A Constituição só refere que o Brasil se transforma em Reino. Surge a independência do Brasil, que D. João VI reconhece em 1825. Este monarca passa então a dar mais atenção ao Ultramar, mandando constituir a secção respectiva no seu Governo.

Segue-se um período terrível de lutas políticas, com a «Vilafrancada» e a «Belenzada», tomando o Marquês de Sá da Bandeira conta do poder, em 1826. Consegue firmar-se neste, lutando contra várias reacções. Toma, então, posição contra a escravatura. Mas só em 1838 consegue fazer sair o primeiro texto constitucional, em que se define um regime especial para o Ultramar.

Diz o seu artigo 137.º:

«As províncias ultramarinas poderão ser governadas por leis especiais, segundo exigir a conveniência de cada uma delas.

1. O Governo poderá, não estando reunidas as Cortes, decretar, em Conselho de Ministros, as providências indispensáveis para acorrer a algumas necessidades urgentes de qualquer província ultramarina.
2. Igualmente poderá o Governador de uma província ultramarina tomar, ouvido o Conselho de Governo, providências indispensáveis para acudir a necessidades muito urgentes, que não possam esperar pela reunião das Cortes ou poder Executivo.
3. Em ambos os casos, o Governo submeterá às Cortes, logo que reunirem, as providências tomadas.».

Revista da Cavalaria

Este artigo foi obra do Marquês de Sá da Bandeira. Foi ele o causador do «acordar de consciência» que salvou a tradição da nossa política ultramarina. Sá da Bandeira foi uma excepção e a sua actividade foi uma constante reacção contra o modo de pensar da época (esquecimento total do Ultramar — o «Liberal Silêncio»).

Porém, em 1842, com a queda do ministério Setembrista, a Constituição de 1838 foi revogada e voltou-se ao sistema do «Liberal Silêncio», que foi quebrado dez anos mais tarde com o primeiro acto adicional à Carta, cujo preceito 15.º transcreve o já referido artigo 137.º.

Entretanto, em 1836, o Ministro Vieira de Castro publica a Carta Orgânica do Ultramar Português, em que manda aplicar a este o Código Administrativo vigente na Metrópole, portanto dentro das ideias uniformizadoras da época.

Em 1869, foi publicado um decreto, referendado por Rebelo da Silva, que contém uma nova Carta Orgânica do Ultramar e representa já uma tentativa de especialização da administração ultramarina, embora ainda mandasse aplicar ao Ultramar o Código Administrativo vigente na Metrópole, o de 1842. No campo dos Direito Criminal e de Trabalho, applicaram-se aos indígenas precisamente os mesmos sistemas que regiam estas relações na Metrópole.

Sòmente no que respeita ao direito privado dos indígenas se transigiu, adoptando-se, desde cedo, uma attitude que se afasta do rigor da Política Uniformizadora. Assim, um decreto de 1869 mandou aplicar o Código Civil às províncias ultramarinas, revogando toda a legislação anterior de carácter civil, ressaltando, no entanto:

- «1. Na Índia, os usos e costumes das Novas Conquistas e os de Damão e Diu, coligidos nos respectivos códigos e no que se não opuser à moral e ordem pública.
2. Em Macau, os usos e costumes dos chineses, nas causas da competência dos negócios Sínios.
3. Em Timor, os usos e costumes dos indígenas, nas questões entre eles.
4. Na Guiné, os usos e costumes dos gentios dominados grumetes, nas questões entre eles.
5. Em Moçambique, os usos e costumes dos baneares, batiás, parses, mouros, gentios e indígenas, nas questões entre eles.»

Revista da Cavalaria

Vemos que, apesar de se procurar instaurar um sistema político-administrativo uniforme, o bom senso da tradição da política flexível ainda permitiu muitas excepções, que levaram a não se perder por completo o efeito desta política praticada nas épocas anteriores.

Reacção Contra a Assimilação Uniformizadora

Encarregado do governo de Moçambique, António Eanes, um espírito de formação humanística, iniciou esta reacção.

Em 1891, foi enviado a Moçambique como Comissário Régio, incumbido de representar o Governo na Comissão de delimitação de fronteiras entre Moçambique e os territórios ingleses vizinhos. Era-lhe ainda atribuída outra missão; fazer um estudo sobre aquela província, que abrangesse uma análise das possibilidades económicas, financeiras e político-administrativas do território. No regresso apresentou um relatório, no qual concluía que a província poderia ser próspera, se se abandonasse a política seguida até aí.

O seu plano de reforma ainda hoje tem muito de aproveitável. Foi António Eanes quem criou e aplicou no Distrito de Lourenço Marques um sistema de organização administrativa, no qual a base da Metrópole — o Conselho — é substituída pela Circunscrição. A ideia que presidia à criação desta nova divisão era o reconhecimento da necessidade de sujeitar os indígenas, habituados ao poder dos seus chefes tradicionais, a uma autoridade que exercesse, relativamente a eles, funções de administrador e juiz. Na sua área, um chefe de circunscrição tinha mais poder que o próprio Governador-Geral. Era essa autoridade delegada num funcionário civil ou militar.

Desta maneira, contra o que pensava o liberalismo, era destruído o poder dos grandes chefes negros que ameaçavam a nossa soberania, mas conservados os pequenos potentados, como auxiliares da administração.

É ainda neste século que, com a Conferência de Berlim (1884-1885), começa a corrida à África. Dá-se a partilha desta e o ataque frontal a Portugal.

A crise começa com o problema de Ambriz e da Bacia Internacional do Zaire. Estamos nessa altura na época das explorações africanas. A Alemanha absorve o Togo, os Camarões e o Antigo Tanganica. A Bélgica, com Leopoldo II, ocupa o Congo. A América levanta o problema do Anti-Colonialismo.

Revista da Cavalaria

Os objectivos da Conferência de Berlim, e conforme constava do convite feito a Portugal para dele participar, eram os seguintes:

- liberalização do comércio na bacia e embocadura do Congo;
- aplicação nos rios Congo e Niger dos princípios adoptados no Congresso de Viena, para consagrar a navegação em vários rios internacionais;
- definição das modalidades a observar para que as novas ocupações na costa de África sejam consideradas efectivas.

Verifica-se que não se fez qualquer referência na agenda aos assuntos visados no Tratado do Zaire, no que diz respeito aos direitos e interesses invocados por Portugal. Mas o nosso Governo teve que aceitar o convite, pois iriam tomar-se nesta reunião decisões importantes quanto à presença da Europa na África, decisões que poderiam afectar gravemente os interesses portugueses.

O tratado acima referido, de 1884, era um reconhecimento, pela Inglaterra, dos direitos de Portugal a ambas as margens da embocadura do Zaire, mas através de um tratamento especial. Como as outras nações não concordaram, acabou por não ser ratificado pela Inglaterra.

Do Congresso Geográfico Internacional de Bruxelas, realizado por essa altura, veio a resultar a fundação da Associação Internacional Africana. Esta Associação devia ter Secções nos diferentes países, e destinava-se a manter no Continente Africano estações científicas e hospitalares, que fossem centros de irradiação da civilização, para dar apoio a viajantes, cientistas, missionários, etc., contribuindo, desta forma, para a luta anti-esclavagista, razão principal invocada por Leopoldo II, principal promotor do Congresso, para justificar o seu interesse por África.

As finalidades apresentadas eram as seguintes:

- Exploração científica de África.
- Estabelecimento de vias de comunicação.
- Abolição da escravatura.

Portugal, embora não tenha tomado parte no Congresso, constituía também uma Secção ligada a esta Associação, da qual ficou encarregado o Visconde de S. Januário, que, depois, viria a ser nosso representante na Conferência de Berlim.

Revista da Cavalaria

Por esta altura, vários portugueses efectuam viagens ao interior de África, como Henrique de Carvalho e Silva Porto, no Bié; Capelo e Ivens, a travessia de África, de Angola a Moçambique. Fundam-se colónias no interior, na Humpata, em Sá da Bandeira e no Cubango.

Entretanto, e apesar do nosso esforço em Moçambique, a grande Companhia Inglesa lança um Ultimatum, intimando-nos a abandonar vastos territórios do interior. Este caso resultou do facto de a Conferência de Berlim, ao falar na ocupação de África, se referir apenas às costas. Não era possível delinear, em Berlim, fronteiras de uma África cujo interior era quase inteiramente desconhecido. A ocupação das costas subentendia a reserva, para a nação ocupante, do respectivo interior. Era toda a teoria das esferas de influência, que contribuiu para o sonho português, mais que justificado, do «Mapa Côr de Rosa».

No entanto, os ingleses, para este caso, defendiam que, para a posse do interior, era necessário uma presença de facto. Nós opusemos que existia uma presença de facto, pelo reconhecimento da cidadania portuguesa por alguns chefes nativos, além de existirem tratados com muitos outros, já de há longos anos, mas de nada nos valeu a nossa razão. Situação semelhante se deu com a Associação, no Estado Independente do Congo.

Esta transformação era preparada, na Europa, por Leopoldo II, e, em África, por Stanley, que não se cansava de estabelecer «tratados» com os chefes indígenas, sem se importar de saber se tais chefes já eram ou não súbditos do Rei do Congo e, portanto, de Portugal. Ou antes, Stanley estava ao par desse facto e, por isso, arranjava os tratados que dariam uma pseudo base para futuras reivindicações, em reuniões internacionais. Assinalemos que muitos chefes nativos se recusaram a pactuar com Stanley, considerando-se súbditos portugueses.

E, assim, chegamos ao final deste período, em que a nossa presença no Ultramar foi fortemente atacada.

Se entrarmos em linha de conta que sofremos, no princípio do século, as invasões francesas, que nos arruinaram economicamente e, no aspecto político, nos dividiram de tal forma que durante todo este período não nos foi possível ter uma acção determinante que fizesse sair o País da situação em que estava, é de admirar como, apesar disto, conseguimos impor diplomaticamente as nossas reivindicações, fazendo aceitar grande parte delas. Apenas por acção diplomática, porque não dispunhamos de meios económicos que nos permitissem uma ocupação administrativa, ou mesmo militar, desejável em determinadas zonas.

Revista da Cavalaria

Politicamente, o afastamento em relação à nossa linha tradicional no Ultramar e a dificuldade em nos aproximarmos de novo do seu rumo vieram entrevar o desenvolvimento das províncias ultramarinas. Apesar disto, promoveram-se viagens de estudo e exploração, com a finalidade de firmar a posse de determinados territórios e ter deles um mais perfeito conhecimento. Muitas zonas já tinham sido objecto de viagens e estudo de exploradores em séculos passados. Intensificou-se o povoamento do interior, principalmente em Angola; criaram-se algumas indústrias, etc..

A Metrópole, dentro das suas fracas possibilidades, deu sempre apoio financeiro ao Ultramar, não recebendo, grande parte das vezes, quaisquer vantagens, que não fossem as do prosseguimento da sua acção civilizadora.

SÉCULO XX

Como vimos, António Eanes era o primeiro a reagir contra o Uniformismo, criando e impondo uma nova divisão administrativa, baseada na Circunscrição.

Entretanto, no início do século, incrementa-se a acção colonizadora em Angola. Em 1900, é dada a concessão da exploração do caminho de ferro de Benguela, a estender até à fronteira Leste; em 1905, inicia-se a construção do de Moçâmedes. Em 1901, funda-se o distrito da Huíla. Em 1904, começamos operações militares no Sul de Angola, para efectivar a ocupação do território.

Nos últimos anos da Monarquia, destaca-se Paiva Couceiro, pela sua acção governativa em Angola, assegurando a colonização do Planalto de Benguela e construindo estradas.

Em 1910, com a proclamação da República, procurou-se dar ao Ultramar uma estrutura própria, pelo que os primeiros tempos do novo regime foram de certa paragem na acção ultramarina, pela ideia que dominava de abandonar o que estava feito, para fazer melhor. Assim, as ideias de António Eanes foram abandonadas.

O Ultramar volta a afastar-se um pouco das atenções da Metrópole, aspecto revelado pelo facto de, na Assembleia-Constituinte de 1911, se discutir o Ultramar apenas no último dia.

No artigo 67.º da nova Constituição, em relação ao Ultramar, proclamava-se que predominava o regime de descentralização, com leis

Revista da Cavalaria

específicas, e fala-se, pela primeira vez, em leis orgânicas para as províncias ultramarinas.

Em 1919, são lançadas, por Dubois, as ideias do Pan-Africanismo político, conseguindo ainda que se crie, na Sociedade das Nações, uma comissão especial de mandatos. Nesta altura, fugindo ao nosso sistema tradicional, convergimos para o sistema inglês, com a criação de Altos Comissários, dando grande autonomia às províncias ultramarinas. Este sistema vigora de 1920 a 1930, época em que a Alemanha, recomeçando o seu poderio, procura repartir os territórios portugueses.

Segue-se um contragolpe político, em que se tomam duas providências:

- Em 1926 e 28, cerceiam-se os poderes dos Altos Comissários através do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas e do Código de Trabalho Indígena das províncias portuguesas de África;
- Em 1930, cria-se o Acto Colonial, cujos princípios se mencionam a seguir, e que é produto da revisão de toda a legislação sobre o nosso Ultramar, visando, especialmente, a solidariedade económica da Metrópole e do Ultramar.

Assim, a unidade política, a autonomia administrativa, a solidariedade económica e a assimilação cultural, princípios que são constantes tradicionais da nossa política, são adoptados pelo Acto Colonial.

Na Constituição de 1933, criou-se um artigo que desse força constitucional ao Acto Colonial, reforçando a unidade política nacional. Nessa altura, Armindo Monteiro, Ministro do Ultramar, restabelece o equilíbrio financeiro nas províncias ultramarinas e publica dois diplomas:

- A Reforma Administrativa do Ultramar, diploma específico para cada província.
- A Carta Orgânica de Império Colonial Português, de carácter geral.

Estamos já a criar um sistema especial de legislação em relação ao Ultramar.

Em 1945, Marcello Caetano, então Ministro das Colónias, reconhece a necessidade de actualizar o Acto Colonial.

Revista da Cavalaria

Por outro lado, a Carta Orgânica do Império Colonial Português sofre as seguintes principais alterações:

- 1946 — A Lei 2016 dá maior autonomia aos governos locais.
- 1949 — Formula-se a primeira verdadeira integração do Espaço Português, através das Forças Armadas.
- 1953 — A Lei 2066 transforma a Carta Orgânica do Império Colonial Português em Lei Orgânica do Ultramar Português. Indica as linhas mestras da política e deixa ao Ultramar a organização de Estatutos e Diplomas legais.

Entretanto, em 1951, pela lei 2048, é revista a Constituição, criando-se um título próprio (VII), em que o Acto Colonial é integrado. Deixa de existir o termo colónia e passa a utilizar-se o de província ultramarina. Deixa de haver Império Colonial, para haver Ultramar Português. Retoma-se, nessa altura, a tradição histórica que nos orientou até ao início do século XIX. Este conjunto de alterações em relação ao Acto Colonial e à Carta Orgânica visa alargar a autonomia dos governos locais em cada uma das províncias.

Perante os primeiros indícios da subversão, em 1954, sai um novo Estatuto para os Indígenas, que é abolido, em 1961, por um decreto, fazendo a sua integração, desde que tenham atingido um determinado grau de desenvolvimento. Em 1962, sai um Código do Trabalho Rural, específico para o Ultramar.

Em 1963, através da lei 2119, constituiu-se, para o Ultramar, um tipo de bi-cameralismo, em paralelo com o da Metrópole:

- Conselho Legislativo, em paralelo com a Assembleia Nacional.
- Conselho Económico e Social, em paralelo com a Câmara Corporativa (Conselho de Governo para as províncias de governo simples).

Em resumo, esta política do século XX visa:

- corrigir a política colonialista do século XIX e procurar retomar a tradição portuguesa;
- formar Circunscrições;
- acabar com o regime dos Altos Comissários;

Revista da Cavalaria

- formar órgãos próprios(Conselho Legislativo e Económico e Social);
- reforçar a unidade política nacional, dispondo de um único diploma constitucional para todo o Espaço Português.

Verificamos que, neste último período, procuramos retomar a tradição secular da nossa política ultramarina.

A estabilidade política da Metrópole, a partir de determinada altura, permitiu uma melhoria económica e financeira da Nação, que se veio a reflectir no Ultramar, levando a recuperar o prestígio e a audição no conjunto internacional. Este conjunto de circunstâncias facilitou atingir-se uma estabilidade política, social, económica e financeira do Ultramar, que levou à formação das bases necessárias para o início do surto de desenvolvimento que actualmente estamos a presenciar.

CONCLUSÕES

Olhando para toda esta panorâmica que nos é apresentada ao longo de cinco séculos, julgamos ser lícito tirar as seguintes conclusões.

Portugal, ao lançar-se pelo mundo no seu desejo de dilatar a Fé, de envolvimento estratégico do Infiel, de se firmar politicamente e de levar a civilização a novos mundos, contactou com povos e gentes muito variados, criando uma forma própria de tratar com eles, que se baseava em tolerância quanto aos seus costumes e muita flexibilidade na política a seguir com cada um, resultante do interesse que havia de se aproximar deles, compreendê-los e, assim, chamá-los à civilização.

Sempre que seguimos esta política, tivemos resultados positivos e a nossa acção civilizadora desenvolveu-se. Quando tomámos modelos estranhos de procedimento, a nossa acção estagnava ou retrogradava mesmo.

Houve alturas da nossa História em que pusemos em primeiro lugar os interesses económicos, desprezando, ou relegando para segundo lugar, a missão e a acção civilizadora, como aconteceu na Índia no século XVI; em Angola, ao longo do século XVII, em que se ligou mais à escravatura, que dava a mão de obra para o Brasil; no próprio Brasil, em alguns aspectos, no tempo do Marquês de Pombal; em Moçambique, com as seis Companhias Majestáticas. Foram estas alturas

Revista da Cavalaria

períodos de perda de influência em largas zonas, ou de retrocessos no processamento da acção civilizadora e unificadora.

Por outro lado, dentro do aspecto político e económico, vemos que sempre que a Metrópole tem uma vida estável e próspera há um correspondente surto de desenvolvimento do Ultramar. Dá isto a entender que, sempre que possível, a Metrópole nunca regateou ao Ultramar meios de desenvolvimento, quer políticos quer económicos, quando estava em condições de os dispensar. Na generalidade, se mais auxílio não demos ao Ultramar foi porque a nossa situação, em determinadas épocas conturbadas da nossa História, não o permitiu.

Há quem diga que se a nossa capacidade económica não nos permitiu dar um maior desenvolvimento ao Ultramar, seria então melhor tê-lo entregue a outro país mais rico, com mais capacidade de fomentar esse desenvolvimento.

Podemos responder:

- Dentro da África a Sul do Saará, além da África do Sul e da Rodésia, não encontramos mais nenhum território com o desenvolvimento de Angola; portanto, apesar, de mais pobres, parece que não conseguimos menos.
- Acima do factor desenvolvimento económico, conseguimos uma harmonia social que representa um modelo que o mundo terá de seguir amanhã, se quiser viver em paz e dentro de um princípio de humanismo de acordo com os valores que a civilização atingiu.

Este é o nosso principal triunfo. Esta é a nossa fundamental razão de presença no Ultramar.

Podemos não ter criado um território tão rico como a África do Sul, mas não criámos, concerteza, um tão triste quadro social como o nela existente.

Capitão PAIS DE FARIA

Processos de Actuação

(TRÊS OPERAÇÕES EM MOÇAMBIQUE)



do conhecimento geral o valor da informação, quanto importa explorá-la em tempo oportuno, a necessidade de escolha dos processos de actuação adequados às situações que se apresentam e a variação destes mesmos processos por forma a evitar a rotina.

Foi dentro destes princípios que se procurou orientar a actividade das tropas no Sector que nos foi entregue, e a eles e à generosidade do nosso Soldado se ficaram devendo os resultados obtidos. As três operações que a seguir se descrevem traduzem, entre muitas, as vantagens desta orientação.

OPERAÇÃO «CAVALO ALADO»

Aproximava-se o fim da época das chuvas e, no decorrer desta, detectara-se que o IN lutava com grande carência de material, munições e abastecimentos. Tinha, portanto, necessidade premente de proceder ao reabastecimento das suas bases, o que não deixaria de fazer logo que as condições da sua tradicional linha de infiltração o permitissem. Por outro lado, colheram-se informações seguras do transporte de material e abastecimentos para os armazéns que possuía na povoação tanzaniana que encabeçava a referida LI, bem como da presença de um grupo de carregadores.

Do estudo das informações e outras notícias obtidas e das condições atmosféricas, concluiu-se a data provável da infiltração em território nacional. Surgia, porém, uma séria dificuldade; a única força que era possível destinar à intercepção do grupo de reabastecimento não podia

Revista da Cavalaria

transpor o rio que a separava da LI, com os meios de que dispunha (barcos de borracha), devido à corrente deste.

Concebeu-se então a operação utilizando o helitransporte e compreendendo duas fases. Na primeira, seriam helitransportados para o outro lado do rio dois Gr. de Combate, que permaneceriam na área oito dias, nomadizando na região e emboscando a LI; na segunda, outros dois Gr. de Combate substituiriam os primeiros, por forma a fazer crer ao IN que estes haviam retirado sem serem substituídos.

Embora se pudesse contar apenas com um *heli*, garantidas as medidas mínimas de segurança, foi decidido levar a cabo a operação.

Lançada esta, na manhã seguinte, foi detectado um elemento IN, desarmado (certamente um vigia), sobre o trilho da LI, que se pôs em fuga. Após este incidente, não voltou a ser detectado qualquer outro sinal de actividade do IN até ao fim da primeira fase.

Iniciada a segunda fase, conforme fora planeado (deixando o *heli* do outro lado do rio, em cada viagem, tantos homens quantos os que recolhia), logo no dia imediato, as tropas que emboscavam a LI viram aproximar-se a coluna de reabastecimento IN, com um efectivo de cerca de 60 homens, com a respectiva escolta.

Um dos elementos IN, quando a coluna ia a entrar na «zona de morte», detectou as NT e deu o alarme, tendo estas aberto fogo imediatamente, o que provocou a fuga do IN, que abandonou no terreno toda a carga que trazia (700 kg), entre a qual se encontravam 2 metr., 2 mort., 1 pist. metr., várias minas AC e AP, granadas de canhão s/r, de mort., de mão, vários cunhetes de munições para armas ligeiras, explosivos, etc..

É curioso acrescentar que, pelos documentos capturados, foi possível identificar a base IN a que se destinava o reabastecimento, e que, mais tarde, assaltada esta, foi encontrado o duplicado de uma requisição de material, que correspondia, integralmente, ao capturado, e ainda outro documento, que confirmava a perda do mesmo, na data em que efectivamente se realizou a operação «CAVALO ALADO».

OPERAÇÃO «CAVALO BRANCO»

Numa vasta e fértil área, implantara o IN um dispositivo militar, constituído por uma base principal e outras subsidiárias, através das quais controlava numerosa população, mantendo, com o auxílio desta,

Revista da Cavalaria

extensas *machambas*, que garantiam, não só a subsistência local, como ainda o abastecimento de outras regiões do Sector.

As operações levadas a efeito na área, sempre com efectivos reduzidos em relação à extensão desta, conduziam, invariavelmente, a resultados pouco compensadores. No entanto, estas acções, conjuntamente com os reconhecimentos aéreos e o interrogatório de um ou outro capturado, permitiram criar uma ideia concreta da situação.

Estudadas e interpretadas as informações e notícias obtidas, decidiu o Comando levar a efeito uma operação em modos diferentes das que até aí se tinham realizado, a qual deveria constituir uma demonstração de força, abalando o moral do IN e desarticulando-o e, ainda, permitir a recuperação de populações.

Com vista a conseguir estes objectivos, foi, então, planeada a operação «CAVALO BRANCO», nos moldes de cerco e batida, empenhando nela 25 Gr. Combate.

Numa primeira fase, dispuseram-se 5 Sub Agr. (14 Gr. Combate) barrando os limites N e NO da área (por serem as naturais e habituais linhas de fuga do IN) e os restantes Sub. Agr. (9 Gr. Combate) executaram a batida de Sul para Norte.

Atingida, pelas tropas que fizeram a batida, a linha de emboscadas, iniciou-se a segunda fase, mantendo a linha de emboscadas a N e NO, agora à custa das tropas que haviam executado a batida, e batendo a área de Norte para Sul, com os Sub. Agr. que, durante a primeira fase, tinham estado emboscados.

Foram causados ao IN 9 mortos, 5 feridos confirmados, 82 indivíduos capturados e bem assim algum armamento, equipamento e utensílios, e destruídas numerosas instalações e celeiros.

Mas para além destes resultados, a alteração do processo de actualização surpreendeu o IN, criou-lhe insegurança e, sobretudo, provocou um desequilíbrio psicológico nas populações que controlava, traduzido na apresentação de vários elementos, facto até então não verificado e que, posteriormente, foi aumentando progressivamente.

OPERAÇÃO «MUCHEM»

A área onde veio a realizar-se a operação «CAVALO BRANCO» era, como se disse, uma região vital para o IN, não só pela fonte de abastecimentos que constituía, mas também pela sua situação central em relação ao seu dispositivo. Daí a sua teimosa resistência em aban-

Revista da Cavalaria

donar a área. Em face desta situação, foi decidida a destruição sistemática de todas as culturas IN, nascendo assim a operação «MUCHEM».

Pelo estudo da situação feito, concluiu-se que:

- a duração da operação não podia ser inferior a três meses;
- a melhor época do ano para a sua execução era o 1.º trimestre, por ser aquele em que as culturas já estão bastante desenvolvidas, mas incapazes de colher, e em que já é demasiado tarde para fazer novas sementeiras;
- a destruição se faria por corte ou arrancamento, empregando grupos de trabalhadores (50 a 100 homens por grupo) recrutados entre a população fiel, devidamente protegidos e remunerados;
- a protecção de cada grupo de trabalhadores deveria compreender uma segurança afastada e uma segurança próxima;
- deviam ser levadas a efeito operações na área, quer simultaneamente, quer interrompendo o trabalho de destruição de culturas, com vista a não permitir a organização do IN, e, bem assim, flagelações de artilharia e fogos aéreos.

Planeada de acordo com as conclusões expostas, foi a operação proposta superiormente, aprovada e executada, tendo sido destruídos cerca de 1000 hectares de *machambas* (milho, feijão, mandioca, batata e batata doce), diversos celeiros, cerca de 500 palhotas (isoladas ou formando acampamentos), causando algumas baixas ao IN, e capturados 27 indivíduos e algum material.

Desta operação, conjugada com toda a outra actividade operacional e psicológica levadas a efeito na área, resultou a completa desarticulação do IN e a desagregação do binómio guerrilheiros-população, não só pela instabilidade que se lhes criou, como por se verem privados de uma indispensável fonte de abastecimento.

Major MINAS DA PIEDADE

Factores de Subversão na Evolução Moderna da África

Para que possamos estudar a evolução histórica da África, torna-se necessário recuarmos no tempo e começarmos por analisar uma série de fenómenos que tiveram lugar a partir do final do século XIX.

É de todo o interesse, para facilidade de exposição, subordinarmos o nosso trabalho às seguintes alíneas:

- A Partilha da África, no final do século XIX.
- A tendência para a internacionalização da colonização— *Os mandatos da S. D. N. — A carta da O. N. U. — O Sistema de Tutela.*
- O anti-colonialismo.
- A evolução moderna da África.

A PARTILHA DA ÁFRICA

Só no século XIX a Europa começou a mostrar interesse pela África Negra. Esse interesse demonstrou-se pelas inúmeras expedições que trilharam então as veredas utilizadas pelos portugueses das Descobertas, por esses portugueses que nos séculos XV e XVI, após a passagem do Bojador em 1433, chegaram, seis anos depois, à Foz do Senegal e avistaram as costas do actual Ghana; por Diogo Cão que, em 1482, lançou ferro na embocadura do Zaire e, posteriormente, o subiu até 180 kms. da foz; por Bartolomeu Dias que, em 1488, dobrou o Cabo da Boa Esperança, tendo a honra de ser o primeiro europeu a navegar no Índico; por Vasco da Gama que, cerca de dez anos depois, contacta com os árabes, nas costas do actual Quénia. Podemos dizer que foram os portugueses os primeiros que deram a conhecer ao mundo de então a

Revista da Cavalaria

realidade acerca da África, um continente que os europeus tinham a seus pés, mas que desde o tempo dos Romanos não lhes despertava a merecida curiosidade.

Após o conhecimento das costas de África, começaram os portugueses a tentar penetrar no interior. É João Fernandes que visita a misteriosa Tombuctu e João Afonso de Aveiro que percorre a Benim e o Delta do Niger. São os soldados de Rui de Sousa que chegam ao local onde hoje se ergue Kinshasa (Leopoldville). É António Fernandes que visita, em 1510, o Monomotapa. Em 1530, Baltazar de Castro dá a conhecer que o Zaire é navegável acima dos rápidos do Iélala.

Em 1570, Francisco Gouveia chega ao Cuango. Porém, após estas e outras expedições, dá-se um desinteresse pela África e lançamo-nos para a América, para a Índia e para o Extremo Oriente. Não é esse motivo, porém, suficiente, apesar do muito que isso possa custar aos novos estados africanos que hoje nos atacam na O. N. U., para que se possa contestar que fomos nós, os portugueses, e com avanço de muitos séculos, os primeiros brancos que os africanos viram, com quem contactaram e de quem aprenderam as luzes do Cristianismo e da Civilização. Tudo isto nos leva a afirmar que o interior de África era, nos séculos XV e XVI, melhor conhecido dos portugueses que do mundo do século XIX; simplesmente, as nossas expedições de antanho foram feitas sem alardes de publicidade, quase em segredo; as do século XIX, graças à Imprensa e ao Telégrafo, eram conhecidas de quase todo o mundo.

No século XIX, a Europa começou a mostrar interesse pela África Negra. Inúmeros exploradores estrangeiros, entre eles o Tenente Tucky, que, em 1816, foi enviado pelo Almirantado Britânico para estudar o Congo; o francês Douville; Wissueau e Podge; Bartiau e o Tenente Grandy; Livingstone, cujas descrições emocionam o mundo de então, não só pelos escritos a respeito da escravatura, mas também porque é dado a conhecer que a África tem milhões de kms.² para dominar e riquezas incalculáveis para explorar.

A seguir a Livingstone, e em sua procura, segue Stanley, que, em 1877, completou a sua travessia africana. Porém, já em 1876, uma vez que a sua viagem não havia passado despercebida a Leopoldo II, este reuniu em Bruxelas uma conferência internacional, de que resultou a constituição da Associação Internacional Africana. Tinha esta associação a finalidade declarada de criar uma cadeia ininterrupta de estações hospitalares, científicas e civilizadoras, desde a costa ao centro de África, e era constituída por várias comissões nacionais, de que a belga se mostrou a mais activa.

Revista da Cavalaria

Entretanto, em 1877, é criada a Comissão dos Estudos do Alto Congo, destinada a estabelecer ligações regulares entre o Baixo Congo e a Bacia Superior Navegável. Pouco depois, a Comissão de Estudos é substituída pela Associação Internacional do Congo, que vem, em breve, a transformar-se no Estado Independente do Congo. É curioso notar-se que esta transformação foi preparada na Europa por Leopoldo II e em África por Stanley, que trata de estabelecer tratados com os chefes indígenas, sem se importar de saber se tais chefes eram já súbditos do Rei do Congo e, portanto, de Portugal. Como é também curioso constatar que muitos desses chefes se recusavam a pactuar com Stanley, reconhecendo-se súbditos de Portugal!

O que é, porém, indiscutível é que Stanley leva a cabo, em África, uma obra extraordinária, a qual chama a atenção e desperta a inveja de outras nações europeias e dos Estados Unidos da América. Lançam-se então numerosas expedições na descoberta e na procura de riquezas de África e mostram-se eminentes graves conflitos internacionais. É por essa altura (1884) que a Inglaterra se resolve finalmente a reconhecer os direitos de Portugal a ambas as margens da embocadura do Zaire, a troco de um tratamento especial com o qual as outras nações não concordam, o que leva a Inglaterra a não ratificar o tratado.

A corrida à África e a eminência de conflitos internacionais torna imperiosa a realização de uma conferência internacional para a regularizar. Reunem-se então em Berlim, a 15 de Novembro de 1884, treze nações e realiza-se a célebre Conferência de Berlim, na qual tem assento a Associação Internacional do Congo, que, ao terminar a conferência, é reconhecida como Estado Soberano, sendo Leopoldo II o seu Rei. A Conferência de Berlim, com a constituição do Estado do Congo, veio equilibrar os interesses das grandes potências. Houve, porém, um único prejudicado, Portugal, que, na altura, era um país fraco, lutando contra muitos e fortes. A única arma de que, com eficiência, nos servimos foi a diplomacia, baseada no direito, mas uma vez que o Estado Independente do Congo era protegido pelos E. U. A. e pela Alemanha, e actuava como um tampão à cobiça das principais nações europeias, precisava de uma saída para o Atlântico, que não fosse apenas o Rio Zaire, e, por isso, lhe tivemos de dar toda a margem Norte, com excepção do Enclave de Cabinda, cujos chefes nativos se recusaram a deixar de ser súbditos dos portugueses.

A Conferência de Berlim reconheceu diversos princípios, por meio dos quais a África tem sido regida, praticamente, até aos nossos dias. Frisaremos, em primeiro lugar, o de mais interesse, aquele pelo qual fo-

Revista da Cavalaria

ram tácitamente abolidos os direitos históricos como condição de posse dos territórios ultramarinos. Só a ocupação efectiva e pública passou a legalizar tal posse. Como essa ocupação era quase inexistente, houve uma corrida frenética de diversas nações, procurando ocupar o mais possível. Mas o que é facto é que a «corrida para a África» não foi motivada só pelo princípio da ocupação efectiva, expresso na Conferência de Berlim. Este princípio pretendia antes condicionar a «corrida» em que diversas nações europeias se haviam lançado.

É altura de perguntarmos quais os factores que levaram a Europa de então a demonstrar um tal interesse pela África, que viria depois determinar um movimento expansionista, que, por sua vez, iria conduzir à sua partilha. São factores de vária ordem que estão na raiz desta.

Econòmicamente, o surto industrial europeu levou à procura e exploração de matérias-primas africanas; no campo demográfico, o aumento acelerado da população europeia conduziu ao desenvolvimento da colonização de povoamento; sobre o aspecto político, a Europa estava cansada de guerras e dispunha de fronteiras já definidas, portanto a única válvula de escape do expansionismo estava na África. Tiveram também interesse, que é de realçar, a curiosidade geográfica e científica, aliada aos sentimentos humanitários e anti-esclavagistas e ao proselitismo religioso.

De salientar que a Conferência de Berlim se referia, quanto à ocupação, apenas às costas. No entanto, esta ocupação subentendia a reserva para a nação ocupante do respectivo interior. Esta teoria é denominada das «Esferas de Influência» e veio a contribuir para o sonho português do «Mapa Cor de Rosa».

Outro princípio reconhecido em Berlim foi o da liberdade de navegação nos Rios Zaire e Niger. Definiu-se também o regime jurídico do Comércio da Bacia Convencional do Zaire. Deduz-se ainda da Acta Geral da Conferência o princípio da igualdade económica.

Para finalizar, o princípio mais importante que, quanto a nós, e sob o ponto de vista humano, a Conferência de Berlim definiu, e o que mais contribuiu para a actual evolução política de África, foi a necessidade de conceder maior protecção aos indígenas, permitindo-lhes liberdade de religião e libertando-os da escravatura que, embora abolida pela maior parte das nações, existia ainda, na prática, em África.

A TENDÊNCIA PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO

Os mandatos da S. D. N.

Até à I Grande Guerra, a colonização dos territórios ultramarinos era tida como um empreendimento nacional, levado a cabo pelas diversas potências. No fim da guerra, em 1919, reuniu-se a Conferência de Saint Germain, em Laye, com o objectivo de fazer executar o programa geral enunciado no Pacto da S. D. N.. São então assinadas três convenções sobre colonização, que vão revogar as disposições da Acta Geral de Berlim e definem vários regimes a adoptar em África, em virtude desta já então estar toda ocupada e não ser necessário o princípio de ocupação efectiva, como direito de posse. Nesta Conferência, incitam-se as nações colonizadoras a uma mais ampla acção civilizadora e protectora dos indígenas, e confirma-se a necessidade da liberdade de religião, limitada apenas por condições de segurança e de ordem comum.

É aqui, ao deixar cada Nação ser livre para fazer o que quisesse nas suas colónias, que podemos ver um primeiro esboço de internacionalização da colonização, que, depois, com o sistema de mandatos da S. D. N., vem a tomar forma. Este sistema de mandatos, criado pelo Pacto da S. D. N., surgiu para dar destino aos territórios perdidos pela Alemanha e Turquia, como potências vencidas na I Grande Guerra. Pôs-se o problema de quem ficaria com estes territórios, pois a sua distribuição suscitaria descontentamentos. Adoptou-se por isso a solução de os entregar à S. D. N., recentemente criada, embora, por mandato, passassem a ser administrados por esta ou aquela nação vencedora. Foram criados três tipos de mandatos: TIPO A — Cujá administração devia ser dirigida com vistas a uma próxima independência (províncias árabes da Turquia); TIPO B — Colónias com administração própria e igualdade económica (colónias alemãs mais evoluídas de África, com excepção do Sudoeste Africano); TIPO C — Colónias com administração, como se fizessem parte integrante do Estado Mandatário, e em que não era imposta a igualdade económica (Sudoeste Africano).

Para efeitos de fiscalização pelo Organismo Internacional, os Estados Mandatários enviavam anualmente ao Conselho da Sociedade das Nações um relatório a respeito dos respectivos territórios, que, por sua vez, os enviava a um Órgão especializado, a Comissão Permanente de Mandatos, que os discutia e reenviava ao Conselho, para este se pronunciar sobre o conjunto.

Revista da Cavalaria

O princípio de protecção aos indígenas sob mandato ficou claramente enunciado no artigo 22.º do Pacto da S. D. N., em que se lia: «... o bem estar e o desenvolvimento desses povos forma uma missão sagrada da civilização.»

A Carta da O. N. U.

A tendência para a internacionalização da colonização tornou-se mais saliente durante e após a II Grande Guerra. Ainda durante a primeira metade do conflito, em 14 de Agosto de 1941, o Presidente norte-americano Roosevelt e Churchill assinaram a chamada «Carta do Atlântico», que consagra já uma série de pontos que deveriam reger a vida internacional depois da vitória, e que se destinava sobretudo a ser aplicada aos territórios ocupados pelos alemães na Europa, mas o que é um facto é que, depois, veio a ser tomada como base de actuação na Política Internacional Colonial.

Frisaremos aqui os pontos que consideramos de mais interesse:

- Conservação dos limites territoriais anteriores à guerra.
- Direito dos povos à autonomia e governo próprios.
- Igualdade económica dos Estados quanto ao livre acesso às matérias-primas.
- Cooperação internacional, que implicava:
 - Conservação do sistema de mandatos.
 - Direito das populações coloniais à autonomia.
 - Abolição de qualquer preferência a favor das Metrópoles.
 - Larga política social das colónias.

Posteriormente, na conferência de Yalta, em Fevereiro de 1945, Roosevelt, com o apoio de Estaline, chegou a propor a completa internacionalização da administração colonial de todos os territórios que viessem a ser designados por acordo e a que se applicaria um sistema idêntico aos dos mandatos.

No final da guerra, na Conferência de S. Francisco, o problema foi novamente debatido, mas as potências coloniais opuseram-se às tentativas de controlo internacional, acabando portanto por ser consagrada, na Carta das Nações Unidas, a orientação que distinguia «territórios

Revista da Cavalaria

sob a soberania dos Estados Colonizadores» e «territórios sujeitos à administração internacional».

Ao ser promulgada a Carta das Nações Unidas, os primeiros territórios foram incluídos no capítulo XI — Declaração relativa aos Territórios não autónomos (art.ºs 73.º e 74.º); ao segundo referem-se os capítulos XII e XIII.

Quando entrámos para a O. N. U., o Secretário-Geral perguntou se tínhamos territórios sem governo próprio. O Governo Português respondeu negativamente. Isto, é claro, perturbou e chocou a Assembleia Geral. Primeiro, porque nunca esta havia pensado que algum país ousaria actuar contrariamente à prática adoptada; segundo, porque a posição portuguesa, a ser aceite, significava o desmoronar de um sistema de virulento anti-colonialismo; terceiro, porque os países com responsabilidades em África acabariam por seguir o nosso exemplo.

Na primeira Assembleia em que Portugal tomou parte, o assunto foi debatido após a pergunta formulada pelo Secretário-Geral sobre se possuíamos territórios nas condições dos do art.º 73.º, e Portugal, como Estado membro, estava vinculado a responder a tal pergunta.

Mantivemos porém o nosso ponto de vista; a nossa resposta foi: «Portugal não é responsável por quaisquer territórios para os fins do art.º 73.º da Carta das Nações Unidas.». Devemos notar que Portugal respondeu assim numa altura em que nenhum território britânico de África era independente, como o não era nenhum território francês na África ao Sul do Saará.

É curioso repararmos que nesta altura ainda nenhuma resolução da Assembleia havia considerado os nossos territórios ultramarinos como não autónomos, e não havia na Carta nenhuma definição de tais territórios.

A nossa defesa baseou-se, essencialmente, nos seguintes pontos: a declaração de territórios não autónomos é declaração e portanto acto voluntário; a obrigatoriedade da O. N. U., neste campo, vai contra a Carta, por infringir o n.º 1 do art.º 73.º, 3.º — alínea a); o art.º 73.º diz que se trata de informações de origem técnica, dados estatísticos, informações relativas às condições económicas, sociais e educativas, e nunca com carácter político; a O. N. U. infringe o n.º 7 do art.º 2.º, que a proíbe de intervir em questões internas de qualquer Estado.

De frisar que este debate, na primeira fase, foi puramente jurídico, e, além disso, o ataque era baseado em disposições da Carta. De notar, também, que o ataque foi iniciado pela delegação do Iraque e por todo o bloco soviético.

Revista da Cavalaria

Mudou depois a O. N. U. o método de ataque e começou a empregar meios políticos. Afirma que Portugal toma por base um princípio jurídico ultrapassado e que se torna necessário actualizar à luz de uma doutrina dinâmica. Respondemos que, se se acha que a resposta está ultrapassada, se deve rever a Carta nos termos dessa nova doutrina, e que o problema deve ser posto, não só a Portugal, mas a todos os países membros.

Entretanto, para ganhar tempo, o Secretário-Geral, que teme pôr o problema em votação, nomeia a *Comissão dos Seis*. Foi então nomeado o Comité *ad hoc* de Seis Potências, para estudar o caso português e apresentar a definição de territórios não autónomos.

O relatório, aprovado depois pela maioria, diz que são territórios não autónomos:

- os geográficamente separados;
- os que, étnica e culturalmente, são diferenciados;
- os regidos por normas administrativas diferenciadas;
- os que, juridicamente, são distintos;
- os que têm uma economia diferenciada na totalidade do seu espaço;
- os ocupados pela força, isto é, considerados sob o ponto de vista histórico de ocupação.

Perante a aprovação do relatório pela O. N. U., foi necessário tomar posição e replicar aos argumentos invocados. Assim fizemos na 4.^a Comissão da XV Assembleia, em que se fez, digamos, uma análise do ponto de vista português no plano jurídico, definindo os aspectos jurídicos e legais. Baseou-se essa análise nos seguintes pontos:

- *Acerca da definição de territórios não autónomos, como geográficamente separados.*

Não há dúvida que os temos, mas se o princípio é válido para Portugal terá de rever-se o caso da República Árabe Unida (que na altura englobava o Egipto e a Síria), o caso do Paquistão, o caso dos países que geográficamente são arquipélagos: Indonésia, Japão, Filipinas e Nova Zelândia, e o dos próprios E. U. A..

Revista da Cavalaria

— *Territórios não autónomos, como étnica e culturalmente diferenciados.*

Não há dúvida que os temos, mas o mesmo se passa com a União Soviética — Russos Puros (Eslavos); Carélios e Lapões (junto à Finlândia); Letões e Lituanos (junto ao Báltico); e, nos países latino-americanos, México — 30% da população são índios, 60% mestiços, 9% brancos e 1% negros, etc.

— *Sob o aspecto de normas administrativas e diferenciadas.*

A O. N. U. pretende demonstrar que Moçambique, por exemplo, não interfere com a Metrópole. Portugal responde que existem elementos de Moçambique na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa, e que o próprio Governador, à altura o General Costa e Almeida, conhece perfeitamente as necessidades locais, pois é natural da província. O mesmo se passou na Guiné com o Governador — General Onório Barreto. Isto, é óbvio, significa acção do conjunto, unidade de esforços, numa palavra, solidariedade para melhor concretização do objectivo comum.

— *Serem territórios não autónomos os que têm uma economia diferenciada na totalidade do seu espaço.*

Se é facto que existem zonas subalternizadas em relação à Metrópole, o que se passará na Índia e em algumas repúblicas latino-americanas e em alguns estados independentes da África?

— *Portugal ocupou o Ultramar pela força.*

Perguntamos nós: e a União Soviética, com a Roténia, a Carélia, a Estónia, Letónia e Lituânia, que foram todas ocupadas na II Grande Guerra? E os E. U. A.? Como foi resolvido o problema dos índios, quando chegaram os colonizadores europeus? O que nos dirão das Reservas para onde foram atirados, depois de expoliados dos seus territórios?

Diz a O. N. U. que parte dos Portugueses não têm pé na soberania para se representar nas eleições — problema do indignato em Portugal

Revista da Cavalaria

e que em 1961 terminou por nessa altura ser abolido o respectivo Estatuto.

Mas nós também respondemos que na Índia também existem castas impedidas até do acesso à sociedade e isso ainda se passa hoje também com alguns países africanos independentes.

Para terminar, farei referência a outro ponto da nossa defesa: que o sermos *como há cinco séculos* (acusação feita pela Ucrânia) não significa que as Nações Unidas se outorguem o direito de inquirir como se criaram nações há quinhentos anos e como a política portuguesa do século XVII, como diz o Professor James Duffy, «permanece nos seus ideais como modelo de compreensão diplomática e de moderação.».

Uma vez que Portugal contrariou e respondeu às decisões da *Comissão dos Seis*, foi nomeado o *Comité dos Sete* para colher ele próprio as informações. Ao mesmo tempo, devido aos incidentes ocorridos em 1961 em Angola, é nomeado o *Comité dos Cinco* para examinar a situação. Finalmente, procura a Assembleia Geral enquadrar o *Caso Português* na actividade do *Comité dos Dezassete*, mas todos estes Comités mais não fizeram do que infringir e negar a Carta e apoiar a própria Assembleia.

Entretanto nós reagimos, defendemo-nos, permanecendo fiéis ao mesmo princípio, e o problema continua a arrastar-se; podemos daí concluir, unicamente — e tanto mais se consultarmos a Carta das Nações Unidas, no seu capítulo I, e tomarmos contacto com os objectivos da O. N. U.: promessas de empregar esforços, de fazer tentativas incessantes tendentes a preservar a paz mundial — que não foi, assim, atingida a sua finalidade, nem a solução dos conflitos, pois estamos diante de um bloco de países onde lealdade, harmonia e paz não parecem ser as palavras de ordem que qualquer optimista poderia antever ao consultar a Carta da O. N. U..

O Sistema de Tutela

Dentro da orientação seguida para o presente trabalho, compete-nos agora analisar, embora sucintamente, o *regime internacional de tutela*. Cumpre-nos, antes de mais, definir o regime de tutela, para o que começaremos por dizer que esse sistema é o sucessor, na Carta da O. N. U., do antigo Regime de Mandatos do Pacto da S. D. N.. Aparece tratado na Carta nos capítulos XII (Sistema de Tutela Internacional)

Revista da Cavalaria

e XIII (Conselho de Tutela). Este sistema aparece mencionado pela primeira vez no comunicado da Conferência de Yalta, e prevê a inscrição na Carta da O. N. U. dum conjunto de normas sobre Tutelas Internacionais, que se applicariam:

- aos territórios sob mandato da S. D. N.;
- aos territórios destacados dos Estados inimigos, como consequência da guerra;
- a qualquer outro território colocado voluntariamente sob tutela.

Na Carta vem a consagrar-se o referido regime, no art.º 75.º, obedecendo ao mesmo princípio geral do Sistema de Mandatos, embora diferindo nalguns aspectos.

Os objectivos fundamentais do sistema aparecem referidos no artigo 76.º:

- Reforçar a paz e a segurança internacionais.
- Promover o progresso político, económico, social e educativo dos habitantes dos territórios e o seu crescente desenvolvimento, no sentido do governo próprio ou da independência.
- Encorajar o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raças, sexo, língua ou religião, e favorecer o reconhecimento de independência dos povos do mundo.
- Assegurar tratamento igual, nos domínios social, económico e comercial, a todos os membros das Nações Unidas e seus nacionais.

Faz-se depois referência, no art.º 77.º, aos territórios, já enunciados, que devem ser colocados sob tutela.

Convém estabelecer agora, uma vez que já foram analisados ambos os sistemas — Mandato e Tutela, as diferenças fundamentais entre ambos:

- Nos Mandatos eram nominalmente indicados os territórios a sujeitar ao regime; na Tutela há três categorias de territórios, permitindo a última uma extensa applicação do regime.
- Nos Mandatos os poderes de administração pertenciam aos Estados; na Tutela essa competência pertence também à própria organização.

Revista da Cavalaria

- No sistema de Mandatos havia três tipos de administração; na Tutela há só um sistema.
- A Comissão permanente de Mandatos da S. D. N. era um órgão técnico; o Conselho de Tutela é um órgão político constituído por representantes dos Estados.
- A fiscalização do sistema é muito mais intensa. Nos Mandatos era feita através de relatórios anuais e o Conselho tinha uma função de colaboração e não de fiscalização. O Conselho de Tutela detém poderes efectivos de intervenção ou administração, podendo examinar relatórios, receber petições e examiná-las, e assegurar visitas periódicas e tomar outras medidas tidas por convenientes.

O ANTI-COLONIALISMO

O período que se inicia com o fim da II Grande Guerra e que se prolonga até aos nossos dias caracteriza-se por um enorme desenvolvimento do anti-colonialismo.

Neste período, verifica-se uma tendência para abandonar o termo «colonização», substituindo-o pela palavra «colonialismo», e isto porque o primeiro termo designa apenas um facto — o facto de colonizar, independentemente de qualquer juízo de valor, enquanto o segundo designa o mesmo facto, mas correspondente já a uma atitude condenável e negativa.

A colonização é um fenómeno permanente da história da humanidade, resultante de diferenciações culturais dos grupos sociais e humanos e dos seus diferentes poderio e potencial económico. A colonização verificou-se sempre através dos tempos, embora com características diferentes, de acordo com as épocas em que teve lugar.

Podemos dizer que a colonização, como facto natural, é um momento da vida dos povos — os colonizadores de hoje eram colonizados ontem, mas que tende a superar-se à medida que, pelo contacto dos grupos em presença, desaparecem as condições de desigualdade que a tornaram necessária. Assim se opera a descolonização, que pode realizar-se de dois modos:

- Pela *emancipação* em que se verifica a separação entre colonizadores e colonizados, passando estes a reger os seus próprios destinos.

Revista da Cavalaria

- Pela *integração*, pela qual, as culturas em contacto se homogenizam, e colonizadores e colonizados se integram numa mesma unidade social e política.

Era isto o que se devia observar, mas, na realidade, dentro das tendências contemporâneas, as coisas não se passam assim, em virtude de uma observação tendenciosa, à base de certas tábuas de valores, se traduzir numa crítica dos objectivos da colonização, o que conduz a uma decisão condenatória. É esse conjunto de doutrinas, de ideologias e práticas que traduzem estas tendências que se chama anti-colonialismo.

Não se pense, porém, que o anti-colonialismo nasceu por inteiro nos nossos dias, pois tem raízes no passado e obedece a um fenómeno histórico; já na primeira metade do século XVI o Padre espanhol Francisco Victória punha em dúvida a legitimidade da colonização, afirmando que só era legítima quando realizada para propagação da Fé e baseada em certos princípios.

Devemos lembrar também que, no século XVII, após a cisão religiosa europeia, se entra num período em que os Estados europeus se lançam na prática do sistema do «Pacto Colonial», caracterizado pela sujeição absoluta das colónias à direcção política e económica das metrópoles.

No final do século XVIII, com base no humanitarismo inglês e nas ideias da Revolução Francesa, opera-se uma reacção no sentido da defesa dos direitos e interesses dos indivíduos.

São estes os casos que poderemos considerar como as primeiras reacções anti-colonialistas, que não tiveram, no entanto, seguimento, pois foi na segunda metade do século XIX que se formaram os maiores impérios coloniais. Mas, no campo dos princípios, exerceram influência importante e nelas se pode encontrar a origem do anti-colonialismo dos nossos dias.

Existem diversas doutrinas anti-colonialistas.

O *anti-colonialismo doutrinário*, que se baseia nos três seguintes princípios, que levam à condenação da colonização:

- tese optimista da bondade dos homens (a colonização destrói a felicidade paradisíaca em que vivem os selvagens);
- tese individualista da igualdade essencial de todos os homens (perante a lei);
- tese individualista da liberdade (a bondade natural dos homens vê na liberdade a condição necessária e suficiente para a sua felicidade).

Revista da Cavalaria

O *anti-colonialismo utilitário*, que pode resultar duma posição assumida em obediência a considerações de ordem económica e política.

No que diz respeito a considerações de ordem económica, baseia-se nas escolas económicas liberais, condenatórias do colonialismo, por este impedir o livre jogo das forças económicas.

O *anti-colonialismo utilitário* de ordem política é o chamado *anti-colonialismo* do bloco soviético, e baseia-se no facto de que a capacidade de resistência dos países ocidentais diminuirá, se forem subtraídos da sua acção e controlo os territórios africanos e, assim, a Rússia apresenta-se como o paladino da libertação das colónias. Por detrás de uma atitude idealista oculta-se o seu verdadeiro objectivo — o imperialismo político.

O *anti-colonialismo dos povos de cor* é, no presente momento, o que se apresenta com maior vigor, e é de ordem sentimental.

Não é só a simpatia dos povos que recentemente adquiriram a independência pela emancipação das colónias que está na sua base. A sua maior importância resulta do facto de colocar o ódio racial contra o branco, na África e na Ásia. Alguns países europeus, na sua acção colonizadora, partiam do conceito de superioridade de certas raças (no caso concreto a branca) sobre outras consideradas inferiores e incapazes de atingir o mesmo nível. É a chamada doutrina racista. Por um sentimento de reacção, o racismo mudou de sinal e está hoje do lado dos povos de cor.

Convém agora, até porque os factos que têm lugar no nosso Ultramar são, em parte, uma resultante desse *anti-colonialismo*, analisar alguns factos históricos com ele relacionados. A propaganda da emancipação asiática, desenvolvida pelo Japão durante a última guerra (seu período expansionista); a participação de tropas coloniais nessa guerra; e o sentimento recalcado dos povos de cor, estão na base deste vasto movimento, tendente a expulsar os europeus da Ásia e da África.

Em 1955, reunem-se em Bandungo, na Indonésia, dois mil delegados dos que foram apelidados por Sucarno *les Peuples muets du monde*, esboçando-se, assim, a primeira tentativa, em larga escala, para organizar um bloco de povos de cor afro-asiáticos, que depois foi continuada na Conferência de Solidariedade Africana, realizada, em 1957, no Cairo. Este movimento não tem outra finalidade que não seja o da emancipação dos povos de cor, vinculados politicamente à Europa. Pode ainda ligar-se a este novo racismo o Pan-africanismo, doutrina que defende a superioridade da raça negra.

Revista da Cavalaria

Houve, entre 22 e 25 de Abril de 1963, uma tentativa para conciliar pontos de vista, sanar divergências e fortalecer a posição internacional dos países africanos, em virtude de divergências surgidas entre esses países. Foi a Conferência de Addis Abeba, da qual saiu a aprovação da Carta de Addis Abeba, ou Carta da Unidade Africana. Foi, além disso, criada uma Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem e várias comissões especializadas.

Um dos objectivos genéricos a que se propôs a OUA é, precisamente, eliminar o colonialismo de África, sob todos os aspectos, e favorecer a cooperação internacional, levando em linha de conta a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Para terminarmos as considerações feitas acerca do anti-colonialismo, será oportuno fazermos referência aos factores que o favoreceram e o generalizaram:

- A ideologia dos Estados vencedores, que iriam depois organizar a paz.
- O anti-colonialismo da Rússia e seus satélites, dos E. U. A. e dos recentes países saídos da situação colonial.
- O facto do Partido Trabalhista Inglês deter o poder no fim da guerra, visto que este partido é anti-colonialista.
- A situação difícil em que se encontravam, no final da guerra, as potências coloniais.

A EVOLUÇÃO MODERNA DA ÁFRICA

Nesta última parte do nosso artigo iremos analisar, com um pouco de pormenor, os diversos factores que influenciaram ou contribuíram para a importância que, durante e após a II Grande Guerra, foi atribuída à África e a despertou do seu letargo, e, conseqüentemente, veio despertar todo esse tão apressado movimento de emancipação, hoje tão aplaudido pelo bloco afro-asiático, pela Rússia e pela própria América, e que, forçosamente, teria de vir a afectar os nossos territórios ultramarinos.

Sob o aspecto militar, a África constitui preciosa base estratégica, e serviu de trampolim para a invasão da Europa. Franceses, ingleses e norte-americanos combateram no Norte de África, contra alemães e italianos, dando aos autóctones um exemplo de rivalidade e ódio, que eles mais tarde não hesitaram em imitar.

Revista da Cavalaria

Sob o aspecto político, algumas colónias africanas constituíram um apoio ou mesmo um refúgio para certos governos metropolitanos europeus. A França e a Bélgica são disso exemplo.

Finda a guerra, surge-nos, entre os dois colossos nascentes — os Estados Unidos da América e a Rússia —, a África aliada à Ásia. Aperceberam-se então que à África estava reservado importante papel político. Deixaria de pertencer à Europa, para se tornar propriedade de ninguém... A tal levaram os interesses, cobiças e invejas.

Sob o aspecto económico, as matérias-primas africanas tinham sido de extraordinário valor para o esforço de guerra dos Aliados. E, após a guerra, a África desenvolveu-se. Surgiram portos, aeroportos, caminhos de ferro, estradas e grandes cidades. A produção mineira da África é hoje das maiores; as suas importações triplicaram nos últimos dez anos; a África detém o monopólio dos diamantes, é rica em platina, ouro, pedras preciosas e urânio, cobre, fosfatos, cobalto, crómio e vanádio, etc..

Além disso, devido à sua configuração geográfica, é o maior manancial de energia hidro-eléctrica.

Não é pois sem razão que os europeus viram nela o complemento económico da Europa e a salvaguarda do seu flanco meridional. Sem a África, o Mercado Comum dificilmente subsistirá, porque lhe faltarão as matérias-primas indispensáveis à sua industrialização.

Os norte-americanos viram-na como possível fornecedora das matérias-primas que a Ásia lhes não fornecia e um mercado a conquistar para os produtos manufacturados. Assim, o seu interesse pela auto-determinação africana, embora podendo prejudicar alguns dos seus aliados europeus, fortalecia a sua posição internacional e confirmaria a sua tradicional fama de campeões da democracia e da liberdade dos povos.

Para os russos, a África era indispensável na corrida para o domínio do mundo. Aos asiáticos, a África aparece como futuro terreno de colocação dos seus excedentes demográficos.

Finalmente, a todos estes juntaram-se os próprios africanos, e um dos factores que contribuiu para o fenómeno foi o terem vindo milhares deles combater nos exércitos Aliados na Europa e, portanto, aprendido a matar brancos e sentido o mesmo respeito por eles. Este facto que, à primeira vista, parece pouco importante, não o é na realidade, pois o preto sempre foi governado pelo branco, baseado quase somente no prestígio e no respeito que este lhe infundia.

É também de realçar o facto da queda das colónias asiáticas, após a guerra, ter mostrado aos africanos o caminho que estes não tardaram

Revista da Cavalaria

a seguir. Se os asiáticos, terminada a ocupação japonesa, tinham conseguido impedir o regresso das autoridades coloniais europeias e alcançado a independência, porque não haviam eles, africanos, de alcançar o mesmo? E se o Organismo Internacional — a O. N. U., recentemente criado, havia apoiado essas independências, por que não deveria apoiar a deles, se pedida com oportunidade? E se os Russos e os Americanos votassem, como passaram a votar, lado a lado na O. N. U., em defesa da independência de África, quem mais no Mundo se atreveria a opor-se-lhes?

Podemos pois considerar como os primeiros indícios da mais fantástica evolução política a revolta indígena de Madagascar, em 1947, a tensão anglo-egípcia, em 1951, e o terrorismo Mau-Mau, no Quênia, em 1952; mas foi a decisão da O. N. U. de fazer da Líbia um Reino Federal, em 1952, que marcou o início do aparecimento dos novos estados africanos. No entanto, até final de 1955, a África independente apenas incluía o Egipto, a Libéria, a Líbia, a Etiópia e a União Sul Africana. Mas, apenas em onze anos, entre 1956 e 1966, surgiram em África nada menos de 36 Estados. Constatamos, pois, que as Nações Ocidentais, em apenas onze anos, deram a independência a mais de cento e sessenta milhões de africanos, vivendo em vinte e dois milhões de quilómetros quadrados. Só em 1950 tornaram-se independentes oitenta e cinco milhões de africanos, razão porque esse ano ficou conhecido como o Ano de África. Quase podemos dizer que, actualmente, de nações europeias, só nós, portugueses, nos mantemos em África. Conosco, como territórios de influência europeia ou predomínio político branco, apenas a República da África do Sul e a Rodésia.

Todos estes factores tinham forçosamente de influenciar os nossos territórios ultramarinos, e daí o aparecimento dos movimentos chamados emancipalistas, que mais não são do que um resultado de toda uma política internacional tendente a despojar-nos daquilo que nos pertence, de direito e de facto, destinada a fazer apagar, como se isso fosse possível, cinco séculos de história, política essa baseada toda ela em princípios apelidados de humanitários, de defesa dos direitos de indivíduos sub-desenvolvidos, mas que, ao fim e ao cabo, mais não é do que uma política tendente, unicamente, à posse dos territórios onde esses povos, que se querem armar em libertadores, pretendem exercer apenas a sua supremacia política, económica ou militar.

Capitão BALTAZAR FERREIRA



entencer a uma Unidade de Cavalaria era uma aspiração que alimentava há já alguns anos, mas era assunto que encarava como utopia. O sonho começou no entanto a tornar-se realidade na altura em que, voluntariamente, me ofereci para os «Dragões» de Silva Porto.

Vários camaradas meus abordam-me, procurando dissuadir-me da ideia de ir para os «Dragões», alegando, por exemplo, a vulnerabilidade da tropa a cavalo, pois o «Dragão», do alto da sua montada, seria bem visível a grande distância, oferecendo, portanto, um bom alvo.

Eram oito os «Dragões» cadetes que integraram o COM de 1969. Como não podia deixar de ser, embora recrutas ainda, tivemos, no picadeiro dos «Dragões», uma recepção condigna: aguardavam-nos oito «nobres» animais, entre eles um macho de afamada reputação.

Antes de montar o macho, passo uma rápida revista ao arreo (ilhas, fivelas ... que nestas ocasiões costumam estar mal apertadas ... por descuido!!!). Preparar para montar ... A cavalô! E montámos, todos um pouco nervosos. À direita, ao passo, marche, e estala o chicote. O macho não chega a dar três passos, começa às cangochas, e, à terceira, desliga-me do arreo, para fazer uma aterragem muito aparatosa.

A sessão foi breve, e assim terminou o primeiro dia nos «Dragões».

O programa da especialidade — ATIRADORES DE CAVALARIA, foi cumprido a rigor. Tínhamos ainda uma hora de equitação a completar o horário diário.

Terminada a especialidade, a 20 de Dezembro, gozámos uns merecidos (em nosso entender) dez dias de licença e, nos princípios de

Revista da Cavalaria

Janeiro de 1970, apresentámo-nos na «EMBALA DA CAVALARIA», já como Aspirantes.

Iríamos começar um estágio de tropas a cavalo, que se prolongaria por todo o mês de Janeiro, findo o qual ficaríamos com a especialidade de *Atiradores de Cavalaria*, com aptidões especiais na Arte Equestre.

Estava um pouco apreensivo, pois já ouvira falar nas peripécias da «Espera», que se costuma fazer aos Aspirantes de Cavalaria.

De manhã, a instrução decorreu normalmente. Já ao entardecer, com a chuva que teimosamente caíra toda a tarde, mandam-nos para o picadeiro descoberto, onde começámos a ver um movimento anormal de cavalos, em manta e cilha. Não tive dúvidas e, em tom de laracha, comentei: — Agora é que vamos ver quem são os Cavaleiros. Pedimos autorização para entrar no picadeiro e, à voz respectiva, montámos de um salto. Segundos depois, o som estridente da sirene da ambulância, que se encontrava à porta do picadeiro, começou a fazer-se ouvir. Continuava a chover e já se havia formado enorme charco a um canto do picadeiro. Iniciámos a marcha a passo, mas, inexplicavelmente, surgem quatro espingardas que, colocadas em cada um dos cantos do picadeiro, desencadeiam cerrado tiroteio, que era abafado, de vez em quando, pelo som forte e vibrante de um petardo que, apanhando os Cavaleiros desprevenidos, provocava mais umas palhaças.

Finda a «cerimónia» no picadeiro, os Oficiais recebiam na sala respectiva, com um beberete, os novos Aspirantes de Cavalaria, que se apresentavam, uns completamente molhados ainda, outros com pensos e manchas encarnadas de mercúrio. Todos usaram largamente da palavra.

Mas a «gentileza» dos Oficiais não ficou por ali. Um convite formal para um jantar, que ocorreria nessa noite em nossa homenagem, foi feito. Claro que os Oficiais podiam realmente ser muito «generosos», pois a despesa corria por nossa conta, como soubemos, posteriormente.

No dia seguinte, recebemos, cada um, o «seu» cavalo, que passaria a ser tratado e aparelhado por nós. Durante o estágio, recebemos, fundamentalmente, instrução de tática a cavalo, com especial insistência e prática na grande mobilidade da tropa montada.

Todas as dúvidas que ainda pudessem existir em mim, no que se refere à maneira de actuar da Cavalaria, nomeadamente à segurança a cavalo e à sua eficácia numa guerra de guerrilhas, desapareceu totalmente.

A segurança da Cavalaria montada reside, fundamentalmente, no movimento das tropas. O seu êxito em campanha está na manobra.

Revista da Cavalaria

Cortar a retirada do inimigo é factor psicológico da maior importância, pois tira-lhe seguramente 50% da vontade de combater; o poder de choque e a rapidez de uma perseguição são outros trunfos valiosíssimos do Cavaleiro.

A higiene e saúde dos solípedes foi ainda um capítulo a que se dedicou especial atenção.

A instrução de 1.º COM de tropas a cavalo ficou completa com o tiro a cavalo.

Faltava só fazer a nossa primeira operação, para podermos ver os resultados prodigiosos que com uma tropa montada se podem obter.

Fica para breve esse relato ...

Alferes Mil.º MANUEL ALVES HENRIQUES

Perceber Cavalaria

Não são apenas Cavaleiros de formação os que pedem Cavalaria para actuar em África...

... E pedem Cavalaria a cavalo, de reconhecimento, blindada e helictransportada, nas suas formas clássicas e características formais de actuação.

Depois... Há concepções que se deturpam e ideias que precisam de ser esclarecidas...



Para se perceber, hoje, Cavalaria, é preciso tê-la vivido intensamente e conservar a esperança de ver a Arma reposta no seu lugar, nas suas várias modalidades orgânicas, ajustadas às mais variadas situações da campanha em que andamos empenhados.

Viveram intensamente a Cavalaria aqueles que há vinte ou trinta anos, da Carreira das Armas, escolheram a mais pobre na escala das promoções e, também, a que, naquele tempo, em que a selecção e o trabalho eram quase sempre a cavalo, exigia forçosamente mais qualidades anímicas e físicas. Eram esses os idealistas, que sacrificavam à condição de serem Cavaleiros os interesses pessoais do seu futuro e a integridade do próprio esqueleto, frequentemente metido nos gessos ortopédicos... por via dos exercícios arriscados que se praticavam.

Depois vieram os motorizados, a dar continuidade ao Espírito da Arma e a conferir, com a técnica, um toque intelectual à Cavalaria, o qual, até aí, talvez se julgasse ter faltado. Cavalaria, contudo, sempre fora arte de decidir, de realizar, de reagir prontamente às situações e aos problemas, fossem eles quais fossem... Com o extremismo em que somos pródigos, fomos pondo de parte o «cavalo-aveia», que nunca deixava de galopar, para o substituir, quase totalmente, pelo «cavalo-motor», tantas vezes amarrado nos parques, por falta de sobressalentes

Revista da Cavalaria

ou de gasolina... Mas, mesmo assim, numa magnífica adaptação das nossas faculdades, estimulada pelo instinto da sobrevivência, conseguimos impôr a Cavalaria motorizada e blindada no conjunto de todas as outras Armas. Conseguimos continuar a ser Cavalaria... com a mesma arte e novas técnicas.

E vieram as campanhas do Ultramar. Razões diversas de concepção e de economia, levaram à criação das Unidades «tipo Caçadores» e à ideia — que entendemos muito discutível — de que essa era uma campanha para se fazer a pé, *à moda* da Infantaria. E... tendo que dar a nossa contribuição à mobilização, assim a demos e a fizemos.

Mais uma vez nos adaptámos perfeitamente à nova situação, marcando lugar destacado no meio de todas as outras Unidades, pelo preço de sangue que pagámos e pelas missões — árduas e arriscadas — que frequentemente — e por escolha — nos foram confiadas.

Ao fim de dez anos, sempre na esperança de que esta exigência fosse transitória, continuámos a mobilizar parte para tropas auto-transportadas e apeadas. E a ser assim — ainda! — Cavalaria.

Mas foram os comandos mais directamente em contacto com a campanha tomando consciência das suas responsabilidades e pedindo insistentemente Tropas a Cavalos e Unidades de Reconhecimento e de Carros de Combate. Vimos também preferir as nossas tropas de Cavalaria, «tipo caçadores», no reforço a pára-quedistas e «comandos», para operações com helicópteros, o que não deixa de ser consolador.

É consolador também saber destas iniciativas, até porque algumas já foram reconhecidas e satisfeitas, se bem que numa escala muito reduzida em relação aos pedidos e às exigências reais da actividade operacional que temos de desenvolver. Mas isto acontece porque, quem pede, não é, normalmente, quem estuda as soluções e satisfaz os pedidos. Na maior parte dos casos, não é mesmo quem está — ou tenha estado — no contacto directo com os problemas da campanha e em condições de perceber Cavalaria...

Claro que o emprego dos meios orgânicamente reunidos em Unidades de vários tipos e diferentes características anímicas e técnicas depende essencialmente das situações tácticas e das condições físicas e humanas das áreas ou zonas do empenhamento. Claro que as nossas Unidades, para serem aplicadas com êxito, têm de ser entregues a quem as conheça, ou seja bem aconselhado para as empregar. Assim, onde elas existam, não poderá faltar um comando que oriente o seu emprego, no geral e no particular, e que garanta, ao mesmo tempo, o apoio técnico e administrativo, de que essas Unidades, pela sua espe-

Revista da Cavalaria

cialidade, forçosamente precisam. Doutro modo, elas poderão parecer, de facto, desnecessárias, inúteis, extremamente caras para a sua rentabilidade... e, quiçá, apenas ditadas por questão de saudosismo...

A verdade é que são realmente Unidades «especiais», quer pelos meios de que dispõem, quer pelas missões a que se destinam, e, se se reconheceu já que são indispensáveis comandos próprios ou conselheiros para o emprego das Tropas Pára-quedistas, de Fuzileiros ou de



Em heli ou a cavalo, sempre Cavalaria, no cumprimento das suas missões tradicionais

«Comandos», não se entende porque os não há-de haver para a Cavalaria e para a Artilharia. Aliás, existem para as Transmissões e Engenharia, nas nossas Regiões Militares do Ultramar, por motivo da sua especialidade. Enquanto não os houver, importa aproveitar todas as oportunidades para esclarecer quem precise, ou a quem convenha, sobre alguns aspectos que se considerem essenciais ao aproveitamento das Unidades normais da Arma, que, quando se queira e se saiba, são, não só necessárias, como extraordinariamente úteis e rendosas.

É o que vamos tentar, apesar das limitações de espaço e tempo apenas nos permitirem considerações de ordem muito geral.

Revista da Cavalaria

UNIDADES A CAVALO

Já não se pode considerar um saudosismo a defesa do emprego deste tipo de Unidades em qualquer dos T.O. em que desenvolvemos a nossa campanha. Quer antes da fase superficial da guerra subversiva, quer, depois, em operações activas, temos provas feitas, não só da sua viabilidade, como da sua reconhecida eficiência.

Na fase subterrânea, de há muito que as forças policiaes empregam, ou pedem brigadas montadas, para o controlo das populações.

Nas operações militares, já sabemos do emprego de Pelotões a Cavallo, com pleno successo.

Parece ter-se chegado finalmente à conclusão de que, onde o terreno e a situação o permitam, esta é a melhor tropa para detectar e neutralizar emboscadas, surpreender grupos inimigos, perseguir elementos adversos em fuga, cair em cima dos seus quartéis ou posições, impôr respeito a populações duvidosas, ou incutir confiança nas que nos sejam fiéis.

Destruiu-se o «mito» da impossibilidade dos cavalos sobreviverem no mato e no clima africanos e o da vulnerabilidade do conjunto cavaleiro-cavallo. Houve tropas que andaram semanas fora dos quartéis. E regressaram com as montadas mais gordas. O tamanho do alvo foi sempre suprido pela flexibilidade das Unidades e manobrabilidade dos componentes.

Não!... Com estes argumentos, não haverá mais motivos para se deixarem de equipar Unidades a Cavallo. Qualquer força, com as viaturas cheias de homens, ou mesmo apeada em «bicha» pelos trilhos fora, será naturalmente mais vulnerável do que tropa deste tipo, que possa manobrar e galopar no terreno. De resto, isto já é muito antigo, e todos os que percebem Cavalaria o têm afirmado. Com cavalos — e onde for possível —, sempre se poderá andar mais depressa atrás de gente a pé e agarrá-la, mesmo que esta conheça melhor os trilhos da selva e seja mais lesta no fugir...

E não trataremos mais da Cavalaria a Cavallo. Há velhos Cavaleiros que sabem muito, e muita coisa escrita para quem quiser aprender...

UNIDADES DE RECONHECIMENTO

As Unidades de Reconhecimento — com auto-metralhadoras ou carros de combate — foram criadas para missões, caracteristicamente cavaleiras, de exploração, de reconhecimento propriamente dito, de

Revista da Cavalaria

cobertura, de segurança de flancos e de retaguardas, de abertura e segurança de itinerários e de exploração de sucessos. Podem, como missão secundária, escoltar colunas...

Em África — onde o terreno e a rede de comunicações o permitirem —, podem ser utilizadas em qualquer daquelas missões e, particularmente, nas aberturas e segurança dos itinerários e na exploração do sucesso. Serão sempre mal empregadas na segurança imediata ou



Atravessando uma anhara

escolta de colunas militares e, sobretudo, logísticas, por não disporem de tempo e espaço para manobrar.

Por ignorância do seu valor específico, há quem as queira só pelo poder ofensivo e defensivo dos blindados. Há mesmo quem se bata por elas, só com a atenção presa às suas viaturas blindadas de transporte de pessoal. Por isso querem, nas sub-Unidades, mais viaturas deste tipo do que aquelas que são, de facto, precisas às Unidades de Reconhecimento de Cavalaria, que têm de ser, forçosamente, ligeiras, manobradoras, rápidas, versáteis, etc....

Estamos mesmo em crer numa completa ignorância a este respeito por parte das pessoas que se atêm a tão errado critério. Mesmo consi-

Revista da Cavalaria

derando o emprego inadequado das Unidades de Reconhecimento na missão secundária de escolta que lhes pode competir, não parece que sejam as viaturas blindadas de transporte de pessoal as que podem servir ao cumprimento dessa missão em melhores condições. Havíamos de assistir muitas vezes a serem os homens das escoltas os últimos a appear, já por razões de psicologia, já porque o inimigo visaria particularmente as suas saídas. Para isso, para as escoltas, blindadas ou não, as viaturas teriam de ter sempre saídas fáceis, independentemente da protecção que pudessem dar... e esta característica também interessaria a todas as outras viaturas das colunas. O mesmo já não dizemos, claro, das viaturas destinadas a proteger pelo fogo, já que, nestas, as guarnições têm de ficar lá dentro, e com muita segurança e independência.

Sabemos de sub-Unidades que já actuaram na reacção a emboscadas carregando com as suas AMC sobre os elementos emboscados, e com resultados francamente positivos. Mas foram improvisos, reminiscências de «Espírito Cavaleiro», ou loucuras, tal como ouvimos também classificar a decisão...

Estamos, no entanto, a ver Unidades de Reconhecimento a marchar à frente das colunas, a limpar os itinerários, a fazer protecção móvel e descontínua, a explorar em busca de emboscadas, e a atacá-las, neutralizando-as e perseguindo os seus combatentes em fuga. Só assim podemos conceber as Unidades de Reconhecimento em África, ou em qualquer outro lado, pois, doutro modo, será um desperdício de meios e má administração do pessoal e material, com forças que são, realmente, especiais e criadas para operações cavaleiras.

Também neste caso, parece que há quem não queira — ou quem não saiba — empregar as Unidades de Reconhecimento de Cavalaria e teime em as ter só para a escolta de colunas e pouco mais...

UNIDADES DE CARROS DE COMBATE

Muito do que se disse para o Reconhecimento tem aplicação nas Unidades de Carros, cuja potência de fogo e de manobra permitirá ainda apoiar eficazmente operações de maior envergadura e explorar, depois, por cilindragem, os êxitos conseguidos. Foram tais os resultados obtidos com três carros apenas, algures em África, que, daí por diante, os comandos responsáveis — de várias Armas — que estiveram naquela área, nunca mais deixaram de pedir destes blindados...

E quem lá esteve sabe porquê...

Revista da Cavalaria

Guerra Revolucionária

UNIDADES HELICOTRANSPORTADAS

Talvez por atavismo dos quadros, talvez pelo espírito que ainda conseguimos manter na nossa tropa, talvez pela preparação moral e física que lhe procuramos imprimir, a verdade é que nos sentimos em condições de constituir forças especiais helicóptero-transportadas. De resto, não somos só nós, pois que a ideia de chamar «Cavalaria do Ar» a essas forças está bem expressa noutros exércitos modernos e bem equipados.



A velocidade e resistência do cavalo, aliadas à sua fluidez, conferem às tropas a cavalo uma capacidade de manobra e um raio de acção que permitem bater eficazmente as zonas mais inacessíveis às tropas apeadas ou transportadas em meios auto

A ideia não é, por isso, tão descabida como pode parecer à primeira vista, e conhecemos até Unidades da Arma que, no Ultramar, no tempo que lá estiveram, foram sempre escolhidas para operações de intervenção com helicópteros. A escolha era do próprio comando dos pára-quedistas e da força aérea que administrava os meios.

Não queremos dizer mais nada, também, a este respeito...

Revista da Cavalaria

*

As considerações que acabámos de fazer acerca da Cavalaria formal, enquanto aguardamos, na maior das probabilidades, mais um comando de Batalhão «tipo Caçadores», não são pròpriamente questão de conformismo ou de saudosismo... É certo que os Cavaleiros se sentem, desde há anos, traídos nos seus ideais e já vão tendo dificuldade em compreender porque é que hão-de continuar afastados das Unidades específicas da sua Arma. Eles sentem que podem vir a fazer falta, quando a campanha, na sua evolução natural, se aproximar das da guerra clássica, tal como o inimigo ansiosamente pretende e vai tentando por todas as formas.

Não nos admiraria muito a notícia de, mais dia menos dia, pasarem os nossos adversários a dispôr duma gama de meios ou potência de estruturas que nos obrigassem a voltar às Tropas a Cavalo, blindadas ou outras, nem que fosse só para nos levar, mais uma vez, a correr atrás do tempo e de valores profissionais que tivemos e se perderam... Então... apesar do nosso magnífico dom de improvisação, levaríamos uns anos a preparar quadros — que já escasseiam — para as nossas Unidades formais. Perderíamos logo, assim, uns pontos na «escalada»!...

Mas não pensemos agora nestas coisas e limitemo-nos a esperar que a Arma de Cavalaria, sempre tão bem compreendida pelo espírito de corpo das suas Unidades e pelos feitos de armas já acumulados, seja finalmente percebida na sua essência e aproveitada integralmente nas qualidades anímicas e técnicas que, apesar de tudo, continuamos a promover nos quadros e nas tropas!

Ten.-Cor. A. MACHADO



Guerra Revolucionária



xiste hoje qualquer coisa de novo, muito diferente do que o Ocidente persiste em chamar *Guerra*, que ataca o Ocidente por toda a parte e o esmaga mesmo onde ele é nitidamente mais forte — a *Guerra Revolucionária*. E por tal forma o faz, que, desde 1945 até hoje, mais de metade da Humanidade passou, directa ou indirectamente, para a obediência, o controlo ou a influência do Oriente, e, contudo, se exceptuarmos os casos da Hungria e da Checoslováquia, nunca uma só Divisão Russa foi empenhada operacionalmente para atingir tal objectivo.

Raí a realidade da *Guerra Revolucionária*, realidade essa que pasaremos a analisar o mais detalhadamente que é possível num artigo desta natureza.

A NOVA FORÇA QUE SURGE

Na concepção da manobra para a realização universal da ordem marxista, todos os doutrinários do comunismo condenam a acção directa contra o capitalismo. Defendem eles a «aproximação directa», que os conduzirá à vitória sem o trágico sacrifício do choque frontal.

Estabeleceu-o em definitivo Estaline, quando, em 1948, ao fixar o programa geopolítico para a expansão comunista, escreveu: «Despojando o mundo ocidental da posse dos países coloniais, reduzimos os lucros do capitalismo, diminuimos o nível de vida das massas trabalhadoras e criamos a situação necessária para movimentos revolucionários. Em termos mais militares, não sendo possível o ataque directo contra a Europa, é preciso adoptar uma manobra envolvente através da Ásia e da África.»

É o desenvolvimento da famosa frase de Lenine (1922) — «O caminho de Paris e de Londres passa por Pequim e pela África.», e de sua máxima geopolítica — «Contornar, isolar e arruinar a Europa pela perda da África.»

Revista da Cavalaria

Afirma-se, por isso, que, para a dominação do mundo por fases, se estabeleceu, inspirado no «memorandum» de Mao Tse Tung, apresentado em Moscovo por Chu En Lai, numa reunião extraordinária do Partido Comunista Soviético, em Março de 1953, um plano, estranho na sua forma e ousado na sua essência. Nele, o objectivo número um é a Ásia Monçónica, seguida da Índia e do Japão. Conquistado este pedaço de terra, em geral pouco predisposto para a resistência armada contra o exterior, tocaria a vez à Ásia Ocidental e, pelo Suez, à África Branca ou Muçulmana.

Esta cunha abrandaria a resistência europeia e facilitaria uma introdução quase insensível até à África Negra, que os Ocidentais, preocupados com a sua própria segurança, não poderiam defender. Seguir-se-iam, então, a Europa e a Austrália, reservando para a fase final o hemisfério ocidental, considerado como «impregnável» através dos focos subversivos do Caribe e das «massas» índias de muitos países ibero-americanos. A «fortaleza capitalista» constituída pelos Estados Unidos e Canadá não poderia viver por si só e preferiria, segundo o plano, pactuar uma capitulação a sofrer a sorte da Alemanha Nazista. Conquanto se desconheça qualquer base de garantia segura para a veracidade deste plano, o facto é que a evolução dos acontecimentos mundiais, a partir de 1945, leva a admitir a possibilidade de se lhe atribuir fundamento real.

Com a Segunda Guerra Mundial, a Ásia despertou e lançou o grito de «a Ásia para os Asiáticos». Sob o impulso do comunismo, que soube aproveitar os factores favoráveis, vasto e profundo movimento agitou o continente asiático nas suas entranhas, transformando-se numa convulsão que fez derruir a estrutura político-social em que assentava a sua vida, para erguer, sobre as suas ruínas, um novo mundo, com uma nova estrutura, chamado a *Nova Ásia*. Na verdade, tudo o que, até aí, havia de comunismo na Ásia limitava-se à Rússia e a pequenos grupos na Mongólia e na China. Nos outros países, nos que acabavam de ser libertados da ocupação nipónica, existia, é certo, um outro comunismo difuso. Como, porém, se mostrava sob a forma de aliado das forças democráticas vinculadas aos «grandes» ocidentais, parecia pouco perigoso, havendo a convicção de estar condenado a consumir-se a si próprio, tão depressa quanto se pudessem reconstruir os países devastados e trazer as suas populações aos níveis de vida ocidentais.

Em poucos anos, contudo, esse mesmo comunismo devorou meia Coreia, a maior parte do Vietname e a imensa China, com a Manchúria e o Tibet; fez acto de presença em regiões das Filipinas, de todo o SE

Revista da Cavalaria

Asiático e da Índia e ocupou posições firmes no Médio Oriente. Numa vasta manobra de duplo movimento envolvente, e segundo duas direcções fundamentais — o Médio Oriente e o SE Asiático —, tomou conta de toda a Ásia, constituindo uma poderosa tenaz a apertar a vastidão do subcontinente indiano, que caminha já a passos lentos, mas seguros, para a sua comunização.

Dominado todo o imenso continente asiático, chegou a hora da África, como bem frisou Mao Tse Tung, ao afirmar, naquele seu «memorandum»:

«Uma vaga de revolução varrerá então todo o continente africano e os imperialistas e os colonialistas serão rapidamente lançados ao mar. Uma vez a Ásia e a África separados dos países capitalistas da Europa, o continente europeu desmoronar-se-á por completo, do ponto de vista económico. A sua capitulação surgirá naturalmente, como consequência dos acontecimentos mencionados. A crise europeia será seguida de uma quebra económica total e duma catástrofe industrial.»

É decisiva para a Europa a importância da África. Asseguram-no, não só os recursos aí existentes e o valioso mercado que constitui, mas, também, a garantia de protecção que confere a todo o seu flanco sul. Como consequência, vê nela o comunismo um dos objectivos fundamentais para o aniquilamento do velho continente. Certo que as populações ultramarinas são um dos pontos fracos da civilização ocidental, entende que lutar por elas, contra o colonialismo, será destruir as bases do capitalismo europeu e, ao mesmo tempo, preparar a sovietação dos territórios africanos.

Daí a sua decisão de eleger a África como o seu novo objectivo, nesta grandiosa manobra de «aproximação indirecta». Com base no Médio Oriente, actualmente sob a sua influência, a Rússia lançou-se ao assalto do continente africano. A sua manobra é ousada e clara: dividir a África Branca da África Negra por meio de uma penetração profunda em direcção ao golfo da Guiné, a fim de as conquistar em separado, conjugando, para tanto, esta acção de isolamento com duas outras penetrações igualmente profundas: uma, a Norte, em direcção ao Atlântico, segundo o eixo Cairo-Tripoli-Tunís-Argel-Rabat, e outra, a Leste, em direcção a Moçambique, segundo o eixo Cairo-Cartum-Adis Abeba-Nairobi-Beira, esta em ligação com o estabelecimento de duas grandes bases — no Congo ex-Belga e na República da África do Sul —, para mais facilmente poder dominar a influência do Ocidente, fortemente consolidada na África Negra.

Revista da Cavalaria

Os acontecimentos dos últimos anos revelam, de forma indiscutível, este plano e os sucessos que alcançou e está a alcançar. Vemos assim que, após 1945 — sem contar com 90 milhões de europeus —, transitaram para o mundo comunista 700 milhões de chineses e indo-chineses e 500 milhões de próximo e médio-orientais. Isto é, mais de metade da Humanidade passou para a influência ou obediência de Moscovo. Agora, perto de 200 milhões de africanos sofrem já ou estão ameaçados de sofrerem igual sorte. Tudo isto se passou e passa sem que voltasse a haver guerra, no sentido próprio que damos a este termos. De facto, desde as explosões das bombas atómicas sobre o Japão, todos os dias, sem haver guerra, militares e civis morreram e continuam a morrer, em qualquer ponto da terra, pela sua Pátria. Na África do Norte e na Indo-China, apesar da sua incontestável superioridade sobre os adversários em terra e da supremacia absoluta no ar e no mar, os franceses sofreram as mais dolorosas derrotas; em certas fases da luta na Coreia, os sul-coreanos e os americanos foram mantidos em situações bem delicadas pelas tropas norte-coreanas e chinesas, muito menos armadas, equipadas e apoiadas; na China, os nacionalistas, que enfrentaram o Japão durante 8 anos e terminaram a guerra com a maior Infantaria do Mundo, apesar de terem o apoio incondicional dos Estados Unidos, foram escorraçados do continente por Mao Tse Tung, que, ao princípio, apenas dispunha de 1/10 das forças que lhe eram opostas; na Indonésia, na Malásia, na Birmânia e Médio Oriente, a esmagadora superioridade material dos europeus não impediu que fossem expulsos pelas diminutas forças rebeldes; e assim por toda a parte: o mais forte aparece sempre batido pelo mais fraco.

Sem haver guerra, no sentido em que o Ocidente persiste em empregar este termo, as populações vão sendo conquistadas, uma após outra, graças a qualquer coisa de novo que ataca o Ocidental por todo o lado e o esmaga, mesmo onde ele é nitidamente mais poderoso. Existe, de facto, um novo meio que permite a posse dos países, a conquista das pessoas, o domínio dos espíritos, sem que haja, como outrora, o que chamamos guerra.

COMO NASCEU A GUERRA REVOLUCIONÁRIA MODERNA

Para o bem compreendermos, temos de remontar a alguns séculos atrás. «O pensamento cristão», como o «pensamento grego» tradicional, admite ser o homem um ente imperfeito, que tende para as perfeições

Revista da Cavalaria

a adquirir. A influência humana, inicialmente vazia de todo o conhecimento, encontra o seu enriquecimento e a sua perfeição na submissão à verdade. Em oposição ao «pensamento cristão», surgiu o «idealismo», a inteligência, que pretende encontrar tudo em si própria, recusando-se a submeter-se a uma verdade exterior.

O primeiro germen deste idealismo encontra-se em Descartes, para quem o pensamento está separado da matéria, afastado do real, bastando-se a si próprio. Sobre estas ideias cartesianas vem encontrar-se a «Filosofia Alemã», ponto de partida para o Marxismo.

Kant é o primeiro mestre do idealismo moderno que conduz a Marx pela mão de Fichte e Hegel. Este, negando Deus — não o Deus dos cristãos, dos budistas ou dos muçulmanos, mas toda a ideia de Deus, todo o conceito divino, todo o valor transcendental do homem, desenvolve uma nova filosofia — a filosofia da acção —, proclamando: «A História não é estática, pelo que o mundo é forçosamente dinâmico. A História avança por lanços, por lutas sucessivas. Tudo é luta, até a própria História. A verdade só se cria pela luta. A lei da vida é a luta. Por isso, tudo é acção, inclusivamente o Homem, que não passa de 80 quilos de matéria ao serviço da acção.»

E Hegel explica o mundo e a História pelo seu famoso raciocínio dialéctico, dizendo: «Na História há situações de facto, situações que existem. A fim de saber para onde vai o mundo, para onde vai o Homem, torna-se indispensável criar o contrário de tais situações e, uma vez criado, pô-lo em acção, pô-lo em luta contra a situação de facto para criar uma nova situação. Esta nova situação de facto criará, por sua vez, uma outra situação, de facto também, que entrará em luta com ela», etc., etc....

As situações de facto chama ele teses. Como consequência, para saber para onde vai o mundo, é preciso criar as antíteses. A luta da antítese contra a tese dá-nos a síntese, que volta a ser de novo a tese, estabelecendo novo círculo de acção. Para esclarecimento da sua doutrina, apresenta Hegel o exemplo da realeza de França, que é a situação de facto, que é a tese. A antítese é a revolução. A síntese é Napoleão.

E, então, diz: «A França traíu o sentido da História, não caminhou neste sentido, porque, em vez de criar imediatamente a antítese de Napoleão, isto é, a República, a França voltou atrás, restabelecendo a Realeza.» Quer dizer, toda a teoria de Hegel se resume na noção de luta, dando a esta luta o seu primeiro carácter — permanência. Porque é necessária, porque é a lei da vida, a luta tem de ser perma-

Revista da Cavalaria

nente. As reflexões e os conceitos de Hegel são retomados, em seguida, por Hengels. São, pois, dois filósofos a debruçarem-se sobre o mesmo problema, ao qual dão uma solução extremamente sedutora.

Desde que não o aprofundemos, espar-nos-á a negação do ponto de partida da doutrina, que é um erro, uma mentira: a negação de todo o valor transcendental ao Homem. Se assim não suceder, encontraremos lógica na solução e chegaremos até a aceitá-la.

Todas estas teorias teriam sido esquecidas se, muito tempo depois, em 1850, não aparecesse a *Máquina*, que iria transformar a Humanidade. Nascida na Europa Ocidental, cria o capitalismo. E este capitalismo, logo que surge, em vez de pôr a máquina ao serviço do Homem, põe o Homem ao serviço da máquina. Então, os pensadores, os sociólogos, os moralistas, concentram-se por sua vez sobre o problema das relações entre o Homem e a máquina. Em todos os países, numerosas escolas procuram resolvê-lo. É o nascimento das grandes escolas socialistas.

Na Alemanha, surge o mais combativo destes socialistas, aquele que criará as bases que hão-de transformar por completo os destinos da Humanidade — Karl Marx. Transforma a Teoria de Hegel na Teoria Materialista. Para si, a História não é mais do que uma longa luta entre «os que têm» e «os que não têm».

A adopção das máquinas criou um nova classe social — a dos capitalistas —, que empregava o seu excesso da riqueza na aquisição de instrumentos com que os operários lhe produziram mais dinheiro, aplicado então na aquisição de novas máquinas, e assim sucessivamente. Karl Marx entendia, pois, que o terceiro estado — a burguesia — se ia tornando cada vez mais opulento, enquanto que o quarto — o proletariado — empobrecia progressivamente, pelo que prognosticava que toda a riqueza do mundo se concentraria, por fim, nas mãos de um só homem, passando os demais à condição de seus subordinados. Para evitar tal desfecho, formula este raciocínio sensacional: «A situação de facto actual é o capitalismo. Este traíu a sua missão, que é fazer progredir o Homem. Se queremos fazer progredir a História, é preciso mobilizar a antítese do capitalismo. E a antítese do capitalismo é o proletariado operário.»

Como consequência natural, lança o famoso grito: «Proletários de todos os países, uni-vos!», aparecendo, assim, o novo carácter desta luta: a Unicidade.

Chegamos assim à grande mentira de Karl Marx, encerrada nas seguintes palavras: «Esta síntese será a última e realizará o fim da

Revista da Cavalaria

História. Esta luta que empreendemos é a luta final. Após ela, após esta luta entre o capitalismo, a última tese, e o proletariado operário, a última antítese, nada mais haverá. Será a última síntese, o paraíso terrestre, o paraíso que eu, Karl Marx, erguendo uma palavra que se arrasta hoje nas ruas de Paris, chamo *comunismo*.».

É evidente que semelhante utopia jamais teria conseguido apaixonar os homens, se um pequeno grupo de intelectuais russos, exilados na Suíça por actividade subversiva, não se tivesse debruçado sobre o problema da evolução do mundo. À frente deste grupo estava um homem de génio — Lenine. Este apodera-se das teorias de Marx e junta-lhe o que descobre nas doutrinas de Clausewitz, o maior pensador militar de todos os tempos, que se notabilizou principalmente por reconhecer na guerra o papel dos factores psicológicos.

A afirmação de Clausewitz de que: «A guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios», Lenine acrescenta: «A paz também, a paz também não é outra coisa que a continuação da luta por outros meios. A paz e a guerra não são senão dois aspectos da mesma luta, permanente e necessária.». E, nesta sua meditação, conclui que a máquina criara uma nova forma de sociedade — a Sociedade de Massa. Descobre então tornar-se indispensável fazer desta luta necessária, desta nova forma de guerra, uma *Guerra de Massa*.

De Genebra, Lenine dá conselhos, estabelecendo princípios daquela guerra tal como ele a concebe: «Criaremos, à nossa maneira, o exército revolucionário. É preciso actuar por meio duma vasta propaganda. Tudo repousa na iniciativa da massa de pequenos grupos. O início da acção deve ser marcado por morticínios.».

Em Dezembro de 1905, dá-se a insurreição de Moscovo, esmagada pelo Czar, a tiro de canhão.

Entretanto, chega o ano de 1917. Nova insurreição tem lugar na Rússia contra o regime czarista. O seu chefe — Kerensky — é «socialista burguês», desconhece o que é a massa e, por isso, não sabe dirigir. Toma conta do poder, é certo, mas o exército russo, o povo russo, o camponês russo, não participam da revolução.

Os almães, em dificuldades na frente ocidental, têm necessidade de conseguir o desmoronamento da frente russa e tomam uma das decisões mais graves da história da Humanidade: apoderam-se de Lenine e do seu grupo de intelectuais e fazem-nos entrar na Rússia. Aí, Lenine realiza a primeira experiência de guerra revolucionária, procurando visar, antes de tudo, os espíritos.

Revista da Cavalaria

Chega, proferindo duas palavras; essencialmente, duas palavras: *Terra e paz*. E, com elas, levanta as massas russas, levando-as a entrar imediatamente na revolução, e, de tal maneira, que o exército adere, não conseguindo os exércitos aliados vencer o povo russo em revolução. Depois de se apossarem do poder, os dirigentes da ditadura comunista fazem um tratado de paz com a Alemanha, vencem a resistência dos exércitos aliados e, em seguida, vão desenvolver a doutrina da guerra civil, estudando a sua estratégia, a sua tática e a sua técnica. A iniciativa dos estudos parte de Trotsky, que, mais tarde, entra em disputa com Lenine, acabando este por triunfar.

Lenine triunfa e declara que a Rússia assumirá a responsabilidade de levar a Humanidade para o paraíso de Karl Marx, sem esquecer, claro está, o benefício que daí advirá para a Rússia.

Neste país, há homens que aceitam com entusiasmo tão melindrosa tarefa. São agrupados numa organização — o *Partido* —, o partido da elite, o partido dos que sabem, o partido dos que aceitam conduzir a «massa» para o paraíso, para a paz dos mil anos, para o fim da História, para a última síntese de Marx.

O verdadeiro teórico da guerra revolucionária é, porém, Michel Frounze, que, juntamente com Lenine e Boukharine, concebeu uma nova forma de guerra, na qual as linhas verticais da guerra externa serão inseparáveis das linhas horizontais da guerra civil, indo confundir-se no mesmo grande plano estratégico. Pela primeira vez a revolução é encarada em termos militares e a guerra em termos revolucionários, nascendo desta síntese a teoria e o facto da *Guerra Revolucionária*.

Entretanto, Lenine desaparece e chega Estaline, que é o segundo homem de génio ao serviço desta ditadura do espírito, inventada por Marx. Sob o seu impulso, o *Komintern*, durante o congresso de 1925, escreve a todos os seus partidários no estrangeiro a tarefa de: «Sustentar os movimentos nacionais revolucionários dos povos oprimidos e impeli-los para o caminho bem definido na luta revolucionária, sem esquecer de criar células comunistas no seio das organizações nacionais-revolucionárias.».

Apesar dos movimentos revolucionários dos povos afro-asiáticos nada terem de «proletário», visto procederem de aspirações nacionais ou burguesas, as suas aspirações devem ser colocadas ao serviço da revolução, uma vez que são particularmente hostis ao capitalismo ocidental. Em 1928, Estaline faz o 6.º congresso do *Komintern* aprovar, como «directiva constante e obrigatória para os comunistas de todos os países», a tese de sustentar os movimentos nacionais revolucionários dos

Revista da Cavalaria

povos oprimidos, e completa essa tese, afirmando: «Se queremos acelerar o fim do capitalismo, se queremos fazer aproximar no tempo esta última síntese, a vitória nesta luta final, notemos que a máquina, instrumento do capitalismo, não se alimenta apenas do proletariado operário, apenas de homens, mas também de matérias-primas. Ora, as matérias-primas encontram-se espalhadas pelo mundo inteiro.

Um levantamento geral dos povos colonizados privará o capitalismo ocidental de matérias-primas e de mercados, e conduzirá, nos países burgueses, a uma crise económica, levando os operários para a revolução social.».

Assim, com Estaline, a guerra revolucionária permanente de Lenine torna-se universal.

Na Escola de Guerra Política, criada em 1926 na Crimeia, reúnem-se quadros responsáveis para discutirem e encontrarem uma solução para o problema da guerra revolucionária (ela falhara na Alemanha com Spartacus, nos Países Bálticos, na China com Borodine, na Síria), que revelava a necessidade de ser aperfeiçoada. Entre esses quadros, aparece um novo homem de génio, que dará a solução desejada: Mao Tse Tung.

Entre 1935 e 1937, este doutrinário proclama: «A vossa guerra será perdida. Tal qual a concebeis, será sempre perdida, porque não tendes em conta um factor essencial, porque lhe falta um carácter fundamental: esta guerra é uma *guerra total*.

Esta guerra é total, porque cada indivíduo é um objectivo da guerra revolucionária, porque todas as actividades dum Estado, dum sociedade, contribuem para criar neste indivíduo, objectivo da guerra revolucionária, um estado de espírito. Por consequência, todas as actividades dum Estado, dum sociedade devem ser consideradas e fundamentadas em função da guerra revolucionária.».

Desta maneira, guerra revolucionária, que era uma guerra permanente, única e universal, tornou-se uma guerra total.

O ENVOLVIMENTO PELA ÁFRICA

É esta nova modalidade de luta, nas suas concepções e nas suas realizações, que tem permitido ao comunismo dominar tudo e todos, dando realidade à profecia de Lenine, anunciada em 1917: «Daqui a 50 anos, os exércitos deixarão de ter grande sentido; teremos corrompido suficientemente os nossos adversários antes que o conflito se desen-

Revista da Cavalaria

cadeie, por forma a que o aparelho militar de que eles dispõem não possa ser utilizado na hora própria.».

Com ele, veio o comunismo a conquistar todos os objectivos que oferecem uma possibilidade de desmantelamento do Ocidente, que bem numerosos são: depois da Europa Central e Oriental, do SE Asiático e do Médio Oriente, estão agora em cena o sub-continente indiano e a África. Revelou-o, aliás, bem claramente, o ministro russo Vichinsky, quando, em 1945, afirmou na O. N. U.: «Nós não venceremos o Ocidente por meio da bomba atómica. Nós venceremos o Ocidente com qualquer coisa que o Ocidente não compreende: as nossas cabeças, as nossas ideias, as nossas doutrinas.».

Palavras que Bulganine confirmou com a sua teoria: «A guerra moderna é uma guerra psicológica, devendo as Forças Armadas servir apenas para deter um ataque armado, ou, eventualmente, para ocupar o território conquistado por acção psicológica.».

De facto, a Rússia não recorrerá à guerra termo-nuclear, porque aquele que quiser vencer um país pela bomba atómica ou de hidrogénio apoderar-se-á apenas de miséria e de ruínas — ruínas radioactivas, tanto na sua casa como na do adversário. Um conflito nestas condições não deixaria nem vencedor nem vencido, mas dois adversários igualmente abatidos, ambos esmagados no mesmo desastre.

Também o Oriente não se lançará numa guerra clássica generalizada, pois sabe muito bem que os conflitos limitados sucessivos são muito mais rendosos. E, assim, a guerra futura — já em curso — revestirá a forma de uma imensa guerra subversiva, que não poupará região alguma. Aliás, são eles próprios, os comunistas, a dizerem-no.

O Ocidente, porém, não presta atenção ao que eles afirmam. E, por toda a parte, sofreu e sofre ataques, em toda a parte foi batido e está a ser dominado.

A NATO, criada para defesa da Europa, quando esta apenas sofria acções frontais, baseia-se no emprego de armas nucleares e em previsões hoje inexactas sobre as reais possibilidades do inimigo, pelo que perdeu grande parte da sua eficiência, uma vez que a Rússia, fiel ao princípio da «aproximação indirecta», nem atacará na Europa — antes o fará fora dela, para realizar o seu completo envolvimento, neutralizando assim todas as suas possibilidades e defesa —, nem usará aquelas armas, por as ter como desnecessárias. Entretanto, desenvolve toda a sua vasta manobra exterior à Europa, numa sucessividade contínua de acções parcelares, jogando sempre, em cada uma delas, com a situação política existente no velho continente, para as realizar com pleno

Revista da Cavalaria

sucesso. O Ocidente vai cedendo constantemente perante as sucessivas acções adversas, que constituem, por conseguinte, outros tantos êxitos para o inimigo. Tudo é feito sem bombas nucleares e sem Divisões Blindadas; tudo é feito pela aplicação duma nova modalidade de luta, que os ocidentais não querem encarar bem de frente.

Obsecados pelos imperativos duma hipotética guerra nuclear, as chamadas nações livres não descobrem esta guerra que se desenvolve sob os seus olhos e cuja perda tornará inúteis todas as especulações dos seus estrategas e todo o seu imenso esforço científico e industrial. Pouco a pouco, lentamente, a subversão estendeu-se a todos os recantos. Hoje, campeia na África, onde se lançou com todos os meios, na chamada «libertação» das populações colonizadas.

Em 1938, Staline, que, anos antes, terminara a trágica tarefa de afogar em sangue as intenções dos diferentes povos soviéticos fundarem as suas próprias entidades e estados nacionais, afirmou que: «No Ocidente, o caminho da vitória da revolução está ligado com a aliança revolucionária dos movimentos de libertação das colónias e dos países dependentes contra o imperialismo».

Mais tarde, em 1947, garante que existem esperanças e condições para se aproveitarem as possibilidades que oferecem as lutas e os movimentos nacionais para a sua libertação do jugo colonial, de tal modo que estes movimentos transformem os países colonizados e dependentes em reservas da revolução proletária, em vez de reservas do imperialismo burguês.

E, desta maneira, o comunismo passou a apoiar, por todos os meios ao seu alcance, os movimentos nacionalistas coloniais, pois todos eles podem servir a causa revolucionária mundial.

Há que começar por despertar nos povos colonizados as ideias da independência e apoiar por todos os meios os partidos nacionalistas, mesmo burgueses, que lutam por ela, de forma a levá-los à conquista dos seus objectivos, reservando para uma segunda fase a comunização do país.

É esta a concepção dos doutrinadores da revolução mundial para eliminar a presença ou influência ocidentais.

AS ALAVANCAS UTILIZADAS

Em obediência a todos estes princípios firmados por tais doutrinários e que enfermam a estratégia comunista, tem explorado Moscovo duas potentes alavancas com que espera desmorronar a presença do

Revista da Cavalaria

Ocidente em África: o *Pan-Arabismo*, com sede no Cairo, e os *Nacionalistas Africanos*.

O Pan-Arabismo

Pretende ele, numa fase inicial, criar um estado que englobe a Nação Árabe, a ampliar, mais tarde, numa outra fase, com a integração dos diferentes países muçulmanos, quer para o Sul, sobretudo na direcção do Leste africano, quer para o Oriente, na direcção da Ásia Monçónica e do Sudeste.

Para levar a bom termo este plano, revelou Nasser, na sua Filosofia da Revolução: «Sinto que esta gigantesca tarefa necessita agora de um actor que esteja pronto a realizá-la. Vedes o papel a desempenhar, vedes as qualidades que o actor deve possuir e vedes a cena onde ele tem de aparecer. É a nós, só a nós, que o passado designa para cumprir esta missão. Só nós somos qualificados para o fazer.».

Tem sido favorecida esta empresa pela difusão da língua árabe, verdadeiro instrumento de coesão, e pelo Islão, que em África, de dia para dia, ganha terreno, infiltrando-se nas tribos, mesmo as mais refractárias, com prejuízo do animismo — a religião tradicional, enquanto o Cristianismo marca passo, infelizmente. Graças aos progressos da instrução e dos meios de transmissão do pensamento humano, as influências políticas dos países muçulmanos fazem-se sentir mais facilmente, com tudo o que elas implicam de xenofobia e de hostilidade ao Ocidente Cristão.

Favoreceu e apoia a Rússia este imperialismo feroso do Egipto, mas apenas no âmbito da África, pois, na direcção do Leste, levantou-lhe forte barreira em todo o Médio-Oriente. E o Egipto, ao afirmar a sua vocação africana pelo facto de «dominar o continente negro», acha, segundo afirmou Nasser, não poder ficar à margem da sangrenta e terrível luta que actualmente se desenrola no continente, entre 5 milhões de colonos, dum lado, e 200 milhões de africanos, do outro.

Sabe a Rússia por demais que esse imperialismo, que tem contribuído para a eliminação do Ocidente das posições que ainda ocupa, acabará, em futuro não muito longínquo, por se comunizar, se quiser subsistir, pois as suas graves insuficiências económicas a tanto o obrigarão.

Revista da Cavalaria

Os Nacionalismos Africanos

A primeira e constante preocupação dos africanos é, desde há alguns anos a esta parte, a libertação e a evolução da África Negra. Edificar a cidadania africana, construir a nova África, têm sido as aspirações mais profundas da juventude negra, qualquer que seja o país a que pertença. Esta ansiedade de todos os jovens negros encontra-se em plena efervescência, pois a África está convencida de que pode, por si mesma, tomar a direcção do movimento. Daí, a explosão dos nacionalismos africanos, que se têm estimulado uns aos outros, numa reacção em cadeia.

Se a unidade africana se tem conservado até aqui um mito, nem por isso deixa ela de alimentar uma mística com que é preciso contar. Tais sentimentos nacionais nasceram e têm-se desenvolvido no interior de fronteiras arbitrárias e inventadas pelo europeu, e que, portanto, pouca importância se lhes devia atribuir, visto não haver nacionalismo legítimo sem o suporte duma entidade nacional, ao menos no passado. A realidade africana de hoje encontra-se talvez em contradição com as lições da História, mas o facto é que uma consciência camaronesa, por exemplo, foi criada a partir de territórios puramente artificiais. São dinâmicos estes nacionalismos. Uma vez satisfeitos nas suas reivindicações primordiais, estendem imediatamente as mãos uns aos outros. Estamos em presença de uma África ávida de progresso e tonta de velocidade, mas, ao mesmo tempo, zelosa do seu passado e do seu «negrismo», que, por todas as vias possíveis, saiu do isolamento e entrou na nossa civilização moderna mecanizada.

Na actualidade, o negro tem um conceito diferente do tradicional, no que se refere à vida e ao Homem, que cria nele o desejo de se dignificar, de se elevar, de ser alguém, de usufruir as mesmas regalias, de ser senhor dos mesmos direitos e dos mesmos deveres do branco. A religião cristã, que sempre lhe afirmou ser ele um homem com uma alma, uma inteligência e um ideal, prometeu-lhe aquela igualdade; e o negro, assim entusiasmado, propôs-se equiparar-se ao branco. Muitos deles lançaram-se então, com desespero e persistência, nos estudos modernos, o que veio dar origem a um escol negro e, com ele, um novo estado de coisas, porque, à medida que ia atingindo grande cultura bastante apreciável e número assaz elevado, intensificava a acção de reclamar para si o que os brancos teimavam em negar-lhe. Iniciou, então, o movimento de despertar da «consciência da raça», e a revolta, que de iní-

Revista da Cavalaria

cio nascera entre os seus componentes, começou a ampliar-se, encontrando auditório simpatizante nos indígenas mais atrasados.

O mundo branco continuava a fechar-se-lhe — era posto à margem da sociedade que o ilustrava; como tal, desiludido, viu que apenas conseguiria a redenção da sua dignidade humana regressando ao passado e explorando a força em si próprio existente, que é o «negrismo».

Lançou-se então o Oriente na luta, com toda a decisão, aproveitando ajustadamente a força revolucionária contida nesse «negrismo» e sensibilizando ao extremo a consciência das «massas» africanas.

NATUREZA DO CHOQUE

O choque entre o africano e o europeu não se revistirá do aspecto de uma luta clássica e muito menos nuclear. As massas negras estão ainda muito longe do grau de organização que lhes permitiria criar forças armadas regulares, capazes de se baterem com os exércitos europeus.

Até hoje, a actividade do adversário tem-se desenvolvido por toda a parte sem recurso à guerra. Nem uma só das Divisões foi empenhada, nem uma só das bombas nucleares foi lançada... E, no entanto, as suas vitórias têm-se somado uma às outras. O choque tem tido um carácter vincadamente subversivo.

É pela conquista das populações nativas que o inimigo tem realizado o assalto, criando por todo o continente um ambiente de grave agitação, desferindo os golpes, um a um, onde a subversão atinge suficiente maturidade. O assalto à África pelo adversário tem consistido no chamado grande «movimento de libertação» das populações negras, cuja doutrina foi expressa, há muitos anos já, na seguinte afirmação dos dirigentes russos: «Pouco importa se a agitação não aproveita ao Partido, mas ao movimento nacionalista autóctone. O tempo trabalha para nós. O nosso sucesso virá mais tarde, quando a organização administrativa e económica da Metrópole já não estiver lá para conter as reivindicações sociais.»

Hoje, os acontecimentos desenvolvem-se, em cada território, tal como aqueles dirigentes haviam previsto e planeado:

- primeiro, fabricar, artificialmente, se necessário, um nacionalismo reivindicativo;
- em seguida, colocar a potência colonial em posição de acusada;

Revista da Cavalaria

- num terceiro período, assegurar o triunfo do movimento nacionalista pela expulsão da potência capitalista, recorrendo à insurreição armada, se necessário;
- finalmente, algum tempo depois do reconhecimento da independência, provocar uma crise económica e social que garanta o sucesso do partido comunista local e permita a sovietação.

Quer dizer, a «libertação» dum território africano não é propriamente um fim. É um «meio» para atingir um fim: a derrota do imperialismo capitalista.

Até à actualidade a actividade violenta da revolução tem-se caracterizado única e exclusivamente pela guerrilha. É esta a forma que tomará de início, e por muito tempo ainda, a acção violenta do negro na sua luta contra o branco. Os combates do tipo luta colonial dos fins do século passado e princípios do século actual — grandes massas de guerreiros negros a chocarem-se contra as pequenas colunas — só terão lugar depois de decorridos muitos anos, quando do desencadeamento da «contra ofensiva geral». Nessa altura, porém, o triunfo já pertence inevitavelmente à revolução que, a bem dizer, está a vibrar o «golpe de misericórdia» nas forças da ordem. Se a evolução dos acontecimentos conduzir a tal situação, tudo estará perdido...

CONCLUSÃO

Durante séculos, a África latejou a ritmo invariável, não lento, mas com vivacidade selvagem. Faltava-lhe, porém, uma finalidade. Nos nossos dias, o ritmo acelerou-se mais ainda e passou a ter um fim. A África — o verdadeiro «novo continente» — acordou e, sob a acção do Oriente, que, como dissemos, se lançou na luta com decisão, aproveitando, da maneira mais ajustada, a força revolucionária do «negrismo», transforma-se muito mais rapidamente do que se possa supor. Por toda a África Negra, as chamadas do nacionalismo despertaram nos negros o seu orgulho de raça. É a subversão a espalhar-se de Norte a Sul da África. Depois de haver conquistado a Ásia, o comunismo, no seu vasto movimento de domínio do mundo, e em rigorosa obediência aos princípios em que assenta a sua planificação, lançou-se ao assalto à África, agitando, tentadoramente, a bandeira da «libertação» das massas muçulmanas e das massas negras.

Revista da Cavalaria

A Europa, pequena península do grande continente asiático, é um obstáculo às ambições da Rússia apenas na medida em que se apoia a Oeste e a Leste da bacia ocidental do Mediterrâneo, por Gibraltar e pela ponta da Sicília, sobre a imensa reserva do continente africano... Ao desencadear as revoltas das populações africanas, procura a Rússia separar os dois continentes, começando, num primeiro tempo, por fazer um traço vermelho do Cairo até Rabat, para levar a Europa a deixar de ser uma península e fazer dela uma pequena ilha, que, batida de todos os lados por vagas alterosas, cairá quando Moscovo quiser. E, então, as suas reservas em homens, os seus técnicos, os seus operários, que se contam entre os mais qualificados do mundo, as suas valiosas minas de carvão e ferro, o seu inestimável equipamento industrial, e, no que à África se refere, as incomensuráveis riquezas do seu subsolo, as enormes possibilidades do seu solo e a sua incalculável potencialidade energética passarão para o serviço da Rússia. E o destino do mundo terá mudado.

Esta é a realidade trágica que se nos apresenta. A subversão das populações africanas é o prelúdio do assalto ao próprio território da Pátria; os territórios de além-mar deixarão de ser colónias ou províncias para se tornarem as fronteiras onde se faz a guerra à Pátria, e que precisamos de defender se a Pátria queremos salvar.

A guerra revolucionária é uma dolorosa e triste realidade, que constitui o actual drama da Humanidade. No entanto, o Ocidente, como que dominado pelo hipotético perigo termo-nuclear, parece continuar, ou continua mesmo a ignorá-la. E essa obsessão, que o tem impedido de reagir aos assaltos a que foi e está a ser submetido, confere àquele drama o carácter de aflitivamente decisivo para os destinos do Ocidente.

Capitão JOYCE FONS



HURDLES



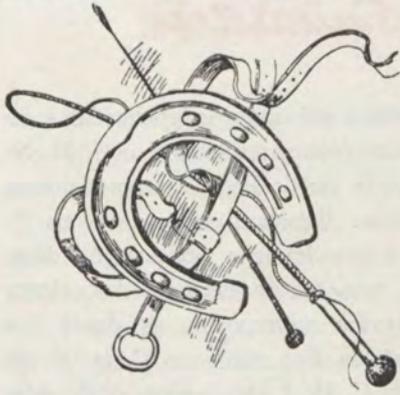
SUMÁRIO

Ronda do Ano Hípico de 1970

V. C.

Galeria dos Vencedores





RONDA DO ANO HÍPICO DE 1970



ão foi famoso para o hipismo o ano de 1970. A decadência dos cavalos já confirmados e a ausência, no Ultramar, da maioria dos nossos cavaleiros de categoria internacional, não permitiu formar uma equipa que se pudesse deslocar a qualquer Concurso Hípico Internacional Oficial. Em Mafra, apenas fora considerado apto para a equipa o cavalo *Joc de l'Ile*. Assim, ao concurso de Madrid, ao qual não podíamos faltar, apenas concorreram cavaleiros individuais.

Foram adquiridos alguns cavalos novos, que, devido à sua classe, admitem a hipótese de se poderem alimentar esperanças quanto ao futuro. Dos cavalos apresentados este ano, *Valnoble* é, sem dúvida nenhuma, um cavalo que poderá vir a fazer parte da equipa.

Dentre os cavaleiros com menos de 35 anos, com excepção do Capitão Vasco Ramires e de Manuel Malta da Costa (ambos já consagrados e com o seu lugar indiscutivelmente assegurado na equipa), não se encontram cavaleiros de classe internacional, capazes de poderem vir a substituir, no futuro, os cavaleiros da equipa. Francisco Caldeira mostra algumas qualidades; necessita, porém, de contacto internacional. A participação nos concursos internacionais espanhóis não chega para se confirmar um verdadeiro cavaleiro internacional.

O calendário elaborado enfermava de vários males, tendo sido permitida a sua aprovação com sobreposição de datas de concursos, e o mais grave é que foi autorizada a realização de um concurso nacional nas datas concedidas a um concurso de amizade (i. e., de categoria in-

Revista da Cavalaria

ternacional), o que é contrário às normas até agora estabelecidas e ao espírito dos regulamentos internacionais. Assim, realizou-se o C. H. N. da Ericeira ao mesmo tempo que o C. H. A. de Pedras Salgadas, com manifesto prejuízo para qualquer deles. Estavam sobrepostos os C. H. N. de Espinho e de Guimarães, o que levou a organização deste último a não realizar o seu concurso, que, em épocas passadas, alcançara assinalado êxito. Também estavam sobrepostas as datas dos C. H. N. de Vilamoura e da Figueira da Foz. Como o C. H. N. de Vilamoura se seguia imediatamente ao C. H. I. da Penina, onde estavam os melhores conjuntos, poucos cavaleiros se deslocariam à Figueira da Foz, que, assim, não organizou o seu concurso, e parece até que desiste de o organizar em anos futuros. Também, à última hora, foi anunciado o concurso de Elvas, em datas quase sobrepostas às concedidas ao C. H. N. de Arruda dos Vinhos, não permitindo que qualquer cavalo tomasse parte nos dois.

Não temos cavaleiros e cavalos em número suficiente para se poderem efectuar dois concursos nas mesmas datas, e, assim, são prejudicadas as organizações de ambos. A realização de um concurso hípico acarreta grandes encargos e muito trabalho às organizações (muitas vezes dão deficit) e se estas não forem amparadas desistem de os realizar, com manifesto prejuízo para todos aqueles que se interessam pelo desporto equestre.

C. H. N. de Cascais (21 e 22 de Março) — Assim, como sucedeu nos anos anteriores, a temporada hípica de 1970 teve o seu início com o C. H. N. de Cascais, organizado, como sempre, por Manuel Soeiro Possollo, incansável animador do desporto equestre, bem secundado pelo Capitão Ramiro Prezado Pimenta e pelo Tenente José Afonso Antunes Palla.

Realizaram-se várias provas destinadas a discípulos, júniores e seniores. Nestas últimas, divididas pelas três categorias, verificou-se a participação de 55 conjuntos na 3.^a categoria, 23 na 2.^a e 11 na 1.^a.

Na 3.^a categoria, Vasco Pereira Coutinho «embarcou» na *Fair Lady* e ganhou ambas as provas. Nas provas de maior categoria, *Joc de l'Ile* obteve dois segundos prémios e *Espora* um primeiro e um terceiro. A prova maior, correspondente ao Grande Prémio, foi ganha por *Castiço*, montado pelo Tenente Pimenta da Gama. Dos cavalos novos, agradaram *Fogo* e *Cuca*.

Taça General Kaulza de Arriaga (18 e 19 de Abril) — Esta Taça foi instituída para homenagear quem, como Presidente da Federação Equestre Portuguesa, e seguindo uma boa orientação, estava a prestar

Revista da Cavalaria

um útil serviço ao desporto equestre. Infelizmente para o hipismo, as suas obrigações militares obrigaram-no a afastar-se do lugar, interrompendo-se assim a sua valiosa obra.

As provas realizaram-se em Cascais, no Hipódromo Manuel Posollo, sendo as classificações obtidas pelo conjunto dos percursos realizados em cada um dos dias.

Concorreram 32 conjuntos na 3.^a categoria, 12 na 2.^a e 6 na 1.^a. Na 3.^a categoria, distinguiu-se *Fogo*. Na 2.^a categoria, *Carminé* e *Endiabrada* sobressaíram sobre os demais competidores, e, na 1.^a categoria, *Lord Robert*, com a «monte» do Coronel Henrique Callado, colocou-se à cabeça das duas provas. *Espora* obteve um segundo e um terceiro lugar e *Joc de l'Ile* um segundo e um quarto.

XIII Semana Equestre Militar de Mafra (23 a 26 de Abril) — As provas disputadas servem, em princípio, para se apurar quais serão os cavalos e os cavaleiros militares que, durante o ano, podem participar em concursos nacionais e internacionais, tanto no País como no estrangeiro.

Apareceram alguns cavalos novos e, dentre eles, *Valnoble*, apresentado pelo Capitão Moura dos Santos, mostrou apreciáveis qualidades. Também agradaram *Biscuit II* e *Golden Ray*. Nas provas pequenas, deram boa conta de si *Açucena* e *Magicien*. Nas provas maiores, poucos cavalos apareceram; uma escassa meia dúzia. Apenas *Joc de l'Ile*, já na decadência, mostrou ter categoria como cavalo de equipa.

C. H. N. de Lisboa (2 a 10 de Maio) — Este concurso caracteriza-se pela grande diversidade de provas que organiza, procurando-se variar ao máximo o tipo de provas e dividir o mais possível os cavalos, com o objectivo de, em cada prova, não haver grande disparidade na classe dos conjuntos que a disputam.

Lord Robert, apesar da sua avançada idade, mas devido à grande classe do Coronel Henrique Callado, e entrando apenas em quatro provas, venceu três delas e classificou-se em terceiro lugar na outra.

Castiço, com o Tenente Pimenta da Gama, e *Can Can*, com Francisco Caldeira, estiveram muito regulares, sempre com boas classificações. *Penny Stall* agradou bastante, mostrando ser um cavalo com futuro. Entre os cavalos novos, mostraram categoria *Açucena* e *Frou Frou*.

Festival da Guarda Nacional Republicana (6 de Maio) — Neste festival, disputou-se uma Taça entre equipas representativas das Unidades e Estabelecimentos militares e sociedades civis. Concorreram

Revista da Cavalaria

equipas da Guarda Nacional Republicana, Escola Prática de Cavalaria, Instituto de Altos Estudos Militares, Academia Militar, Colégio Militar e Sociedade Hípica Portuguesa. Com excepção desta última, que tem muito por onde escolher, torna-se difícil às Unidades e Estabelecimentos militares constituírem uma equipa, e assim, este ano, nem o Regimento de Lanceiros 2 nem o Regimento de Cavalaria 7 conseguiram formar uma equipa.

A prova decorreu com brilho, tendo obtido a vitória a equipa representativa da Sociedade Hípica Portuguesa, logo seguida das equipas da Guarda Nacional Republicana e do Colégio Militar.

C. H. I. O. de Madrid (16 a 24 de Maio) — Este ano, não foi possível formar uma equipa para representar o País no C. H. I. O. de Madrid. Concorreram, como individuais, o Capitão Fernandes Tomás, com *Biscuit*, o Tenente Pimenta da Gama, com *Castiço*, *Espora* e *Penny Stall*, e Francisco Caldeira, com *Can Can*.

Parece-nos ter sido um erro ter-se consentido na ida dum cavalo que, em Mafra, não havia sido considerado em condições de participar num C. H. I. O. no estrangeiro, com a agravante de, pelos regulamentos internacionais, se poder obrigar os cavaleiros portugueses a tomar parte na Taça das Nações; caso contrário, poderiam perder todas as regalias concedidas pela Comissão Organizadora. De facto, *Biscuit* não estava em condições, pois entrou numa prova, e, com a desculpa duma hipotética manqueira, deixou de disputar as restantes.

Estavam presentes fortes equipas da Alemanha, Grã-Bretanha, França e Espanha, sendo as duas primeiras de grande classe.

Can Can obteve uma vitória e ainda outra classificação, e *Castiço* e *Espora* duas classificações cada.

C. H. N. do Porto (Jumping) (23 e 24 de Maio) — Com uma boa organização, realizaram-se, no Palácio de Cristal, duas provas de obstáculos, integradas num festival de beneficência.

Concorreram 19 conjuntos, que deram bastante brilho ao espectáculo. *Ufir*, montado pelo Tenente Coronel Mário Delgado, ganhou ambas as provas, a segunda ex-aequo com *Arlequim*, pilotado pelo Coronel Fernando Paes. *Zawel* obteve um segundo e um quarto lugares, e *Luculus* um quarto e um terceiro.

C. H. A. de Caceres e Plasencia (24 a 29 de Maio e 2 a 6 de Junho) — Um grupo numeroso de cavaleiros portugueses tomou parte nestes concursos, que, não sendo muito importantes, contribuem para dar ambiente internacional a cavaleiros novos e têm bastante utilidade. Pena é que neles não se sigam, a rigor, as regras internacionais, per-

Revista da Cavalaria

mitindo-se participar com mais de três cavalos e serem as provas disputadas com estes divididos por categorias.

Foram alcançados doze primeiros lugares, onze segundos e oito terceiros, além de mais 59 classificações. Nas provas destinadas a cavalos de segunda categoria, houve, pelo menos, um cavalo português, de primeira categoria, que nelas tomou parte, o que não abona muito do desportivismo do concorrente e pode afectar o prestígio que o País até agora tem mantido no estrangeiro.

C. H. I. de Barcelona (28 de Maio a 1 de Junho) — Neste concurso, apenas tomou parte o Tenente Pimenta da Gama, com *Espora* e *Penny Stall*. *Castiço*, acidentado em Madrid, não pode concorrer.

Estavam presentes cavaleiros espanhóis, como é natural, e também cavaleiros alemães, britânicos e franceses, alguns famosos, como Miss A. Drummond-Hay, Jonquères d'Oriola e Hans G. Winkler.

O Tenente Pimenta da Gama obteve quatro classificações com *Espora*, e três com *Penny Stall*, e ainda consegue ganhar o «Trofeo Regimiento Acorazado de Caballeria Numancia 9», destinado ao cavaleiro melhor classificado no conjunto de quatro provas do concurso, e o «Trofeo Condessa de Galiano», com a égua *Espora*, destinado ao cavalo, não espanhol, melhor classificado nas mesmas quatro provas.

C. H. I. de Casablanca e Rabat (3 e 4; 6 e 7 de Junho) — Como nos anos anteriores, estes concursos foram realizados com cavalos locais, postos à disposição dos concorrentes convidados.

Neles, tomaram parte o Tenente Pimenta da Gama e Francisco Lobo Guedes. A sua actuação foi muito meritória, alcançando os dois cavaleiros um primeiro lugar numa prova de equipas. Além disso, Francisco Lobo Guedes obteve outra vitória e mais uma classificação, e o Tenente Pimenta da Gama mais quatro.

C. H. I. O. de Lourenço Marques (6 a 14 de Junho) — Além do C. H. I. O. de Lisboa, Portugal tem o direito de realizar outro C. H. I. O. noutro continente e, assim, de há alguns anos para cá, se tem vindo a realizar, com êxito, o C. H. I. O. de Lourenço Marques.

Nele participam fortíssimas equipas da África do Sul e da Rodésia. A África do Sul conquistou a Taça das Nações, nove vitórias individuais e a grande maioria das classificações. A Rodésia obteve duas vitórias e várias classificações. Os cavaleiros portugueses lutaram com denodo, mas apenas puderam alcançar quatro terceiros lugares, um quarto e um sexto.

C. H. N. de Abrantes (20 e 21 de Junho) — Já há alguns anos que Abrantes não realizava concursos. Abalançou-se a fazê-lo este ano.

Revista da Cavalaria

É um concurso modesto, mas notou-se boa vontade da parte dos organizadores.

O Grande Prémio foi ganho pelo Tenente Pimenta da Gama, com *Penny Stall*. Este cavaleiro ainda ganhou mais duas provas, com *Gamo Escuro*.

C. H. N. de Sintra (16 a 19 de Julho) — Sintra voltou a realizar o seu concurso no novo campo de São Pedro, bem melhor que o anterior, e as provas estiveram bem architectadas, graças ao engenho e sabedoria do Capitão Prezado Pimenta.

Houve grande concorrência, e as provas foram rijamente disputadas.

O Coronel Henrique Callado ganhou o Grande Prémio, com o velho *Lord Robert*, e as outras duas provas de maior categoria foram para o Tenente Pimenta da Gama, com *Regina*.

Na segunda categoria, distinguiram-se *Dominó*, *Grynska* e *Penny Stall*, e, dentre os cavalos novos, destacaram-se *Gilana* e *Farpa*.

C. H. N. de Espinho (1 e 2 de Agosto) — Espinho voltou a organizar um concurso hípico no campo de aviação de Paramos.

O piso esplêndido e a grande «carolice» dos seus organizadores conseguiram que o concurso obtivesse assinalado êxito.

As provas grandes foram ambas ganhas por *Espora*, montada pelo Tenente Pimenta da Gama, o qual ainda obteve mais dois segundos lugares, num dia, com *Regina*, e, no outro, com *Penny Stall*, este ex-aequo com *Arlequim*, montado pelo Coronel Fernando Paes.

Endiabrada esteve bastante regular, com um quarto e um quinto lugares.

De lamentar os acidentes de que foram vítimas D. Valerie Clark e a concorrente júnior Margarida Rodrigues.

C. H. N. de Matosinhos (5 a 9 de Agosto) — Este ano não se realizaram provas nocturnas. Apesar de muito interessantes e de se poder contar com muito mais público, o clima nem sempre colabora, e assim tem havido anos em que o nevoeiro e a humidade muito têm prejudicado o concurso.

A organização como sempre perfeita. Este é um dos concursos que mais agrada aos concorrentes, pela maneira como são recebidos e acarinados.

O Júri cumpriu à risca o determinado sobre a pesagem dos concorrentes, e, assim, vários foram desclassificados por não apresentarem o peso requerido no final dos seus percursos, perdendo alguns deles boas classificações.

Revista da Cavalaria

Nas provas grandes, destacaram-se *Espora*, *Endiabrada* e *Dominó*. Nas provas pequenas, *Diva*, em quatro provas, obtem três vitórias.

Dos cavalos debutantes, *Valnoble* e *Golden Ray* mostraram bastante categoria.

De novidade, realizaram-se uma gincana para juvenis e outra de carruagens, que resultaram de muito interesse e que o público seguiu com muito agrado.

C. H. I. de La Coruña, Vigo e Gijon (4 a 8 de Agosto; 11 a 17 de Agosto; e 22 a 30 de Agosto) — Vários cavaleiros portugueses tomaram parte nestes concursos. Os resultados não foram divulgados, mas é de presumir que fossem obtidas muitas classificações, por um lado, porque na maioria das provas o número de prémios é igual ou superior ao número de concorrentes, e, por outro, porque, com excepção dum cavaleiro, que, segundo consta, não chegou ao fim dos percursos, os outros costumam ter uma actuação muito aceitável.

C. H. A. de Pedras Salgadas (11 a 16 de Agosto) — Este ano o concurso voltou a ter a categoria de amizade, pois nele tomaram parte dois cavaleiros espanhóis, o Capitão Martinez de Albornoz e D. José Maria Rosillo, este último saído há pouco tempo da classe de júniores. Estes cavaleiros apresentaram-se bem e classificaram-se seis vezes.

O concurso continua a ter uma boa organização e os percursos são bem delineados pelo Capitão Prezado Pimenta. Pena foi que tivesse sido autorizada a organização, nas mesmas datas, doutro concurso, o que é contra as determinações regulamentares, pois não é permitido realizar qualquer concurso nacional nas datas concedidas a um concurso internacional.

Penny Stall, montado pelo Tenente Pimenta da Gama, foi a grande vedeta deste concurso, com vitórias no Grande Prémio, Taça de Honra e ainda noutra prova. *Ufir*, montado pelo Tenente-Coronel Mário Delgado, também obteve uma vitória numa prova internacional.

Infelizmente, temos a assinalar o acidente ocorrido ao Tenente Oliveira Reis, numa prova em que, até ao momento da queda, tudo indicava que viesse a ser o vencedor.

C. H. N. da Ericeira (13 a 16 de Agosto) — Este concurso, cujas datas coincidiram com as de um concurso internacional, o que prejudicou ambos, não teve uma concorrência numerosa.

Nas provas maiores, tiveram posição de destaque o Coronel Henrique Callado, com *Dominó B*, e o Capitão Fernandes Tomás, com *Biscuit*.

Revista da Cavalaria

Nas provas médias, D. Luiz Sobral, com *Flox*, alcançou duas vitórias, e, nas provas pequenas, distinguiram-se *Dry* e *Magicien*.

C. H. I. de Cascais (22 a 30 de Agosto) — Não se compreende como foi aprovado o programa do Concurso de Cascais deste ano, com as grandes irregularidades que continua. Houve provas apenas com quatro prémios, e, noutras, não foi respeitada a determinação pela qual o primeiro prémio numa prova não pode ser superior ao terço do total dos prémios instituídos para essa prova. Donde parece verificar-se que, os programas são aprovados sem serem apreciados.

O concurso tem categoria, é muito bem organizado, e não se pode admitir que não obedeça a todas as determinações impostas pela Federação Equestre Internacional.

Notou-se também a falta de desportivismo de alguns concorrentes, com reclamações fora de propósito e pedidos que se não justificavam.

O juiz da vala não esteve muito feliz, falseando-se assim a classificação do Grande Prémio.

Tomou parte no concurso um valioso grupo de cavaleiros espanhóis, que muito brilho lhe vieram dar. Estiveram presentes, D. José Maria Rosillo, vindo das Pedras Salgadas, com os cavalos *Solterito* e *Zoco*, e ainda o Capitão Garcia Benavides, com *Opium*, *Carmin* e *Ubu Roi*, o Capitão Rivero Merry, com *Sinbad*, e o Tenente Queralt, com *Sin Rival* e *Jericó*. Logo no primeiro dia, *Carmin* coloca-se à cabeça da Omnium, e, no quarto dia, *Solterito* ganhou uma das provas. *Espora*, com o Tenente Pimenta da Gama, ganhou três provas importantes (Caça, Potência e Taça de Honra) e obteve ainda mais dois segundos lugares. *Nageur*, com o Capitão José de Cabedo, conseguiu seis classificações no conjunto das provas, das quais três segundos lugares, e *Gitana*, com António Caldeira, obteve cinco classificações, sendo uma delas uma vitória. *Valnoble* conquistou quatro classificações.

Também neste concurso, tivemos a lamentar um acidente, ocorrido ao Capitão Marques Pereira.

C. H. I. da Penina (2 a 6 de Setembro) — Os mesmos cavaleiros espanhóis que haviam concorrido em Cascais tomaram parte neste concurso, dando-lhe assim categoria de internacional.

Dentre estes, destacou-se o Capitão Rivero Merry, que, com *Sinbad*, obteve os segundos lugares da Potência e do Grande Prémio. O Tenente Queralt teve uma distensão no primeiro dia, passando os seus cavalos a serem montados pelo Capitão Rivero Merry e por D. José Maria Rosillo.

Revista da Cavalaria

O Tenente Pimenta da Gama foi o grande triunfador deste concurso, pois ganhou, com *Espora*, a prova grande do primeiro dia, a Potência e o Grande Prémio, e, com *Gamo Escuro*, a Caça do segundo dia. Ainda alcança mais dois segundos, dois terceiros, um quarto e um sétimo lugares.

Das restantes provas pequenas, duas foram ganhas por António Caldeira, com *Gitana*, e a outra pelo Tenente Coronel Mário Delgado, com *Ufir*. A prova de Potência com regulamento especial, que termina no salto em altura, foi ganha, depois de sete «barrages», pelo Capitão José de Cabedo, com *Nageur*, ex-aequo com José Cansado Paes, com *Hovara*.

Voltou a notar-se falta de desportivismo de alguns concorrentes, com reclamações infundadas.

C. H. N. de Vilamoura (10 a 13 de Setembro) — Realizou-se mais um concurso em Vilamoura, este ano logo a seguir ao da Penina, o que garantiu a participação de grande número de conjuntos.

Permitiu-se que alguns cavalos se inscrevessem em provas de categoria inferior à sua, o que, além de anti-desportivo, é anti-regulamentar, e como é natural classificarem-se em provas mais fáceis, vêm prejudicar aqueles que, nessa categoria, têm direito aos prémios. Não se compreende que se verifiquem factos como estes, estando presente um delegado da Federação Equestre Portuguesa.

O Grande Prémio foi ganho por *Fório*, montado por Francisco Caldeira, que ainda alcançou outra vitória. *Valnoble*, com o Capitão Moura dos Santos, e que vem confirmando a sua categoria, ganhou duas provas de obstáculos e uma de ensino, e ainda obteve um segundo lugar, batido por um cavalo que não tinha direito de entrar nessa prova.

C. H. A. de Salamanca (17 a 24 de Setembro) — Participaram neste concurso o Tenente Pimenta da Gama, D. Maria Manuela de Castro e Francisco Lobo Guedes.

Apesar dos regulamentos internacionais não o preveram, as provas estavam divididas por categorias de cavalos.

De lamentar que cavalos portugueses de primeira categoria tomassem parte nas provas reservadas a cavalos de terceira categoria.

O Tenente Pimenta da Gama teve assinalado êxito neste concurso, ganhando seis provas, cinco das quais foram as mais importantes do dia. *Espora* obteve quatro vitórias, *Penny Stall* uma e *Gamo Escuro* outra. Ainda consegue mais treze classificações, das quais sete nos cinco primeiros lugares, uma delas o segundo do Grande Prémio.

Revista da Cavalaria

D. Maria Manuela de Castro alcançou um total de treze classificações, sendo uma delas o segundo lugar da Potência. Francisco Lobo Guedes obteve oito, o que deu um total de quarenta classificações. A grande maioria das classificações tiveram valor, pois estavam dentro dos cinco primeiros lugares, e devido ao facto de terem concorrido a este concurso alguns cavalos espanhóis, que faziam parte da equipa do seu país. Não nos devemos esquecer que nos concursos espanhóis, em muitas provas, basta chegar ao fim para se obter uma classificação.

C. H. N. de Arruda dos Vinhos (19 a 20 de Setembro) — Mais uma vez a «carolice» do Tenente Jorge Ferreira conseguiu levar a cabo a realização do concurso de Arruda dos Vinhos. A organização foi boa e notou-se sobretudo muito boa vontade e esforço da parte dos organizadores para que tudo corresse o melhor possível, o que nem sempre é fácil.

As provas decorreram com certa animação, o tempo não prejudicou o concurso, e só há a assinalar o ter-se permitido a um concorrente júnior participar com três cavalos, quando, tanto o regulamento do concurso como as disposições vigentes, só permitem a um concorrente júnior participar, num concurso hípico, com dois.

C. H. N. de Elvas (21 a 24 de Setembro) — Este concurso, organizado à última hora, esteve para ser de amizade, mas, como é já habitual, a falta de concorrentes espanhóis transformou-o num concurso nacional.

Verificou-se também neste concurso uma certa anarquia nas inscrições, pois alguns cavalos de segunda categoria tomaram parte nas provas reservadas a cavalos de terceira categoria.

Valnoble, que, de concurso para concurso, vai mostrando que é um cavalo com que se poderá contar no futuro, classificou-se três vezes à cabeça. O Grande Prémio foi ganho por *Gitana*, com António Caldeira.

C. H. I. O. de Lisboa (3 a 11 de Outubro) — Voltou a ter grande categoria o concurso de Lisboa. Presentes três fortes equipas, a espanhola, a italiana e a suíça. Ainda concorreram cavaleiros individuais brasileiros e franceses.

O Capitão suíço Paul Weier foi figura destacada, obtendo cinco vitórias individuais, três com *Wildfeuer* e duas com *Wulf*. Ganhou o Grande Prémio, com *Wildfeuer*, e o Prémio dos Vencedores, com *Wulf*.

Obtêm seis classificações no concurso, *Wulf* (duas vitórias) e *Que Dire* (uma vitória). Alcançaram cinco classificações, *Albaicin* (uma vitória), *Espora*, *Fliper*, *Marau*, *Red Fox* (uma vitória), *Sandy Beau* (uma vitória), e *Wildfeuer* (três vitórias individuais e uma de equipa).

Revista da Cavalaria

Estes cavalos foram montados, respectivamente, pelo Capitão Paul Weier, Philippe Henry, D. Alfonso de Segovia, Tenente Pimenta da Gama, Hélio Pessoa, Major Álvaro Sabbo, Tenente-Coronel Piero d'Inzeo, Duque de Aveyro e Capitão Paul Weier.

A Taça das Nações foi bem ganha pela Suíça. Na realidade, este ano, devido à falta de classe dos cavalos portugueses, o percurso foi o de uma «mini-taça». Tanto a equipa italiana como a espanhola estiveram abaixo das suas possibilidades, classificando-se nos dois últimos lugares. Não se compreende que um dos cavaleiros nacionais de maior categoria que tomou parte no concurso não tivesse sido seleccionado para a Taça das Nações. Os cavaleiros portugueses mostraram vontade de se apresentar bem, e, apesar da pouca prática internacional de alguns, conseguiram um honroso segundo lugar. De assinalar a decisão com que João Vasconcelos e Sá actuou no triplo, com um cavalo de pouco sangue, que aí chegou em más condições, e que, só devido à enérgica intervenção do cavaleiro, conseguiu transpô-lo sem desobediências.

Os directores de campo, Capitães Prezado Pimenta e João Sequeira, mais uma vez confirmaram a sua muita competência, apresentando percursos dignos de figurar num Concurso Internacional Oficial.

Apenas um pequeno reparo na maneira de se marcar uma falta a um concorrente, o que é de admirar, pois o Júri tinha dois membros conhecedores dos regulamentos.

Critério do Cavalo Nacional de 4 Anos, Campeonato de Portugal de Júniores e Campeonato de Portugal do Cavaleiro de Obstáculos (14 a 29 de Novembro) — A fechar a época, e organizadas pela Sociedade Hípica Portuguesa, realizaram-se as provas do Critério do Cavalo Nacional de 4 Anos e os Campeonatos de Júniores e de Séniores.

A primeira prova do Critério (modelo e andamentos) foi ganha por *Halifax*, apresentado por António Marreiros Neto. As três restantes, de obstáculos, respectivamente por *Samantha II*, montada pelo Tenente Pimenta da Gama, *Herr*, montado por Francisco Caldeira, e *Harpy Prince*, montado por José Marchueta. Depois de apuradas as contas, a classificação final ficou assim estabelecida: em primeiro lugar, *Herr*, apresentado por Francisco Caldeira, em segundo, *Hussar*, apresentado por D. Maria Manuela de Castro, e em terceiro, *Harpy Prince*, apresentado por José Marchueta.

O Campeonato de Júniores constou de quatro provas. A primeira ganha por *Gamo Escuro*, com José Limão Gata, a segunda, por *Falcão III*, com Graça Nunes de Carvalho, a terceira, por *Tamariz*, com Joa-

Revista da Cavalaria

quim Moreira Dorez, e a quarta, por *Diabo*, com João Maria Bravo. No conjunto, ficou em primeiro lugar José Carlos Caldeira, com *Gavilan*, em segundo, José Limão Gata, com *Gamo Escuro*, e em terceiro, João Maria Bravo, com *Diabo*.

No Campeonato de Sêniores surgiu uma inovação. Concorreram à final seis cavaleiros. A fórmula resultou interessante, mas parece um esforço demasiado obrigar os cavalos a fazer cada um seis percursos.

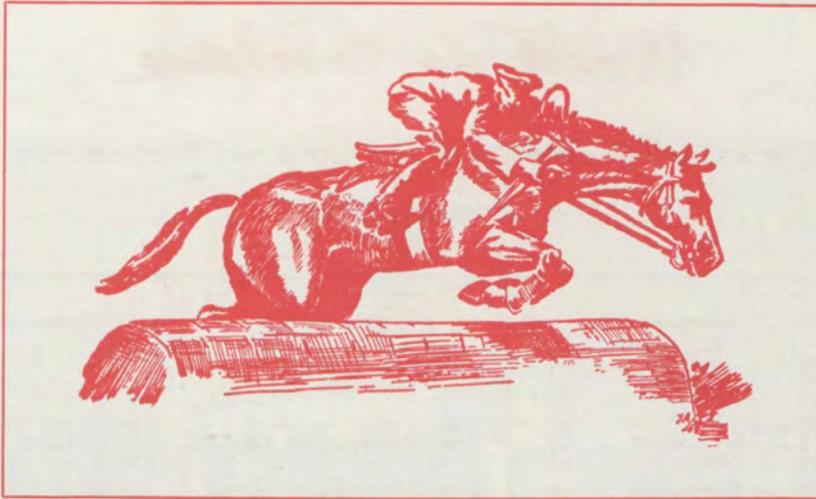
As provas eliminatórias foram ganhas por Francisco Caldeira, no *Can Can*, Francisco Lobo Guedes, na *Endiabrada*, e o mesmo cavaleiro, na *Maruska*.

Classificaram-se para a final o Major Álvaro Sabbo, o Tenente Pimenta da Gama, Francisco Lobo Guedes, José Manuel Nunes de Carvalho, Francisco Caldeira e João Vasconcelos e Sá.

Consagrou-se campeão o Major Álvaro Sabbo, de facto o cavaleiro de mais classe que disputou o campeonato. A seguir, colocaram-se João Vasconcelos e Sá e Francisco Caldeira. Os cavalos utilizados foram *Can Can*, *Crocodilo*, *Dominó*, *Espora*, *Marau* e *Maruska*.

Coronel VIANA CRESPO





Galeria dos Vencedores

Oficiais vencedores dos Grandes Prémios e respectivos cavalos

Certames	Cavaleiros	Cavalos
C. H. N. de Cascais	Ten. Pimenta da Gama	<i>Castiço</i>
C. H. N. de Lisboa	Cor. Henrique Callado	<i>Lord Robert</i>
C. H. N. do Porto	Maj. Mário Delgado	<i>Ufir</i>
C. H. N. de Abrantes	Ten. Pimenta da Gama	<i>Penny Stall</i>
C. H. N. de Sintra	Cor. Henrique Callado	<i>Lord Robert</i>
C. H. N. de Espinho	Ten. Pimenta da Gama	<i>Espora</i>
C. H. A. de Pedras Salgadas ...	Ten. Pimenta da Gama	<i>Penny Stall</i>
C. H. N. da Ericeira	Cap. Fernandes Tomás	<i>Biscuit</i>
C. H. I. da Penina	Ten. Pimenta da Gama	<i>Espora</i>

Revista da Cavalaria

Oficiais melhor classificados nos Concursos Internacionais
e respectivos cavalos

Certames	Cavaleiros	Cavalos
C. H. I. O. de Madrid	Ten. Pimenta da Gama	<i>Castiço</i>
C. H. I. de Barcelona	Ten. Pimenta da Gama	<i>Espora</i>
C. H. I. de Casablanca	Ten. Pimenta da Gama	<i>Darien</i>
C. H. I. O. de Lourenço Marques	Maj. Jorge Mathias	<i>Ofir</i>
C. H. A. de Pedras Salgadas ...	Ten. Pimenta da Gama	<i>Penny Stall</i>
C. H. I. de Cascais	Ten. Pimenta da Gama	<i>Espora</i>
C. H. I. da Penina	Ten. Pimenta da Gama	<i>Espora</i>
C. H. A. de Salamanca	Ten. Pimenta da Gama	<i>Espora</i>
C. H. I. O. de Lisboa	Ten. Pimenta da Gama	<i>Espora</i>



Revista da Cavalaria

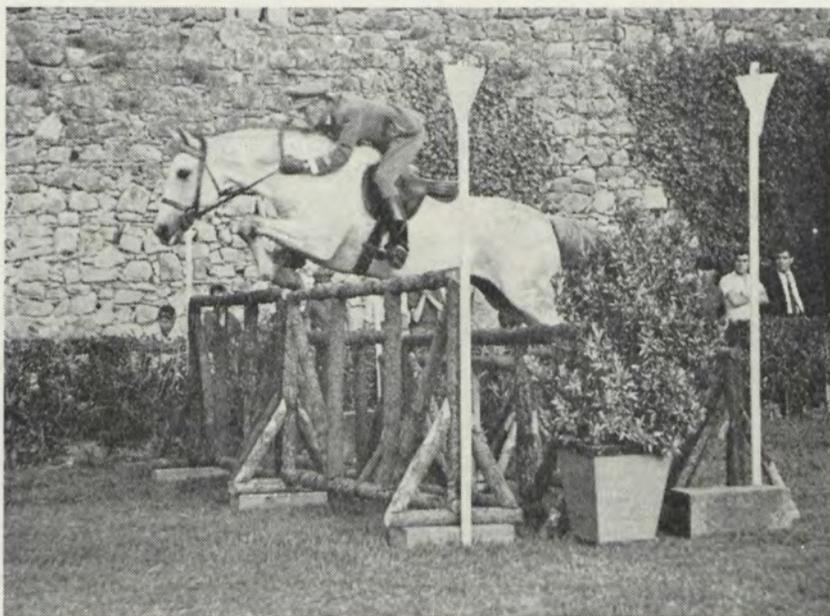


O Tenente Pimenta da Gama, montando Castiço



O Coronel Henrique Callado, montando Lord Robert

Revista da Cavalaria



O Ten.-Coronel Mário Delgado, montando Ufir



O Tenente Pimenta da Gama, montando Penny Stall

Revista da Cavalaria



O Tenente Pimenta da Gama, montando Espora



O Major Fernandes Tomás, montando Biscuit

Illustration of a rider on a horse



Jornaes revistas livros

Grandeza e Servidões dos Regimentos de Carros de Combate

Artigo da autoria do Tenente-Coronel DE LA MOTTE, publicado na revista «L'Armée»
(n.º 99, de Julho-Agosto de 1970), traduzido pelo Coronel VIANA CRESPO

Entre as várias qualidades necessárias ao combatente, a Cavalaria atribuiu sempre uma importância especial ao ímpeto e ao ardor dos executantes, ao espírito de iniciativa e sentimento de manobra dos chefes, até aos escalões mínimos. O próprio carácter das suas missões impunha-lhe essa escolha, tornada tradicional.

Quando perdeu os seus cavalos para se tornar Arma blindada, as suas missões permaneceram análogas, pelo menos no seu espírito. Tanto os hussardos sobre E. B. R., como os couraceiros sobre A. M. X. 30, podem, com justiça, apoiar-se numa antiga tradição. As virtudes consideráveis exigidas aos seus maiores permanecem de igual modo preponderantes. Contudo, por um lamentável paradoxo, os Regimentos de Carros de Combate não parecem estar particularmente bem apetrechados para as cultivar.

Considerar-se como os herdeiros espirituais de Lasalle, de Murat e dos couraceiros de Reichshoffen, e passar uma parte importante do seu tempo a esfregar com um trapo, por vezes frouxamente, um carro amarrado ao seu parque, tal seria o destino das guarnições de A. M. X. 30, se não houvesse o cuidado de o evitar. Esta contradição, se não é característica dos Regimentos de Carros de Combate, neles se manifesta com uma acuidade muito especial, e merece atenção particular. Procurar resolvê-la, resulta em regular a maneira

Revista da Cavalaria

de manter a arte de manobra dos chefes e o ardor dos executantes nos Regimentos de Carros de Combate, apesar das sujeições e servidões do tempo de paz.

Qualquer reflexão sobre o assunto leva, antes de encarar procedimentos, a procurar um estado de espírito que desemboca numa verdadeira ética do comando. A amplitude do assunto impõe uma salutar modéstia: sem pretender desenvolvê-lo minuciosamente, trata-se apenas de propor alguns meios inspirados na experiência e, aliás, contidos nos regulamentos e directivas em vigor.

As Servidões

Para se apresentar bem a questão, é conveniente tornar explícitas todas as dificuldades que se deparam aos Comandantes de Unidade e aos Comandantes de Pelotão: tarefa fácil, fazem parte das suas lamentações quase diárias, e, em suma, justificadas.

Para um Regimento, no seu quartel, *o carro de combate acarreta mais servidões que proporciona satisfação*. O fraco potencial de que dispõe é vastamente hipotecado pelas manobras, períodos faustos e raros que constituem os tempos áureos do ano. No quartel, torna-se indispensável pôr os motores em marcha, para garantir a instrução normal e manter em carga as baterias. Se a Unidade dispõe permanentemente dum terreno de manobra, que não tem necessidade de ser grande, não vai mais longe do que levar por diante a instrução das guarnições, em especial a dos *apontadores*, graças a saídas que estão longe de preencher o emprego do tempo. Estes exercícios raramente dão aos Comandantes de Pelotão, e naturalmente ainda menos aos Capitães, a oportunidade e o orgulho de trabalhar, de forma realística, com a notável ferramenta de que dispõem.

Todavia, a manutenção pesa quase tanto como se os carros fossem muito mais utilizados. A sua importância é primordial: para que serve dispor de guarnições bem instruídas, se o material não está disponível? Segundo a fórmula consagrada, é uma operação de combate. Dito isto, nada tem de exaltante, quando é destinada, não a preparar ou a rematar uma saída, mas, apenas, a apresentar o melhor possível uma revista.

Estes inconvenientes derivam, em grande parte, das economias necessárias em tempo de paz. A acrescentar, as servidões impostas pela vida na Unidade e na guarnição. Torna-se inútil enumerá-las; encontram-se em todos os Regimentos de modo bastante similar. Também são absolutamente necessárias. São, pelo menos, pouco favoráveis ao moral da tropa e dos quadros, e à sua formação para o combate.

A Vida em Manobras

Não se trata de se colocar diante do «muro das lamentações» para se lastimar um estado de coisas que existe por motivos válidos e destinados, sem qualquer dúvida, a durar. Mais vale procurar quais as actividades e atitudes que a isso possam dar remédio. O espírito manobreiro dos chefes, o ardor dos executantes manifestam-se inteiramente e aperfeiçoam-se durante os períodos de

Revista da Cavalaria

campo. Não é possível multiplicar estes períodos; o potencial disponível não o permite, mas é interessante tornar explícito por que motivo são particularmente benéficos.

Cada qual sente-se no seu lugar, desempenhando as funções que lhe estão destinadas, integrado num quadro bem definido. A guarnição utiliza o seu carro, capacita-se das suas possibilidades e das do seu material, participando em manobras e fazendo fogo. A manutenção já não surge como uma actividade prevista para o emprego do tempo, mas como uma operação cuja necessidade se impõe, antes e depois de cada saída. O Comandante de Pelotão vive com os seus homens e, consciente da obrigação de ser o melhor chefe de carro, arrasta-os naturalmente com o seu exemplo. O Capitão tem, por fim, os seus couraceiros e o seu material reunidos na sua mão, manobra em verdadeira grandeza. A satisfação, até a exaltação, que ele pode experimentar em conduzir a totalidade do seu Esquadrão, aplicado na execução da mesma missão, não lhe são reservadas apenas a si próprio; são experimentadas por todos os seus homens. Estes conservam (até os enfatiados e os cínicos) uma profunda recordação duma bela arrancada de carros em que tomaram parte.

Neste ambiente, no qual *Oficiais, Sargentos e couraceiros participam exactamente da mesma maneira de viver*, têm a mesma alimentação e têm que se exceder para triunfar das condições climatéricas raramente favoráveis, da fadiga e do sono, os problemas de disciplina não se apresentam: tudo parece correr normalmente, sem curso de moral nem meio de coerção.

Como recrear este ambiente favorável, no meio de todas as dificuldades da vida de quartel, eis o problema. É árduo, mas não é insolúvel: a arte de manobra dos chefes e o ardor dos executantes podem ser desenvolvidos sem utilizar o material. Provam-no numerosos exemplos, muito especialmente nos exércitos privados de tudo: o exército alemão, depois de 1918, o exército do armistício, depois de 1940.

Uma Linha de Conduta

O quadro que acaba de ser esboçado da vida do quartel pode parecer enegrecido; o da vida em manobras um tanto ou quanto idílico. Todavia, mesmo se foi voluntariamente esquematizada, a diferença entre os dois ambientes é fundamental. É, portanto, lógico inspirar-se nos factores favoráveis das estadias no campo, que são absolutamente similares às da vida em operações — afora o risco —, para procurar determinar uma linha de conduta na vida de quartel.

Regras a Observar

— *Compenetrar-se da importância das células orgânicas dos «grupos formais», para empregar a terminologia cara aos psicossociólogos.* Um destes, Gibb, assinalou que *«O comando é um processo de estimulação mútua, um fenómeno de interacção social, no qual as atitudes, os ideais e as aspirações dos seguidores desempenham um papel tão importante e tão determinante como a individuali-*

Revista da Cavalaria

dade e a personalidade do chefe.». A guarnição já é um desses grupos; o Pelotão, cujo efectivo é apenas de doze, é outro ainda mais evidente. Faz parte dum Esquadrão, composto de cerca de noventa homens, incluídos Officiais e Sargentos. Numa Unidade tão pequena, os encargos pesam muito, mas, em compensação, toda a gente se conhece bem; constitui um conjunto animado, completamente adaptado à criação dum espírito comum.

Para conservar essas vantagens, torna-se necessário obstinar-se em preservar ao máximo a vivacidade destas células, constantemente ameaçadas pelo serviço de quartel, os estágios, as rivalidades entre as Unidades. Torna-se necessário limitar as transferências e as mudanças de funções.

— *Manter ao máximo os quadros em contacto com a tropa.* Esta noção é um corolário da precedente. A influência dos Officiais e dos Sargentos é, essencialmente, questão de exemplo e de conhecimento dos homens. Por isso, é necessário que os quadros participem activamente na maioria das actividades.

— *Promover a iniciativa e o sentimento das responsabilidades em todos os escalões:* Comandantes de sub-Unidade, subalternos, chefes de carro e também couraceiros. O Exército é uma sociedade fortemente estruturada e hierarquizada, onde a disciplina é muito estricita. A sua finalidade guerreira impõe rigorosamente tais características. Em contrapartida, estas raramente favorecem a iniciativa. Por isso, o comando deve consagrar-se a desenvolvê-la, sem, com isso, renunciar a qualquer das suas prerrogativas.

A adopção do Pelotão a três carros pode ter parecido diminuir o papel dos Comandantes de Pelotão. Devem ter completa consciência que, da qualidade da sua decisão, depende a vida dos seus homens e o êxito da sua missão. Assim o é, do mesmo modo, a sua aptidão técnica para com a rentabilidade do seu dispendioso material.

O valor da guarnição no combate é essencialmente função do do seu chefe, da precisão e da rapidez da sua reacção diante dum incidente imprevisto, da sua competência, seja qual for a situação.

O estado de espírito dos chefes deve estar constantemente voltado para o pleno emprego. Devem estar à espera de qualquer iniciativa a tomar. Quanto aos executantes, se não puderem estar permanentemente mantidos sob pressão, deve-se fazê-los compenetrar das suas capacidades de resistência física e moral. Isto impõe dar-se-lhes oportunidade, no quadro do seu Pelotão, de se superar, de dominar o medo, a fadiga, o egoísmo e o temor das responsabilidades.

As Actividades no Quartel

Estas noções são muito teóricas; assim, é necessário ilustrá-las e torná-las explícitas, passando em revista algumas das actividades dum Regimento no seu quartel. A solução não consiste, deve-se acentuar, em juntar novas tarefas àquelas que já estão determinadas: uma tal ideia faria «espinotear», com toda a razão, os Comandantes de Unidade e de sub-Unidade, que já têm que resolver grande número de problemas. Iria, aliás, contrariar a finalidade procurada, agravando a dispersão dos esforços.

Revista da Cavalaria

O Desporto

Muito naturalmente, é o desporto a primeira das actividades a surgir ao espírito, entre aquelas capazes de desenvolver o ardor. As directivas actuais, que prescrevem o desporto de conjunto, permitem utilizar ao máximo este poderoso meio.

A educação física deve ser diária, variada e, dentro de toda a medida do possível, atraente. Este ideal nunca é atingido, essencialmente por razões materiais: falta de equipamento, fraqueza da infra-estrutura, carência de piscina. Contudo, deve estar constantemente presente no espírito de todos: a finalidade não será a de conseguir resultados normalmente ilusórios, mas, sim, desenvolver o equilíbrio físico e mental, a camaradagem, o gosto pelo esforço, fazer com que cada qual se compenetre das suas possibilidades de ultrapassagem pessoal.

A educação física deve ser conduzida ao escalão Pelotão, ou, conforme as sessões previstas, ao escalão Esquadrão. Isto impõe a participação constante de todos os quadros, dos subalternos e dos Capitães e, de tempos a tempos, do Coronel, como exemplo.

É fora de propósito enumerar aqui as actividades desportivas possíveis: todas contribuem para o aperfeiçoamento do homem, especialmente aquelas que o levam a dominar-se, como os *raids* duma certa duração. Uma menção especial deve ser feita ao esqui e à natação. Tanto uma como outra implicam necessidade de condições físicas particulares, e nunca podem permitir mais do que uma iniciação: por isso mesmo, estes dois desportos individuais são especialmente favoráveis à ultrapassagem de si próprio e ao desenvolvimento da energia.

Finalmente, é oportuno assinalar que *a constituição de equipas regimentais vai sensivelmente ao encontro da finalidade aqui procurada: conduz a seleccionar o que há de melhor nas Unidades, a afastar um considerável número de quadros da sua missão normal e, no pior, a formar uma espécie de casta, o que é pouco favorável ao moral do conjunto. Em contrapartida, forma uma finalidade e um excelente meio de interesse para todos aqueles que são aptos para dele fazerem parte. Não é de rejeitar, mas deve ser organizada com a maior circunspecção. Não poderá em caso algum, e isso foi felizmente regulado, constituir a finalidade das actividades desportivas.*

Os Exercícios de Quadros

Há que reconhecer que a prática do desporto em pouca coisa favorece o sentimento de manobra dos chefes, ainda que desenvolva a sua energia e lhes assegure um bom equilíbrio. É evidente que os exercícios de quadros permitirão alcançar melhor esse objectivo.

Devem, para isso, ser conduzidos com muito realismo, sem ambições exageradas, e proporcionar a rápida reacção ante as situações imprevistas. Devem também permitir aos chefes darem as suas ordens por rádio, o que é um princípio de garantia de simplicidade. Devem-se evitar muitos inconvenientes e, sobretudo, o gosto do jogo de espírito, tão especialmente querido dos franceses. *Uma bela ideia de manobra executada minuciosamente é, no escalão Esquadrão,*

Revista da Cavalaria

uma utopia, no melhor um exercício intelectual, preparando para comandos mais importantes. A aptidão a manipular um lápis-carvão com destreza permite ganhar uma batalha sobre a carta, traçando círculos e setas; pouco demonstra neste escalão.

Em compensação, torna-se útil e necessário fazer entrar em linha de conta todos os factores que podem impedir um Capitão de cumprir a sua missão, antes mesmo de ter encontrado o inimigo: são principalmente as sujeições impostas pelas demoras e pela logística. Qualquer Comandante de Unidade, digno deste nome, é capaz de conduzir o seu Esquadrão num assalto, que se assemelhe, *mutatis mutandis*, às cargas de cavalaria de outrora. Nem todos sabem, sobretudo por falta de treino, conduzir os seus carros na hora própria, de noite, num terreno difícil, feitos os plenos em munições e carburante, o material em perfeito estado de marcha. Estes imperativos comezinhos fazem parte integrante do sentimento da manobra em todos os escalões. Os exercícios de quadros não poderão substituir a prática, mas podem, isto é importante, fazer nitidamente penetrar das dificuldades previsíveis e das possibilidades reais.

Sendo tudo contradição, a instrução específica apresenta o grande inconveniente de os afastar dos seus homens: o que se ganha por um lado, perde-se pelo outro. Apesar do interesse que apresentam, os exercícios de quadros não podem portanto ser repetidos frequentemente.

Os Exercícios a Pé

Em compensação, os exercícios de combate a pé, organizados no escalão Esquadrão ou Regimento, apresentam a grande vantagem de desenvolver o sentimento da manobra, proporcionando aos Oficiais, aos Sargentos e aos couraceiros trabalhar juntos, no seio das células orgânicas. É conveniente assinalar que estas devem ser preservadas no máximo, mesmo que isso prejudique a coerência do tema, senão o objectivo não é atingido. Evidentemente, uma missão a executar a pé poucas afinidades tem com o emprego duma Unidade de Carros. Apesar disso, é perfeitamente criadora, pois impõe tomar decisões e fazê-las executar. Além disso, é excelente no que diz respeito a tudo o que pode favorecer o ardor da tropa: resistência à fadiga, gosto pelo esforço, faculdade de adaptação, sentimento da camaradagem e da vida comunitária.

As Paradas

A instrução a pé e os desfiles, excelentes para a coesão, não parecem, à primeira vista, desenvolver o ardor. Contudo, a profunda satisfação que proporciona aos executantes uma bela arrancada de carros encontram-na, apesar de tudo, após uma parada executada com pleno êxito. Aliás, qualquer evocação das tradições do Regimento e da Cavalaria é excelente, quando não surja como excessiva, mas se integre na vida da Unidade. A propósito, dever-se-á assinalar quanto é significativo o facto de que são aqueles que se encarniçam em combater as tradições os que se propõem desacreditar o valor do Exército.

Revista da Cavalaria

A Vida no Dia-a-Dia

A instrução e a manutenção diárias impõem a repetição fastidiosa de gestos idênticos e tendem para a aquisição do automatismo dos reflexos. Mas, se forem conduzidos por *todos* os quadros presentes e participantes, permitem unir as guarnições e o Pelotão. Em particular, é altamente desejável que o tiro no C. P. C. I. T. de Mailly seja executado pelo conjunto da guarnição e não apenas pelos *apontadores*. Tal medida, muito benéfica para a instrução dos chefes de carro e para a dos operadores-rádio, ainda o é mais naquilo que diz respeito à coesão e à confiança mútua que deve unir os três serventes duma mesma torre.

As faxinas, os trabalhos de aquartelamento, os diversos encargos são muito pesados na vida duma Unidade de Carros de Combate, mesmo que seja feito um esforço para os reduzir, tornando-os mais rentáveis. O seu efeito negativo sobre o moral e, sobretudo, sobre o ardor dos homens é consideravelmente minorado se essas actividades forem conduzidas por *células orgânicas*, guarnições, Pelotão e Esquadrão. Nem sempre é possível, mas podem então constituir um factor de coesão e uma oportunidade para os chefes e os executantes aperfeiçoarem o seu sentimento de iniciativa em circunstâncias imprevistas, ou afastadas das suas preocupações normais.

No decorrer deste rápido apanhado da vida dum Regimento de Carros de Combate, em tempo de paz, não foi proposta nenhuma fórmula. Em compensação, surgiu a necessidade dum método de comando, capaz de manter o ardor de todos. Para ser alcançado, na rotina da azáfama diária, o Comandante de Unidade e com ele os Comandantes das sub-Unidades, nunca devem perder de vista três prioridades:

— *Manter a vitalidade das células orgânicas, resguardando a coesão das guarnições, dos Pelotões e dos Esquadrões, e conservando, no máximo, os quadros com o seu pessoal;*

— *promover a iniciativa e o sentimento das responsabilidades, abstando-se dum excesso de dirigismo e de centralização;*

— *dar a todos a oportunidade de se ultrapassarem, ante as dificuldades enfrentadas em comum.*

Enunciar tal programa faz compenetrar da latitude que separa a realidade quotidiana do ideal que se procura obter. Ao menos que possa servir de guia.

Journal of the American Medical Association

Volume 100, No. 1, January 1958

The American Medical Association is pleased to announce the publication of the Journal of the American Medical Association, Volume 100, No. 1, January 1958. This issue contains a wealth of information on the latest developments in medicine and surgery. The following are some of the articles included in this issue:

1. The Role of the General Practitioner in the Management of the Patient with a Fracture of the Femur. (J. H. Smith, M.D., and J. R. Jones, M.D.)

2. The Effect of the Administration of Vitamin K on the Coagulation Time of the Blood. (A. B. White, M.D., and C. D. Green, M.D.)

3. The Use of the Sulfonamide Antibiotics in the Treatment of the Acute Otitis Media. (E. F. Black, M.D., and G. H. Gray, M.D.)

4. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (H. I. Brown, M.D., and J. K. Lee, M.D.)

5. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (M. N. Hill, M.D., and P. Q. Reed, M.D.)

6. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (R. S. Young, M.D., and T. U. King, M.D.)

7. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (W. V. Baker, M.D., and X. Y. Carter, M.D.)

8. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (Z. A. Hall, M.D., and B. C. King, M.D.)

9. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (D. E. King, M.D., and F. G. Baker, M.D.)

10. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (G. H. Gray, M.D., and I. J. King, M.D.)



The following are some of the other articles included in this issue:

11. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (J. K. Lee, M.D., and M. N. Hill, M.D.)

12. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (P. Q. Reed, M.D., and R. S. Young, M.D.)

13. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (T. U. King, M.D., and W. V. Baker, M.D.)

14. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (X. Y. Carter, M.D., and Z. A. Hall, M.D.)

15. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (B. C. King, M.D., and D. E. King, M.D.)

16. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (F. G. Baker, M.D., and G. H. Gray, M.D.)

17. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (I. J. King, M.D., and J. K. Lee, M.D.)

18. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (M. N. Hill, M.D., and P. Q. Reed, M.D.)

19. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (R. S. Young, M.D., and T. U. King, M.D.)

20. The Effect of the Administration of the Sulfonamide Antibiotics on the Course of the Acute Otitis Media. (W. V. Baker, M.D., and X. Y. Carter, M.D.)

QUALQUER CHEFE ESTÁ SUJEITO À CRÍTICA

Comentários feitos pelo Capelão EARL F. STOVER na revista «Army», transcritos da «Revue Militaire Suisse» e traduzidos pelo Coronel VIANA CRESPO

- S**e acaba de assumir o comando, é-lhe necessário algum tempo para bem conhecer a sua Unidade...
- Se comanda a Unidade já há algum tempo, está na altura de se ir embora.
 - Se vem dum Estado-Maior, esteve muito tempo afastado das tropas...
 - Se tem uma certa experiência das tropas, adquiriu hábitos rotineiros e far-lhe-ia bem voltar à Escola.
 - Se chegou rapidamente aos postos superiores, é muito novo para a sua patente.
 - Se foi promovido na sua altura normal, não é um génio.
 - Se resolve pessoalmente todos os assuntos, deveria delegar mais autoridade.
 - Se delega a sua autoridade, não está para se ralar.
 - Se critica as decisões da autoridade superior, é um «refilão»...
 - Se as aprova, é um «manteigueiro» sem personalidade.
 - Se se agarra aos regulamentos, não tem vistas largas e complica as coisas...
 - Se lima as arestas, acabará por arranjar sarilhos, se é que não os arranjou já.
 - Se dá importância à Instrução, é certamente em prejuízo da Administração...
 - Se a dá à Administração, deve descurar a Instrução.
 - Se sabe tomar rapidamente uma decisão, é um impulsivo que não pensa nas consequências...
 - Se estuda as consequências, é um indeciso.
 - Se controla com minúcia o trabalho dos seus subordinados, desconfia deles e aterroriza-os...
 - Se os deixa actuar, não se interessa pelo seu trabalho e estimula o seu desleixo.
 - Se ouve a opinião dos seus Oficiais e Sargentos, deixa-se dominar pelos seus subordinados...
 - Se discute as suas ideias, desencoraja-os, dando-lhes um complexo de inferioridade.

Revista da Cavalaria

— Se exige que os seus subordinados sigam a via hierárquica, torna-se inacessível...

— Se os atende livremente, cai na familiaridade.

— Se os seus despachos são curtos, os assuntos tratados são pouco aprofundados...

— Se são longos, não dá valor à inteligência dos seus subordinados, entrando em detalhes e fazendo-lhes perder tempo.

— Se poupa os homens, acostuma-os mal...

— Se é duro com eles, é um sádico.

— Se na sua Unidade há poucas punições, é o reflexo da sua incapacidade de comandar...

— Se...

Mas faça o que fizer, nunca terá razão. É um milagre ainda estar na tropa. Devia ir-se embora enquanto ainda é tempo...



PERFIS

Artigo da autoria do Major DELMAS, publicado na Revista «L'ARMÉE» e traduzido pelo Coronel RAÚL RAMOS.

«Ninguém melhor que o historiador é consciente da infinita diversidade de personalidades humanas. Cada caso é singular e todo o homem é complexo e ambíguo.»

Esta observação do Professor J. B. Duroselle, à cabeça dum capítulo consagrado à personalidade dos homens de Estado ⁽¹⁾, como não a adoptar, desde que se empreenda o estudo de alguns grandes chefes militares da segunda Guerra Mundial? Verificar o carácter complexo da personalidade sublinha o perigo da evocação, inevitavelmente sumária, que impõem os limites de um artigo de revista. Assim, não é possível traçar o retrato completo de alguns chefes, mas, sòmente, evocar alguns perfis fugitivos, confrontados com as realidades do combate.

É possível abordar um homem célebre por aproximações sucessivas: surge, primeiro, a imagem elementar à evocação dum nome; em seguida, o que se poderia chamar «a dominante», quer dizer, o traço de carácter que se identifica, da melhor maneira, ao nome dum chefe; há, por fim, a percepção do feixe de contradições que é a personalidade, e que realça o encontro com o acontecimento.

Um tal método conduz a uma espécie de «puzzle» inacabado, e que será sempre inacabado, porque: conseguir-se-á um dia descascar completamente uma personalidade, mesmo com o auxílio das mais autênticas ciências humanas?

Esta forma de estudo não pretende ser, nem retrospectiva, nem prospectiva. Espera, sòmente, ser origem de reflexão sobre algumas das qualidades fundamentais do chefe e sobre as dificuldades de o ser.

Imagem elementar

É aquela que surge ao mencionar um nome. Montgomery evoca El Alamein, mas também uma camisola de malha; Juin, o Garigliano, mas também uma eterna beata e uma boina basca; Patton, Avranches, um par de pistolas

⁽¹⁾ «Introdução à História das Relações Internacionais», de P. Renauvin e J. B. Duroselle.

Revista da Cavalaria

de coronha de madre-pérola e um par de bofetadas; De Lattre, o Reno e o Danúbio e explosões de cólera; Bradley, uma silhueta incaracterística e uma operação espectacular (cobra); Leclerc, uma bengala e um número de Divisão; Mantein, um plano; Gudirian uma coluna de «panzers»; e Slim, uma imagem muito enevoada do Extremo Oriente, mas onde?

Este inventário, à moda de Prévert, não é isento de significado, porque a imagem elementar não nasceu do nada. Ela sobrevive, porque tocou a memória, ainda que sumária e anedòticamente; ela abre uma porta.

Se a camisola de Montgomery não tem valor em si, ela é um símbolo: associada à vida normal que leva o grande chefe britânico na sua «roulotte», longe da agitação dos Estados-Maiores, ela é testemunha duma vontade de impor aos seus homens uma certa ideia do chefe que trabalha no recolhimento e na simplicidade. Mas que não se enganem, esta vontade de vida céptica e isolada — que traduz também um individualismo que lhe reprovarão os seus colegas americanos — é tão ostentória como as recepções e as paradas dum De Lattre, ou como o fausto barulhento dum Patton. Os meios são diferentes, a vontade idêntica: impor uma imagem de chefe.

O que evocam igualmente as pistolas de coronha de madre-pérola de Patton? As pistolas: aspecto natural de cow-boy, por vezes de mata-moiros, que lhe censurarão mesmo os mais fiéis admiradores; a madre-pérola: o homem de imensa fortuna, que não teve nunca que fazer contas. A esta magnificência vistosa opõe-se o aspecto acanhado e modesto de Bradley, o rosto magro de lábios finos do antigo ferroviário, que escolheu entrar em West Point porque os estudos ali são gratuitos. É um trabalhador — no sentido próprio do termo, que conhece o preço do esforço e da economia.

Quanto às bofetadas aplicadas por Patton a G. I. hospitalizados indevidamente — segundo ele — e tão dolorosamente sentidas por toda a América, que a carreira do General esteve prestes a acabar cedo, testemunham uma impulsividade completamente emocional.

As cóleras de De Lattre poderão parecer da mesma natureza, quando explodem brutalmente ao preço das piores injustiças. Mas, em Patton, esta impulsividade é sempre incontrolada. Bradley escreverá do seu amigo na Tunísia: — Seja qual for o seu talento de Comandante de Corpo de Exército, ele não tinha ainda aprendido a comandar-se a si próprio ⁽²⁾. Ao contrário, em De Lattre, a cólera é querida, dirigida, dominada, a injustiça voluntariamente errada. Para obter uma acção de choque, como, por exemplo, aquela «execução» pública dum intendente em Hanoi: — Não havia tempo para fazer justiça, mas dar exemplos.

Quanto à boina tosca e às grevas que ostenta Juin, na Itália Central, são símbolo dum velho exército que vem de longe, dum chefe que, apesar das suas cinco estrelas, não é esperado por ninguém à sua aterragem em Nápoles, em Novembro de 1943, e que conhece o valor da sobriedade e da modéstia, se elas estão ao serviço da inteligência.

(2) «História dum Soldado», de Omar Bradley.

Revista da Cavalaria

A dominante

Uma vez ultrapassada a imagem elementar, um chefe retém muitas vezes a atenção por uma qualidade mestra, um traço de carácter que aparece, em relevo, de todas as suas acções.

Por exemplo, *em Leclerc, é, incontestavelmente, a vontade*. Ela exprime-se totalmente desde a sua chegada ao Tchad, quando confia aos seus íntimos: — Nós vamos atacar Koufra sem procurar saber se uma tal operação é realizável. Esta vontade de ferro é, em segundos, posta ao serviço de um acto de fé, que é o juramento de Koufra, mantido graças a um magnetismo que criou fanáticos aderentes; a uma tenacidade e uma energia que dão empurrões ao destino e, eventualmente, navalhadas às necessidades da guerra de coligação, porque só é importante o objectivo: atingir Strassbourg.

A audácia, o gosto de risco, evocam tanto Gudirian como Patton. Gudirian teve o raro privilégio, para um teórico, de ter podido passar à prática. Ele o fez, com vigor, na Polónia, com audácia, em França, logo que, depois de ter transposto o Mosa, dá ordem de alcançar o mais longe possível no sentido de Oeste, com a finalidade de acabar completamente a ruptura da frente francesa e de cortar todo o dispositivo Aliado. Audácia louca para Von Kleist, que lhe ordena que pare, e, face à sua recusa, o substitui no comando. Von Rundstedt anulou esta decisão; mas a audaciosa progressão de Gudirian tinha inquietado o próprio Hitler.

Audácia louca, ou gosto do risco calculado? A leitura das ordens de Gudirian, precisas, concisas, dando uma imagem correcta da situação, apoiam o segundo termo da alternativa. Gudirian conhecia a ferramenta que havia forjado e explorou-lhe todas as possibilidades, face a um adversário que ele estimava bastante desequilibrado, para desmornar-se se acentuasse a velocidade de progressão das «panzers».

Será a mesma audácia que anima Patton, quando ele faz desfilar todo o 3.º Exército em Pontaubault, sobre a ponte de Sélune, para, em seguida, o lançar em perseguição, sem nenhum cuidado de alinhamento nem de cobertura, para a Bretanha, o Loire e, dentro em pouco, Argentan? Audácia, sem dúvida, e que provocou suores frios em Bradley, quando verifica a estreiteza do cordão umbilical que liga o 3.º Exército à testa de ponte do Cotentin. Audácia, talvez, mas, provavelmente, justa estimativa da situação. Patton compreendeu melhor que Bradley e Montgomery que a crosta alemã que ainda resistia na Normandia escondia grandes segredos: um brutal empurrão — com a condição de que não fosse esperado, e mesmo improvisado, como o foi muitas vezes em Patton — tiraria partido disso. A audácia é na realidade mais aparente que real, mas ela exprime o dinamismo dum homem, Cavaleiro por excelência, que vê longe, tem imaginação e improvisa. Se comete erros, é menos por falta de golpe de vista que por desprezo às contingências logísticas. As improvisações de Patton na Bretanha, as suas situações de difícil saída, arrepiavam o metódico Bradley, seu Comandante de Grupo de Exércitos.

Se a audácia e o dinamismo pareciam as «dominantes» de Patton, *em Bradley é a prudência metódica* que aparece como característica nata: quando Patton manobra em direcção a San Malo, Brest e Vannes, sem preocupação pelos seus flancos, Bradley ordena a colocação, em Fougères, duma Divisão, que

Revista da Cavalaria

esteja em condições de assegurar a cobertura do 3.º Exército. «Máquina de pensar», assim foi cognominado, espírito preciso que funciona como um relógio, Bradley monta meticulosamente as operações, com calma, sangue-frio e uma grande preocupação de economia, não de material, mas de homens. Comovido pelas perdas consentidas no decurso de uma progressão lenta, segundo a sua expressão, nos paus e arvoredos de Contentin, ele deixou impor uma guerra de atiradores especiais nas sebes e, por ausência do gosto de risco (ou pela recusa dele), deixou escapar ocasiões para penetrar nas brechas do dispositivo alemão perto de São Lô, desde o princípio de Julho de 1944. Para retomar a iniciativa, foi então obrigado a montar a monumental operação «COBRA», que exigira 10 dias de laboriosa planificação. Enfim, em 13 de Agosto, ele recusará, face às dificuldades duma junção mal preparada, deixar progredir Patton para lá de Argentan, ao encontro dos britânicos, para fechar o cerco sobre o 7.º Exército Alemão.

Em Manstein e Juin, o que impressiona, em primeiro lugar, é a imaginação criadora e a inteligência. tais como elas apareciam no plano em que Manstein foi o cérebro, e na «Memória» que Juin envia ao Alto Comando Aliado, em 4 de Abril de 1944, sobre as futuras operações do Corpo Expedicionário Francês nos montes Aurunci. A base do plano Manstein é uma imaginação que se apoia sobre o real⁽³⁾, para criar a surpresa indispensável a provocar a decisão definitiva, pela destruição das forças inimigas. O grande estratega, escreveu-se, é um jogador que calcula. Manstein calculou e raciocinou muito mais do que jogou. Nem por isso deixa de ser um grande estratega, porque raciocina certo e vê longe.

Quanto a Juin, toda a sua inteligência desabrocha, não somente na clareza com que prevê e expõe as operações a executar entre o Liri e o mar, mas, ainda, na maneira como soube fazer adoptar esta «Memória» por Clark e Alexander. Era o fruto de uma longa paciência: ele não havia regateado o seu apoio aos Aliados, mesmo se as suas concepções não prevalescessem, depois; tinha-se pouco a pouco imposto pela pertinência das suas observações dadas a título pessoal, pelos seus conselhos susceptíveis de esclarecer as decisões posteriores. Para Juin, as principais qualidades de um chefe são «o brio e o gosto do risco». Ele teve a inteligência de combinar este brilho, que seduziu o Alto Comando Aliado, com o gosto do risco calculado, que comporta a manobra pouco ortodoxa, mas brilhante, da exploração da ruptura pelos montes Aurunci.

A personalidade, feixe de contradições e o acontecimento

Reduzir uma personalidade a uma dominante é muito esquemático: por um lado, o homem é complexo e ambíguo, por outro, ele está sempre «em situação». Ora o acontecimento é proteiforme.

O homem é um feixe de contradições. Mesmo aqueles que parecem relativamente fáceis de decifrar, como Patton, pela sua impulsividade, ou Leclerc, pela

⁽³⁾ Nota-se, à simples constatação, que a progressão dos blindados será muito mais fácil no Norte da França, no sentido Este-Oeste, que depois na Holanda ou Bélgica, cortados por lençóis de água.

Revista da Cavalaria

sua vontade esticada ao extremo e rigidez do carácter, sê-lo-ão realmente? Não se nota por vezes nele uma impulsividade, que se traduz por súbitas improvisações que anulam as ordens precedentes, como em 12 de Agosto de 1944, sobre a ponte de Alençon, antes de reduzir a floresta de Ecouves? Pelo contrário, a manobra sobre Savenne, por Dabo e a Petit-Pierre, muitas vezes considerada como uma avalanche impetuosa, é o fruto de uma longa meditação sobre o plano-relevo da região, que Leclerc fez vir de Paris. Não há improvisação, mas reflexão amadurecida.

Que dizer então de chefes como De Lattre ou Montgomery, tão difíceis de analisar, tão desconcertantes, que parece difícil determinar a sua «dominante»? Em De Lattre, talvez o gosto da autoridade, mas qual autoridade? Arrogante? Encantador? Persuasivo?

O circunspecto e metódico Montgomery, que só lança uma operação depois de ter acumulado os meios terrestres e aéreos que lhe assegurem uma esmagadora superioridade, não é ele que imagina e dirige uma das operações mais ousadas e mais originais da Guerra: Arnhem? Tão ousada que a sua concepção aturdiu Bradley: — Se o piedoso e abstinente Montgomery tivesse aparecido no G. Q. G. Aliado com a boca a saber a papel de música, eu não teria ficado mais surpreendido do que por esta aventura proposta (*). Ao contrário, quem fica menos surpreendido com a contra-ofensiva alemã de 17 de Dezembro de 1944, nas Ardenas? *O impetuoso Patton*. A sua imaginação, por vezes fervente e desordenada, trabalhando sobre alguns dados da sua Repartição de Informação, fez-lhe antever, desde 12 de Dezembro, a eventualidade duma ofensiva inimiga, que ele localiza ao Norte da frente do 3.º Exército. Então, continuando as operações ofensivas no sentido Leste, ordena ao seu Estado-Maior que estude os planos, permitindo libertar o 3.º Exército da sua ofensiva naquele sentido e fazê-lo rodar 90º para um eventual contra-ataque, face ao Norte. Quando, em 19 de Dezembro, na conferência de Verdun, Patton diz a Eisenhower que está em condições de atacar na direcção de Batogne desde 22 de Dezembro, recebe a seca resposta de Eisenhower: — Não vos vanglorieis estupidamente, George. Ele não se vangloriava: intuição, imaginação, método, espírito de equipa haviam convergido neste momento de eleição, que viu Patton, o pródigo, disciplinar-se, pôr-se ao serviço dos outros e conseguir um notável «volte-face» do seu dispositivo; manobra mais obscura que a sua brilhante cavalgada, mas igualmente eficaz.

Patton tinha sabido fazer face a problemas não habituais, mas dois anos antes, tanto em Marrocos como na Sicília, tinha resolvido mal os problemas difíceis de operações anfíbias, onde a intuição goza um papel menos importante do que o espírito de organização.

Os acontecimentos que um chefe de guerra deve dominar são proteiformes, caprichosos, inesperados. Exigem uma capacidade de adaptação pouco comum, já que a vocação militar implica uma certa rigidez — nem que seja imposta pela disciplina — que arrisca entrar a flexibilidade intelectual. Exigem uma disponibilidade de espírito permanente, sangue-frio, bom senso, em suma, uma lucidez sem falhas.

(*) Omar Bradley — obra citada, pág. 394.

Revista da Cavalaria

Ser senhor duma situação — quer se crie o acontecimento, quer se consiga dominá-lo, é uma coisa. Poder fazer face a toda a situação é uma outra, e esta um privilégio bem raro.

À testa dum exército blindado na U. R. S. S., *Gudirian perde o «punch» à medida que as «panzers» perdem o seu gume* na imensidade russa. Técnico das divisões rápidas, excelente tático na guerra relâmpago, é mal sucedido no tipo de operações que o adversário impõe. Ele tinha a imaginação do técnico, mas não a do estratega.

Montgomery é seguramente o homem de El Alamein, mesmo que ele devesse o comando do 8.º Exército apenas ao acidente de aviação que custou a vida ao General Gott (5). Ele cria condições que impedem todo o recuo; impõe-se à sua tropa repelindo o ataque de Rommel em Alam Halfs, quebrando o mito de invencibilidade do seu inimigo; seduz Churchill pela clareza das suas explicações; doseia, subtilmente, prudência e imaginação, quando da elaboração do seu plano de ataque, e sabe recusar a Churchill todo o desencadeamento prematuro de operações, que devia fazer dele o vencedor de El Alamein.

Pelo contrário, na Normandia, aureolado da reputação de vencedor de Rommel, cheio de confiança em si, Montgomery acentua o individualismo do seu carácter e, curiosamente, sacrifica provisoriamente a imaginação à prudência, talvez pelo desejo de não ofuscar a sua reputação de chefe vitorioso. Montando pesadas e lentas operações, interna-se na planície de Caen, nunca surpreendendo um adversário sempre acordado e decidido a bater-se, mas muito enfraquecido.

Da mesma forma que Montgomery não está na Normandia na sua melhor forma, De Lattre não o está na Alsácia. Brillante de St. Tropez a Mulhouse, foi mal sucedido a costear o Reno em toda a extensão do seu sector, quando devia ter podido manobrar as suas Divisões blindadas, e, assim, viu o adversário impor-lhe a rude batalha da bolsa de Colmar, batalha «ao centímetro», que convinha mal ao seu temperamento. Pelo contrário, encontra a sua audácia para salvar Strasbourg, e a sua intenção que funciona por apalpadelas sucessivas (6) procurando a dificuldade pagante: a passagem por Freudenstadt, que corta a Floresta Negra, abre a porta da Alemanha do Sul ao 1.º Corpo de Exército e acaba por fazer cair Stuttgart, que o 2.º Corpo de Exército tinha à distância de um tiro de espingarda, ao Norte. De Lattre parecia o homem dos grandes esforços e das grandes ambições. E no entanto, um dia, ele põe tudo em dúvida, renome e prestígio, aceitando ir à Indochina. A coragem — tanto intelectual como moral — que ele testemunha nesse sombrio fim de ano de 1950, faz perdoar as suas manias, injustiças, «mise en scène», por vezes, toda aquela irritante personalidade que ele tinha querido criar. Restava o homem, o chefe que anunciava que veio para comandar e o fez.

(5) Churchill, devendo escolher entre Gott e Montgomery para comandar o VIII Exército, escolheu Gott, em 6 de Agosto de 1942. No dia 7 de Agosto, o avião de Gott despenhou-se no Egipto.

(6) O General Beaufre deu uma excelente descrição deste Método de De Lattre (inimigo de todas as planificações), num artigo da «Revue Militaire Générale» (Outubro, 1926).

Revista da Cavalaria

Homem das grandes ocasiões era-o certamente De Lattre, sobretudo se dispunha de suficiente campo para se exprimir e dar livre curso a um temperamento difícil de refrear.

Manstein aparece talvez melhor como o homem de todas as situações, porque raramente, durante a 2.^a Grande Guerra mundial, um chefe de guerra terá tido que fazer face a missões tão diversas: cérebro do Estado-Maior do Marechal Von Rundstedt, em 1939-40, torna-se, sobre o terreno, condutor de homens, primeiro à cabeça dum Corpo de Exército de Infantaria em França, depois à cabeça do 56.^o Corpo Blindado na Rússia. Encarregado de conduzir o raide que devia apoderar-se, intactas, das pontes sobre o Dvina, a 300 kms. da sua base de partida, executa pontualmente a missão em 4 dias (22 a 26 de Junho de 1941).

Pensando que «a segurança dum grande Unidade rápida, operando nas retaguardas das linhas inimigas assenta sobretudo na mobilidade» (1), quer prosseguir a sua progressão. Mas as ordens bloqueiam-no em Dunabourg, durante 8 dias. Quando partir para Leninegrado, os soviéticos poderão enviar reforços. Manstein, muito avançado, deveria lutar vigorosamente para evitar o cerco, e consegue-o.

Pouco tempo depois, é nomeado Comandante do XI Exército. Homem enamorado da manobra, homem dos grandes espaços onde a imaginação pode livremente construir, vê-se confinado na missão da conquista da Crimeia, o que lhe deixa como espaço de manobra o istmo de Penekop e, como objectivo, a região fortificada de Sebastopol, enquanto a frota russa domina o Mar Negro.

E como Manstein triunfa lá como anteriormente, Hitler nomeia-o comandante do Grupo de Exército do Don, no momento em que tudo já tinha terminado em Estalinegrado. Apanhado entre as exigências de Hitler e as que comandam a situação, se Manstein não chega a fazer a junção com o 6.^o Exército Alemão, pelo seu golpe de vista e sangue-frio, a solidez dos seus nervos e senso de antecipação — onde se encontra o estratega —, consegue salvar do aniquilamento os exércitos do Cáucaso e do Kouban, interditando toda a penetração russa para Rostov. Depois, sempre partidário da manobra, mesmo na defensiva, propõe audaciosos desprendimentos, que deveriam permitir-lhe lançar eficazes contra-ataques. Estas concepções não poderiam ser as de Hitler, e este chefe confirmado acaba por ser substituído no comando, porque deixou de ser o homem da situação. A época das operações de grande estilo, para as quais era particularmente apto, tinha terminado sobre a frente oriental. Não se podia tratar senão dum defensiva passo a passo. Esta nova forma de guerra reclamava um nome novo (2). E foi Model, que tinha sabido parar uma retirada difícil do Grupo de Exército do Norte, como soube, mais tarde, a Oeste, travar a derrota de Wobrmacht e reorganizar uma frente, com grande surpresa e secreta admiração dos chefes aliados, que o substitui (3).

Resta, finalmente, focar a imagem enevoada de Slim, evocada no princípio deste artigo, porque é um dos mais autênticos chefes da segunda Guerra Mundial.

(1) Von Manstein — «Victórias Perdidas», pág. 139.

(2) Von Manstein — «Victórias Perdidas», pág. 430.

(3) Realizando assim, escreverá Bradley, uma das demonstrações inimigas de valor profissional das mais notáveis.

Revista da Cavalaria

Ele teve de fazer face, com poucos meios, às situações mais difíceis, contra um adversário encarniçado. Raramente uma campanha tinha começado tão mal: comandando uma divisão no Iraque, Slim é nomeado, sem transição, Comandante dum Corpo de Exército, encarregado de defender Rangoon contra o ímpeto japonês. Não é bem sucedido, privado de toda a iniciativa por um adversário que não se deixa capturar, é empurrado, cortado, isolado, sem informações no meio de uma população hostil. Sofrendo derrota sobre derrota, bate em retirada na selva e encontra-se, pobre como Job, nas fronteiras do Assam. Slim tem tudo a apreender da guerra na selva, mas é tenaz como um britânico, corajoso, teimoso, modesto, porque é lúcido. E é desta lucidez que vai nascer a sua reabilitação, lucidez, primeiro consigo próprio: analisa os seus erros pessoais, as suas cegueiras, a sua falta de audácia, para tentar recuperar, mesmo localmente, a iniciativa. Lucidez, em seguida, frente ao seu adversário: Slim constata que o acaso lança o chefe japonês na confusão; que ele se readapta lentamente a uma nova situação, logo que os seus planos são transtornados. Por outro lado, Slim descobre a grande fraqueza do comando japonês: a sua falta de coragem — não física, mas moral, pois não está pronto a admitir que pode cometer um erro.

Em guerra, escreverá Slim, somente a aliança da determinação e da elasticidade intelectual conduz ao sucesso; saber dosear igualmente estas duas qualidades é o teste mais seguro do comando. Os japoneses fracassaram nele, marcando pontos pela sua determinação, pagando caro a sua falta de elasticidade. Slim foi vencedor na Birmânia, porque juntou a uma determinação sem falha uma lucidez sem complacência e a imaginação suficiente para compreender que, sobre um teatro de operações tão marginal como o seu, «Deus não ajuda senão aqueles que se ajudam».

Slim ou a lucidez, virtude principal do chefe.

Todos foram chefes e adquiriram fama. Há, muitas vezes, na origem da carreira que leva às honras, um golpe de sorte ou uma contrariedade. Gudirian foi afectado, contra o seu desejo, a um serviço «transporte», em 1922; Manstein, cujo plano é rejeitado pelo OKH, deve quase ao acaso o poder expô-lo directamente a Hitler; Leclerc, porque é um Cavaleiro, não pode alistar-se em Londres na 13.^a D. B. L. E., e é enviado aos Camarões; Montgomery deve o seu comando à morte de Gott; Slim julga não ter escapado a um desastre inicial, apenas pela habilidade dos seus subordinados; e Patton não obtém o seu comando senão graças à amizade de Marshall. Mas todos, sejam quais forem, souberam explorar esta sorte, ou a falta dela, pelo vigor de personalidades que lenta ou brutalmente se impuseram, pelas qualidades muito diversas e por vezes contraditórias que fizeram deles, num dado momento, «o homem certo num certo lugar».

